



**Standard
Bank**

**Relatório
& Contas
2018**



**Standard
Bank**

SEGUINDO EM FRENTE.

Em 2018, e na sequência do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido desde a origem do Standard Bank de Angola, o Banco voltou novamente a superar as expectativas, tendo apresentado um crescimento sustentado e que resultou quer na melhoria substancial do seu desempenho financeiro quer no reforço da sua solidez e posicionamento no mercado Angolano.

Durante o ano de 2018, foi definida a nova composição do Conselho de Administração do Banco com um mandato claro e suportado pelos pilares estratégicos da Instituição: Foco no Cliente, Digitalização e Colaboradores.

Em 2019, continuaremos a reafirmar o compromisso com um trabalho de seriedade, confiança e rigor, tendo como orientação a qualidade de serviço proporcionado aos nossos Clientes e a ambição de sermos mais do que um Banco (#morethanabank).

2018 em Revista

Principais Indicadores

63%

2017: 60%

**RENTABILIDADE
(ROE)**

AOA 36
Mil Milhões

2017: AOA 29
Mil Milhões

**MARGEM
FINANCEIRA**

AOA 32
Mil Milhões

2017: AOA 17
Mil Milhões

**RESULTADO
LÍQUIDO**

38%

2017: 46%

**RÁCIO DE EFICIÊNCIA
(COST-TO-INCOME)**

32%

2017: 33%

**RÁCIO DE
SOLVABILIDADE**

1%

2017: 5%

**NON-PERFORMING
LOANS (NPL)**



Em 2018, o Standard Bank de Angola tornou-se a primeira empresa de direito Angolano com obrigações admitidas à cotação na Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA), tendo colocado 4,7 mil Milhões AOA a uma taxa inferior (i.e. 17%) à praticada pelos Bilhetes do Tesouro a um ano (i.e. 19%)

ÍNDICE

MENSAGEM DO CEO

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Economia Mundial	12
Economia Angolana	26

10

PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Gerais	42
--------------------	----

40

ESTRATÉGIA PARA 2019

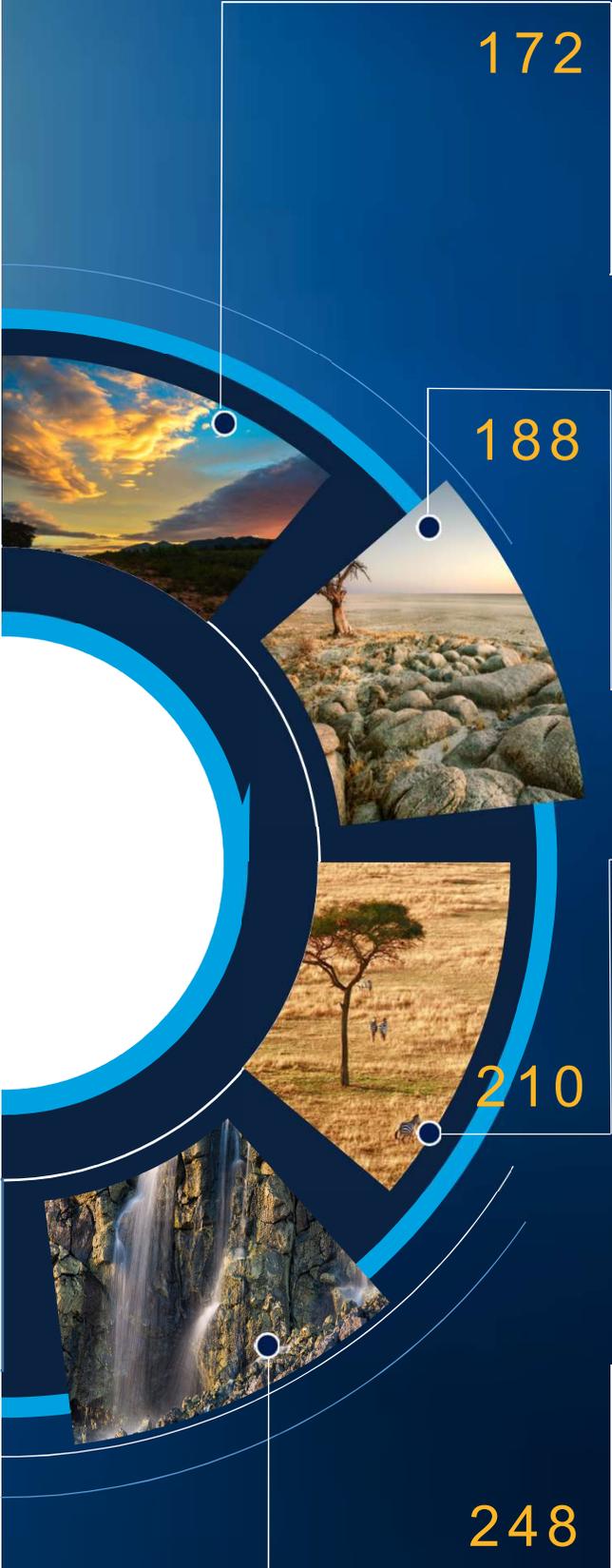
Valores, Visão, Como Criar Valor	50
Estratégia 2019	52

48

O STANDARD BANK DE ANGOLA

A Nossa Proposta de Valor	56
Governança Corporativa	75
Personal and Business Banking (PBB)	95
Corporate and Investment Banking (CIB)	111
Capital Humano	127
Marketing & Comunicação	149
Responsabilidade Social	161
Prémios e Distinções	169

54



172

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Visão Geral	174
A Importância da Digitalização	176
Canais Digitais	177
Sistemas de Informação	180
Robotic Process Automation (RPA)	183
Plano Estratégico	185

188

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Visão Geral	190
Função de Auditoria Interna	192
Função de Gestão de Risco	194
Função de Compliance	195
Universo Regulatório	206

210

MODELO DE GESTÃO DE RISCO

Visão Geral	212
Governança e Estrutura de Gestão de Risco	213
Tipologia de Riscos	216
Risco de Mercado	218
Risco de Crédito	225
Risco Operacional	230
Risco de Taxa de Juro	234
Risco de Liquidez	237
Risco Reputacional	243
Risco de Compliance	246

248

ANÁLISE FINANCEIRA

Visão Geral	250
Análise do Balanço	256
Análise e Proposta de Aplicação de Resultados	265

Mensagem do PCE e do PCA



Luís Teles
PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

O ano de 2018 ficou marcado por um conjunto de difíceis desafios quer do ponto de vista económico quer especificamente no sector bancário. A desvalorização da moeda em 86% e uma inflação ainda consideravelmente alta, de cerca de 18%, apesar de com uma tendência decrescente, conjugados com o declínio das reservas internacionais, colocaram um conjunto de desafios ao Governo e ao sector empresarial angolano, o que obrigou a enormes ajustes. No sector bancário, as múltiplas alterações regulamentares, que visam a modernização e o reforço da solidez do sistema financeiro, obrigaram os Bancos a uma constante e rápida adaptação, bem como a um reforço dos seus capitais fruto de um aumento do capital mínimo determinado pelo Banco Nacional de Angola.

Mas, é nossa opinião que é nos momentos de desafio e de maiores dificuldades que se molda o futuro e o sucesso dos Estados e das organizações. É nos momentos mais complexos que é necessário unir esforços, ser mais criativo e encontrar soluções que permitam inovar e crescer, criando um futuro sustentável e inclusivo.

Sentimos que o Standard Bank de Angola fez exactamente isso neste período, pelo enorme esforço dos seus Colaboradores e da equipa de gestão, bem como pelo aumento da proximidade com os seus Clientes. O Banco apresentou um crescimento dos seus activos de 39% de forma cuidada e sustentada sem colocar em risco o capital dos seus accionistas ou os depósitos dos seus Clientes, como se pode comprovar pela manutenção de um rácio de solvabilidade bastante sólido (32%) e de um rácio de crédito em incumprimento de 1%.

Num ambiente desafiante, o Standard Bank de Angola conseguiu um crescimento significativo do volume de negócios, tendo aumentado a sua margem financeira em 26% e o seu produto bancário em 68%. Em conjugação com este crescimento das receitas executou-se uma política de contenção de custos, o que levou o Banco a reduzir o seu *cost-to-income* de 46% em 2017 para 36% em 2018, demonstrando um claro aumento da sua eficiência. Fruto da combinação de todos estes factores, o Banco apresentou, em 2018, o seu melhor resultado de sempre, tendo conseguido um crescimento de 90%, relativamente a 2017, e mantendo uma rentabilidade dos seus capitais próprios (ROE) acima dos 60% pelo segundo ano consecutivo.

A actuação no mercado pelo Standard Bank Angola tem sido pautada tanto pelo apoio ao desenvolvimento de novas soluções como pelo apoio aos seus Clientes, nomeadamente na procura de alternativas aos produtos tradicionais. Neste sentido, é de destacar a posição de relevo do Banco no mercado de capitais, onde não só esteve extremamente activo no mercado secundário de títulos de dívida pública, sendo o segundo maior intermediário, como também mereceu um especial realce o facto de o Standard Bank de Angola ter lançado em 2018 a primeira emissão privada de dívida cotada na BODIVA - a Bolsa de Valores e Derivados de Angola, contribuindo desta forma para o crescimento do mercado de capitais e para uma diversificação dos produtos disponíveis no mercado. Esta iniciativa teve também como objectivo reforçar a capacitação do Banco para apoiar os seus Clientes a lançar iniciativas idênticas procurando outras formas de financiamento, designadamente recorrendo ao mercado de capitais.

Do ponto de vista organizacional o ano de 2018 fica também marcado por alterações aos órgãos sociais do Banco, com a assunção de novos mandatos e com equipas que continuarão a manter os altos padrões de governação, gestão de risco e Compliance que tanto têm distinguido o Banco no mercado angolano. Esta mudança assinala também a definição de um novo plano estratégico para o triénio 2019-2021.

A estratégia do Banco para os próximos anos assume como principal factor motivador a noção de que a realidade das sociedades e dos nossos Clientes está a mudar a um ritmo acelerado. Neste quadro, para que possamos ser um parceiro relevante que apoia o desenvolvimento de Angola, das suas empresas e dos seus cidadãos, focámos a nossa estratégia nos seguintes pilares:

- Foco no Cliente
- Pessoas e Cultura
- Risco e Conduta
- Universalidade dos Serviços Financeiros
- Digitalização e Automatização
- Solidez nos Resultados Financeiros

A grande visão do Banco para o futuro é ser **Mais Que Um Banco (#MaisQueUmBanco)**, o que se traduz também numa dimensão local do propósito do Grupo Standard Bank ("Africa is our home and we drive her growth"). Estes objectivos e visão reforçam o compromisso do Banco, para além do assumido com os seus Clientes e Colaboradores, com a responsabilidade e o apoio sociais, que tem sido um foco especial da nossa actuação em Angola nos últimos anos. Destacamos, a título exemplificativo, a iniciativa "Heróis de Azul" através da qual temos prestado apoio nas áreas da saúde e da educação em diversas zonas de Angola.

Um pilar muito importante do desenvolvimento do Standard Bank de Angola e da sua contínua afirmação no contexto da economia e, em particular, do sector bancário angolano, é o do permanente desenvolvimento e capacitação dos seus Colaboradores. Em 2018 o número de trabalhadores do Banco cresceu. E cresceu ainda mais o número de acções de formação ministradas, de oportunidades oferecidas de experiências profissionais noutros Bancos do Grupo Standard Bank e de estágios ministrados. É um caminho de que nos orgulhamos este de ajudar as pessoas que conosco colaboram a crescer profissional e pessoalmente, proporcionando-lhes oportunidades de melhoria e de realização.

É importante que o Standard Bank de Angola continue a participar activamente na estratégia do Governo de Angola, por forma a apoiar a diversificação da economia Angolana, promovendo o investimento estrangeiro através de linhas de crédito, da assessorar os diferentes sectores económicos (agricultura, petróleo e gás ou indústria extractiva), nomeadamente através de *roadshows* com investidores estrangeiros e da participação em Programas como o PRODESI e o PAC que se focam na substituição de importações pela produção angolana de um conjunto de bens essenciais. É um compromisso que assumimos e que queremos manter.

Gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para agradecer aos Clientes pelo seu apoio contínuo em tempos difíceis, bem como pela sua crescente exigência que nos ajuda a ser cada vez melhores, aos Colaboradores pelo seu incansável compromisso e dedicação num ano de sucesso para o Banco e ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal pelo seu contínuo apoio e aconselhamento.



Octávio Castelo Paulo
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente da Comissão Executiva

Presidente do Conselho de Administração



01 Enquadramento
Macroeconómico

02 Principais
Indicadores

03 Estratégia
para 2019

04 O Standard
Bank de Angola

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

- 12 Economia Mundial
- 26 Economia Angolana

ECONOMIA MUNDIAL MOMENTO DE ESTABELEECER AS BASES PARA UM DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL

À medida que os ventos da crise económica mundial vão perdendo força, as entidades responsáveis pela gestão das diversas economias mundiais terão de se concentrar nas questões de longo-prazo e de um desenvolvimento económico sustentável.

Embora as condições de investimento tenham vindo a melhorar, os elevados níveis de endividamento e a incerteza política e económica, vão continuar a bloquear o crescimento e desenvolvimento económico em 2019. Naturalmente, estas condições irão condicionar o crescimento das economias nacionais, mas igualmente do negócio das Instituições Financeiras mundiais.

ECONOMIA MUNDIAL



O ANO DE 2018 FICOU MARCADO PELA CONTINUAÇÃO DA RECUPERAÇÃO DO CRESCIMENTO DAS PRINCIPAIS ECONOMIAS MUNDIAIS, E RESPECTIVOS INDICADORES ECONÓMICOS E ÍNDICES BOLSISTAS, AINDA EM VIRTUDE DAS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE ECONÓMICA DE 2008. NO ENTANTO, A ESCALADA DE CONFLITOS POLÍTICOS E COMERCIAIS, A MANUTENÇÃO DE ELEVADOS NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO, A FLUTUAÇÃO DOS MERCADOS DE MATÉRIAS-PRIMAS E A INCERTEZA SOBRE AS CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO, CONTINUARÃO A SER FACTORES DE BLOQUEIO E PREOCUPAÇÃO EM 2019, QUER PARA AS ECONOMIAS MAIS AVANÇADAS QUER PARA AS ECONOMIAS EMERGENTES.

Economia Mundial

Seguindo a tendência do ano 2017, a economia mundial iniciou 2018 com uma perspectiva optimista, impulsionada fundamentalmente pela recuperação do sector industrial e de comércio internacional. No entanto, à medida que a confiança dos produtores e investidores internacionais sobre as perspectivas económicas arrefeceu, a recuperação da actividade económica foi perdendo ímpeto no final de 2018.

Uma das razões para o arrefecimento da economia mundial reside na aplicação de tarifas comerciais por parte das principais economias mundiais (EUA e China), bem como de medidas retaliatórias entre países. O crescimento de políticas proteccionistas fez aumentar os receios dos investidores internacionais, bloqueando decisões de investimentos futuros.

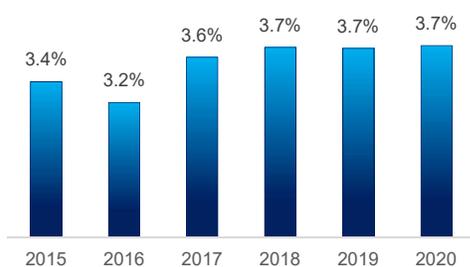
Apesar deste contexto, a economia norte-americana conseguiu crescer a um ritmo considerável, motivado essencialmente pelo corte na carga fiscal que estimulou o aumento da procura interna. Por este motivo, a Reserva Federal continuou a aumentar as suas taxas de juro de referência, ainda que os juros dos títulos de longo-prazo tenham subido de forma mais moderada, pois os investidores continuam a acreditar que a economia norte-americana enfrenta sérios desafios ao seu crescimento de longo-prazo. De acordo com o Fundo Monetário Internacional, apesar do crescimento económico frágil de 2018, existe um sentimento de optimismo relativamente a 2019, prevendo que a economia mundial cresça 3,7% em 2018 e 2019.

“ O CICLO ECONÓMICO É UMA OPORTUNIDADE IDEAL PARA AVANÇAR COM REFORMAS QUE SÃO PRIORITÁRIAS PARA TODAS AS ECONOMIAS DE MODO A IMPULSIONAR O PRODUTO POTENCIAL E PARA FAZER COM QUE O CRESCIMENTO SEJA MAIS INCLUSIVO ”

Christine Lagarde, Directora-Gerente do FMI

Evolução do PIB Mundial

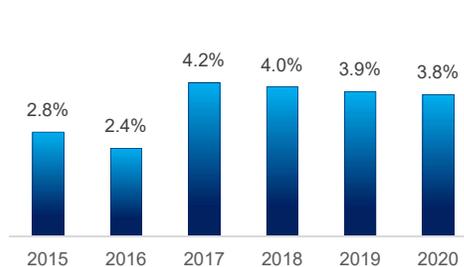
UN: percentagem face ao período homólogo



Fonte: FMI

Evolução do Comércio Mundial

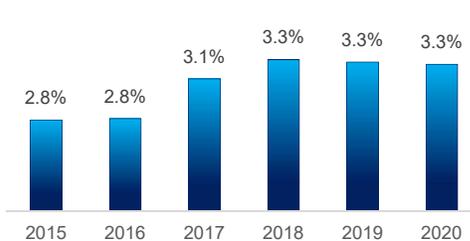
UN: percentagem face ao período homólogo



Fonte: FMI

Inflação Mundial

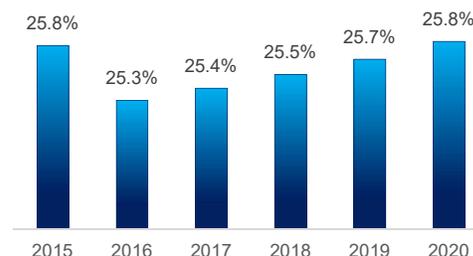
UN: percentagem



Fonte: FMI

Investimento Mundial

UN: percentagem do PIB



Fonte: FMI

Variação Anual Real do PIB

**ECONOMIA
MUNDIAL**

2018 | 3,7%

2019 | 3,7%

ECONOMIAS DESENVOLVIDAS

2018 | 2,0%

2019 | 1,8%

ECONOMIAS EMERGENTES

2018 | 4,9%

2019 | 5,0%

ÁFRICA SUBSARIANA

2018 | 3,4 %

2019 | 3,4%

AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS

2018 | 1,9%

2019 | 2,4%

ASEAN - 5

2018 | 5,2%

2019 | 5,3%

MÉDIO ORIENTE E NORTE DE ÁFRICA

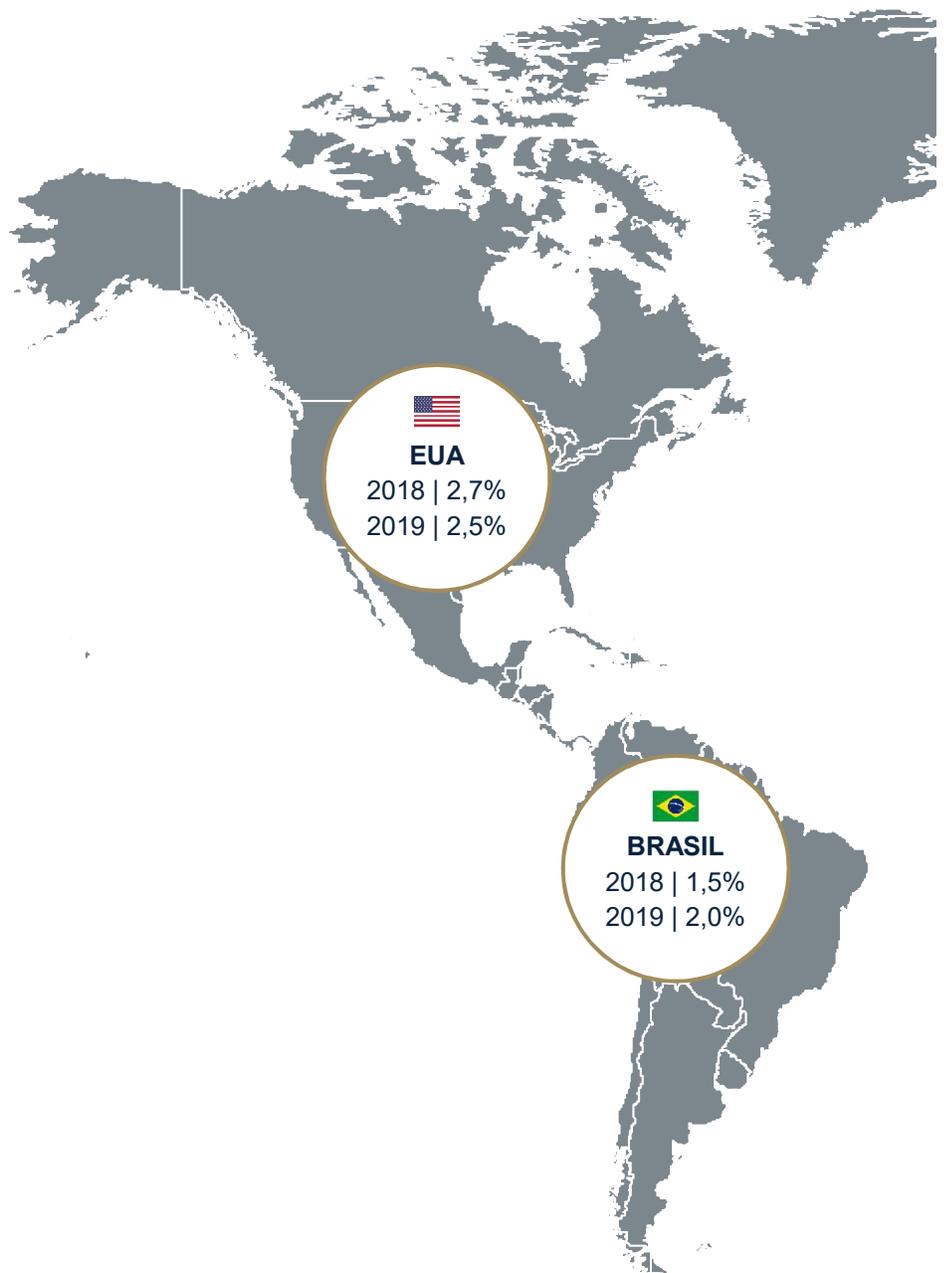
2018 | 3,2%

2019 | 3,2%

UNIÃO EUROPEIA

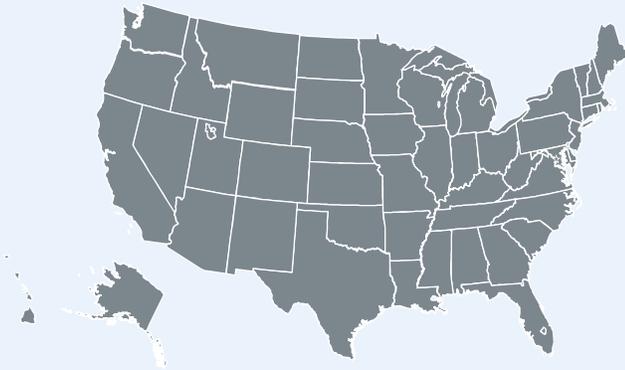
2018 | 2,1%

2019 | 1,8%



ALEMANHA 2018 | 1,8%
2019 | 1,5%**FRANÇA** 2018 | 1,8%
2019 | 1,9%**ITÁLIA** 2018 | 1,1%
2019 | 0,9%**REINO UNIDO** 2018 | 1,5%
2019 | 1,6%**KENYA** 2018 | 5,5%
2019 | 6,0%**NIGÉRIA** 2018 | 1,9%
2019 | 1,7%**NAMÍBIA** 2018 | 2,5%
2019 | 3,4%**ARGENTINA** 2018 | 2,5%
2019 | 2,7%**CANADA** 2018 | 2,1%
2019 | 1,7%**MÉXICO** 2018 | 1,9%
2019 | 2,3%**INDONÉSIA** 2018 | 5,3%
2019 | 5,5%**SINGAPURA** 2018 | 2,6%
2019 | 2,6%
ZONA EURO2018 | 1,9%
2019 | 1,7%
RÚSSIA2018 | 1,6%
2019 | 1,5%
CHINA2018 | 6,5%
2019 | 6,3%
JAPÃO2018 | 0,9%
2019 | 1,1%
ÍNDIA2018 | 7,4%
2019 | 7,8%
ÁFRICA DO SUL2018 | 1,1%
2019 | 1,6%

Estados Unidos da América



O Fundo Monetário Internacional reviu em alta o crescimento económico dos Estados Unidos da América passando de 2,3% para 2,7% em 2018 e de 1,9% para 2,5% em 2019.

Este crescimento nos Estados Unidos, impulsionado por um pacote fiscal pró-cíclico, tem conduzido ao aumento das taxas de juro dos EUA. No entanto, o Fundo Monetário Internacional alerta que este ritmo de crescimento poderá diminuir logo que o estímulo fiscal seja revertido, impactando negativamente os níveis de procura interna. Adicionalmente, as medidas comerciais proteccionistas implementadas no final de 2018, bem como a respectiva retaliação por parte da China, fazem antever uma redução da taxa de crescimento do PIB para 2019.

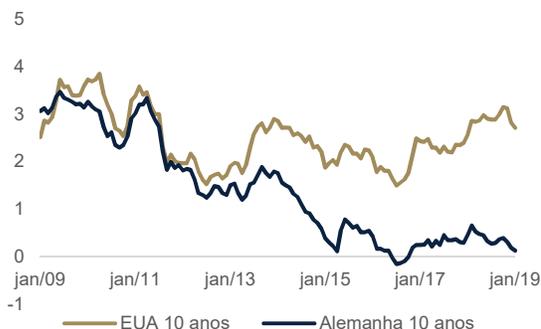
Ainda assim, uma vez que em 2018 as restantes economias mundiais não acompanharam o ritmo de crescimento dos EUA, a consequência foi uma valorização do dólar americano face à maioria das moedas.

Esta situação pressionou diversos mercados emergentes com uma subida dos seus níveis de risco, e consequente aumento do seu custo de endividamento.

O crescimento acentuado do défice orçamental dos EUA tem conduzido ao aumento das yields das obrigações do país, nomeadamente a 10 anos. De acordo com o Standard Bank Research, a yield a 10 anos chegará ao intervalo de 2,50% - 3,50%, até ao final de 2019.

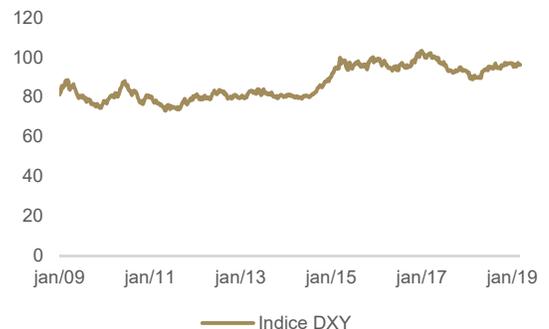
Yields das Obrigações a 10 anos

UN: percentagem



Fonte: FMI

Índice do Dólar Norte-Americano

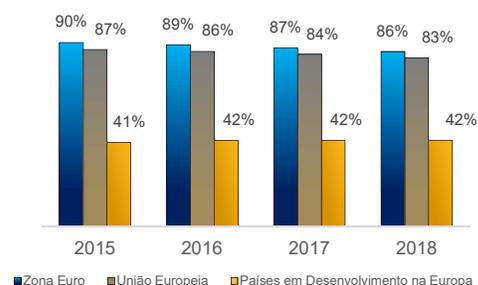


Fonte: FMI

Europa

Dívida Pública Bruta

UN: percentagem do PIB



Fonte: FMI

Evolução do Volume de Exportação de Bens e Serviços

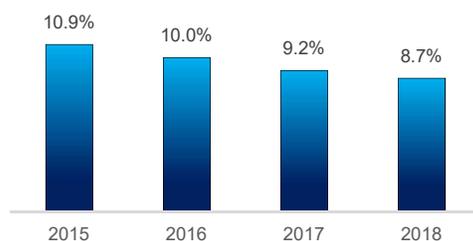
UN: percentagem face ao período homólogo



Fonte: FMI

Investimento (Zona Euro)

UN: percentagem do PIB



Fonte: FMI



As estimativas de diversos operadores de mercado demonstram a fraca dinâmica de crescimento na economia da zona do euro no final de 2018.

Em comparação com o quarto trimestre de 2017, o PIB ajustado sazonalmente cresceu 1,2%, abaixo dos 1,6% do terceiro trimestre. Consequentemente, o crescimento desacelerou para 1,9% em 2018, em comparação com os 2,4% de 2017. A dinâmica da procura interna deverá ter pesado negativamente sobre o produto no último trimestre de 2018. O sector industrial da zona euro registou também um momento negativo, com a produção industrial a registar a maior contracção desde o primeiro trimestre de 2013, no quarto trimestre de 2018. Uma fraca recuperação na produção automóvel após a implementação de novos testes de emissões no terceiro trimestre prejudicou o resultado do sector, sendo que a desaceleração do ritmo de crescimento nos mercados emergentes e as preocupações geopolíticas foram igualmente factores prejudiciais à recuperação da economia europeia. Os dados por economia não são igualmente animadores para as principais economias da Zona Euro. A economia da Alemanha evitou por pouco uma recessão técnica no quarto trimestre, com um crescimento nulo, enquanto a economia italiana entrou efectivamente em recessão técnica no quarto trimestre. O Banco Central Europeu (BCE) encontra-se a reduzir o seu programa de compra de activos, ainda que dadas as condições económicas actuais não se preveja que o BCE se encontre em posição para aumentar as suas taxas de juro de referência.

A saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*), está prevista para 29 de Março de 2019, data em que acaba o período de negociação do acordo de saída. À semelhança dos impactos negativos sobre o crescimento económico global provocados pela guerra comercial entre China e EUA, é esperado que o *Brexit* afecte as transacções entre o Reino Unido e a União Europeia. O corte nas perspectivas de crescimento daí resultante poderá afectar as relações comerciais e de investimento entre o Reino Unido, a União Europeia e as Economias Africanas que tenham como principais parceiros comerciais países europeus. É o caso de Angola por via da relação comercial com Portugal.

África

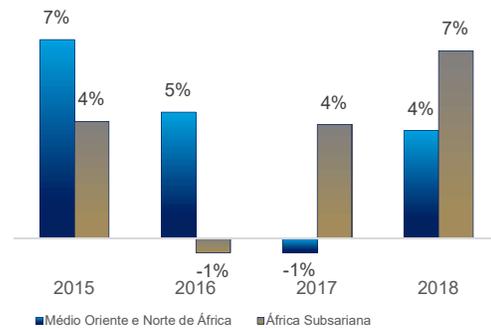


Em 2018, o crescimento económico frágil e díspar entre países foi ainda mais uma realidade para as várias economias do continente africano. As economias que em 2019 conseguirão crescer serão aquelas que garantam o acesso a capitais internacionais, mas que igualmente se comprometam quer com reformas políticas e sociais, quer com o investimento em infra-estruturas essenciais ao desenvolvimento económico.

No entanto, a deterioração da situação social e orçamental destas economias antevê muitas dúvidas sobre a capacidade destes países em continuarem a depender destas fontes de crescimento. Alguns Governos não terão capacidade para obter financiamento externo, limitando o seu crescimento e desenvolvimento para os anos seguintes.

Evolução do Volume de Exportação de Bens e Serviços

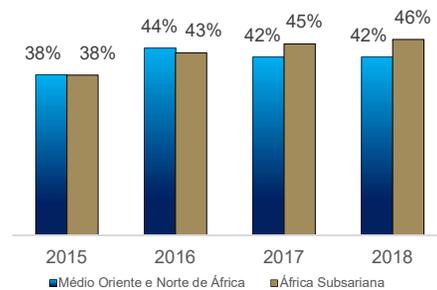
UN: percentagem face ao período homólogo



Fonte: FMI

Dívida Pública Bruta

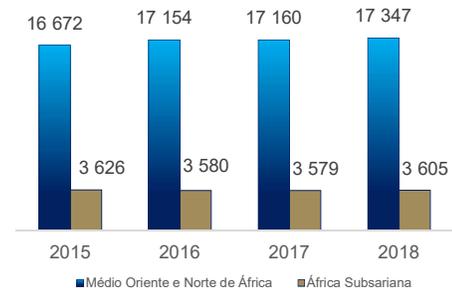
UN: percentagem do PIB



Fonte: FMI

PIB per Capita (preços constantes)

UN: 2011 USD



Fonte: FMI

África



GANÁ



Em 2018, e de acordo com números oficiais do FMI, o PIB do Gana cresceu 6,3%, mantendo-se o país como uma das economias africanas com maior crescimento. Este desempenho notável é atribuído à abundância de recursos naturais, assim como ao ambiente político estável, reconhecida como uma das democracias mais abertas do continente. A taxa de inflação média registada em 2018 situou-se nos 8% o que indica que o preço dos bens deverá permanecer relativamente controlado.



NIGÉRIA



Em 2018, a Nigéria cresceu 1,9% de acordo com o FMI. A economia está progressivamente a sair da recessão apesar de se manter vulnerável. A alta dos preços do petróleo, as taxas de juro atractivas e as políticas monetárias restritivas contribuíram para melhorar o acesso a divisas estrangeiras. No entanto, o país terá de lidar rapidamente com os seus problemas sociais, económicos e políticos para que possa potenciar o seu desenvolvimento económico.



NAMÍBIA



De acordo com as projecções do FMI, a economia da Namíbia deverá registar um ritmo de crescimento em torno de 2,5%, em 2018, estando a actividade económica muito associada a dois sectores de actividade: construção e produção mineira.

O país depende fortemente da indústria extractiva que representa mais de 12,5% do PIB e contribui para a obtenção de mais de 50% das divisas estrangeiras.

África



ÁFRICA DO SUL



Em 2018, a economia Sul-Africana cresceu 1,1%. Apesar do crescimento positivo, a dívida pública atingiu os 50% do PIB e o défice 4% do PIB. A taxa de desemprego registada foi de 27,9%.

O ano ficou marcado pela renúncia do Presidente Jacob Zuma após o seu envolvimento num escândalo de corrupção. O seu substituto, o Presidente Cyril Ramaphosa, definiu como principais prioridades o crescimento económico, a redução do desemprego e evitar o *downgrade* do país pelas agências de *rating*.



QUÉNIA



O Quénia registou em 2018 um crescimento do PIB na ordem dos 5,5%. Este resultado deriva fundamentalmente da estabilidade política, do melhor sentimento empresarial e do forte consumo privado. A dívida pública atingiu os 57% do PIB em Junho de 2018 e o défice registou o valor de 6,7% do PIB.

No entanto, o país enfrenta graves problemas de infra-estruturas, desigualdades salariais e pobreza fruto das elevadas taxas de desemprego.



MOÇAMBIQUE



As projecções oficiais do FMI estimam que a economia moçambicana tenha crescido entre 4% e 5% em 2018. A recuperação económica é atribuída à manutenção de paz, à evolução gradual das condições financeiras, à liquidação de dívida a fornecedores internos assim como ao aumento do investimento estrangeiro. A consolidação fiscal que o governo está a realizar deverá permitir ao país prosseguir a sua recuperação em 2019

Ásia



As previsões de crescimento para a economia chinesa permanecem inalteradas em 6,6%. O crescimento é impulsionado pelo forte desempenho económico no primeiro semestre de 2018, particularmente no que diz respeito ao consumo interno e à expansão do sector dos serviços. A projecção para 2019 apresenta uma revisão em baixa para 6,3%, devido ao crescimento mais lento da procura interna e ao ambiente de “guerra” comercial com o EUA. As reformas do lado da oferta, bem como os apoios da política monetária e fiscal, deverão conseguir garantir a continuação do ritmo de crescimento económico.

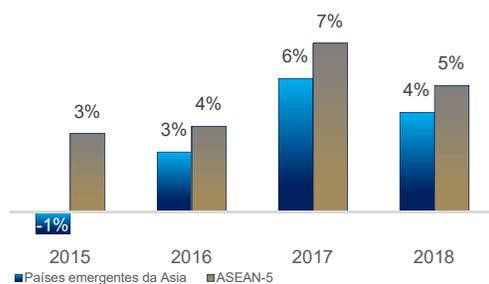
A economia indiana continua a recuperar o seu ritmo de crescimento, sendo que as previsões apontam para um ritmo de crescimento económico em 2018 de 7,3% e de 7,6% para 2019. A procura interna robusta e o crescimento das exportações, minimizou o crescimento das importações impulsionado em grande medida pelo aumento dos preços do petróleo. A depreciação da rupia, os mercados financeiros externos voláteis e os riscos de inflação vão exigir em 2019 atenções redobradas por parte das autoridades monetárias.

Relativamente à região do sudeste asiático, espera-se que esta região cresça 5,1% em 2018. O investimento na Malásia foi mais fraco do que o esperado, enquanto as exportações líquidas moderaram o crescimento na Indonésia, Filipinas, Vietname e Tailândia, uma vez que tiveram de aumentar as suas importações para suportar o investimento em infra-estruturas.

O continente asiático enfrenta alguns riscos decorrentes de potenciais choques financeiros e comerciais. Se a economia dos EUA mostrar sinais de sobreaquecimento, a Reserva Federal pode aumentar as taxas de juro além das expectativas do mercado, o que poderia intensificar a saída de capital das economias asiáticas, pressionando ainda mais as moedas regionais. Além disso, se as taxas de juro na Ásia aumentarem ainda mais, as economias com elevados níveis de dívida privada poderão atravessar por um período de elevada vulnerabilidade dos seus sectores financeiros.

Evolução do Volume de Exportação de Bens e Serviços

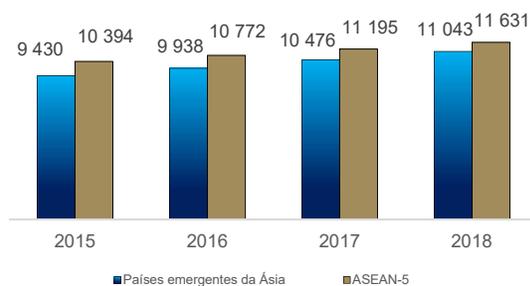
UN: percentagem



Fonte: FMI

PIB per Capita (preços constantes)

UN: 2011 USD



Fonte: FMI

Mercado Petrolífero

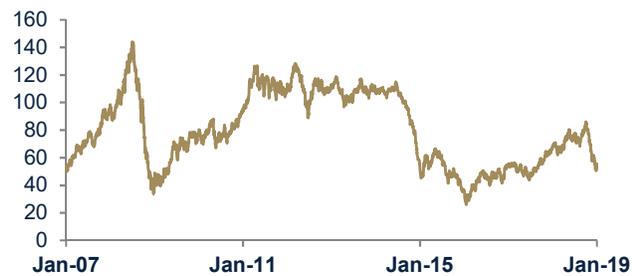
A queda nos preços das *commodities* que caracterizou o final de 2018 poderá estender-se durante o início de 2019, o que terá impacto na trajetória económica dos países africanos produtores de *commodities*. No entanto, é improvável que a queda se prolongue durante muito tempo, estando a recuperação dos preços prevista para o final de 2019.

No seguimento de perturbações na produção na Costa do Golfo dos Estados Unidos da América, Líbia, Mar do Norte e Venezuela, assim como um renovado acordo de produção até finais de 2018 dos países que compõem a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o preço do petróleo subiu mais de 160% até cerca de 80 USD por barril em meados de 2018.

No final do ano, os preços do petróleo registaram uma queda anormal, dias após os membros da OPEP tomarem a decisão de reduzir a sua produção. Outros grandes países produtores desta *commodity*, que não integram a OPEP, procederam igualmente a cortes nas suas produções.

Evolução dos Preços do Petróleo

UN: Dólares americanos por barril

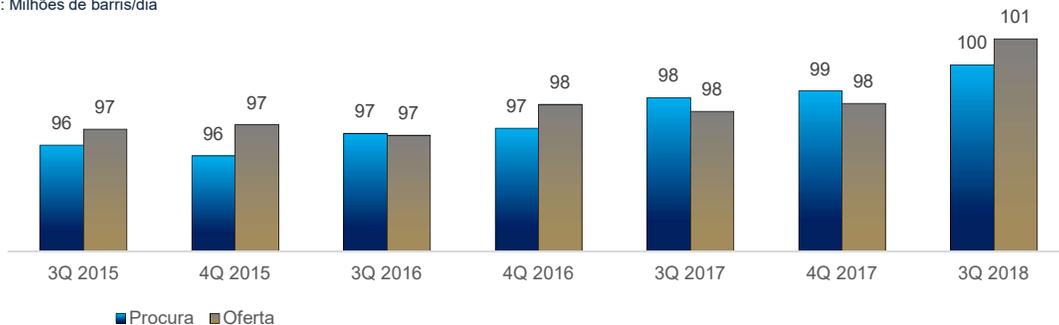


Fonte: Bloomberg, Standard Bank research

Embora seja possível que os preços do petróleo caiam em 2019, é ainda mais expectável que o declínio não se prolongue. De acordo com a agência Bloomberg, existe consenso no que diz respeito ao preço do petróleo terminar 2019 à volta dos 70 USD por barril. No entanto, é também assumida a probabilidade destas previsões poderem ser revistas para valores próximos de 60 USD por barril.

Procura e Oferta Mundiais de Petróleo

UN: Milhões de barris/dia



Fonte: International Energy Agency

Mercado Cambial

O ano de 2018 foi considerado como sendo um ano relativamente estável do ponto de vista da variação das moedas mundiais. O ano fica fundamentalmente marcado pelo reforço da posição do Dólar Norte-Americano, como consequência da recuperação mais acelerada da actividade económica do país face às principais economias mundiais.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Taxa de Câmbio, fim do período						
EUR/USD	1,375	1,210	1,086	1,052	1,200	1,147
GBP/USD	1,656	1,558	1,474	1,234	1,351	1,276
USD/JPY	105,315	119,695	120,320	116,895	112,685	109,575
USD/CNY	6,054	6,206	6,494	6,945	6,507	6,879
USD/ZAR	10,497	11,571	15,477	13,739	12,372	14,362
Variação % anual						
EUR/USD	4,16	-11,99	-10,23	-3,17	14,09	-4,40
GBP/USD	1,88	-5,94	-5,37	-16,29	9,53	-5,59
USD/JPY	21,41	13,65	0,52	-2,85	-3,60	-2,76
USD/CNY	-2,83	2,51	4,63	6,95	-6,31	5,71
USD/ZAR	24,12	10,23	33,75	-11,23	-9,94	16,08

Fonte: Reuters, Standard Bank research

ECONOMIA MUNDIAL

PRINCIPAIS RISCOS PARA 2019

As perspectivas sobre o desempenho da economia mundial em 2019 têm vindo a deteriorar-se. Tendo em consideração as preocupações com a desaceleração do crescimento económico por parte de algumas economias chave, como China e União Europeia, e o impacto mais amplo de uma guerra comercial entre EUA e China, o Economist Intelligence Unit antevê que o crescimento global sofra uma desaceleração. De acordo com a mesma Instituição existem 10 riscos principais que ameaçam o normal funcionamento da economia mundial.

PRINCIPAIS RISCOS MUNDIAIS, EM 2019

■ Riscos Políticos ■ Riscos Económicos ■ Riscos Militares



Principais Indicadores Mundiais

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
EVOLUÇÃO DO PIB	3,4%	3,2%	3,6%	3,7%	3,7%	3,7%
África Subsariana	3,4%	1,4%	2,6%	3,4%	3,4%	3,7%
América Latina e Caraíbas	0,8%	-0,9%	1,2%	1,9%	2,4%	2,6%
ASEAN – 5	4,9%	4,9%	5,2%	5,2%	5,3%	5,3%
Médio Oriente e Norte de África	2,6%	5,1%	2,2%	3,2%	3,2%	3,3%
Zona Euro	2,0%	1,8%	2,1%	1,9%	1,7%	1,6%
EXPORTAÇÃO BENS E SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-
África Subsariana	4,3%	0,0%	4,2%	6,9%	4,9%	4,8%
América Latina e Caraíbas	4,7%	1,6%	4,6%	4,4%	4,7%	4,8%
ASEAN – 5	3,3%	3,6%	7,1%	5,3%	5,2%	5,4%
Médio Oriente e Norte de África	7,3%	4,6%	0,0%	4,0%	2,7%	2,8%
Zona Euro	6,4%	3,2%	4,4%	4,1%	3,9%	3,9%
INFLAÇÃO	2,8%	2,8%	3,1%	3,3%	3,3%	3,3%
África Subsariana	7,0%	11,3%	11,0%	9,5%	8,6%	8,3%
América Latina e Caraíbas	5,5%	5,6%	4,2%	3,6%	3,5%	3,5%
ASEAN - 5	3,3%	2,4%	3,3%	3,1%	3,2%	3,3%
Médio Oriente e Norte de África	5,9%	5,4%	7,1%	8,1%	6,0%	5,5%
Zona Euro	0,0%	0,2%	1,5%	1,4%	1,7%	1,8%
INVESTIMENTO MUNDIAL (% PIB)	25,8%	25,3%	25,4%	25,5%	25,7%	25,8%
África Subsariana	19,9%	18,6%	18,7%	18,9%	19,3%	19,6%
América Latina e Caraíbas	22,5%	20,0%	19,7%	19,8%	20,2%	20,6%
ASEAN - 5	28,0%	28,6%	29,0%	29,3%	29,5%	29,7%
Médio Oriente e Norte de África	29,6%	28,6%	28,2%	27,5%	27,6%	27,8%
Zona Euro	20,0%	20,3%	20,6%	20,8%	21,0%	21,2%

ECONOMIA ANGOLANA



O ANO DE 2018 FOI UM ANO DE MUDANÇA PARA A ECONOMIA ANGOLANA. A FORTE DESVALORIZAÇÃO DO KWANZA FACE ÀS PRINCIPAIS MOEDAS DE REFERÊNCIA A NÍVEL MUNDIAL, ASSIM COMO O ACORDO DE FINANCIAMENTO ALARGADO JUNTO DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL CONSTITUEM O PONTO DE PARTIDA PARA UM CONJUNTO DE REFORMAS QUE SE IRÃO INTENSIFICAR AO LONGO DOS PRÓXIMOS ANOS.

A ESTABILIDADE POLÍTICA PERCEPCIONADA PELO MERCADO INTERNACIONAL TROUXE CONFIANÇA AOS INVESTIDORES E PERMITIU, NO CONTEXTO ACTUAL, VOLTAR AO MERCADO DE *EUROBONDS* COM RESULTADOS ASSINALÁVEIS.

Economia Angolana



Angola é a terceira maior economia e o segundo maior exportador de petróleo da África Subsariana, com reservas de petróleo estimadas em 9,5 mil milhões de barris. A sua economia é altamente dependente do petróleo, tanto para efeitos de exportações (mais de 95%) como no que diz respeito à receita orçamental do país (cerca de 50%).

De acordo com o Orçamento Geral do Estado 2019, a economia angolana esteve em recessão entre 2016 e 2018, tendo como principal causa a redução do preço do petróleo, e os consequentes desequilíbrios gerados na economia nacional. Para a recuperação da estabilidade macroeconómica, o governo angolano criou o Programa de Estabilidade Macroeconómica (PEM), com um conjunto de medidas de ajustamento fiscal.

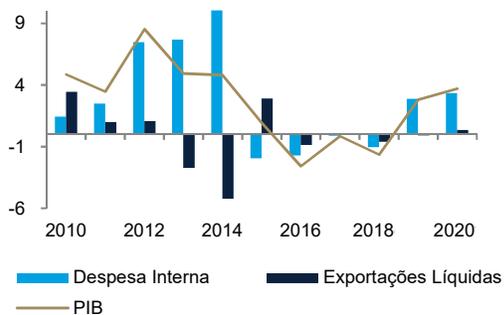
O PEM pretende: consolidação orçamental, maior flexibilidade cambial, reduzir o rácio dívida pública/ PIB para 60% no médio-prazo, melhorar o perfil de dívida pública, regularizar pagamentos internos em atraso e reforçar o quadro de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/ FT).

Para 2018, a previsão inicial era de um crescimento na ordem dos 4,8%, embora este valor tenha sido revisto para uma recessão de 1,1%, sendo explicado fundamentalmente por dois factores: baixos níveis de produção de petróleo e reduzida dinâmica da actividade não-petrolífera. Mesmo apesar do preço médio do barril do petróleo ter ficado acima do valor previsto no OGE2018 (72 USD e 50 USD, respectivamente) a produção petrolífera foi revista em baixa, afectando o crescimento do sector para uma redução na ordem dos 8%. Do lado do PIB não-petrolífero as projecções são mais animadoras, estando previsto um crescimento de 1%, em 2018. Esta evolução (com destaque para os sectores da agricultura, construção e energia) é em grande medida consequência da melhoria gradual dos índices de confiança relativamente aos negócios no país, desde o início de 2017.

Em 2019, estima-se que o crescimento do PIB seja de 2,8% a/a, continuando a verificar-se esta tendência em 2020, com um crescimento previsto de 3,7% a/a. Espera-se que esta melhoria seja suportada por um incremento da despesa interna, tendo em conta o abrandamento da taxa de inflação, o declínio das taxas de juro, a melhoria da liquidez do sistema financeiro e o avanço nas reformas estruturais.

Composição do PIB na Óptica da Despesa

UN: variação percentual face ao período homólogo



Fonte: INE, Standard Bank research

Economia Angolana



Em 2018 foi iniciada a implementação de várias reformas, nomeadamente a aprovação de leis sobre o investimento e a concorrência e alterações regulatórias no sector petrolífero, que podem vir a contribuir para o aumento do investimento e da procura agregada em 2019. Por outro lado, é expectável que as privatizações suportem o investimento no sector privado, permitindo a reestruturação do papel do Estado na capacidade produtiva da economia.

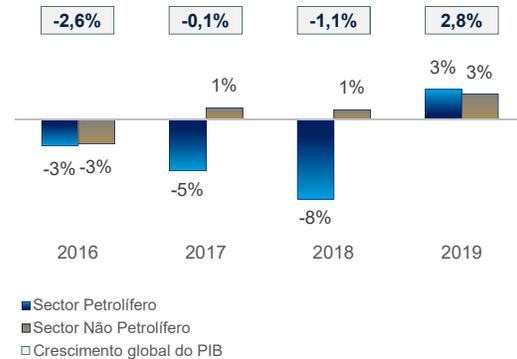
Recentemente, o Conselho Executivo do FMI aprovou um programa de apoio para Angola a 3 anos no valor de 2,7 mil milhões de SDR – equivalente a 3,7 mil milhões de USD ou 361% da quota de Angola. Neste programa foram disponibilizados de imediato 999,7 milhões USD, de modo a facilitar reformas estruturais em curso e o retorno à estabilidade macroeconómica. O Programa irá contribuir para a gestão das pressões sobre a balança de pagamentos que caracterizam a economia angolana, desde a queda generalizada dos preços do petróleo em meados de 2014. Por outro lado, será um importante apoio nas medidas de liberalização do mercado cambial e na melhoria da liquidez cambial.

Por sua vez, iniciativas de consolidação fiscal e mobilização de receitas estão a ser direccionadas no sentido de serem catalisadores da diversificação económica. Neste sentido, não está prevista a necessidade de continuar a desvalorização do Kwanza em 2019, dado o ajuste substancial verificado em 2018.

Na última década a actividade petrolífera tem exercido uma influência determinante nas perspectivas de crescimento da economia de Angola, quer pelo impacto da sua volatilidade, quer pelo facto deste sector ser a principal fonte de receitas tributárias, de exportações e de origem das divisas que entram no país.

Evolução do PIB Real Petrolífero e Não Petrolífero

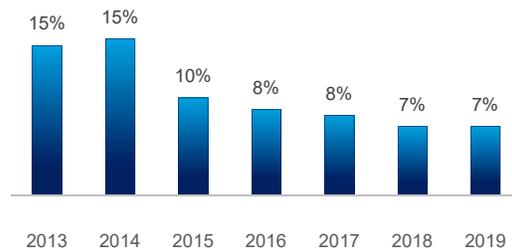
UN: percentagem face ao período homólogo



Fonte: Relatório de Fundamentação:
Proposta de Orçamento Geral do Estado 2019

Investimento Total

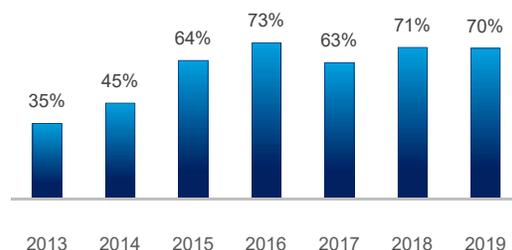
UN: percentagem do PIB



Fonte: FMI

Evolução da Dívida Pública

UN: percentagem do PIB



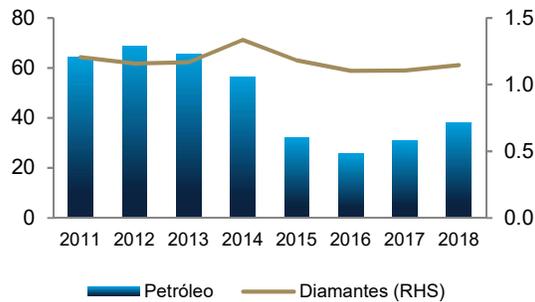
Fonte: Relatório de Fundamentação:
Proposta de Orçamento Geral do Estado 2019

Economia Angolana



Principais Exportações

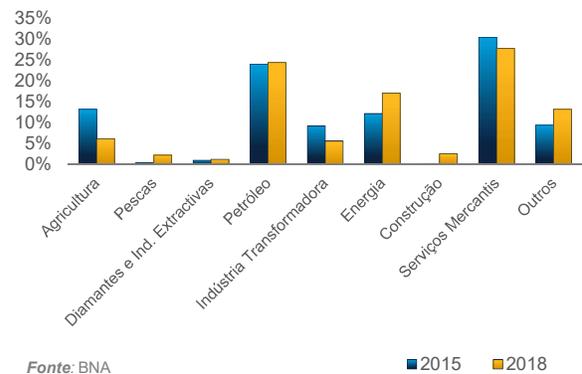
UN: Mil milhões de USD



Fonte: BNA

Estrutura do PIB

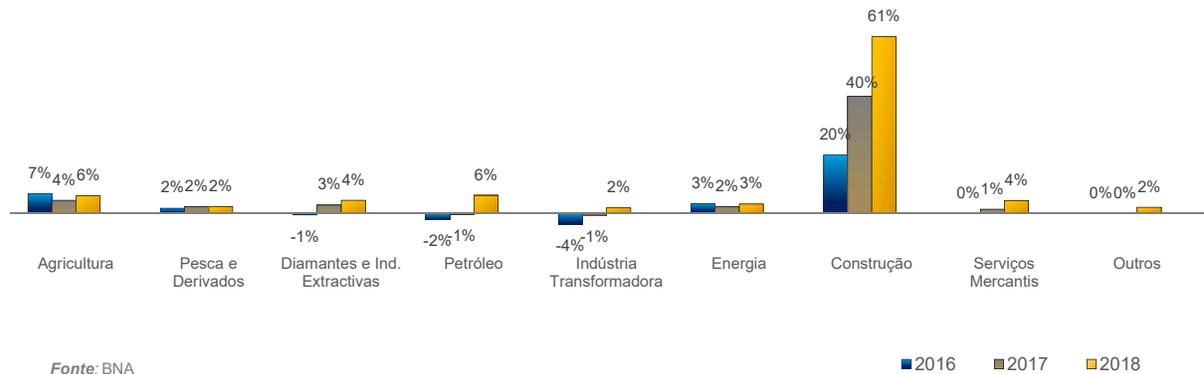
UN: Percentagem do PIB



Fonte: BNA

Evolução do PIB por sectores de actividade

UN: percentagem face ao período homólogo



Fonte: BNA

A volatilidade do sector petrolífero e a redução dos níveis de produção de Angola é um factor de preocupação para o desenvolvimento sustentável nacional. No entanto, começam a existir os primeiros sinais de crescimento de sectores como agricultura, construção, energia e indústria.

Este processo de transformação da actividade económica angolana tem de continuar a ser reforçado, uma vez que ainda não se encontra a gerar o impacto necessário sobre as receitas estatais e exportações. A economia angolana continua profundamente dependente do sector petrolífero. Em 2018, o sector representou cerca de um quarto do PIB, correspondendo a mais de 95% das exportações e contribuindo com 72% das receitas fiscais. Estes indicadores revelam um elevado nível de dependência da economia angolana, tornando-a particularmente vulnerável aos movimentos dos preços do petróleo. O Orçamento Geral do Estado para 2019 assume um preço médio do barril de petróleo na ordem dos 68 USD.



A diversificação e competitividade de uma economia são determinadas por diversos factores que operam em conjunto: enquadramento regulamentar, contexto político, enquadramento macroeconómico, existência de infra-estruturas adequadas, capacidade dos recursos humanos e funcionamento do sector financeiro. Neste sentido, o FMI determinou um conjunto de recomendações de políticas de forma a estimular a operacionalização destes aspectos na economia Angolana.



Realizar uma consolidação gradual e sustentada do saldo orçamental primário não petrolífero, no médio prazo, para colocar os rácios da dívida pública/ PIB numa trajectória claramente descendente



Adoptar um quadro fiscal de médio prazo (QFMP) centrado em regras de despesa e num fundo de estabilização orçamental bem concebido para reduzir a pró-ciclicidade dos gastos



Promover a consolidação fiscal para conter o aumento da dívida pública



Tomar medidas para alcançar uma taxa de câmbio de equilíbrio de mercado, enquanto as restrições cambiais e as práticas de taxas de câmbio múltiplas são eliminadas gradualmente



Fortalecer o sector financeiro mediante a adopção de novos requisitos mínimos de capital, a recapitalização e a reestruturação dos Bancos Públicos, a melhoria dos quadros de gestão e resolução de crises



Promover o crescimento e a diversificação da economia liderados pelo sector privado, reduzindo os custos no sector não petrolífero e melhorando a governação e o ambiente de negócios



Apesar de diversos factores poderem contribuir para a recuperação da actividade económica de Angola (ex.: financiamento ao sector não-petrolífero, aumento do investimento publico, reformas estruturais para melhorar a governação e o aumento de negócios, atracção de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), melhoria do enquadramento legal ao nível da concorrência e do investimento), existe igualmente de acordo com o FMI uma extensa lista de ameaças à recuperação do ritmo de crescimento da actividade económica.

Redução dos preços internacionais do petróleo



Declínio potencial da produção de petróleo



Resvalos na aplicação efectiva de políticas macroeconómicas e reformas estruturais



Lentidão na resolução de crédito malparado



Ajustamento incompleto do mercado cambial



Política Orçamental

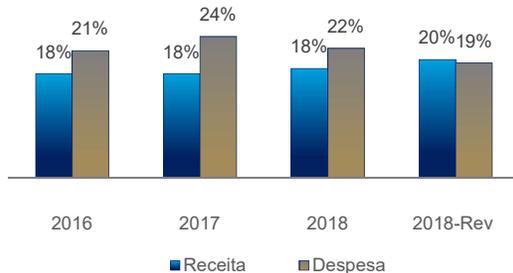


O ambiente político em Angola permanece estável à medida que o compromisso com reformas estruturais e o combate à corrupção ganha impulso sob a liderança do Presidente Joao Lourenço.

Em 2019 é expectável que surjam reformas administrativas destinadas a melhorar a governação e o enquadramento legal no que se refere ao combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Quadro Fiscal: Receita e Despesa Pública

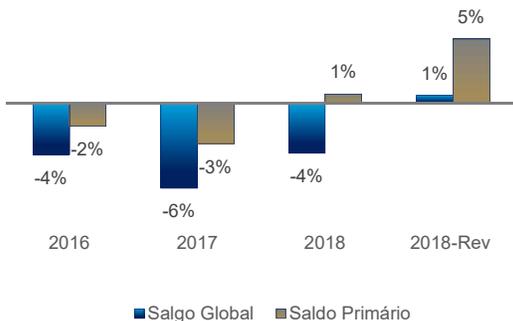
UN: Percentagem do PIB



Fonte: Relatório de Fundamentação: Proposta de Orçamento Geral do Estado 2019

Quadro Fiscal: Saldo Global e Saldo Primário

UN: Percentagem do PIB



Fonte: Relatório de Fundamentação: Proposta de Orçamento Geral do Estado 2019

De acordo com o Orçamento Geral do Estado 2019, o ano de 2018 pode ter sido um ano marcante para a Política Orçamental de Angola, na medida em que existem perspectivas da retoma de saldos global e primário superavitários, de 0,6% e 4,8%, respectivamente. Estes valores ficam acima dos níveis previstos no OGE 2018, de -3,4% e -0,7%, respectivamente.

O superavit primário de 4,8% está ligeiramente acima dos juros totais suportados pelo país (4,2% do PIB). Estas são boas notícias para o país, tendo em conta o espaço fiscal limitado de Angola, a dívida pública elevada e as grandes necessidades brutas de financiamento (NBF). Desta forma, o Tesouro angolano está a gerar receitas suficientes para pagar o custo dos juros e reduzir o stock de dívida em aproximadamente 0,6% do PIB.

Este desempenho favorável resulta exclusivamente do melhor desempenho na obtenção de receitas públicas, nomeadamente no sector petrolífero. No primeiro semestre de 2018, a receita petrolífera ficou 15,6% acima do esperado, enquanto a receita não petrolífera ficou cerca de 7,7% abaixo do previsto.

Política Orçamental



Apesar do caminho de sucesso que foi percorrido em 2018, o Fundo Monetário Internacional realça um conjunto de políticas e reformas estruturais que são necessárias para continuar a consolidar a sustentabilidade fiscal no médio-prazo e melhorar a qualidade da despesa pública.



Conceber e implementar uma estratégia credível para regularizar pagamentos em atraso e evitar a sua recorrência futura



Introduzir o IVA para criar uma fonte de receita tributária mais ampla e estável para o Orçamento, implicando definir legislação e os parâmetros do imposto, actualizar sistemas e comunicar o novo imposto aos contribuintes



Controlar os riscos de passivos contingentes, incluindo os que advêm da emissão pelo Estado de garantias a grandes projectos de infra-estruturas e recorrer a parcerias público-privadas que atenuem os riscos do sector público



Manter os esforços de alargamento da base tributária não petrolífera e fortalecer o cumprimento das obrigações tributárias, melhorando as fiscalizações e a informação sobre os contribuintes, e incentivando a formalização de empresas informais



Reduzir no médio prazo a massa salarial em termos de percentagem do PIB, mediante a reforma e a racionalização do tamanho da administração pública e o alinhamento de salários com os níveis de produtividade e desempenho



Ajustar os preços internos dos combustíveis, reflectindo as variações nos preços internacionais e na taxa de câmbio, e introduzir um mecanismo de ajustamento automático de preços



Expandir os Programas Sociais para os mais vulneráveis, reduzindo a pobreza, melhorando o acesso e qualidade do ensino básico e secundário, e reforçando a prestação de cuidados de saúde primários



Fortalecer os processos de elaboração e execução do Orçamento, evitando o não cumprimento de tectos orçamentais e a realocação de gastos entre os principais tipos de despesa sem aprovação da Assembleia Nacional

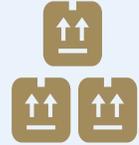


Reduzir o Sector Empresarial Público, aumentando os níveis de eficiência económica. As empresas públicas insolventes devem ser encerradas, e as economicamente viáveis, mas ineficientes, devem ser reestruturadas e/ou privatizadas



Reestruturar a Sonangol, centrando-a na sua actividade principal de petróleo e gás, reduzindo o quadro de pessoal e alienando parte dos seus negócios secundários, limitando a necessidade de futuras injeções públicas de capital

Balança de Pagamentos



A posição externa de Angola registou melhorias significativas em 2018, em resultado do aumento das exportações petrolíferas, tendo a balança de conta corrente deixado terreno negativo no último trimestre de 2017.

Depois dos elevados défices de 8,9%, 3% e 0,5% do PIB em 2015, 2016 e 2017, respectivamente, as expectativas para 2018 apontam para um nível positivo de 3,7% do PIB, como reflexo da expectativa de aumento das exportações, derivada do aumento do preço do petróleo.

Apesar da balança corrente permanecer positiva, a balança de pagamentos continua sob pressão devido aos custos com a dívida, aos baixos níveis de investimento directo estrangeiro e à ausência de investimento estrangeiro na dívida pública angolana.

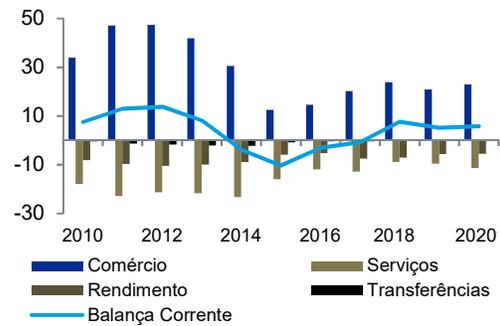
Contudo, apesar do saldo negativo da balança de pagamentos em 0,3% do PIB, é importante assinalar a sua evolução muito positiva face ao défice global de 3,8% registado em 2017.

Dados preliminares relativos a 2018, publicados pelo Ministério das Finanças mostram que as receitas da exportação de petróleo aumentaram 33,5% a/a, atingindo 38 mil milhões USD. Isto reflecte o aumento do preço médio do barril de 52,6 USD em 2017 para 72 USD em 2018. Este incremento compensou o decréscimo na produção, que se fixou em 9,1% a/a durante 2018. A produção total correspondeu a 541,5 milhões de barris, o que representa uma média de 1,48 mbpd, comparativamente a 1,63 mbpd verificados em 2017.

As reservas de moeda estrangeira que têm vindo a diminuir de forma sistemática nos últimos anos irão provavelmente estabilizar em 2019, depois de terminarem o ano de 2018 em mínimos históricos de 16,3 mil milhões USD. Ou seja, menos 10,4% a/a, o que representa perto de 7-m de coberturas à importação. As reservas cambiais líquidas diminuíram 18,2% a/a em 2018, para um total de 11,1 mil milhões USD. A diminuição verificada nas reservas de moeda estrangeira reflecte o aumento das vendas de moeda estrangeira pelo BNA, com o objectivo de reduzir a lista de pedidos não satisfeitos. É possível que uma parte substancial dos montantes investidos em obrigações do Tesouro em moeda local indexadas ao dólar, representem procura de moeda estrangeira não satisfeita.

Conta Corrente da Balança de Pagamentos

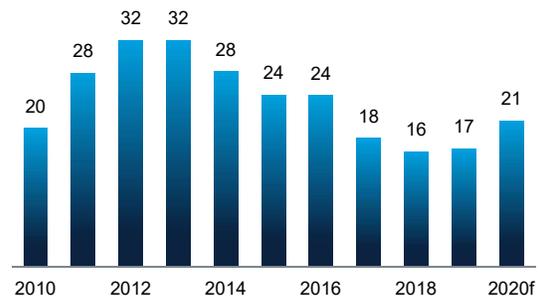
UN: Milhões de USD



Fonte: BNA, Standard Bank research

Reservas Internacionais Brutas

UN: USD Milhões

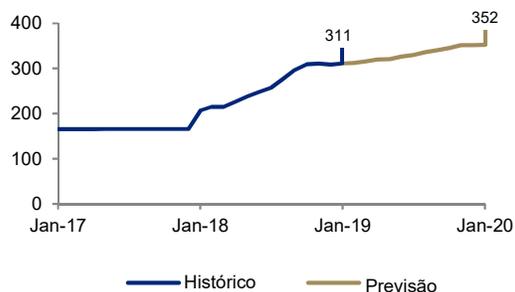


Fonte: BNA, Standard Bank research

Política Monetária e Cambial



Taxa de Câmbio USA/ AOA



Fonte: Bloomberg, Standard Bank research

Ao longo de 2018, a política monetária manteve o seu curso restritivo em apoio à maior flexibilidade da taxa de câmbio. No início de 2018, o BNA abandonou a paridade fixa com o Dólar Norte-Americano e adoptou um regime de taxa de câmbio mais flexível, que conduziu a uma depreciação significativa do Kwanza (30%) em relação do Dólar. Para atenuar um ajuste excessivo da taxa de câmbio, o BNA reactivou os leilões de divisas com novas regras, em que as ofertas dos Bancos podem flutuar dentro de uma banda de 2%, acima ou abaixo, da taxa de câmbio média das ofertas vencedoras do leilão anterior.

Na prática, isto limita a depreciação cambial máxima a 2% por leilão. No primeiro trimestre de 2018, o BNA intensificou o fornecimento de divisas através de leilões, e espera eliminar em breve a venda directa de divisas a sectores prioritários.

Estima-se que a maior parte do ajuste necessário à taxa de câmbio tenha ocorrido em 2018 após a taxa de câmbio USD/AOA ter aumentado 86% a/a, fechando o ano nos 308,6. A taxa de câmbio do mercado paralelo respondeu de forma positiva ao diminuir inicialmente para USD/AOA 365 em Setembro, passando de um máximo histórico de USD/AOA 600 em Junho de 2016. Este valor foi corrigido durante o último trimestre de 2018 para USD/AOA 410, um valor 33% mais elevado que a taxa de câmbio oficial.

Para 2019, o objectivo será continuar com a normalização da taxa de câmbio e aliviar o *spread* das taxas do mercado paralelo. Em 2018, O BNA vendeu 11,5 mil milhões EUR, mais 4,8% do que em 2017, resultando numa diminuição das reservas de moeda estrangeira, enquanto se tentava reduzir a lista de pedidos de moeda estrangeira e melhorar a liquidez da economia. A este nível, a redução do coeficiente de reservas obrigatórias de 21% para 17% em Julho, bem como a redução das taxas de juro, reflectem a necessidade de conferir alguma folga na geração de liquidez para que a economia funcione.

Política Monetária e Cambial



Em 2016, em consequência da queda do preço do petróleo, existiram choques muito consideráveis sobre a taxa de inflação, tanto do lado da procura como do lado da oferta, criando uma trajectória crescente da taxa de inflação, que encerrou em 41,95%.

Apesar da persistência da inflação, tem existido um esforço significativo para estabilizar este indicador. Desta forma, em 2018 a taxa de inflação atingiu os 18,6%, e o Governo ambiciona registar em 2021 uma taxa de inflação de apenas um dígito. É esperado que a principal taxa de juro da política monetária seja de cerca de 16% em 2019 e de 14% em 2020.

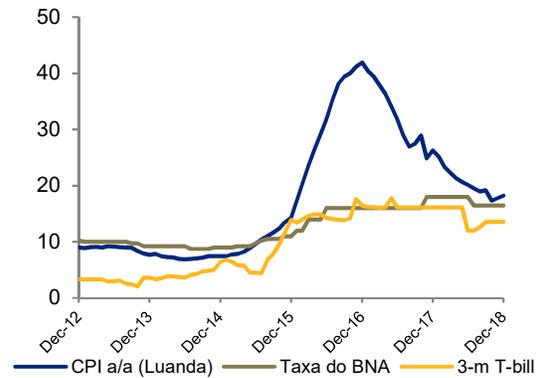
O baixo crescimento dos agregados monetários evidencia a redução da liquidez da moeda local, o que ajudou a estabilizar o Kwanza nos últimos meses de 2018.

A Base Monetária em moeda nacional, que desde Novembro de 2017 passou a ser a variável operacional da política monetária, registou entre Janeiro e Junho de 2018 uma queda acumulada de 14,4% e de 4,6% em termos homólogos no primeiro semestre, prevendo-se que até Dezembro de 2018 tenha acumulado uma diminuição homóloga de 0,7%. O agregado monetário M2 em moeda nacional, determinante para a taxa de inflação, teve uma contracção acumulada de 1,7%.

Este comportamento dos agregados monetários tem permitido controlar as pressões sobre a taxa de câmbio, viabilizando a implementação do novo regime cambial e a desaceleração da taxa de inflação.

Inflação e Taxas de Juro

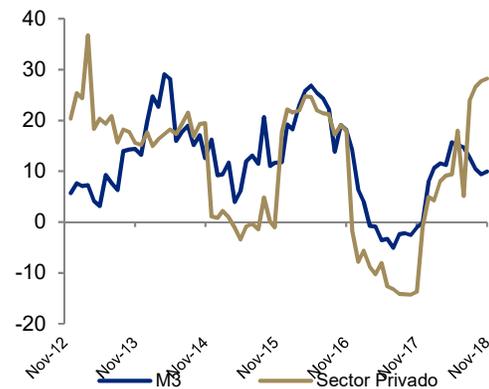
UN: Percentagem



Fonte: BNA, INE, Standard Bank research

Evolução Anual (%) dos Agregados Monetários

UN: Percentagem



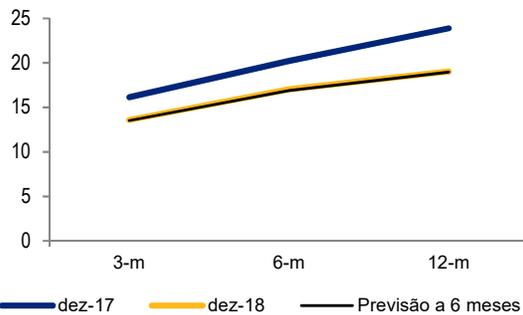
Fonte: BNA, Standard Bank research

Política Monetária e Cambial



Evolução das Yields

UN: Percentagem



Fonte: BNA, Standard Bank research

A pressão sobre a liquidez da moeda local, o impacto das vendas de moeda estrangeira pelo BNA, assim como a emissão de obrigações fez aumentar a yield das T-bills, depois de terem registado valores mínimos em Junho de 2018. A yield das 3-m T-bill aumentou para 13,6%, depois de ter registado 12% em Junho (valor mínimo) e a taxa das 6-m aumentou para 17,1%, depois de ter registado 16% em Junho. Por fim, a yield das 12-m T-bill situou-se nos 19%, verificando-se um aumento face aos 17,9% registados em Junho.

O stock de obrigações domésticas do Governo cresceu 57,9% a/a, o que representa um total de 7,3 trilhões AOA (23,6 mil milhões USD), em Dezembro de 2018. Este crescimento reflecte não só o impacto parcial da desvalorização do Kwanza nas obrigações indexadas ao Dólar, mas também a intenção de aumentar a dívida de longo prazo para reduzir a pressão da dívida de curto prazo. A mudança no perfil de endividamento público doméstico, de curto prazo para maiores maturidades, enquanto medida para aliviar a pressão do custo da dívida governamental no curto-prazo, levou à redução brusca de 49,9% a/a do stock de T-bill em Dezembro para um total de 580.5 mil milhões AOA (1.9 mil milhões USD).

O ano de 2018 marcou o regresso de Angola aos mercados de *Eurobonds*, tendo os títulos angolanos registado, até ao início de 2019, o melhor desempenho entre os seus congéneres Africanos.

Os ganhos acumulados ascendem a 6% YTD, beneficiando do acordo com o FMI e do aumento dos preços do petróleo.

No entanto, não é expectável que continuem a superar o índice Africano, dado que após os últimos aumentos, os títulos já não estarão subvalorizados.

A trajectória dos preços do petróleo irá ditar a evolução do preço das *Eurobonds*, assim como a oferta adicional de dívida. É expectável que o Governo queira capitalizar a confiança dos investidores após o FMI ter aprovado o Programa de apoio a Angola no montante de 3,7 mil milhões USD.

Preço das Eurobonds

UN: dólares americanos



Fonte: Bloomberg, Standard Bank research



O sector financeiro angolano encontra-se genericamente estável, mas existem vulnerabilidades que deverão ser abordadas com urgência. Em 2018, o BNA triplicou o capital regulamentar mínimo exigido para os Bancos comerciais, o que poderá levar no curto-prazo a uma consolidação do sector. Todos os Bancos migraram para o regime de contabilidade IFRS 9, o qual exige requisitos mais exigentes na constituição de provisões.

Adicionalmente, os Bancos continuam a sofrer com a fraca actividade de crédito e com elevados níveis de crédito malparado. Por outro lado, a elevada dependência da economia em relação ao petróleo é um desafio para o sector, uma vez que os modelos de negócio dos Bancos estão profundamente ligados ao sector petrolífero. O aumento das necessidades de financiamento do sector público durante quebras dos preços do petróleo aumenta a exposição dos Bancos ao Estado através das compras de BT.

MEDIDAS POTENCIAIS MENCIONADAS PELO FMI, NOMEADAMENTE:



AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS ACTIVOS

Realizar a avaliação da qualidade dos activos dos Bancos, com vista a medir as suas necessidades de capitalização e procurar uma resolução urgente dos créditos malparados para reforçar o balanço dos Bancos



MONITORIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

Monitorizar atentamente os Bancos, inclusivamente a sua posição de liquidez em moeda estrangeira e em moeda nacional, e tomar medidas correctivas imediatas sempre que forem identificados problemas



COMBATE AO BC/ FT

Fortalecer o quadro de Combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo (CBC/FT), em colaboração com outros órgãos públicos, para estar melhor posicionado para a próxima avaliação da solidez do quadro de CBC/FT

Principais Indicadores

(variação percentual, salvo indicação em contrário)	2015	2016	2017	2018	2019
Economia Real					
Produto Interno Bruto Real	3,0	-0,8	1,0	2,2	2,5
Sector Petrolífero	6,5	-1,7	0,5	2,3	0,1
Sector Não Petrolífero	1,6	-0,4	1,2	2,1	3,5
Preços no Consumidor (média anual)	10,3	32,4	31,7	27,8	17,1
Preços no Consumidor (fim de período)	14,3	41,9	26,3	24,7	15,0
Produto Interno Bruto (mil milhões de USD)	102,6	95,3	124,5	119,1	121,0
Governo Central					
Total da Receita	27,3	18,6	15,8	18,2	18,1
D/q: Petrolífera	15,4	8,8	8,4	11,7	10,8
D/q: Não Petrolífera	9,3	7,9	5,8	5,6	6,4
Total da Despesa	30,6	23,4	21,8	20,2	20,5
D/q: Petrolífera	24,7	19,2	16,2	16,2	15,6
D/q: Não petrolífera	6,0	4,1	5,5	4,0	5,0
Saldo Orçamental Global	-3,3	-4,8	-6,0	-2,0	-2,4
Moeda e Crédito					
Massa Monetária (M2)	11,8	14,4	-0,1	14,4	21,3
Crédito ao Sector Privado (variação % em 12 meses)	17,6	-1,8	1,3	27,2	22,8
Balança de Pagamentos					
Balança Comercial (percentagem do PIB)	12,2	14,7	13,5	17,4	16,5
Exportações de Bens, FOB (percentagem do PIB)	32,3	28,9	26,2	33,4	31,0
D/q: Exportações de Petróleo e Gás (percentagem do PIB)	31,1	27,5	25,1	32,2	29,7
Importações de Bens, FOB (percentagem do PIB)	20,2	14,2	12,7	16,0	14,5
Saldo da Conta Corrente (percentagem do PIB)	-10,0	5,1	-4,5	-3,5	-2,5
Reservas Internacionais Brutas (fim de período, milhões USD)	24 419	24 353	17 938	14 338	15 238
Reservas Internacionais Líquidas (fim de período, milhões USD)	24 266	20 807	13 300	9 700	10 600
Dívida (percentagem do PIB)					
Total da Dívida (bruta) do Sector Público	64,6	79,8	64,1	72,9	69,9
Petróleo					
Produção de petróleo (milhares de barris/dia)	1 780	1 744	1 757	1 798	1 800
Exportações de Petróleo e Gás (mil milhões USD)	31,9	26,2	31,2	38,3	36,0
Preço do Petróleo Angolano (média, USD por barril)	50,0	40,9	51,6	62,5	58,5

Fonte: FMI



01 Enquadramento
Macroeconómico

02 **Principais
Indicadores**

03 Estratégia
para 2018

04 O Standard
Bank de Angola

PRINCIPAIS INDICADORES

42 Indicadores Gerais

05

Inovação e
Tecnologia

06

Sistema de
Controlo Interno

07

Modelo de
Gestão de Risco

08

Análise
Financeira

09

Demonstrações
Financeiras e Pareceres

CAPACIDADE PARA GERAR VALOR ECONÓMICO E SOCIAL

O desempenho do Standard Bank de Angola em 2018 foi inteiramente consistente com a estratégia definida, tendo inclusivamente excedido as expectativas iniciais, sobretudo face aos diversos desafios operacionais e ao contexto macroeconómico volátil. O Banco encontra-se deste modo no caminho certo para continuar a gerar valor para os seus accionistas, contribuindo igualmente para o crescimento e desenvolvimento do mercado e da economia de Angola.



INDICADORES GERAIS

O STANDARD BANK DE ANGOLA CONTINUA FOCADO NUM CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL QUE LHE PERMITA SATISFAZER AS NECESSIDADES DOS SEUS CLIENTES E SIMULTANEAMENTE ENTREGAR MAIOR RENTABILIDADE AOS SEUS ACCIONISTAS.

OS RESULTADOS DE 2018 DO STANDARD BANK DE ANGOLA DEMONSTRAM UMA VEZ MAIS A SOLIDEZ E SUSTENTABILIDADE DO BANCO, MAS IGUALMENTE A SUA CAPACIDADE DE DAR RESPOSTA AOS DESAFIOS DO ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO ACTUAL.

Indicadores Gerais

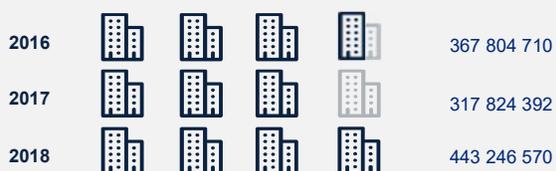
Através de uma marca com mais de 150 anos de experiência, os resultados do Standard Bank de Angola advêm de uma estratégia assente em dois eixos fundamentais: o que fazemos e como fazemos.

UN: Milhares de AOA	2018	2017	VARIAÇÃO
 MARGEM FINANCEIRA	36 406 773	28 815 355	↑ + 26%
 RESULTADO DE OPERAÇÕES CAMBIAIS	11 760 703	2 718 234	↑ + 333%
 RESULTADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS	6 695 923	4 193 958	↑ + 60%
 PRODUTO BANCÁRIO	56 647 923	33 808 522	↑ + 68%
 RESULTADO LÍQUIDO	32 322 509	17 028 354	↑ + 90%
 RETURN-ON-EQUITY (ROE)	63%	60%	↑ + 3pp
 RÁCIO DE EFICIÊNCIA (COST-TO-INCOME)	36%	46%	↓ - 10pp
 ACTIVO	443 246 570	317 824 392	↑ + 39%
 PROVISÕES PARA IMPARIDADE DE CRÉDITO/ CRÉDITO	2%	6%	↓ - 4pp
 RÁCIO DE SOLVABILIDADE REGULAMENTAR	32%	33%	↓ - 1pp
 NON-PERFORMING LOANS (NPL)	1%	5%	↓ - 4pp

Indicadores Gerais

ACTIVO TOTAL (MILHARES AOA)

O aumento do Activo do Standard Bank de Angola (+39%) traduziu um significativo aumento da actividade de intermediação financeira, bem como do aumento da captação de recursos de clientes.



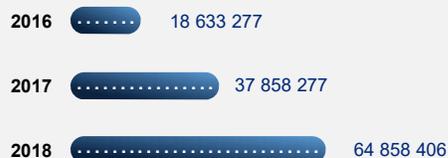
RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO

O aumento do rácio de transformação em 2018 reflecte uma posição de liquidez estável, segura e suficiente, com base em activos líquidos e elegíveis, tendo o Banco mantido um nível prudente de rácio de transformação (+2 p.p. face a 2017)



CAPITAIS PRÓPRIOS (MILHARES AOA)

Os capitais próprios do Standard Bank de Angola mantêm o ritmo de crescimento, por via da incorporação de resultados líquidos crescentes, consolidando a solidez e a posição do Banco no mercado, bem como demonstrando o seu comprometimento com o investimento em Angola.



39%

Evolução do Activo em 2018



71%

Evolução dos Capitais Próprios em 2018

Indicadores Gerais



50%

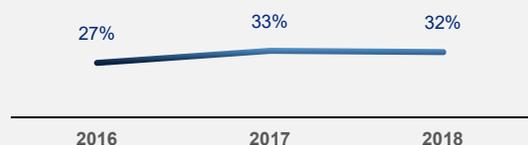
Evolução do Crédito Concedido em 2018

QUALIDADE DE CRÉDITO

Melhoria significativa da qualidade do crédito concedido pelo Standard Bank de Angola

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

O rácio de solvabilidade manteve-se significativamente acima do limite de solvabilidade exigido pelo BNA (10%), apresentado uma tendência crescente ao longo dos últimos anos e fixando-se em 32% no exercício de 2018. Rácio calculado de acordo com o Aviso n.º 02/2016 do BNA.



CRÉDITO CONCEDIDO (MILHARES AOA)

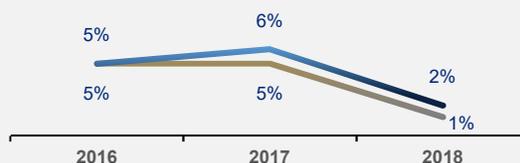
O crédito concedido a Clientes aumentou 50% em 2018, contrariando a tendência dos últimos anos. Este movimento traduz a melhoria das condições macroeconómicas do país, sendo igualmente impulsionado pela alteração da lei das importações.



Ano	Ícones de Crédito	Valor (Milhares AOA)
2016	4 ícones	52 094 812
2017	4 ícones	36 547 581
2018	4 ícones	54 761 378

QUALIDADE DE CRÉDITO

O volume de crédito vencido no total da carteira do Banco manteve-se em valores reduzidos, estando devidamente compensados por um nível adequado de provisões derivado a perdas por imparidade.

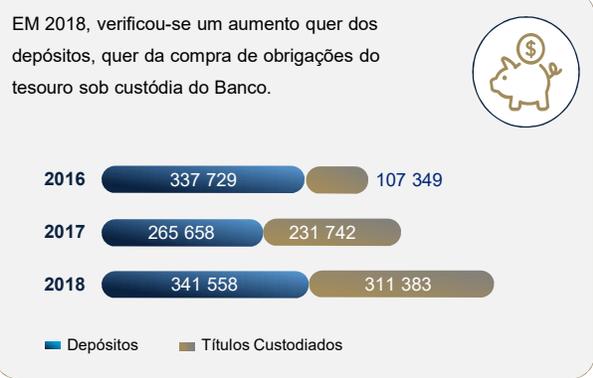


■ Cobertura por provisões para imparidade
■ Crédito em incumprimento (+90 dias)

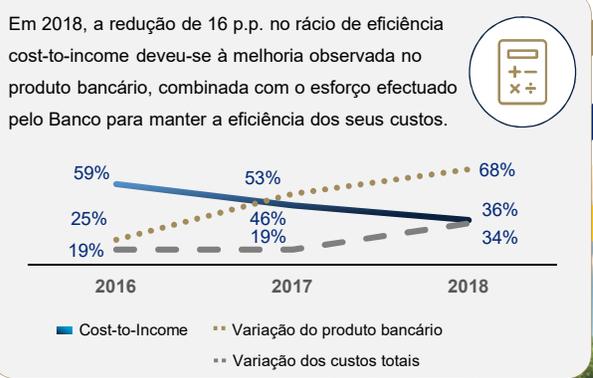
Principais Indicadores

Indicadores Gerais

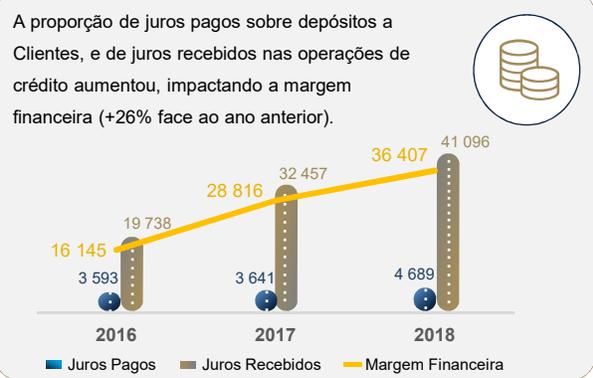
DEPÓSITOS/ TÍTULOS CUSTODIADOS (MILHÕES AOA)



RÁCIO DE EFICIÊNCIA (COST-TO-INCOME)



MARGEM FINANCEIRA (MILHÕES AOA)



RANKING NEGOCIAÇÃO (BODIVA, MILHÕES AOA)



RESULTADO LÍQUIDO (MILHARES AOA)



Indicadores Gerais

CLIENTES

O número de Clientes activos do Banco tem vindo a diminuir nos últimos dois anos. Não obstante, este valor tem sido compensado pelo aumento do envolvimento bancário dos Clientes existentes.



2016					30 635
2017					26 689
2018					22 718

COLABORADORES

Verificou-se um acréscimo no número de Colaboradores do Standard Bank de Angola. Paralelamente, no ano de 2018 o Banco continuou com a aposta no investimento em formação e capacitação dos seus profissionais.



2016					565
2017					571
2018					606

CANAIS DIGITAIS

Face a 2017, ambos os segmentos de negócio do Banco registaram uma redução das suas taxas de penetração na utilização do *Internet Banking*, com destaque para o segmento CIB.





CIB
58%



PBB
38%



AGÊNCIAS, ATMS E TPAS

O número de postos de atendimento manteve-se face ao ano anterior e o número de TPAs activos duplicou face a 2017. Em termos de ATMs existia mais 1 ATM activo no final de 2018, quando comparado com o ano transacto.



26



Postos de Atendimento
Manteve-se face a 2017

1 090



TPAs
Mais 549 face a 2017

27



ATMs
Mais 1 face a 2017



01 Enquadramento
Macroeconómico

02 Principais
Indicadores

03 **Estratégia
para 2019**

04 O Standard
Bank de Angola

ESTRATÉGIA PARA 2019

50 Visão Geral

52 Estratégia para 2019



QUE DESAFIOS NOS ESPERAM? QUAIS OS PRÓXIMOS PASSOS?

África é a nossa casa. Temos paixão em impulsionar o seu crescimento, em satisfazer as suas aspirações e em mudar a vida dos nossos Clientes.

Colocamos os nossos Clientes no centro das nossas prioridades, olhando para eles como indivíduos dinâmicos e únicos - cada um com os seus próprios desejos e ambições.

Desta forma, tudo o que fazemos é permitir aos nossos Clientes o seu próximo passo, quer seja comprar uma casa, marcar férias, fazer crescer o seu negócio ou comprar um presente especial para os seus amigos e família.

Conjugamos dados, tecnologia e excelência nos serviços que prestamos através de novas formas de trabalho, de modo a capacitar os nossos Clientes e a garantir que disponibilizamos continuamente experiências cada vez mais personalizadas.

Queremos que os nossos Clientes saibam que estamos ao seu lado e se sintam tranquilos sempre que pensarem: "Qual é o próximo passo?"

Visão Geral

O Standard Bank de Angola posiciona-se como uma Instituição Financeira de confiança, um Parceiro da sociedade angolana, contribuindo para o reforço da literacia e inclusão financeira da população e simultaneamente apoiando as empresas do país na expansão dos seus negócios. Enquanto organização verdadeiramente Africana, ligada ao Mundo, o Banco definiu a sua estratégia de forma a potenciar as oportunidades que África, e Angola em particular, apresenta.

MISSÃO

“África é a nossa casa, potenciamos o seu crescimento”
 “Mudar a vida das pessoas sendo mais do que um Banco”

VISÃO

“Ser líder nos serviços financeiros em Angola e África, através da excelência do serviço e da inovação, de forma a trazer valor acrescentado a todos os stakeholders e a fazer a ligação entre África e o resto do mundo”

VALORES

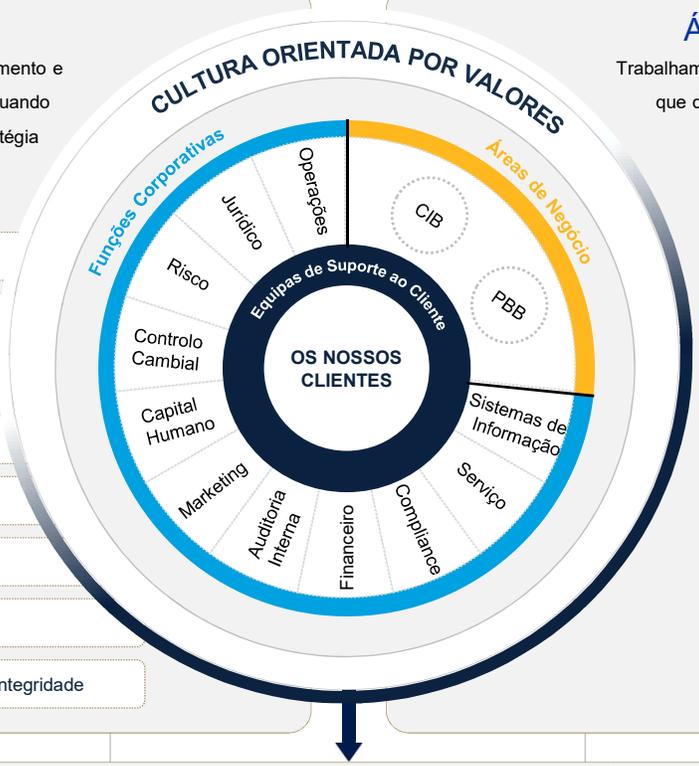
Servem de base ao comportamento e qualidades que nos definem quando implementamos a nossa estratégia

- Servir os Clientes
- Desenvolver os Colaboradores
- Criar valor para os accionistas
- Promover o respeito mútuo
- Ser proactivo
- Elevar constantemente a fasquia
- Trabalhar em equipa
- Defender os mais altos níveis de integridade

ÁREAS DE FOCO

Trabalhamos em equipa para assegurar que disponibilizamos tudo o que os nossos Clientes necessitam da forma mais eficiente possível

- Foco no Cliente
- Digitalização
- Organização Universal de Serviços Financeiros
- Colaboradores



O MODO COMO TRABALHAMOS / O MODO COMO VENCEMOS



O foco no Cliente coloca os nossos Clientes no centro de tudo o que fazemos

O **FOCO NO CLIENTE** requer que os Colaboradores coloquem o Cliente em primeiro lugar e os processos sejam desenhados em torno dos Clientes, à medida que as suas necessidades e expectativas se alteram. Isto significa que o planeamento, a entrega e execução do trabalho diário estejam devidamente alinhados, permitindo acrescentar valor à vida e aos negócios dos nossos Clientes, de forma precisa e consistente. O Standard Bank de Angola encontra-se empenhado em:

- Visualizar os Clientes como **pessoas reais, com preocupações, sonhos e desejos e não apenas como números**
- Fornecer **soluções relevantes** aos Clientes
- Ser um **parceiro de confiança** para responder às necessidades dos nossos Clientes ao longo das suas vidas e negócios
- **Realizar os nossos serviços de forma exemplar e cumprir os compromissos** de forma rápida, eficiente e segura



Digitalização significa que estamos sempre presentes e conectados às necessidades dos nossos Clientes e Colaboradores de uma forma segura, personalizada e relevante

DIGITIZAÇÃO é mais do que apenas tecnologia - trata-se de disponibilizar uma oferta alargada de serviços financeiros através de experiências seguras, personalizadas e digitalmente relevantes para os nossos Clientes e Colaboradores em tempo real, em qualquer momento. O Standard Bank de Angola encontra-se a trabalhar para:

- Garantir que os serviços que os Clientes e Colaboradores necessitam estão sempre **disponíveis, em qualquer lugar e a qualquer momento** - independentemente do canal
- **Utilizar os dados de uma forma proactiva** de modo a orientar a tomada de decisão, identificar pontos de vista relevantes e proporcionar experiências personalizadas
- Remover os processos baseados em papel para garantir pontos de contacto **intuitivos, fiáveis e fáceis de utilizar** para os nossos Clientes e Colaboradores
- Criar um ambiente de trabalho que estimule a **curiosidade, o pensamento digital e a melhoria contínua de ideias**, quer em termos de rapidez e frequência, como de entrega



A capacidade de disponibilizar um serviço completo e integrado aos nossos Clientes é um factor de diferenciação do Standard Bank de Angola

Disponibilizar uma oferta diversificada e completa de **SERVIÇOS FINANCEIROS** resulta do nosso compromisso com o Cliente e reforça as nossas vantagens competitivas: escala, solidez e experiência. O Banco caracteriza-se pela sua universalidade e multidisciplinariedade, procurando apoiar os seus Clientes em todos os aspectos e momentos do seu dia-a-dia, quer enquanto indivíduos (ex.: através do crédito concedido, poupanças, pagamentos, serviços) quer como empresários. Deste modo, procuramos ser o parceiro ideal em todas as fases da vida dos nossos Clientes.

O Banco está empenhado em:

- **Oferecer de forma transparente e eficiente** a nossa organização de serviços financeiros, para que os Clientes tenham acesso à nossa proposta de valor e que esta seja adequada e relevante face às suas necessidades específicas



O modo como os Colaboradores do Standard Bank de Angola percebem e executam as suas actividades está relacionado com o nível de satisfação dos nossos Clientes

O Standard Bank de Angola encara os seus **COLABORADORES** como um dos seus activos mais importantes para a execução dos seus objectivos estratégicos, reconhecendo que o desempenho dos seus Colaboradores está directamente associado ao grau de satisfação dos Clientes do Banco e portanto à capacidade do Banco em manter e fazer crescer a relação com os mesmos.

Neste contexto, o Standard Bank de Angola investe continuamente na capacitação da sua força de trabalho, desenvolvendo competências, criando novas oportunidades de carreira e garantindo saúde e bem-estar no trabalho.

FAZER O NEGÓCIO CERTO / DA FORMA CERTA

Estratégia para 2019

VISÃO & FUTURO

A ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO PARA 2019 FOI
DELINEADA TENDO POR BASE 6 OBJECTIVOS PRINCIPAIS.



ABORDAGEM FOCADA NO CLIENTE

- Continuar a apostar na melhoria dos níveis de serviço do Banco de modo a proporcionar a melhor experiência ao Cliente
- Desenvolver soluções que aproximem os Clientes do Banco, e vice-versa, tornando as interacções mais simples, fáceis e ágeis
- Posicionar o Banco enquanto líder de qualidade de serviço, mantendo sempre os mais elevados níveis de confiança junto dos Clientes



PESSOAS ENQUANTO ACTIVO FUNDAMENTAL

- Investir continuamente na formação dos Colaboradores
- Desenvolver e colocar em prática planos de carreira e de desenvolvimento pessoal, bem como identificar acções de desenvolvimento dos talentos observados
- Participar activamente em projectos de educação financeira e noutras actividades que potenciem o desenvolvimento dos Colaboradores
- Tirar proveito da presença geográfica do Grupo Standard Bank para potenciar o desenvolvimento profissional dos quadros do Banco



RISCO E CONDUTA

- Realizar os negócios certos da forma certa
- Contribuir para um sistema financeiro seguro, responsável e transparente
- Garantir o cumprimento do enquadramento legal em vigor
- Assegurar a manutenção da reputação do Banco



UNIVERSALIDADE DOS SERVIÇOS FINANCEIROS

- Apresentar uma oferta de serviços financeiros consistente e eficiente, disponibilizando aos Clientes todos os serviços relevantes para suprir as suas necessidades
- Colocar à disposição dos Clientes, a experiência do Grupo Standard Bank, bem como a capacidade de operar em vários mercados, em África e pelo Mundo, proporcionando aos Clientes o acesso, de forma ágil, a vários mercados financeiros



DIGITALIZAÇÃO E INVESTIMENTO EM AUTOMATIZAÇÃO

- Garantir uma experiência de utilizador única e consistente
- Disponibilizar aos Clientes e Colaboradores, os serviços que necessitam, em qualquer lugar e a qualquer momento, independentemente do canal utilizado
- Apostar na melhoria contínua das plataformas de *internet e mobile banking*
- Desenvolver soluções de automatização de procedimentos que agilizem o funcionamento do Banco
- Definir novas formas de trabalhar, garantindo um ambiente de trabalho que incentive a criatividade e o pensamento digital
- Adotar soluções de *robotics* e preparar o caminho para a aplicação de inteligência artificial e de tratamento massivo de dados - *big data*
- Continuar a melhoria e automatização dos sistemas de segurança, mantendo sempre os mais altos padrões de qualidade e segurança



SOLIDEZ NOS RESULTADOS FINANCEIROS

- Assegurar um nível de rentabilidade que permita ao Standard Bank de Angola ser o Banco mais rentável do país, garantindo a solidez necessária do rácio de solvabilidade do Banco
- Manter o rácio de liquidez do Banco
- Preservar os níveis de rentabilidade, aumentando a remuneração do accionista e a eficácia na gestão de custos



01 Enquadramento
Macroeconómico

02 Principais
Indicadores

03 Estratégia
para 2019

04 O Standard
Bank de
Angola

O STANDARD BANK DE ANGOLA

- 56 A Nossa Proposta de Valor
- 75 Governação Corporativa
- 95 Personal and Business Banking (PBB)
- 111 Corporate and Investment Banking (CIB)
- 127 Capital Humano
- 149 Marketing e Comunicação
- 161 Responsabilidade Social
- 169 Prémios e Distinções

O QUE NOS DEFINE ENQUANTO INSTITUIÇÃO FINANCEIRA? **RIGOR, CRESCIMENTO, SEGURANÇA E SUSTENTABILIDADE**

O Standard Bank de Angola pretende posicionar-se enquanto líder de qualidade de serviço, mantendo sempre os mais elevados níveis de confiança junto dos Clientes e respondendo de forma rápida e eficaz às suas necessidades.

Investimos de forma continuada nas nossas pessoas, em tecnologia e em novas metodologias de trabalho, ao mesmo tempo que procuramos adoptar as melhores práticas do mercado, sempre com um foco bem presente: resposta eficaz às necessidades dos Clientes.

A NOSSA PROPOSTA DE VALOR



O STANDARD BANK DE ÂNGOLA É UMA INSTITUIÇÃO DE REFERÊNCIA NO MERCADO ANGOLANO RECONHECIDA PELA SUA INTEGRIDADE, RIGOR, TRANSPARÊNCIA E COMPETITIVIDADE NO CONTINENTE AFRICANO.

TEMOS INVESTIDO CONTINUAMENTE NO ALINHAMENTO COM AS MELHORES PRÁTICAS INTERNACIONAIS, APOSTANDO DIARIAMENTE NA MELHORIA CONTÍNUA DA SATISFAÇÃO DOS NOSSOS CLIENTES.

O REDESENHO E OPTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS OPERACIONAIS, BEM COMO A CRIAÇÃO DE UMA OFERTA DIRECCIONADA PARA AS NECESSIDADES DE CADA CLIENTE PERMITIRAM, NOS ÚLTIMOS ANOS, PROPORCIONAR UM SERVIÇO DE EXCELÊNCIA E RIGOR.

Quem Somos

O Standard Bank de Angola, S.A. (abreviadamente designado por "Standard Bank de Angola" ou "Banco") é uma sociedade de direito angolano, com sede social em Talatona, Luanda, que iniciou a sua actividade a 27 de Setembro de 2010.

O Banco dedica-se ao exercício da actividade bancária nos termos permitidos e definidos por lei, através da obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no BNA, aplicações em Instituições de Crédito, aquisição de títulos e em outros activos.

Adicionalmente, presta outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

O Standard Bank é um grupo financeiro com mais de 150 anos de história que tem como objectivo impulsionar o desenvolvimento do continente africano e, conseqüentemente, contribuir para o crescimento do mercado Angolano, respeitando os valores e princípios sobre os quais assenta a sua estrutura organizacional.

Assumindo quer Clientes quer Parceiros no centro da sua actividade, e de acordo com as realidades de risco, regulação, tecnologia e concorrência que moldam o panorama financeiro em África, o Banco aposta na diversificação da sua oferta, no investimento em operações, sistemas e infra-estruturas e na criação de um impacto positivo junto das comunidades locais. Todas estas iniciativas traduzem-se num investimento crescente e contínuo na responsabilidade social corporativa em Angola.

"AFRICA IS OUR HOME, WE DRIVE HER GROWTH"



Ser a Instituição Financeira Líder a nível continental, capaz de servir todo o território, oferecendo uma experiência diferenciada aos seus Clientes, ao mesmo tempo que cria valor para as sociedades envolventes



Ser líder nos serviços financeiros em Angola e África, através da excelência do serviço e da inovação, de forma a trazer valor acrescentado a todos os *stakeholders* e a fazer ligação entre África e o resto do mundo



- ❖ Servir os Clientes
- ❖ Desenvolver os Colaboradores
- ❖ Criar valor para Parceiros
- ❖ Ser proactivo
- ❖ Trabalhar em equipa
- ❖ Elevar constantemente a fasquia
- ❖ Privilegiar o respeito mútuo
- ❖ Defender os mais altos níveis de integridade

Quem Somos

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Estrutura do Conselho de Administração

- Presidente
- Administrador Executivo
- Administrador Não Executivo

1. OCTÁVIO CASTELO PAULO

Licenciado em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa, assume o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Standard Bank de Angola

Experiência

Advogado, conta com uma vasta experiência na assessoria a grandes investidores internacionais em diversos sectores.

2. LUÍS TELES

Licenciado em Gestão na Universidade Católica de Lisboa, com MBA na Universidade Nova de Lisboa. Assume as funções de Presidente da Comissão Executiva do Standard Bank de Angola

Experiência

Vasta experiência no sector bancário angolano e internacional, estando no Grupo Standard Bank desde o ano 2010

3. EDUARDO CLEMENTE

Licenciado em Gestão de Empresas pelo ISCTE, com especialização em Corporate Finance pelo CEMAF/ ISCTE

Experiência

Ampla experiência no sector bancário em Angola, assumindo funções de Director Financeiro Executivo (CFO) do Standard Bank de Angola



4. IVO VICENTE

Licenciado em Sistemas de Informação & Gestão de Operações, Cum Laude na Suffolk University, e com Mestrado em Administração de Empresas na Hult University em Boston nos EUA, assume a função de Administrador Executivo no Standard Bank de Angola

Experiência

Ampla experiência no mercado angolano, tendo desempenhado funções de gerência na AAA Activos, Limitada

5. ANTÓNIO COUTINHO

Licenciado em Comércio (Contabilidade) pela Universidade de Pretória na África do Sul, com formação em gestão pela Henley Management School no Reino Unido, e formação de Executivos na Universidade de Harvard nos EUA, é Administrador Não Executivo do Standard Bank de Angola

Experiência

Tem desempenhado cargos de gestão em Instituições Financeiras internacionais e conta com uma vasta experiência no sector bancário e no mercado africano

6. CARLOS VICENTE

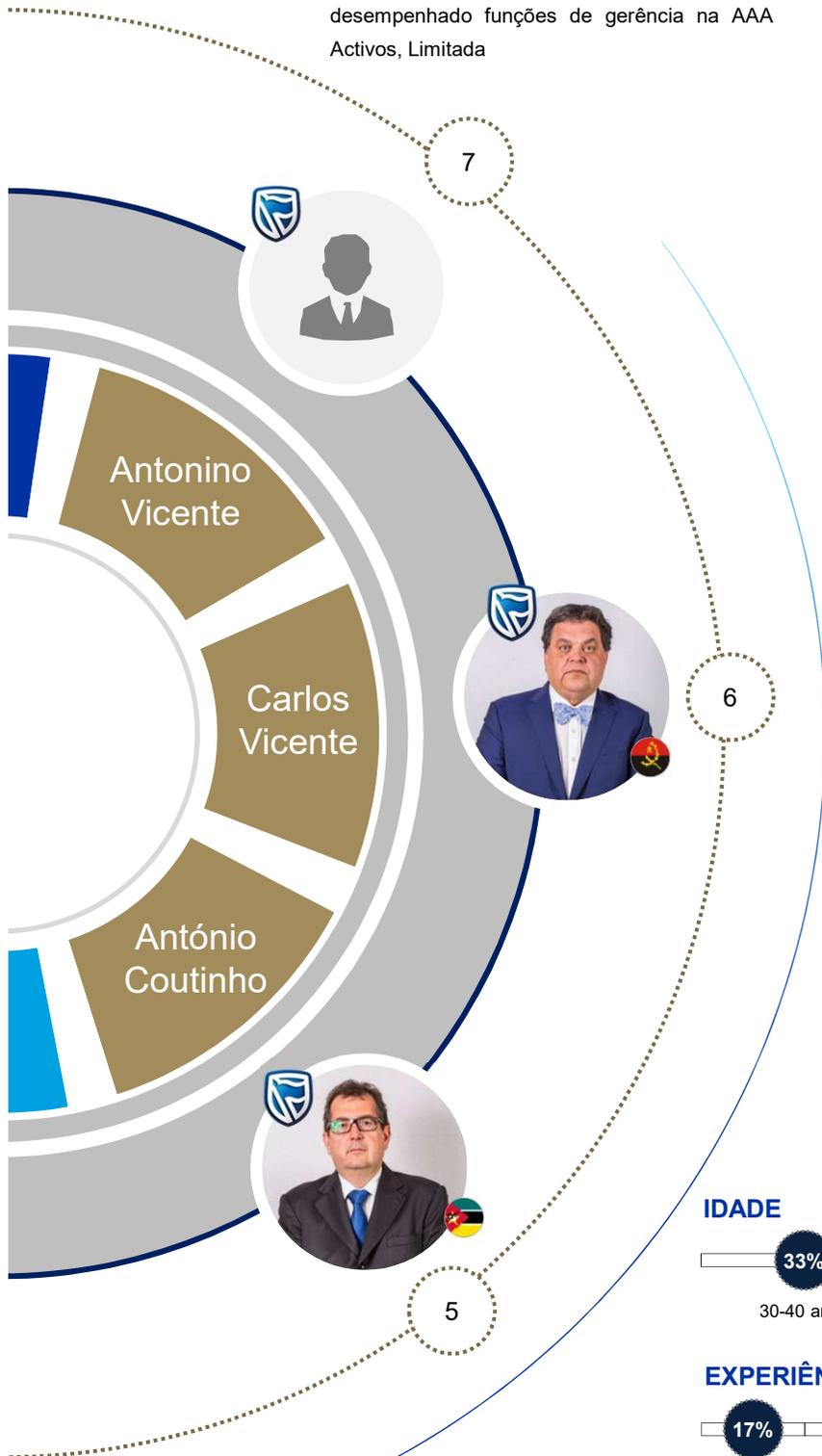
Licenciado em Economia pela Universidade Agostinho Neto em Angola e Mestrado com distinção em Gestão pela ADL/MEI nos EUA, desempenha a função de Administrador Não Executivo no Standard Bank de Angola

Experiência

Ampla experiência no mercado angolano e internacional, tendo liderado a AAA Activos, Limitada em Angola, Reino Unido e Bermudas

7. Em Fase de Nomeação

Membro actualmente em nomeação e sob aprovação do Banco Nacional de Angola



IDADE



EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL



A Nossa Proposta de Valor

Quem Somos

DE ÁFRICA PARA O RESTO DO MUNDO

O Grupo Standard Bank, usufruindo da sua vasta experiência no território africano tem desempenhado e pretende continuar a desempenhar um papel de relevo no crescimento futuro do continente. Para tal, a sua estratégia assenta em três pilares fundamentais:

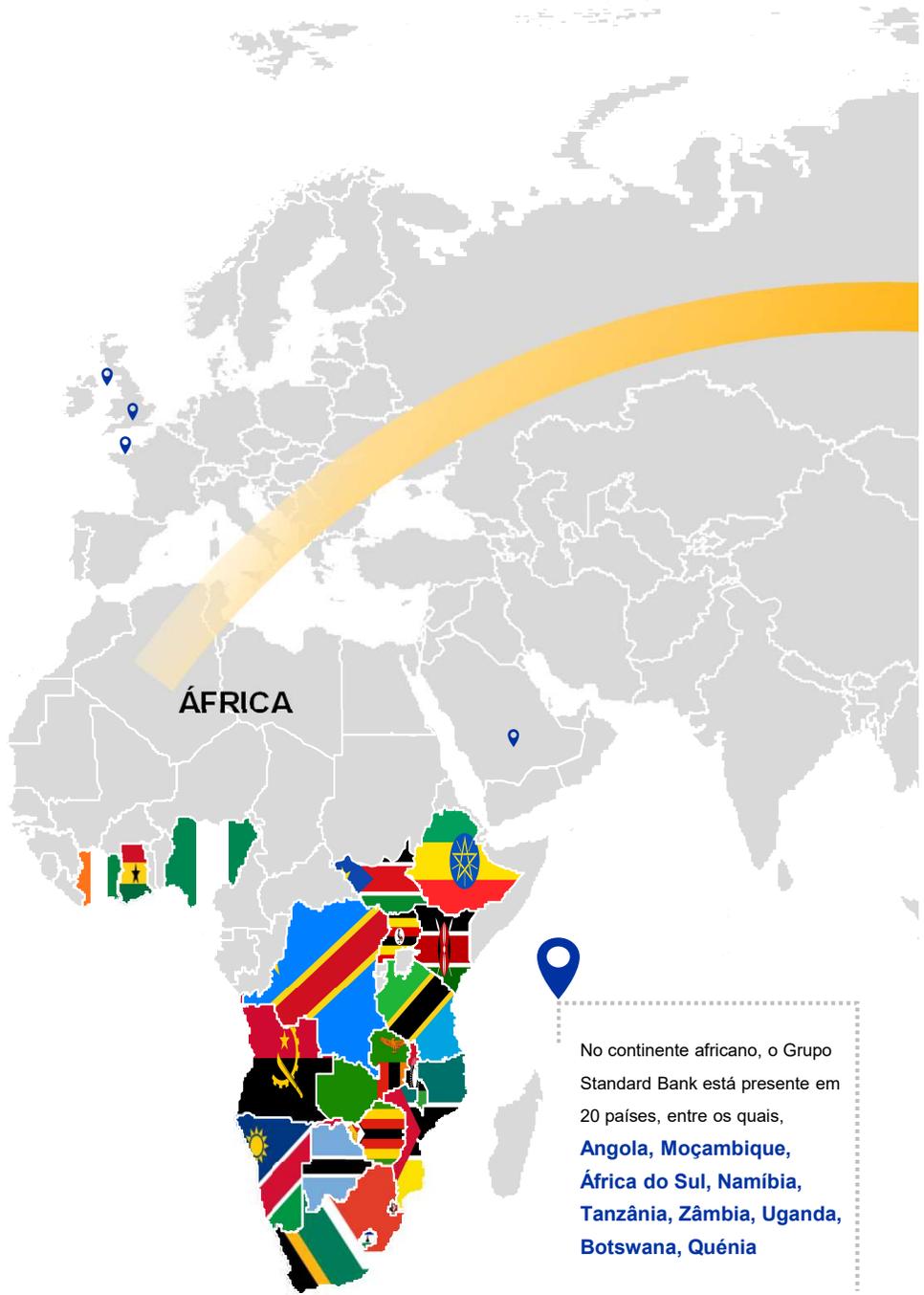
Foco no Cliente é o mote de actuação do Standard Bank de Angola. A criação de soluções centradas nas necessidades específicas de cada Cliente, é a principal prioridade do Banco

1. FOCO NO CLIENTE



A aposta na digitalização é fundamental para adaptar as melhores práticas, serviços e produtos do Banco, a uma sociedade cada vez mais ágil. Esta aposta passa pelo desenvolvimento dos canais digitais e reformulação de processos internos, bem como pela adaptação de novas tecnologias que desafiem a forma tradicional de relação entre Banco e Cliente

2. APOSTA NA DIGITALIZAÇÃO



No continente africano, o Grupo Standard Bank está presente em 20 países, entre os quais, **Angola, Moçambique, África do Sul, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia, Uganda, Botswana, Quênia**



O Grupo Standard Bank tem presença activa nos maiores centros financeiros a nível mundial, nomeadamente, **China, USA, Emirados Árabes Unidos, Brasil, Reino Unido**, totalizando 8 países fora do continente africano



O Banco encara os seus Colaboradores como um dos seus activos mais importantes para a execução dos seus objectivos estratégicos, reconhecendo que a capacitação e o desempenho dos seus Colaboradores está directamente associado ao grau de satisfação dos Clientes



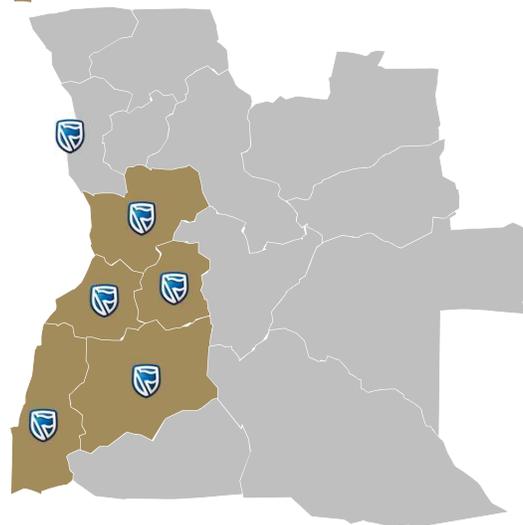
3. COLABORADORES E CULTURA

26

Pontos de contacto



- ❖ 18 agências
- ❖ 3 postos de atendimento
- ❖ 3 centros de empresa
- ❖ 2 *suite private*



606

Colaboradores



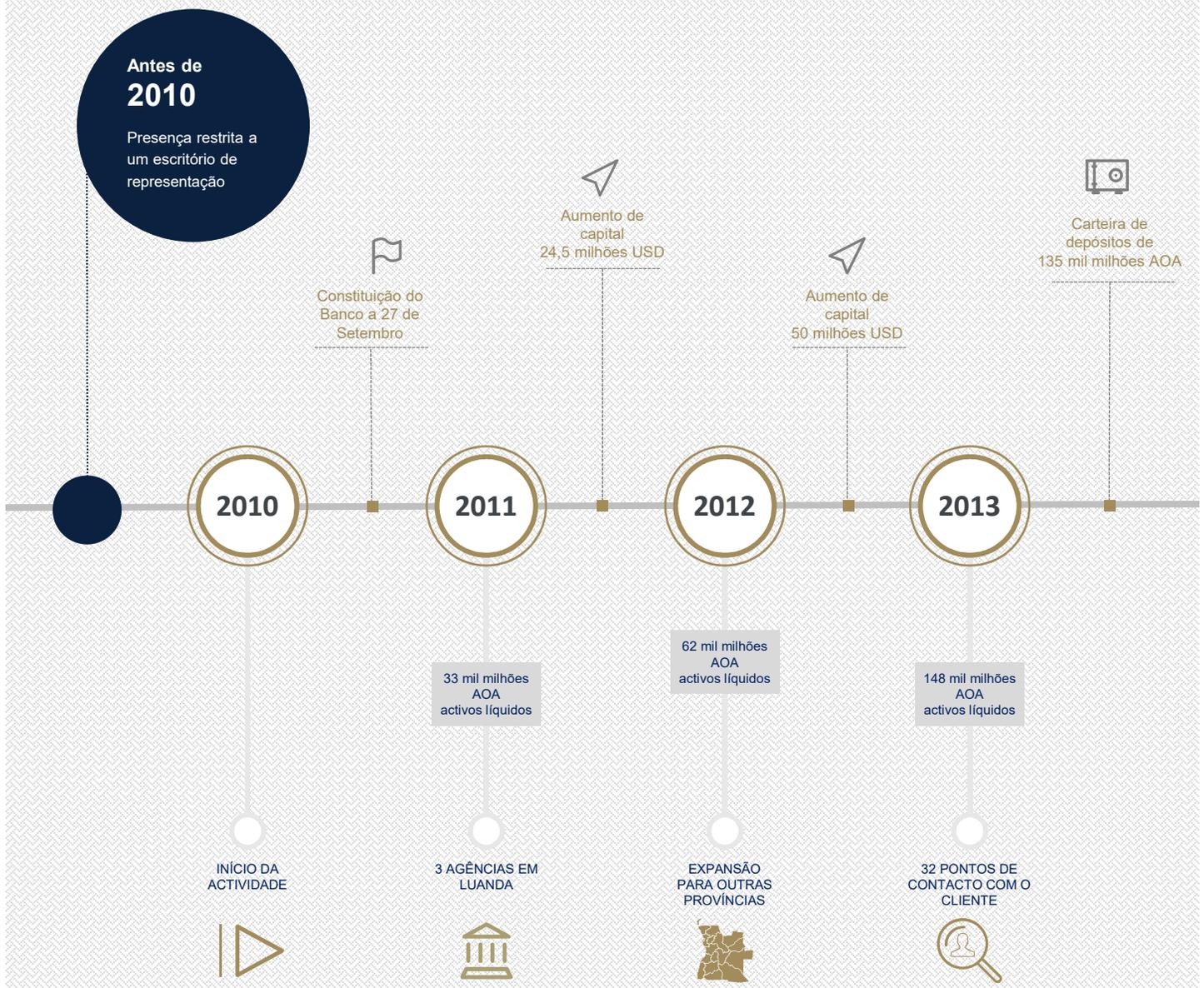
27
ATMs

Marcos Históricos

Desde a sua data de entrada no mercado Angolano em 2010, o Standard Bank de Angola tem vindo a registar um crescimento rápido e sustentável, distinguindo-se enquanto Instituição Financeira de cariz internacional. O mérito da sua actividade tem vindo a ser reconhecido ao longo dos anos, tendo sido, em 2018 distinguido por diversas organizações internacionais como “Melhor Banco de Investimento em Angola”, à semelhança do verificado em anos anteriores.

Adicionalmente, e espelhando o rigor e excelência dos seus serviços, foi ainda considerado como “Melhor Empresa do Sector Financeiro” de acordo com os Prémios Sirius.

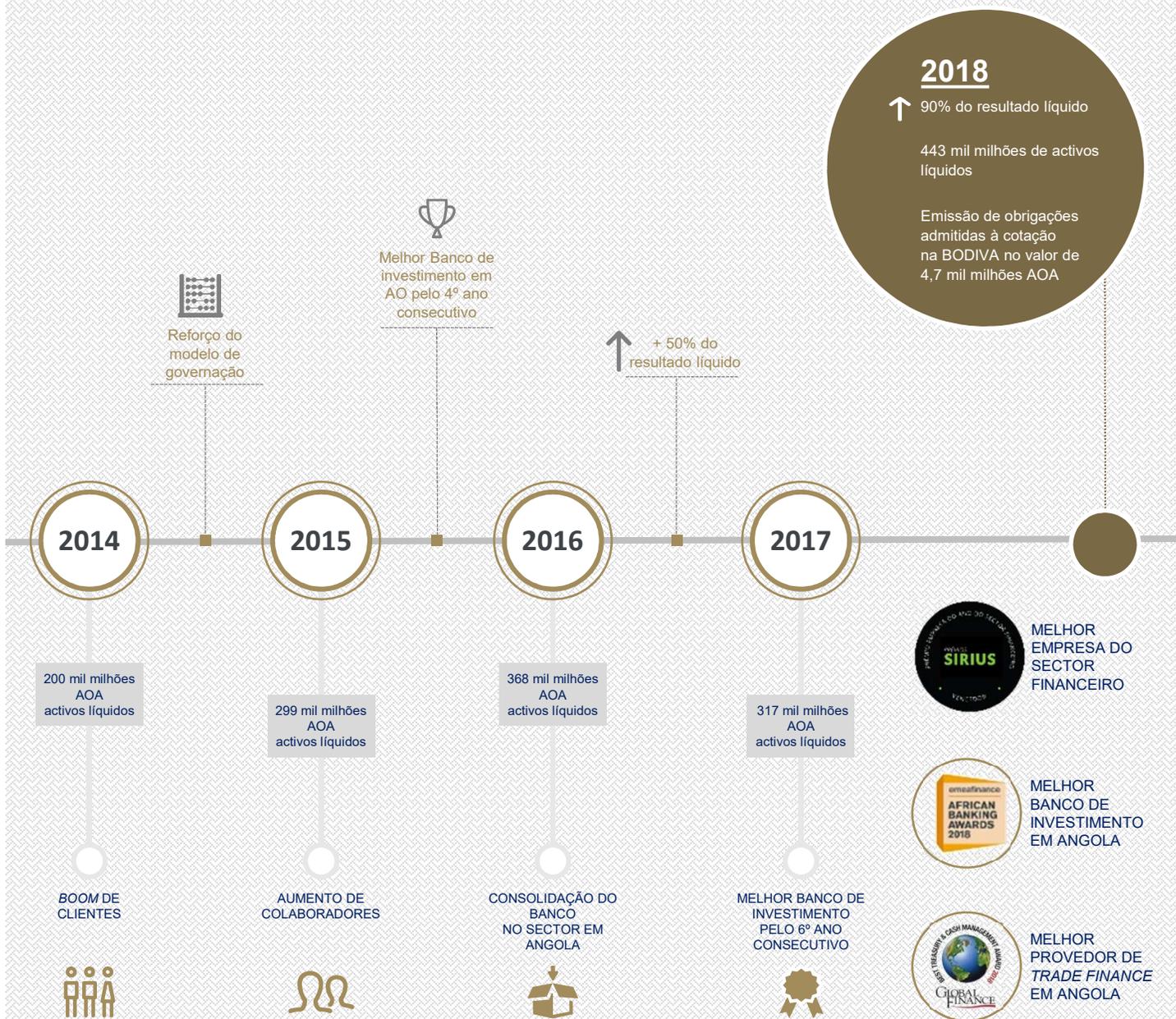
Em 2018, o Banco atingiu um resultado líquido de 32 322 mil milhões de AOA, o que representa um aumento muito significativo na ordem dos 90% face ao ano transitado, confirmando o crescimento sólido do Banco no mercado bancário de Angola. O rácio *cost-to-income* apresentou igualmente um comportamento positivo, situando-se nos 38%. Por fim, também o ROE registou uma evolução favorável face ao exercício de 2017, passando de 60% para 63% (+3 pontos percentuais).



Principais destaques em 2018

A estratégia do Banco em África, de uma forma transversal, e em Angola, em particular, tem sido desenvolvida de modo a concretizar as diversas tendências e oportunidades de crescimento apresentadas pelo mercado, não só no curto-prazo, mas também no médio/longo prazo.

O ano de 2018 fica marcado não só pelo excelente desempenho financeiro do Banco e pelo respectivo reconhecimento de várias organizações internacionais, mas também pela primeira emissão de obrigações privadas admitidas à cotação na Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA).



Como Criamos Valor



A GOVERNAÇÃO DO STANDARD BANK DE ANGOLA PROMOVE DECISÕES ESTRATÉGICAS DE CURTO E MÉDIO-PRAZO, QUE CONJUGAM OS INTERESSES DO BANCO E DA SOCIEDADE, TAL COMO A MERITOCRACIA, CRIANDO VALOR DE FORMA SUSTENTÁVEL

PRINCIPAIS STAKEHOLDERS

OBJECTIVOS CENTRAIS

ÁREAS DE FOCO

CLIENTES

- ❖ Compreender as necessidades dos nossos Clientes
- ❖ Disponibiliza uma oferta de serviços financeiros, personalizada e abrangente
- ❖ Capacitar os nossos Colaboradores de modo a proporcionar uma excelente e consistente experiência aos nossos Clientes
- ❖ Permitir transacções rápidas, fáceis e seguras, acelerando a inovação e a digitalização
- ❖ Ser um parceiro dos nossos Clientes em períodos desafiantes



FOCO NO CLIENTE

Proporcionar uma experiência excepcional aos nossos Clientes, colocando-os no centro de tudo o que fazemos



COLABORADORES

- ❖ Atrair e reter pessoas profundamente comprometidas com as competências exigidas
- ❖ Permitir que os Colaboradores sejam ágeis e flexíveis a ambientes de rápida mudança
- ❖ Alavancar a diversidade e inclusão
- ❖ Criar um ambiente em que as pessoas estejam comprometidas e capacitadas para cuidar do seu próprio bem-estar
- ❖ Promover uma cultura de meritocracia
- ❖ Expor Colaboradores a outras realidades em África



EMPENHO DOS COLABORADORES

Continuar a tornar o Standard Bank de Angola um lugar apetecível para trabalhar



REGULADORES, FORNECEDORES, ESTADO

- ❖ Responder proactivamente a ameaças cibernéticas e proteger as informações do Cliente
- ❖ Manter a estabilidade, segurança e velocidade dos sistemas de TI
- ❖ Conduzir a nossa actividade de forma responsável, concretizando os negócios certos de forma correcta
- ❖ Responder ao ritmo, volume e amplitude das mudanças regulamentares
- ❖ Apoiar medidas para combater o crime financeiro, a fraude e os fluxos financeiros ilícitos



RISCO E CONDUTA

Concretizar os negócios certos de forma correcta



ACCIONISTAS, ANALISTAS DE INVESTIMENTO

- ❖ Expandir a presença em Angola, aumentando a base de Clientes, alavancando os fluxos de capitais e comércio
- ❖ Responder a condições económicas desafiantes
- ❖ Manter a solidez financeira que caracteriza o Banco desde a sua origem



RESULTADOS FINANCEIROS

Entregar valor a todos os nossos stakeholders



COMUNIDADE SOCIEDADE CIVIL

- ❖ Acelerar um crescimento económico inclusivo
- ❖ Investir nas infra-estruturas de Angola, nomeadamente energia, transportes, telecomunicações e saúde
- ❖ Apoiar a inovação e o investimento, de modo a impulsionar a inclusão financeira, a educação e a economia sustentável
- ❖ Desenvolver campanhas de apoio às comunidades com foco na educação, saúde e desporto



IMPACTO SOCIAL E ECONÓMICO

Criar e manter uma organização baseada em valores comuns

Gestão de Riscos

Ambicionamos gerir os nossos riscos de forma consciente e transversal ao Grupo. Deste modo, adoptamos uma visão holística e voltada para o futuro dos riscos que enfrentamos, avaliando continuamente os riscos actuais e emergentes. O nosso apetite e exposição ao risco é revisto regularmente, em resposta a mudanças no contexto operacional.

Os nossos principais riscos estão intrinsecamente ligados à natureza do nosso negócio. Assim, geri-los com eficácia é essencial para proteger os interesses dos nossos Clientes e accionistas e criar valor partilhado entre todos os *stakeholders*.

As constantes mudanças na indústria e no ambiente operacional dá origem a riscos emergentes cujo impacto potencial na estratégia e nas operações do Banco deve ser compreendido e gerido. Estes riscos são discutidos nos Comitês de Gestão e Governança, permitindo-nos agir de modo a mitigar o seu impacto de longo prazo, tanto no desempenho financeiro como na reputação. O Standard Bank de Angola dispõe de processos internos apropriados preparando o Banco para reagir de forma adequada aos riscos emergentes. No futuro, continuaremos a melhorar a consistência do processo de identificação e materialização destes riscos. Pretendemos melhorar a nossa capacidade de transformar o conhecimento sobre risco em medidas concretas, de modo a reforçar uma cultura de risco em todo o Banco e identificar oportunidades a longo prazo, respondendo efectivamente aos riscos emergentes.

RISCOS EMERGENTES



TECNOLÓGICOS

A incapacidade de gerir, desenvolver e manter activos de tecnologia seguros e ágeis de modo a cumprir com objectivos estratégicos



CIBERNÉTICOS

O risco de perda financeira, ruptura ou dano reputacional causado por quebras ou ataques a *sites*, sistemas ou redes



IMPACTO REGULATÓRIO

O risco de perdas reputacionais e financeiras devido à incapacidade de cumprir ou acompanhar os requisitos regulamentares

Origem do Risco

- De modo a manter-se relevante, actualizada e segura contra ataques de fraude cibernética, uma experiência multicanal digital implica a incorporação de mais tecnologia
- Novos tipos de dispositivos requerem uma gama extremamente ampla de requisitos de segurança e possuem abordagens de segurança muito diferentes

- Tecnologias de presença remota podem aumentar as frentes de ataque
- Aumento do número e sofisticação dos incidentes de cibercrime a nível global

- A alteração dos requisitos regulamentares e de supervisão consome muitos recursos e é dispendiosa
- Os interesses públicos, impulsionadores sociais e o consumismo são factores que podem iniciar uma mudança legislativa, exigindo estratégias de resposta adequadas

Factores de Mitigação

- Combinação de equipas de desenvolvimento, segurança e operações focadas na implementação de projectos e mudanças
- Realização de testes contínuos à tecnologia e aplicações, de modo a identificar e corrigir possíveis fraquezas que podem ser exploradas pelos cibercriminosos

- Usar segurança cibernética adaptável que recorra a combinações de inteligência artificial com outros métodos, de modo a detectar e remover ameaças o mais rápido possível
- Utilização de autenticação multifactorial integrada em todas as aplicações críticas, pagamentos e dispositivos de utilizador final
- Centros de operação de segurança cibernética abertos 24/7 melhoram os recursos de monitorização que permitem lidar com vulnerabilidades e ataques cibernéticos
- Investir na formação de Colaboradores

- Compromisso contínuo com o Estado e Reguladores para apoiar a formulação de políticas baseadas em evidências e o diálogo entre os sectores público e privado
- Monitorização de desenvolvimentos internacionais, conhecimentos e *benchmarks* a nível regulatório para identificar futuras áreas de foco de supervisão

**FRAUDE**

O risco de sanções regulamentares e perdas financeiras e reputacionais devido a fraude, crime e má conduta de Colaboradores ou Sindicatos

- Ataques cibernéticos e vírus cada vez mais avançados, o que pode resultar no aumento de fraudes
- Avanços consideráveis a nível tecnológico podem causar ameaças de fraude imprevisíveis
- Fraude tradicional

Factores de Mitigação

- Capacidades melhoradas de detecção digital de fraude, tendo em conta pessoas, processos e tecnologia
- Desenvolvimento de mecanismos de detecção preditiva de fraude e capacidades de prevenção, usando metodologias *agile*

**INFORMAÇÃO**

O risco de perdas devido a dados imprecisos, violações de dados ou impossibilidade de proteger as informações dos Clientes

- Os autores de crimes e eventos continuarão a evoluir
- Aumento das necessidades de processamento de informação quantitativa e qualitativa
- Aumento das fontes de informação disponíveis

- A conscientização contínua estimula uma cultura consistente de proteção da informação
- Pesquisas continuadas e conhecimento sobre possíveis ameaças permitem acompanhar os desenvolvimentos e garantir a proteção dos activos de informação

**PESSOAS**

O risco de erro humano dos Colaboradores tanto no atendimento adequado e eficiente a Clientes como no decorrer das operações

- Uma força de trabalho multigeracional tem diferentes necessidades, expectativas e ambições, o que aumenta a complexidade no local de trabalho
- Um aumento na digitalização e automatização aumentará a eficiência e reduzirá a procura de Colaboradores com determinadas qualificações

- Oferta de soluções de aprendizagem e desenvolvimento permite que os Colaboradores possam adaptar-se e permanecer relevantes num ambiente de trabalho em constante mudança, por meio de aprendizagem contínua
- O reconhecimento do mérito apoia uma cultura onde o sucesso é celebrado e os Colaboradores se sentem valorizados por contribuírem para o negócio

**DISRUPÇÃO DO NEGÓCIO**

O risco de alterações, falhas estruturais ou impactos ambientais que afectem os serviços do Banco

- Alterações volumosas e/ou significativas no sistema representam o risco de consequências imprevisíveis ou de ruptura por parte de Clientes e actividades comerciais
- Confiança nas infraestruturas, como serviços públicos de água, energia e fornecedores de telecomunicações

- Continuar a trabalhar nos sistemas de produção, com foco na estabilidade e fiabilidade, de modo a minimizar a interrupção dos serviços digitais para os Clientes
- Os planos de continuidade de negócio estão preparados tendo em conta todas as áreas de negócios
- Simplificação do cenário de IT para melhorar a agilidade, a experiência do Cliente e garantir a relevância dos serviços que oferecemos aos Clientes

**FORNECEDORES**

O risco de perdas ou rupturas devido à gestão ineficaz de relacionamentos com terceiros

- Criação de parcerias com terceiros e *outsourcing* como factores facilitadores de negócio (e.g. parcerias com *fintechs*)
- O potencial de outras entidades suportarem a actividade dos fornecedores seleccionados

- Prever o perfil dos fornecedores de modo a melhorar a gestão da cadeia de valor
- Aumentar a visibilidade sobre outras entidades de modo a assegurar a identificação de responsáveis e evitar possíveis incidentes

**CONDUTA**

O risco de danos causados ao Banco, Clientes e mercados devido à execução inadequada de actividades de negócio

- Desalinhamento cultural devido a comportamentos, valores e práticas éticas inadequadas que resultam em práticas comerciais inadequadas
- Crescimento na complexidade das estruturas regulatórias

- Ao conduzir uma cultura de – “ fazer o negócio certo da maneira correcta” – continuaremos a incorporar os nossos valores, ética e comportamentos desejados
- Continuar a melhorar a nossa abordagem de capacitação através da implementação de métodos de formação mais interactivos e digitais
- Introduzir e monitorizar métricas de conduta e comportamento na avaliação das unidades de negócio e funções corporativas de todo o Banco

Monitorizar o Nosso Sucesso

As áreas de foco da nossa estratégia são a base do Banco para monitorizar o seu desempenho. Estas áreas influenciam a alocação de recursos, a tomada de decisão e respectivos *trade-offs*. Tem existido um investimento significativo no alinhamento da governação, planeamento e processos de *reporting* a estas áreas estratégicas, assegurando o aperfeiçoamento de várias métricas, de forma a garantir que o Banco monitoriza os temas chave ao cumprimento da sua estratégia. Desta forma, pretendemos continuar a aperfeiçoar as métricas subjacentes, para garantir que estamos a medir o que é mais relevante na entrega de valor aos nossos *stakeholders*.



FOCO NO CLIENTE

Colocamos os Clientes no centro de tudo o que fazemos, com o objectivo de disponibilizar produtos e serviços relevantes e adequados, de forma transparente, através dos canais escolhidos pelos mesmos. Este contexto revela o nosso propósito em construir um Banco digital, redesenhando os nossos modelos operativos, capacitando os nossos Colaboradores e mudando a nossa cultura para a criação de uma vantagem competitiva sustentável e de longo-prazo

O QUE É O SUCESSO?

- ❖ Compreendemos os Clientes e disponibilizamos os produtos, serviços e as soluções que estes necessitam
- ❖ Servimos os Clientes de forma rápida, eficiente, segura e com respeito
- ❖ Conquistarmos e mantermos a confiança e respeito dos nossos Clientes

COMO MEDIMOS O NOSSO SUCESSO?

Para compreender o quão satisfeitos estão os nossos Clientes com o nosso serviço, são realizados diversos questionários junto dos mesmos, ao longo do ano, adequados a cada unidade de negócio

INDICADORES

- ❖ *Net Promoter Score* (NPS) para o PBB
- ❖ *Client Satisfaction Index* (CSI) para o CIB

QUAIS OS RESULTADOS OBTIDOS?

PBB

O nosso foco na entrega de um serviço de excelência ao Cliente continua a reflectir-se numa boa pontuação do NPS para o segmento de PBB. O NPS é medido nos vários pontos de contacto com o Cliente (ex.: agências, Call Center).

CIB

A pontuação do CSI permaneceu inalterada para o segmento de CIB em relação ao ano anterior – 7,6 em 10. Os Clientes continuam a atribuir uma boa classificação aos seus gestores de conta e percebem o Banco como um líder no mercado.

Net Promoter Score

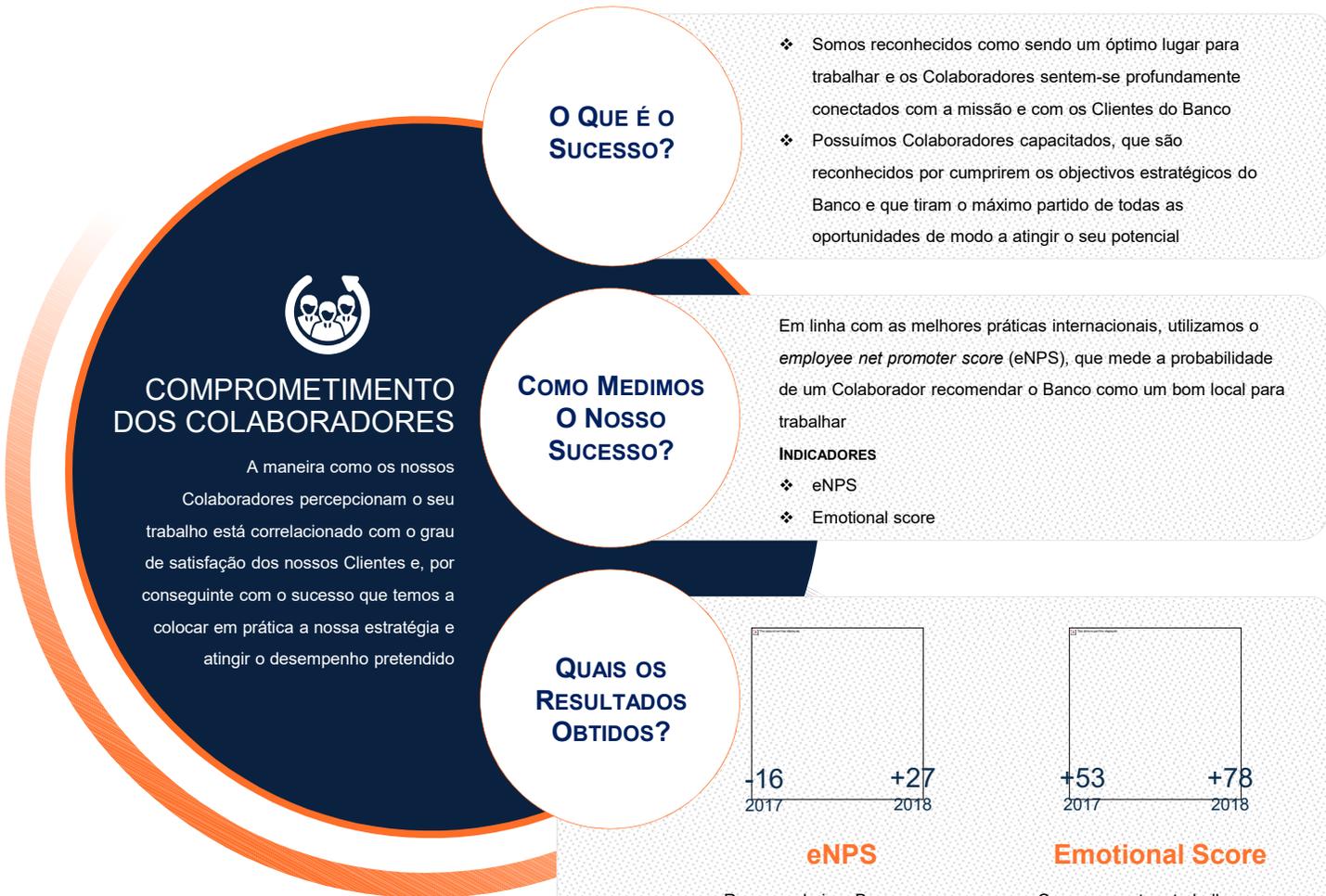
6.8	6.7
2017	2018

Client satisfaction index

7.6	7.6
2017	2018

Principais Preocupações

- ❖ Melhorar a experiência do Cliente
- ❖ Combater a cibercriminalidade e a fraude
- ❖ Obter serviços bancários mais baratos e convenientes
- ❖ Garantir a segurança do dinheiro dos Clientes
- ❖ Proporcionar assistência num contexto de mais adversidade financeira para os Clientes



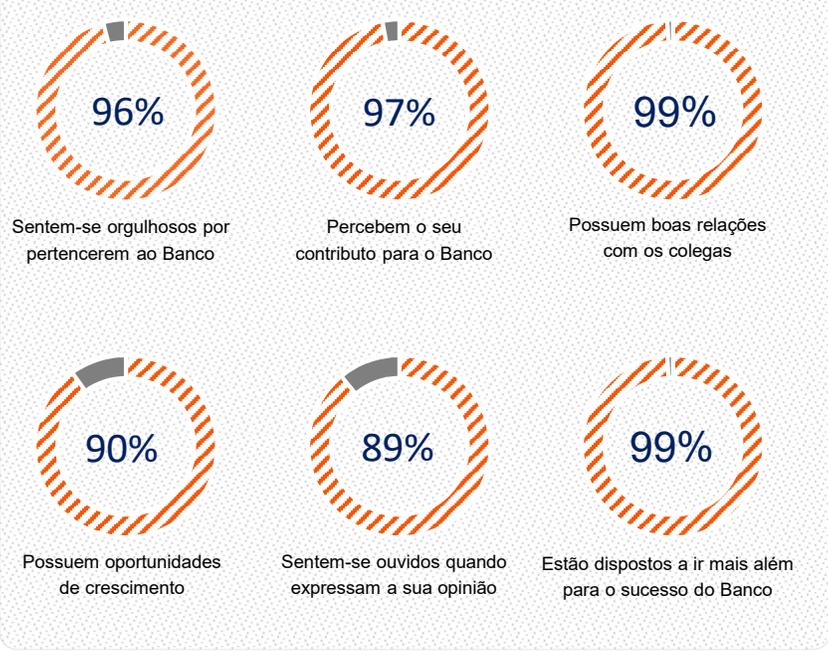
QUAIS OS RESULTADOS OBTIDOS?



eNPS
Recomendaria o Banco para trabalhar

Emotional Score
Como se sente a trabalhar no Standard Bank de Angola?

- Principais Preocupações**
- ❖ Receber formação e acompanhamento (i.e. *coaching*), de modo a melhorar e desenvolver novas competências, num ambiente em mudança, caracterizado pela digitalização
 - ❖ Ter acesso a oportunidades de progresso e crescimento de carreira
 - ❖ Garantir aos Colaboradores saúde e bem-estar, em ambientes socioeconómicos e operacionais com ritmos acelerados de transformação
 - ❖ Manter o foco na diversidade e inclusão, e garantir uma força de trabalho maioritariamente local
 - ❖ Permitir aos jovens a primeira oportunidade de trabalho, num contexto de elevados níveis de desemprego





RISCO E CONDUTA

A nossa licença de exploração, assim como a nossa competitividade são função da confiança que os vários *stakeholders* têm no Banco. A nossa capacidade de gerir riscos e cumprir leis, regulamentos, códigos e normas aplicáveis aos nossos negócios – desde requisitos regulamentares de capital, aos mais altos padrões de ética e práticas responsáveis - determinam a nossa reputação num contexto de grande escrutínio da Indústria Financeira

O QUE É O SUCESSO?

- ❖ Desenvolvemos os negócios certos de forma correcta, sem excepções
- ❖ Contribuímos para um Sistema Financeiro seguro e responsável
- ❖ Não cometemos violações materiais da legislação em vigor
- ❖ Não provocamos danos à nossa reputação

COMO MEDIMOS O NOSSO SUCESSO?

Os níveis de capital são geridos de modo a sustentar o crescimento da nossa actividade, manter a confiança dos depositantes e credores, criar valor para os accionistas e *stakeholders*, e promover a conformidade regulamentar. As medidas de risco cumprem com os requisitos regulamentares e indicam a nossa capacidade para suportar tensões financeiras e perdas inesperadas, tal como manter a qualidade e liquidez dos activos que possuímos

INDICADORES

- ❖ **Rácio de solvabilidade regulamentar:** corresponde à relação entre os Fundos Próprios Regulamentares (FPR) e o valor do património exposto aos riscos inerentes às operações realizadas pelas sociedades cooperativas de crédito
- ❖ **Rácio de crédito em incumprimento:** rácio entre o saldo do crédito a Clientes com prestações de capital ou juros vencidos e o Crédito a Clientes total
- ❖ **Cobertura do crédito em incumprimento:** valor das imparidades totais sobre o crédito vencido

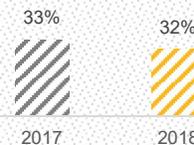
O cumprimento do enquadramento legal em vigor não é negociável. Qualquer falha poderá implicar o pagamento de multas, perdas financeiras ou penalizar a reputação do Banco.

Principais Preocupações

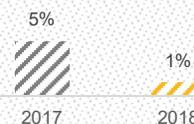
- ❖ Controlar o risco cibernético e o impacto sobre segurança dos dados e posição dos Clientes
- ❖ Aumentar a credibilidade e manter a estabilidade no sector financeiro
- ❖ Melhorar o ambiente de controlo em Angola
- ❖ Desenvolver comportamentos que prevejam eventuais riscos e a conformidade com a lei
- ❖ Estabelecer relações transparentes e éticas com fornecedores
- ❖ Estipular mecanismos de intervenção junto de consumidores com baixos rendimentos e em situação financeira adversa

QUAIS OS RESULTADOS OBTIDOS?

1. Rácio de Solvabilidade



2. Crédito em Incumprimento



3. Cobertura do Crédito em Incumprimento



O QUE É O SUCESSO?

- ❖ Demonstramos constantemente a criação de valor para todos os nossos *stakeholders*, apresentando rendimentos e rentabilidades crescentes
- ❖ Manutenção da solidez da nossa posição financeira, suportando o cumprimento da estratégia do Banco

RESULTADOS FINANCEIROS

A entrega de resultados sustentáveis aos nossos accionistas depende da eficácia e eficiência dos investimentos que fazemos em Clientes satisfeitos, Colaboradores comprometidos e na gestão de risco e conduta. Por sua vez, é necessário garantir o equilíbrio entre o capital que alocamos a estes investimentos estratégicos e a obtenção de retornos financeiros competitivos

COMO MEDIMOS O NOSSO SUCESSO?

O desempenho satisfatório do Banco na concretização dos seus valores e áreas estratégicas, possibilita a melhoria dos seus resultados financeiros, os quais são avaliados de acordo com os seguintes indicadores:

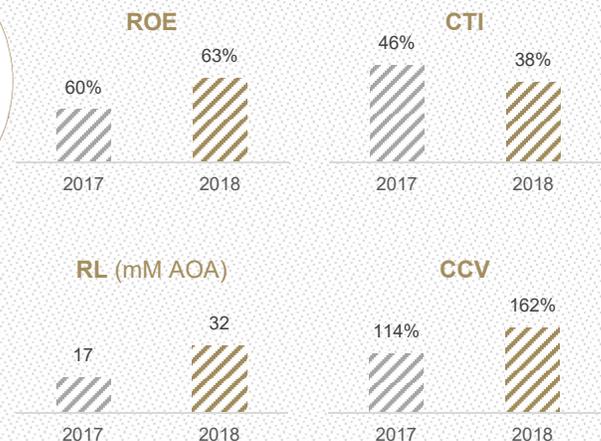
INDICADORES

- ❖ **Return on Equity (ROE):** lucro gerado com o capital investido pelos accionistas. O ROE é a medida representativa da eficácia na execução da nossa estratégia
- ❖ **Resultado líquido (RL):** designa o resultado residual num determinado período de tempo após serem deduzidos aos ganhos todos os gastos. É uma medida representativa do nosso desempenho económico-financeiro. Desta forma, procuramos melhorar o nosso resultado líquido a cada ano, aumentando a receita, enquanto gerimos cuidadosamente os nossos custos e os nossos riscos
- ❖ **Cost-to-income ratio (CTI):** mede a eficiência na geração de receita, em relação aos custos incorridos. O objectivo é reduzir este rácio, garantindo que o crescimento dos custos não excede a taxa na qual aumentamos a receita. A contenção dos nossos custos é determinante para o crescimento do resultado líquido e ROE
- ❖ **Cobertura do Crédito Vencido (CCV):** corresponde ao rácio entre as provisões totais constituídas para crédito e o montante total de crédito vencido no período

Principais preocupações

- ❖ Pressão sobre o lado da receita nas operações em Angola
- ❖ Ambiente operacional desafiante
- ❖ Gestão de custos e melhoria do rácio *cost-to-income*
- ❖ Alcançar e manter as metas definidas para o ROE
- ❖ Impacto no Banco, na sua estratégia e nos seus resultados, decorrente das revisões do *rating* do País a nível internacional

QUAIS OS RESULTADOS OBTIDOS?



A Nossa Proposta de Valor



IMPACTO SOCIAL E ECONÓMICO

De acordo com a nossa missão, acreditamos que quando os serviços financeiros são devidamente prestados com transparência e rigor, estes podem melhorar a vida dos angolanos, solucionando questões pertinentes que o País enfrenta. O nosso futuro depende do alinhamento entre a nossa rentabilidade e a sustentabilidade de uma economia Angolana cada vez mais complexa e dinâmica

O QUE É O SUCESSO?

- ❖ Geramos valor económico, de modo a que acrescente valor para a sociedade
- ❖ Compreendemos os impactos directos e indirectos que temos na sociedade e economia em que operamos, sobretudo através de financiamentos e do nosso contributo para a tomada de decisões

COMO MEDIMOS O NOSSO SUCESSO?

O Banco avalia o impacto das suas actividades e a forma como estas se relacionam com os seus objectivos de desenvolvimento económico e social definidos pelo País e pelas Nações Unidas, de acordo com os seus objectivos de desenvolvimento sustentável. As nossas oito áreas de impacto são onde demonstramos o nosso comprometimento e contribuição para impulsionar o crescimento sustentável e inclusivo de Angola:

- Crescimento económico inclusivo
- Desenvolvimento da Economia Angolana
- Literacia e inclusão financeira
- Combate ao crime financeiro
- Inovação, empreendedorismo e desenvolvimento empresarial
- Contratação
- Governação
- Educação, aprendizagem e desenvolvimento

QUAIS OS RESULTADOS OBTIDOS?

Indo ao encontro das suas ambições em termos de impacto social e económico, o Standard Bank de Angola criou em 2018 o **projecto Heróis de Azul**, sustentado por dois pilares estratégicos: Saúde e Educação. Das diversas iniciativas desenvolvidas em 2018 (descritas no Capítulo "Responsabilidade Social", página xx), destacam-se os seguintes resultados:



20

Comunidades Beneficiadas



100

Voluntários Externos



20 000

Pessoas Apoiadas



3 500

Horas investidas nas Comunidades por parte dos Colaboradores do Banco



#MORETHANABANK

Principais Preocupações

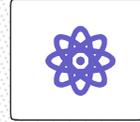
- ❖ Contribuir para a transformação económica e inclusão financeira em Angola
- ❖ Necessidade de soluções financeiras acessíveis para o financiamento de estudantes
- ❖ Investir nos Colaboradores de modo a garantir um desempenho de qualidade e que vá ao encontro das exigências do mercado

ÁREAS DE IMPACTO



Crescimento económico inclusivo

O nosso negócio amplia as oportunidades de negócio e promove a criação de empregos, fornecendo soluções financeiras adequadas às diversas necessidades dos nossos Clientes



Inovação, empreendedorismo e desenvolvimento empresarial

Trabalhamos com pequenas empresas para desenvolver soluções de suporte financeiro e ao negócio, que respondam às suas necessidades e que apoiem o seu crescimento e sustentabilidade, minimizando o risco para os depositantes



Desenvolvimento da Economia Angolana

Colaboramos com os nossos Clientes e Parceiros estratégicos de modo a facilitar os fluxos de comércio (dentro e fora de Angola) o investimento em Angola, e melhorar o acesso ao financiamento de operações comerciais



Contratação

Estamos empenhados em assegurar um ambiente de trabalho diversificado e inclusivo. Uma das nossas prioridades é permitir que os candidatos a primeiro emprego tenham acesso a oportunidades que os ajudem a adquirir novos conhecimentos e experiência de trabalho



Literacia e inclusão financeira

A nossa estratégia visa estimular uma cultura de poupança. Desta forma, trabalhamos com os nossos Clientes para que façam uma gestão mais eficaz dos seus recursos. Adicionalmente, estamos a recorrer à digitalização e à automatização de processos de modo a fornecer produtos e serviços mais digitais, mais convenientes e de baixo custo



Governança

Estamos comprometidos com Instituições públicas e reguladores em Angola para apoiar a formulação de políticas baseadas em evidências e promover um diálogo construtivo entre os sectores público e privado. Por outro lado, pretendemos desenvolver uma abordagem mais sistemática de forma a alargar o compromisso de todos os nossos *stakeholders*



Combate ao crime financeiro

A segurança dos nossos sistemas é uma prioridade para o Banco. Assim, investimos constantemente em medidas de segurança cibernética. Participamos em fóruns de indústria e trabalhamos com autoridades públicas para combater a cibercriminalidade



Educação, aprendizagem e desenvolvimento

Estamos a criar oportunidades para que os estudantes e novos graduados iniciem as suas carreiras com o Standard Bank de Angola. Estamos também a desenvolver soluções inovadoras com condições de financiamento mais acessíveis para estudantes, sendo que o nosso programa de responsabilidade social prioriza o investimento em Educação e Saúde



Soba Caxingue *Cacuso, Malange*

O seu pai foi responsável pela sua educação, tendo lhe ensinado uma regra básica: respeitar o próximo.

Caxingue nasceu na vila do Kota, e ver as crianças “sem o A e o B” incomodava-o. Tomou a iniciativa de dar aulas na escola primária, enquanto a administração local não destacou um professor para a comuna. Arranjou livros e material didático para os alunos e começou a dar aulas até ao momento em que o governo nomeou um professor para a comunidade.

A segunda medida foi aumentar o rendimento da agricultura da sua aldeia, conseguindo o apoio da ONG ADRA para a preparação dos solos agrícolas, levando os idosos da sua aldeia a voltarem ao campo. Hoje, a comunidade do Kota tem uma associação agrícola organizada que produz mandioca e seus derivados para o sustento da aldeia.



GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

A ESTRUTURA INTERNA DO STANDARD BANK DE ANGOLA TEM EM CONSIDERAÇÃO AS CARACTERÍSTICAS INERENTES DA SUA ACTIVIDADE E DO MERCADO ANGOLANO, POSSIBILITANDO A TOMADA DE DECISÕES ESTRATÉGICAS E A RECONCILIAÇÃO DOS INTERESSES DE TODOS OS STAKEHOLDERS.

O BANCO PRIVILEGIA A DIVISÃO DE RESPONSABILIDADES, COM BASE NUMA ESTRUTURA COERENTE E CONSISTENTE, ONDE O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ASSUME UM PAPEL DE SUPERVISÃO DE RISCO E DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA, ASSEGURANDO IGUALMENTE O CUMPRIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS REGULAMENTARES. SIMULTANEAMENTE, O BANCO PREVÊ AINDA A DELEGAÇÃO DE PODERES E COMPETÊNCIAS SOBRE A COMISSÃO EXECUTIVA E EM COMITÉS INTERNOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Princípios Orientadores

Com o objectivo de permitir a correcta implementação e monitorização do seu Sistema de Controlo Interno, o Standard Bank de Angola adoptou um modelo de Governança Corporativa assente numa estrutura coerente de gestão de risco e adequado aos seus processos organizativos.

Nos termos dos Avisos n.º 01 e n.º 02/2013, o BNA veio estabelecer os pilares fundamentais da Governança Corporativa e Controlo Interno das Instituições Financeiras, definindo um conjunto de práticas no âmbito da estrutura de capital, estratégia, modelo de organização societária, transparência das estruturas orgânicas, políticas de gestão de risco, de remuneração e de conflito de interesses.

Os princípios orientadores da política de Governança Corporativa do Banco foram definidos nos termos da regulamentação emanada pelo BNA, e encontram-se alinhados com os do Grupo Standard Bank. Com o objectivo de assegurar a harmonização destes dois grupos de princípios orientadores, foram definidas responsabilidades hierárquicas e estabeleceram-se processos de monitorização, fiscalização e compliance, por forma a difundir a transparência e a responsabilização da gestão do Banco. Deste modo, o Standard Bank de Angola consegue garantir a manutenção das melhores práticas de mercado, assegurar o equilíbrio dos direitos entre accionistas, garantir a prestação de contas, cumprir princípios de ética e potenciar um negócio sustentável.

A Governança Corporativa assume um papel importante na criação de valor efectivo para o Standard Bank de Angola, através de uma tomada de decisão com vista em resultados sustentáveis no médio e longo prazo.



INTEGRIDADE



LIDERANÇA



TRANSPARÊNCIA



HONESTIDADE



CONFIANÇA



GESTÃO CLARA DE DESEMPENHO

Princípios Orientadores

De modo a equilibrar o seu papel de supervisão de risco e de orientação estratégica com a necessidade de garantir o cumprimento de requisitos regulamentares, o Conselho de Administração do Banco procura privilegiar a clara divisão de responsabilidades.

Com vista a assegurar o controlo efectivo e a responsabilidade final em todas as decisões por parte do Conselho de Administração, encontra-se estabelecida a delegação de poderes na Comissão Executiva e em Comitês (internos) do Conselho de Administração.

Visando a garantia do cumprimento dos avisos mencionados, o Conselho de Administração do Banco tem vindo a submeter ao Banco Nacional de Angola, a Dezembro de cada ano, relatórios anuais sobre a Governação Corporativa e eficácia do Sistema de Controlo Interno, onde se incluem os pareceres do auditor externo e do Conselho Fiscal.

O entendimento do Standard Bank de Angola sobre a sua Governação Corporativa vai muito para além do mero cumprimento de normas regulamentares e de Compliance. O Conselho de Administração do Banco actua igualmente sobre a direcção estratégica da Organização, objectivos financeiros, alocação de recurso e o apetite ao risco. A nossa Governação Corporativa pretende deste modo funcionar como um criador de valor acrescentado e ser uma vantagem competitiva através de um reforço da transparência, da gestão efectiva do risco, da gestão de desempenho e de uma gestão próxima, atenta e efectiva.

Por fim, é igualmente assegurado que a Governação Corporativa do Banco, e em particular o seu Conselho de Administração, avaliam cada actividade, informação de suporte, impactos e respectivos *trade-offs* de acordo com os melhores interesses da Organização, de boa fé e sem conflitos de interesse.



CULTURA ÉTICA



CONTROLO EFECTIVO



BOM DESEMPENHO



LEGITIMIDADE

A cultura do Standard Bank de Angola reconhece que a forma “como fazemos” é tão importante como “o que fazemos”.

Organograma

O organograma do Standard Bank de Angola baseia-se numa estrutura funcional que permite uma clara segregação de funções e responsabilidades entre as diversas Direcções do Banco.

1. Direcção de Risco

Frederico Ouko

- Crédito PBB
- Crédito CIB
- Risco Operacional
- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez e Capital
- Crimes Financeiros

2. Direcção Jurídica

Vanessa Rodrigues

3. Direcção de Operações

Abdul Razac

- Produção
- Controlo Interno
- Património, Segurança e Logística
- Compras
- Projectos, Arquitectura e Processos

4. Direcção de Controlo Cambial

Edson Lutz

5. Direcção Financeira

Eduardo Clemente

- Contabilidade
- Reporte Financeiro e Fiscalidade
- Controlo Financeiro
- Informação de Gestão
- Gestão de Tesouraria e Capital

6. Direcção de Auditoria Interna

Pedro Viagem

7. Direcção de Marketing

Carolina Vasconcelos

- Comunicação e Responsabilidade
- Marketing Digital
- Marketing CIB
- Marketing PBB

Comissão Executiva**Luís Teles****Conselho de Administração****Octávio Castelo Paulo****Assembleia Geral****Natacha Barradas****Conselho Fiscal****Sérgio Serrão**

13



12



11



10



9



8

**8. Direcção de Sistemas de Informação****Aronildo Neto**

- Arquitectura
- Desenvolvimento e Projectos
- Controlo e Gestão de Produção
- Teste e Qualidade
- Suporte Aplicacional
- Infra-estrutura
- Centro de Processamento
- Segurança de TI

9. Direcção de Serviço**Sara Contereiras****10. Direcção de PBB****Hannah Sadiki**

- Banca de Particulares
- Banca de Canais
- Banca de PME's
- Vendas e Serviços
- Produtos
- Cartões, Canais Digitais e Pagamentos

11. Direcção de Capital Humano**Khonde Makuala**

- Recrutamento
- Formação
- Serviços Partilhados
- Apoio às Áreas de Negócio e de Suporte

12. Direcção de CIB**Paul Richards**

- Banca de Investimento
- Mercado de Capitais
- Banca Transaccional
- Banca Corporativa

13. Direcção de Compliance**Henrique Madureira**

- Regulatório
- Monitorização
- Combate ao Branqueamento de Capitais

Governança Corporativa

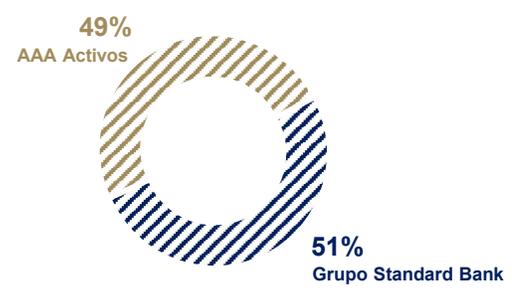


Estrutura Accionista

O Standard Bank de Angola é uma sociedade de direito angolano, sediada no município de Belas, Talatona, registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o número 631-10 e registo no Banco Nacional de Angola (BNA) sob o número 60.

O BNA emitiu a sua licença bancária no dia 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional a 27 de Setembro de 2010.

O capital social do Banco é de 9 530,006 500 milhões de AOA e encontra-se dividido em 1,000 milhões de acções, com o valor nominal unitário de 9 530,006 500 milhões de AOA. Relativamente à estrutura accionista, os dois maiores accionistas são o Grupo Standard Bank e a AAA Activos Lda., com 51% e 49%, respectivamente.



Áreas de Controlo Interno

Presidente da Comissão Executiva

Auditoria Interna

Risco

Compliance



Estrutura de Governança Corporativa

ASSEMBLEIA GERAL
(NATACHA BARRADAS)

CONSELHO FISCAL
(SÉRGIO SERRÃO)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(OCTÁVIO CASTELO PAULO)

- Comité de Auditoria (António Coutinho)
- Comité de Risco (Octávio Castelo Paulo)
- Comité de Governação de Crédito (Octávio Castelo Paulo)
- Comité de Gestão de Capital Humano (Luís Teles)
- Comité de Sistemas de Informação (Luís Teles)

COMISSÃO EXECUTIVA
(LUÍS TELES)

- Comité de Gestão (Eduardo Clemente)
- Comité de Activos e Passivos (Luís Teles)
- Comité de Gestão de Risco (Luís Teles)
- Comité de Risco de Crédito (Frederick Ouko)
- Comité de Pricing (Eduardo Clemente)
- Comité de Novos Produtos (Eduardo Clemente)
- Comité de Gestão de Projectos de Tecnologias de Informação (Luís Teles)
- Comité de Compras (Eduardo Clemente)
- Comité de Análise de Clientes de Alto Risco (Luís Teles)
- Comité de Controlo Interno Financeiro (Eduardo Clemente)

PRINCIPAIS ÁREAS DE FOCO

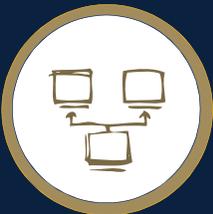
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA 2019



MELHORES FORMAS DE TRABALHO E COLABORAÇÃO



MELHORIA CONTÍNUA DA SATISFAÇÃO DO CLIENTE



OPTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS OPERACIONAIS E
GESTÃO DO RISCO ASSOCIADO ÀS OPERAÇÕES
DIÁRIAS DO NEGÓCIO



ALINHAMENTO DAS MELHORES PRÁTICAS
DO BANCO COM AS DO MERCADO

Órgãos Sociais

De modo a prevenir a existência de conflitos de interesse ou situações de abuso de informação privilegiada, os membros integrantes dos Órgãos Sociais do Banco regem-se por um Código de Conduta do qual faz parte um conjunto de regras e deveres de confidencialidade.

Aliada à elevada experiência profissional e competências técnicas, os membros dos Órgãos Sociais são ainda reconhecidos pela sua idoneidade moral, cumprindo as normas e padrões do Banco.

A estrutura de Governança Corporativa do Standard Bank de Angola segrega funções e responsabilidades entre os diversos Órgãos Sociais do Banco, nomeadamente: Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.



ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é o Órgão Social constituído por todos os accionistas do Standard Bank de Angola e o seu funcionamento é regulado pelos estatutos do Banco. A mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um secretário, que são eleitos por mandatos de 4 anos.



NATACHA BARRADAS

1ª Nomeação em 2014



TATIANA SERRÃO

1ª Nomeação em 2017

- Eleição dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos membros da mesa da Assembleia Geral
- Apreciação do relatório anual do Conselho de Administração, incluindo a análise e aprovação das demonstrações financeiras, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração e adopção da aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração, bem como a criação de reservas da Sociedade
- Aprovação das remunerações dos membros dos Órgãos Sociais
- Deliberação sobre alterações aos Estatutos, incluindo o aumento ou a redução do capital inicial
- Dissolução e liquidação da Sociedade
- Decisão de qualquer fusão ou aquisição que envolva o pagamento de um montante igual ou superior a 25% do capital da Sociedade
- Qualquer alteração material da actividade principal da Sociedade em qualquer momento

Órgãos Sociais

○ Presidente
○ Administrador Executivo
○ Administrador Não Executivo
○ Secretária
○ Vogal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o Órgão de decisão máximo, com a responsabilidade última pelo controlo dentro dos limites impostos pela lei e pelos estatutos do Banco. Actualmente este Órgão é composto por 7 membros, que foram nomeados em Assembleia Geral por mandatos de 4 anos. Os administradores têm acesso ilimitado à equipa de gestão e às informações sobre o Banco, bem como aos recursos necessários para o desempenho das suas responsabilidades.



OCTÁVIO CASTELO PAULO

Última nomeação em 2018



LUÍS TELES

Última nomeação em 2018



EDUARDO CLEMENTE

Última nomeação em 2018



IVO VICENTE

Última nomeação em 2017



ANTÓNIO COUTINHO

Última nomeação em 2017



CARLOS VICENTE

Última nomeação em 2017



EM NOMEAÇÃO

Em Nomeação



Controlo e supervisão da actividade do Banco, dentro dos limites impostos por Lei e pelos Estatutos da Sociedade, sendo a gestão corrente da Sociedade delegada na Comissão Executiva



Órgão decisório máximo do Banco com responsabilidade última em matéria de governação

COMISSÃO EXECUTIVA

A Comissão Executiva foi constituída pelo Conselho de Administração com o intuito de garantir o correcto acompanhamento do exercício da actividade bancária da sociedade, através da delegação dos poderes de gestão, dentro dos limites estipulados por lei e pelos estatutos do Banco. É constituída pelo presidente da Comissão Executiva e por dois administradores executivos. Participam nas reuniões da Comissão Executiva os membros convidados, indicados pelos administradores executivos.



LUÍS TELES

Última nomeação em 2018



EDUARDO CLEMENTE

Última nomeação em 2018



IVO VICENTE

Última nomeação em 2017



Poderes de gestão necessários ou convenientes para o exercício da actividade bancária, nos termos e com a extensão com que a mesma é configurada no mandato deste Órgão e na lei

Órgãos Sociais



Presidente



Administrador Executivo



Administrador Não Executivo



Secretária



Vogal

CONSELHO FISCAL

O Conselho fiscal é o Órgão Social com a função de fiscalizar a gestão da Sociedade, zelar pela observância da lei e dos Estatutos, e verificar os registos contabilísticos e financeiros do Banco. É actualmente composto por 2 membros, um presidente e um vogal, em mandatos de 4 anos. O seu funcionamento e composição rege-se pelo disposto em legislação aplicável e nos estatutos do Banco.



SÉRGIO SERRÃO

1ª nomeação em 2015



MIGUEL ALVES

Última nomeação em 2017



Fiscalização da administração da Sociedade, zelar pela observância da lei e dos Estatutos e verificar os registos contabilísticos e financeiros

AUDITOR EXTERNO

A fiscalização externa do Banco actualmente é assegurada pela empresa de auditoria PWC Angola, após quatro anos de fiscalização pela empresa de auditoria KMPG Angola. De acordo com a regulamentação aplicável, designadamente o Aviso do BNA n.º 04/2014, de 22 de Abril de 2014, e em conformidade com as orientações do Grupo Standard Bank, o Banco acautela a independência e a objectividade dos seus auditores externos através da selecção de empresas de auditoria com reconhecimento internacional, cumprindo os requisitos internos de independência e rotatividade a cada 4 anos.

Comités

COMITÉS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Reuniões



Membros



Presidente



Convidados

REUNIÕES
TRIMESTRAIS

COMITÉ DE AUDITORIA

RESPONSABILIDADES

- ❖ Auxiliar no cumprimento das obrigações relativas à salvaguarda de activos, e avaliação do Sistema de Controlo Interno
- ❖ Assegurar que os riscos inerentes à actividade do Banco são adequadamente geridos e monitorizados
- ❖ Analisar a situação financeira do Banco
- ❖ Dirigir recomendações ao Conselho de Administração relativas a assuntos de natureza financeira, risco, controlo interno, fraudes e riscos informáticos, assegurando uma comunicação eficaz entre o Conselho de Administração, a equipa de gestão, os auditores internos, os auditores externos e as entidades reguladoras

ADM. NÃO
EXECUTIVO1 MEMBRO CONSELHO
FISCAL E 1 ADM. NÃO
EXECUTIVOREUNIÕES
TRIMESTRAIS

COMITÉ DE RISCO

RESPONSABILIDADES

- ❖ Assegurar a qualidade, integridade e fiabilidade da gestão de risco
- ❖ Aconselhar o Conselho de Administração quanto à estratégia de risco
- ❖ Supervisionar a implementação da estratégia de risco
- ❖ Supervisionar a função de gestão de risco

ADM. NÃO
EXECUTIVO
INDEPENDENTE1 ADM. NÃO
EXECUTIVO E 1 ADM.
EXECUTIVOREUNIÕES
TRIMESTRAIS

COMITÉ DE GOVERNAÇÃO DE CRÉDITO

RESPONSABILIDADES

- ❖ Assegurar uma efectiva governação de crédito
- ❖ Garantir uma adequada gestão da carteira de crédito
- ❖ Monitorizar o crédito CONCEDIDO
- ❖ Controlar o risco de crédito, incluindo o risco País

ADM. NÃO
EXECUTIVO
INDEPENDENTE1 ADM. NÃO
EXECUTIVO E 1 ADM.
EXECUTIVOREUNIÕES
TRIMESTRAIS

COMITÉ DE GESTÃO DE CAPITAL HUMANO

RESPONSABILIDADES

- ❖ Analisar e aprovar a política de remuneração do Banco, bem como zelar pela nomeação, avaliação e remuneração dos Colaboradores
- ❖ Gerir a componente de recursos humanos nas suas várias vertentes, nomeadamente na definição de políticas e procedimentos
- ❖ Nomear directores
- ❖ Acompanhar a componente da avaliação de desempenho
- ❖ Definir as políticas de recrutamento e contratação do Banco

PRESIDENTE
COMISSÃO EXECUTIVA1 ADM. NÃO
EXECUTIVO E 1
EXECUTIVO1 ADM. NÃO
EXECUTIVOREUNIÕES
TRIMESTRAIS

COMITÉ DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

RESPONSABILIDADES

- ❖ Definir a estratégia relacionada com tecnologia de informação e o seu alinhamento com a estratégia e os objectivos gerais do Banco, nomeadamente, desenvolver ou implementar novas tecnologias e sistemas
- ❖ Monitorizar o progresso dos principais projectos relacionados com tecnologia de informação

ADM.
EXECUTIVO1 ADM. NÃO
EXECUTIVO E 1 ADM.
EXECUTIVO

Comités

COMITÉS DA COMISSÃO EXECUTIVA



COMITÉ DE GESTÃO

RESPONSABILIDADES

- ❖ Impulsionar a implementação e execução das directrizes e projectos aprovados pela Comissão Executiva

Este Comité tem carácter puramente operacional e quaisquer questões estratégicas relativas ao mesmo devem ser encaminhadas para a Comissão Executiva.



REUNIÕES MENSAIS



ADM. EXECUTIVO



GESTORES E TÉCNICOS SENIORES INDICADOS PELOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA

COMITÉ DE ACTIVOS E PASSIVOS

RESPONSABILIDADES

- ❖ Estabelecer as linhas orientadoras da gestão do risco de liquidez, risco de taxa de juro e cambial



REUNIÕES MENSAIS



PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA



DIRECTORES CIB, PBB, FINANCEIRO, MERCADO DE CAPITAIS E RISCO

COMITÉ DE RISCO DE CRÉDITO

RESPONSABILIDADES

- ❖ Estabelecer e definir os princípios de assunção do risco de crédito e do quadro geral, para uma consistente e unificada governação
- ❖ Identificação, avaliação, gestão e comunicação do risco de crédito

Para fins do cumprimento dos seus deveres e responsabilidade, este Comité tem o direito de delegar responsabilidades aos subComités e/ou indivíduos dentro dos mandatos claramente definidos e autoridades delegadas.



REUNIÕES MENSAIS



DIRECTOR DE RISCO



PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA, DIRECTOR DE CRÉDITO DO CIB, DIRECTOR DE CRÉDITO DO PBB, DIRECTOR DO CIB E DIRECTOR DO PBB

COMITÉ DE GESTÃO DE RISCO

RESPONSABILIDADES

- ❖ Formular estratégias de gestão risco
- ❖ Desenvolver políticas de gestão de risco para aprovação do Conselho de Administração, obedecendo aos requisitos regulamentares vigentes
- ❖ Adoptar os princípios corporativos e código de boas práticas bancárias de modo a promover uma gestão adequada de risco
- ❖ Rever e avaliar o ambiente de controlo do Banco, incluindo (mas não se limitando) ao quadro de risco
- ❖ Garantir a integridade dos sistemas de controlo de risco, políticas, procedimentos, processos e estratégias, devendo ser geridos de forma eficaz, e em linha com os níveis de risco aprovados pela Administração



REUNIÕES MENSAIS



PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA



DIRECTORES DE RISCO, FINANCEIRO, CIB, PBB, RISCO OPERACIONAL, COMPLIANCE, OPERAÇÕES, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, CAPITAL HUMANO, JURÍDICO E BANCA TRANSACCIONAL

COMITÉ DE PRICING

RESPONSABILIDADES

- ❖ Definir e rever a estratégia de *pricing* do Banco, tendo em conta os produtos e segmentos em que este se pretende posicionar, a análise da concorrência, o risco de crédito e outras condicionantes de mercado



REUNIÕES TRIMESTRAIS



DIRECTOR FINANCEIRO



DIRECTORES CIB, PBB, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, COMPLIANCE, MERCADO DE CAPITAIS, BANCA TRANSACCIONAL E RISCO

Comités

COMITÉS DA COMISSÃO EXECUTIVA



COMITÉ DE NOVOS PRODUTOS

RESPONSABILIDADES

- ❖ Avaliar e aprovar novos produtos, canais e propostas de serviços



REUNIÕES MENSAIS



DIRECTOR FINANCEIRO



DIRECTORES DO CIB, PBB, TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, COMPLIANCE, MERCADO DE CAPITALIS, BANCA TRANSACCIONAL, RISCO, DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO, BANCA DE INVESTIMENTO, JURÍDICO E MARKETING

COMITÉ DE GESTÃO DE PROJECTOS DE TI

RESPONSABILIDADES

- ❖ Garantir o alinhamento do investimento considerado “Change the Bank”, nas áreas de Sistemas de Informação e de negócio, com as iniciativas estratégicas adoptadas pelo Banco. Se pertinente com as do Grupo Standard Bank
- ❖ Garantir que os projectos são executados de acordo com os parâmetros acordados em termos de qualidade, custo, âmbito e prazos e que eventuais desvios aos parâmetros estabelecidos são adequadamente geridos



REUNIÕES MENSAIS



PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA



DIRECTORES DE OPERAÇÕES, TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, PBB, CIB, FINANCEIRO, RISCO E AUDITORIA INTERNA

COMITÉ DE COMPRAS

RESPONSABILIDADES

- ❖ Alinhar as propostas de adjudicação de bens e serviços de terceiros, de acordo com os objectivos do Banco a curto, médio e longo prazo
- ❖ Assegurar que todas as propostas, alterações aos contractos, e reclamações são resolvidos seguindo um procedimento justo e imparcial em que todas as ocorrências são sujeitas a uma avaliação adequada
- ❖ Assegurar o alinhamento das estratégias de contratação e de celebração de contractos com os objectivos do negócio



REUNIÕES MENSAIS



DIRECTOR FINANCEIRO



GESTOR DE PROCUREMENT E DIRECTORES DE OPERAÇÕES, TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, JURÍDICO, CIB, PBB E RISCO

COMITÉ DE ANÁLISE DE CLIENTES DE ALTO RISCO

RESPONSABILIDADES

- ❖ Aprovar as relações com Clientes quando estes possam ter implicações a nível de risco reputacional para o Banco
- ❖ Garantir que o processo de revisão é realizado para todas as relações relevantes, designadamente, Clientes categorizados como de Alto Risco para o Banco, incluindo Pessoas Politicamente Expostas (PEP)



REUNIÕES SEMANAIS



PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA



DIRECTORES DO PBB, CIB, RISCO, COMPLIANCE E JURÍDICO

COMITÉ DE CONTROLOS INTERNOS FINANCEIROS

RESPONSABILIDADES

- ❖ Avaliar a proporcionalidade, eficiência e adequação dos controlos internos financeiros do Banco, reduzindo a tolerância para o risco operacional e financeiro



REUNIÕES MENSAIS



DIRECTOR FINANCEIRO



DIRECTORES DO CIB, PBB, CONTABILIDADE, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, OPERAÇÕES E CONTROLO INTERNO

Principais Políticas

1. CÓDIGO DE ÉTICA E CONFLITOS DE INTERESSE

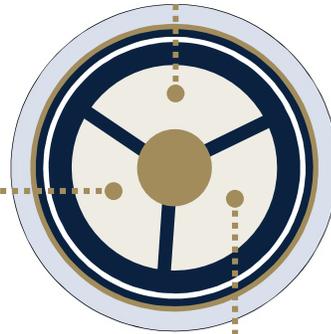
O Standard Bank de Angola coloca o Cliente no centro da sua actividade, dando primazia aos seus interesses e fazendo do dever de lealdade para com este, o pilar que define o seu modo de actuação.

A política de conflito de interesses implementada pelo Banco rege-se pelos mais altos padrões éticos e deontológicos. Por um lado, procura identificar, monitorizar e mitigar situações de potenciais conflitos de interesse protegendo o Banco, os seus Colaboradores e os seus Clientes, de eventuais danos. Por outro lado, permite assegurar o estrito cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.

De forma a poder conduzir a sua actividade de forma coerente, foram identificadas directrizes comuns, tais como a visão de valores e a identidade da marca Standard Bank, que implicam um quadro comum de tomada de decisão. Este quadro está definido com maior clareza no Código de Ética, que foi concebido para facilitar uma maior descentralização e consequente tomada de decisões de forma mais rápida e eficiente em todos os níveis do Banco.

2. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A definição do quadro de governação, gestão de riscos e comunicação de transacções com partes relacionadas, e os empréstimos a partes associadas e relacionadas são os principais objectivos desta política.



3. POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS

No Standard Bank de Angola, a política de remunerações e benefícios é fundamental na contratação e retenção de quadros do Banco, garantindo desta forma a motivação dos seus Colaboradores e proporcionando-lhes boas oportunidades de remuneração e benefícios.

De modo a garantir a efectiva execução desta política, são seguidos os seguintes princípios orientadores:

- ❖ Cultura de responsabilidade e excelência, através do desempenho individual, competências adquiridas, capacidades técnicas e experiência demonstrada
- ❖ A abordagem de remuneração tem o objectivo de atrair e reter os Colaboradores-chave, e motivar e premiar o desempenho de excelência
- ❖ Valor do trabalho, que é definido pelo Banco com base nas capacidades, nomeadamente: (i) competência, (ii) capacidade técnica, (iii) experiência e desempenho e (iv) posição ocupada nos diferentes níveis organizacionais
- ❖ Respeito pelos princípios de remuneração do mercado, de forma a garantir que as diferenças relativas ao valor de mercado são suportadas e justificadas, e que as práticas de remuneração garantem níveis adequados de competitividade
- ❖ Capacidade financeira da instituição;
- ❖ Garantia de remuneração (fundamentalmente no que se refere a benefícios), a qual se encontra dependente da contribuição dos Colaboradores para a concretização dos objectivos do Banco

Principais Políticas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Administradores Executivos

No Standard Bank de Angola a remuneração dos membros da Comissão Executiva, tem composição mista, i.e., apresenta uma componente fixa complementada por uma componente variável, determinada em função da conjugação de vários factores, tais como:

- ❖ Desempenho individual de cada administrador referente não só ao ano precedente, mas à consistência de desempenho em anos anteriores
- ❖ Desempenho geral do Banco
- ❖ Respeito pelas regras e normativos inerentes à actividade desenvolvida pelo Banco, bem como pelo Código de Conduta

Administradores Não Executivos e membros da mesa da Assembleia Geral

- ❖ Com excepção do Administrador independente, os membros Não Executivos do Conselho de Administração, não são remunerados pelas funções exercidas
- ❖ O Administrador Não Executivo independente recebe uma remuneração fixa definida directamente pelos accionistas
- ❖ A remuneração dos Administradores Não Executivos e membros da mesa da Assembleia Geral corresponde a um valor fixo consoante a sua presença em reuniões

CONSELHO FISCAL

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal corresponde a um valor fixo consoante a sua presença em reuniões.

Os valores destas são aprovados pelos accionistas através de deliberação da Assembleia Geral.

	ADMINISTRADORES EXECUTIVOS	ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	CONSELHO FISCAL	COMISSÃO EXECUTIVA
REMUNERAÇÕES E OUTROS BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO	140 142	29 818	9 379	471 000
REMUNERAÇÕES VARIÁVEIS	100 944	7 572	2 869	117 115
BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO E OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	171 587	-	-	82 441

Milhares de AOA

Parecer do Comité de Auditoria

O seguinte parecer é disponibilizado pelo Comité de Auditoria relativamente ao ano fiscal de 2018 do Standard Bank de Angola, em conformidade com os deveres de diligência e opinião inerentes ao seu mandato.

A estrutura deste relatório segue, em traços gerais, as directrizes para as quais o Comité se encontra mandatado. Relativamente às suas funções, o Comité de Auditoria executou os seus deveres e responsabilidades durante o ano fiscal, em concordância com o seu mandato, respeitando os seus deveres de diligência em matérias de contabilidade, auditoria interna, controlo interno e práticas de reporte financeiro.

Durante o ano fiscal de 2018, o Comité de Auditoria reuniu-se de forma regular, nomeadamente através do seu Presidente, com o Director de Auditoria Interna, com o Director da área de PBB, com o Director da área de CIB, com o responsável do Financial Crime Control (FCC) e com outros Directores Executivos do Banco. O Comité de Auditoria, através do seu Presidente, reuniu-se também com os auditores externos.



EM RELAÇÃO AOS AUDITORES EXTERNOS E À AUDITORIA EXTERNA:

- ❖ Aprovou o plano de auditoria para o ano de 2017
- ❖ Reviu os processos de auditoria e avaliou a efectividade da mesma
- ❖ Reuniu com os auditores externos e discutiu as conclusões materialmente relevantes



EM RELAÇÃO AOS REPORTES FINANCEIROS:

- ❖ Acompanhou a preparação das demonstrações financeiras anuais
- ❖ Reviu relatórios em termos da adequabilidade das provisões aos empréstimos em curso e aos de cobrança duvidosa
- ❖ Verificou que os reportes financeiros anuais representavam de forma justa a posição financeira do Banco no final do ano fiscal, com base na opinião dos auditores externos
- ❖ Verificou que os reportes financeiros anuais se encontravam em conformidade com as normas de relato financeiro, com base na opinião dos auditores externos
- ❖ Reviu e discutiu o relatório de auditoria dos auditores externos



EM RELAÇÃO AO CONTROLO INTERNO, AUDITORIA INTERNA E CONTROLO DO CRIME FINANCEIRO:

- ❖ Aprovou o plano de auditoria interna e avaliou a independência, efectividade e desempenho da Direcção de Auditoria Interna
- ❖ Considerou os relatórios dos auditores internos e externos relativamente ao Sistema de Controlo Interno do Banco, incluindo os controlos financeiros internos e a manutenção do próprio sistema
- ❖ Analisou os alertas levantados pelas diligências realizadas pelas equipas de auditoria interna, bem como as medidas correctivas adoptadas para colmatar os alertas identificados
- ❖ Examinou a adequabilidade do desempenho da função de auditoria interna e a adequabilidade dos recursos disponíveis, tendo considerado ambos como satisfatórios
- ❖ Recebeu a garantia de uma correcta e apropriada manutenção dos registos contabilísticos do Banco
- ❖ Discutiu temas importantes relativamente ao crime financeiro e ao reforço dos controlos implementados

Parecer do Comité de Auditoria



EM RELAÇÃO AOS REQUISITOS LEGAIS, REGULAMENTARES E DE COMPLIANCE:

- ❖ Monitorizou a conformidade da aplicação da Lei n.º 12/2015 de 17 de Junho, das Instituições Financeiras, bem como os diferentes avisos emitidos pelo BNA, e outras legislações e políticas internas aplicáveis
- ❖ Reviu relatórios de auditoria interna, dos auditores externos e o seu grau de conformidade
- ❖ Reviu o Plano anual de Compliance
- ❖ Destaca-se que o Comité de Auditoria não recebeu reclamações relativas a temas contabilísticos, de auditoria interna, controlos financeiros internos, conteúdo dos reportes financeiros ou potenciais infracções à lei



EM RELAÇÃO À GESTÃO DE RISCO E ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO:

- ❖ Analisou os relatórios referentes à gestão de risco, nomeadamente ao nível de risco de fraude e risco de tecnologias de informação, por forma a atestar a qualidade de reporte financeiro do Banco



EM RELAÇÃO À COORDENAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE SEGURANÇA, O COMITÉ:

- ❖ Analisou os planos e *outputs* do trabalho dos auditores externos e internos, bem como o nível de compliance e controlo do crime financeiro, tendo concluído que estes fornecem uma base sólida para endereçar os riscos financeiros materialmente relevantes que o negócio enfrenta

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA O MANDATO DE AUDITORIA INTERNA CONSIDERADOS E RECOMENDADOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA APROVAÇÃO

A auditoria interna do Banco actua em concordância com o manual de actividades e procedimentos de auditoria interna do Standard Bank de Angola. O referido manual foi preparado no âmbito do *Group Internal Audit Charter*.

Não foram adoptados ou aprovados quaisquer mandato ou termos formais de referência específicos à auditoria interna em Angola.

NOMES E QUALIFICAÇÕES DOS MEMBROS DO Comité PARA O PERÍODO SOB REVISÃO

Até Outubro de 2018, o Comité de Auditoria foi composto por:

- i. **OCTÁVIO MANUEL DE CASTRO CASTELO PAULO** de nacionalidade angolana. Actualmente desempenha a função de Administrador Não Executivo, Independente, Presidente do Conselho de Administração no Standard Bank de Angola e Sócio da Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados, RL. É Licenciado em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa.

Funções anteriores:

- ❖ Assessor do Secretário de Estado dos Transportes (Portugal)
- ❖ Assessor do Secretário de Estado da Habitação e Comunicações (Portugal)
- ❖ Advogado nos CTT - Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A. e da Portugal Telecom, S.A.
- ❖ Membro da Direcção do Instituto Português de *Corporate Governance*
- ❖ Membro do Conselho Fiscal e Presidente/Secretário de várias sociedades comerciais, algumas cotadas na *NYSE Euronext Lisbon*

Parecer do Comité de Auditoria

- ii. **MIGUEL DA SILVA ALVES** de nacionalidade Portuguesa. Actualmente desempenha a função de CFO da ZAP (Portugal, Angola e Moçambique). É licenciado em Economia pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e possui ainda um mestrado em Controlo de Gestão e desempenho pelo INDEG.

Funções anteriores:

- ❖ *Controller* financeiro do Grupo Logoplaste
- ❖ Auditor financeiro na Deloitte Associados SROC, S.A

Após Outubro de 2018, o Comité de Auditoria foi composto por:

- i. **ANTÓNIO CAROTO COUTINHO** de nacionalidade moçambicana. Actualmente desempenha a função de Administrador Não Executivo. É Licenciado em Comércio (Contabilidade) pela Universidade de Pretória na África do Sul, com formação em gestão pela *Henley Management School* no Reino Unido, e formação de Executivos na Universidade de *Harvard* nos EUA.

Actualmente desempenha as seguintes funções:

- ❖ Administrador Não Executivo do Standard Bank de Angola
- ❖ Director Regional de West Africa no Standard Bank Group

- ii. **CARLOS SÃO VICENTE** de nacionalidade angolana. É licenciado em Economia pela Universidade Agostinho Neto, com Master em Gestão pelo Arthur D. Little Management Education Institute nos EUA.

Actualmente desempenha a seguinte função:

- ❖ Administrador Não Executivo do Standard Bank de Angola
- ❖ Presidente do Conselho de Gerência da AAA Activos, Lda

- iii. **MIGUEL DA SILVA ALVES** de nacionalidade portuguesa. Actualmente desempenha a função de CFO da ZAP (Portugal, Angola e Moçambique). É licenciado em Economia pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e possui ainda um mestrado em Controlo de Gestão e desempenho pelo INDEG.

Funções anteriores:

- ❖ *Controller* financeiro do Grupo Logoplaste
- ❖ Auditor financeiro na Deloitte Associados SROC, S.A

Parecer do Comité de Auditoria

NÚMERO DE REUNIÕES E ASSIDUIDADE

Durante o ano fiscal de 2018, o Comité de Auditoria reuniu 4 vezes. Para além dos membros do Comité de Auditoria, as reuniões do Comité de Auditoria contaram com a presença de:

- ❖ Director de Auditoria Interna
- ❖ Director de Compliance
- ❖ Director de Risco
- ❖ Director Jurídico
- ❖ Director de Operações
- ❖ CFO
- ❖ Responsável do FCC

As 4 reuniões contaram também com a presença do Presidente do Conselho de Administração e com dois Administradores Executivos, sendo um o CEO. Foram ainda convidados a participar nas reuniões, os Directores responsáveis pelas áreas de CIB, PBB, Operações e Sistemas de Informação. O auditor externo esteve também presente nas 4 reuniões, numa delas por telefone.

DESCRIÇÃO DA RELAÇÃO DE TRABALHO COM O DIRECTOR DE AUDITORIA INTERNA

O Dr. Pedro Viagem é o Director de Auditoria Interna, tendo iniciado as suas funções em Janeiro de 2017. A relação do Comité de Auditoria com o Director de Auditoria Interna tem sido excelente.

As discussões realizadas foram positivas, transparentes e abertas. O Director de Auditoria Interna tem colaborado com o Comité de Auditoria sempre que solicitado, demonstrando um elevado nível de independência, profissionalismo e prontidão.

DECLARAÇÃO RELATIVA AO CUMPRIMENTO DAS RESPONSABILIDADES LEGAIS, REGULAMENTARES E OUTRAS

Tanto quanto é do seu conhecimento, o Comité de Auditoria tem cumprido as suas obrigações legais e regulamentares, bem como os seus deveres, tal como emergem do mandato.

DECLARAÇÃO RELATIVA À RECOMENDAÇÃO OU NÃO DO RELATÓRIO ANUAL PARA APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comité de Auditoria recomenda, para aprovação pelo Conselho de Administração, o relatório anual relativo ao ano fiscal de 2018.

Parecer do Comité de Auditoria

OPINIÃO DO COMITÉ DE AUDITORIA

O desempenho da auditoria externa e interna, foi adequado, efectivo e independente da gestão executiva durante o exercício de 2018.

O ambiente de controlo interno permaneceu estável em 2018, quando comparado com 2017. Em Dezembro de 2017, o Banco tinha 17 *audit findings* por mitigar, sendo que, para 3 deles, a resolução foi posterior à data inicialmente estimada. Em Dezembro de 2018, o Banco tinha 45 *audit findings* por mitigar, sendo que apenas 1 com resolução em atraso. No decurso de 2018, foram efectuadas 12 auditorias, tendo resultado no levantamento de 72 novos *audit findings*, sendo este um número que se entende como considerável. No entanto, durante o exercício de 2018 procedeu-se à resolução de 44 *audit findings*, o que revela uma atitude positiva por parte das diferentes funções e áreas de negócio do Banco, no sentido de reconhecer a importância da: i) existência de controlos internos e ii) correcta implementação de procedimentos e cumprimento da legislação aplicável.

É do entendimento do Comité de Auditoria que ainda existe margem de progressão neste âmbito. Das 12 auditorias efectuadas em 2018, 4 foram classificadas como "Insatisfatórias". Destas, 2 estão relacionadas com o PBB (num total de 3 auditorias específicas para este segmento) e 2 são relativas a EF's (num total de 6 auditorias específicas a estas áreas).

Tendo em consideração estes dados, o Comité de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração e, em particular, aos Directores Executivos, que se continue a prestar uma atenção especial ao controlo interno, nomeadamente no que diz respeito a: (i) habilitações, educação e formação dos Colaboradores, (ii) implementação e revisão de manuais, políticas e procedimentos e (iii) cultura de risco em geral.

No que se refere à área de IT, o panorama evoluiu favoravelmente ao longo de 2017 e permaneceu positivo durante o ano de 2018. Tanto o *hardware* como o *software*, foram devidamente modernizados e actualizados, e os sistemas, no geral, apresentaram um desempenho superior e com maior estabilidade. Adicionalmente, em 2018, a equipa de IT continuou a operar de forma devidamente coordenada e consistente. Assim sendo, é do entendimento do Comité de Auditoria que, dada a sua importância estratégica e operacional, a área de IT deverá continuar a receber uma atenção especial por parte da Comissão Executiva.

O relatório de Governança Corporativa e Controlo Interno entregue ao BNA em Dezembro de 2018 denota ainda algumas fragilidades evidenciadas pelo Standard Bank de Angola (embora menos que no exercício de 2017), sobre as quais o Banco deve actuar, de forma a que estas não se repitam no Relatório de Governança Corporativa e Controlo Interno a ser submetido para o exercício de 2019.

O Comité de Auditoria tem desenvolvido a sua actividade em conformidade com as suas responsabilidades legais, regulamentares e de governação, tal como se encontram estabelecidas no mandato.

PERSONAL AND BUSINESS BANKING



NUM MERCADO EM CONSTANTE EVOLUÇÃO, O STANDARD BANK DE ANGOLA POSICIONA-SE COMO UM BANCO SÓLIDO E DIFERENCIADOR. EM LINHA COM A ESTRATÉGIA GLOBAL DO BANCO, O SEGMENTO DE PERSONAL AND BUSINESS BANKING (PBB) ADOPTA UM MODELO DE NEGÓCIO FOCADO EM CORRESPONDER ÀS NECESSIDADES DOS CLIENTES, PROCURANDO ESTABELECER RELAÇÕES DE LONGO-PRAZO E OFERECENDO UM SERVIÇO DE EXCELÊNCIA, COM SOLUÇÕES INOVADORAS E PERSONALIZADAS, QUE SE ADEQUAM À PROCURA DO CLIENTE.

Visão Geral

O Standard Bank de Angola, em geral, e o segmento de Personal and Business Banking (PBB), em particular, pretende criar uma proposta de valor que seja mais simples, mais rápida e mais eficaz, de modo a disponibilizar um serviço superior aos seus Clientes. O segmento PBB tem como um dos seus principais focos de acção a melhoria e monitorização da experiência dos seus Clientes, criando as condições necessárias para o crescimento sustentável do negócio.

Em linha com as orientações estratégicas do Grupo Standard Bank, o segmento de *Personal and Business Banking* adopta um modelo de negócio centrado no Cliente. Num mercado cada vez mais exigente, o apoio ao Cliente numa perspectiva transversal suportando não apenas as suas necessidades de serviços financeiros básicos, mas igualmente as suas necessidades de serviços mais complexos que requerem aconselhamento, torna-se fundamental para a construção de um relacionamento sustentável e duradouro.

Enquanto Instituição Financeira de referência, o Standard Bank de Angola tem vindo a desenvolver soluções cada vez mais personalizadas (ex.: crédito, poupanças, investimentos, aquisições, produtos de seguro, aconselhamento), suportando o crescimento e sucesso dos seus Clientes, as suas necessidades, ambições e objectivos pessoais e profissionais.

Ao longo do ano de 2018, o segmento de PBB investiu nos seus canais digitais, plataformas de *Customer Relationship Management* (CRM) e áreas de atendimento/ *Call Center*, de modo a permitir uma execução das transacções cada vez mais eficiente, um acesso simplificado aos produtos e serviços do Banco e uma experiência do Cliente mais completa.



Estrutura Organizacional



A Nossa Estratégia

O segmento de PBB tem vindo a transformar a sua actividade de forma a assegurar um foco particular sobre os seus Clientes: compreender as suas necessidades e manter e/ ou conquistar a sua confiança através da disponibilização de uma experiência de Cliente completa e satisfatória.

As áreas de foco do segmento PBB encontram-se devidamente alinhadas com a estratégia do Banco: foco no Cliente, foco nos Colaboradores do Banco, digitalização e ser uma Organização Universal de Serviços Financeiros.

A Nossa Estratégia



O que os Clientes pretendem?

Um Banco que Conheça o Cliente

Um Banco que dê Capacidade de Acção

Um Banco que seja um Parceiro

Qual a resposta do Standard Bank de Angola?



- Trabalhar em soluções informadas, fundamentadas e precisas
- Desenvolver um aconselhamento relevante e personalizado
- Entregar uma experiência de Cliente consistente e integrada, entre os vários pontos de contacto com o Banco
- Alavancar as nossas acções na experiência e capacidades do Grupo Standard Bank
- Reforçar o posicionamento na Banca transaccional e na captação de depósitos



- Desenvolver soluções simples, digitais e automáticas que acelerem os processos de negócio
- Investir em sistemas e plataformas simples, seguras e ágeis
- Fazer o negócio certo da forma correcta
- Alocar e priorizar recursos para entregar as soluções que os Clientes necessitam verdadeiramente
- Integrar e agilizar actividades entre Direcções de forma a facilitar a relação do Cliente com o Banco, como um todo



- Clareza contínua e consistente ao longo da relação com o Cliente
- Colaboração entre as várias equipas do Banco, no sentido de servir o Cliente
- Melhorar constantemente os produtos e serviços entregues ao Cliente
- Capacitar e reconhecer o desempenho dos Colaboradores
- Cumprir com o propósito social do Banco

O segmento de PBB tem como missão continuar a melhorar a vida e experiência dos seus Clientes, compreendendo as suas ambições e entregando soluções relevantes

A Oferta do Segmento PBB



MEIOS DE PAGAMENTO

Emissão de cartões de débito e crédito, *internet e mobile banking*, ATM e serviços de TPAs para comerciantes



PRODUTOS DE CRÉDITO

Financiamentos (habitação, automóvel, consumo, entre outros), produtos estruturados e soluções diferenciadoras de curto prazo e médio/ longo prazo para particulares e empresas



SEGUROS

Seguros de curto e longo prazo para particulares (vida, saúde, automóvel, viagem, imóveis, multiriscos e planos de protecção a despedimentos colectivos) e para empresas (colectivo de saúde, transporte, activos, imóveis e acidentes de trabalho)



POUPANÇA E INVESTIMENTO

Depósitos a prazo, contas-poupança, contas de investimento para particulares e empresas, em moeda nacional e estrangeira



PRODUTOS TRANSACCIONAIS

Produtos transaccionais de comércio internacional, operações cambiais, pagamentos e soluções de gestão de liquidação

Desempenho 2018

A Banca de Retalho do Standard Bank de Angola é uma das suas principais ofertas estratégicas. Assim, o Banco pretende continuar a melhorar e aumentar a capacidade de prestação de serviços deste segmento, caracterizados pela excelência e permanente orientação para as necessidades de cada Cliente.

Esta clara e consistente estratégia de crescimento no mercado nacional reflecte uma forte orientação comercial para os Clientes, tanto particulares como empresas (PMEs) e permitiram atingir valores notáveis relativamente ao aumento do produto bancário em 47%, face ao período homólogo, fixando-se num total de 11 480 milhões AOA.

Num contexto macroeconómico adverso, com uma recessão económica na ordem dos 0,4%, destaca-se a erosão da base de Clientes activos do segmento de PBB, passando de 26 366 Clientes para 22 403, entre 2017 e 2018, respectivamente.

O rácio de transformação traduz-se no quociente entre os créditos concedidos e os depósitos efectuados, e evoluiu de forma positiva, com um crescimento de 13%. Este variação resultou essencialmente do aumento da abertura de novas linhas de crédito, através de contas correntes caucionadas para Clientes *Corporate*.

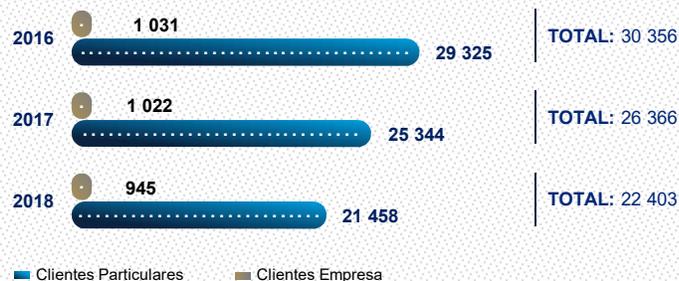


Clientes

A base de Clientes do segmento de PBB registou um decréscimo de 15%, tendo no final do exercício de 2018 registado 22 403 Clientes activos.

Este resultado advém, na sua maioria, da diminuição verificada no segmento particulares, fruto de um contexto macroeconómico adverso.

Base de Clientes, por segmento de negócio



Desempenho 2018

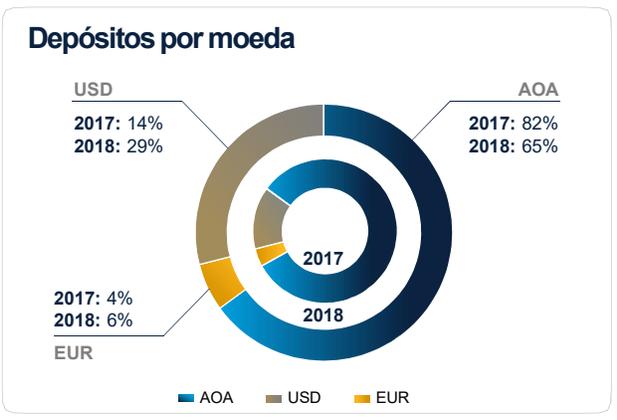
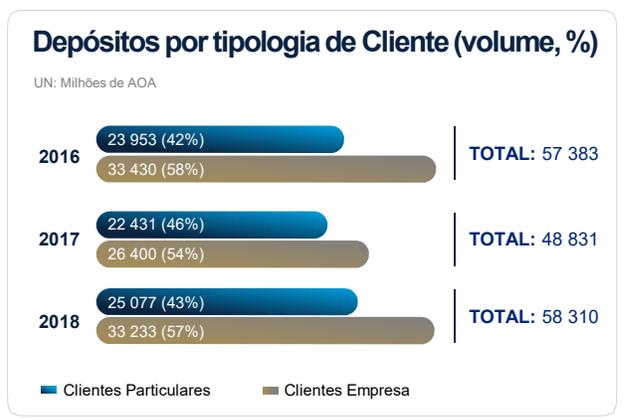
Em 2018 registou-se um incremento de 19% nos depósitos de Clientes, traduzindo-se num montante total de depósitos de 58 310 milhões AOA, face aos 48 831 milhões AOA, em 2017. Este crescimento foi essencialmente impulsionado pelo aumento dos depósitos à ordem nos Clientes Empresa.

Relativamente aos saldos médios por Cliente, verificou-se um crescimento de 23%, apesar de se ter registado um decréscimo de 15% no número total de Clientes, quando comparado com 2017.

O volume de depósitos dos Clientes Empresa registou um incremento de 12%, tendo os seus depósitos representado 57% do total dos depósitos da Banca de Retalho. Analisando a distribuição dos depósitos efectuados em função da moeda contratada, verificou-se a manutenção da concentração dos depósitos realizados na moeda nacional, embora o seu valor percentual tenha sofrido um decréscimo de 18 pontos percentuais face a 2017.

O montante líquido de depósitos em moeda estrangeira atingiu os 20 480 milhões AOA, sendo que o Standard Bank de Angola mantém o compromisso de movimentação das contas em moeda estrangeira dos seus Clientes, sem qualquer restrição, desde que se verifique o cumprimento da lei e normas vigentes.

Depósitos



Desempenho 2018

Por forma a impulsionar o crescimento da economia angolana, e consequentemente aumentar a sua quota de mercado, o segmento da banca de retalho aumentou exponencialmente o crédito concedido em 97%, face ao período homólogo. Em termos de distribuição da carteira de crédito, a maior proporção de crédito concedido está alocada a Clientes Empresa (68%).

No leque dos diversos produtos de crédito que integram a oferta do Banco, e comparando com o ano anterior, verificou-se um crescimento ao nível dos descobertos bancários (+100%) e crédito ao consumo (+10%).

O excelente desempenho a nível de depósitos e crédito, proporcionou a melhoria do rácio de transformação, evoluindo de 18% para 29%, entre 2017 e 2018, respectivamente.

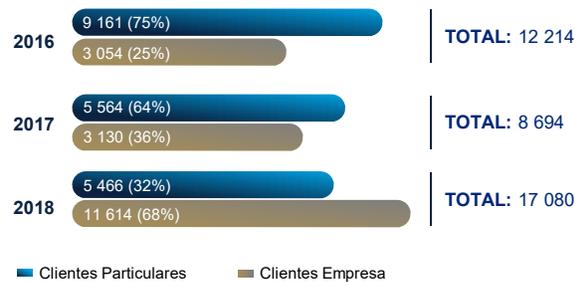
A qualidade da carteira de crédito apresentou uma melhoria significativa, registando um nível de incumprimento de crédito (+90 dias) na ordem dos 4%, o que corresponde ao menor valor registado desde 2013.



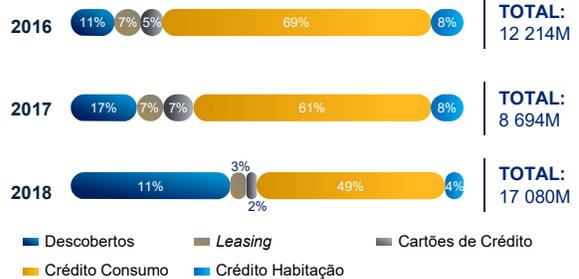
Crédito

Crédito por segmento de Cliente (volume, %)

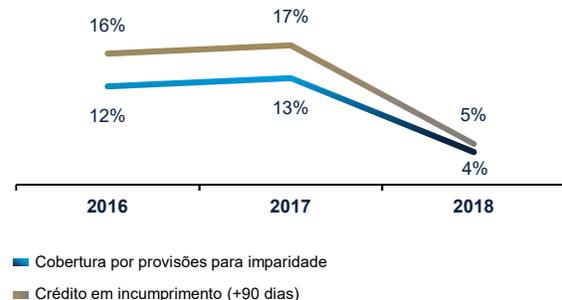
UN: Milhões de AOA



Evolução dos Produtos de Crédito



Qualidade da Carteira de Crédito



Desempenho 2018

A diminuição da base de Clientes activos da banca de retalho do Standard Bank de Angola, provocou uma redução do número de cartões activos em 18% face ao período homólogo, fixando-se em 24 408.

Os cartões de débito activos registaram um decréscimo de 14%, terminando assim o ano com um total de 21 789 cartões de débito activos. Em detrimento deste decréscimo, a taxa de penetração (número de cartões activos/ número de Clientes activos) fixou-se em 92%, uma perda de 4 p.p face ao período transitado. Do mesmo modo, o número de cartões de crédito activos decresceu 44% face ao período homólogo. Este decréscimo resultou da limitação imposta pelo Standard Bank de Angola no âmbito da gestão de liquidez sobre a transacionalidade dos cartões VISA GOLD no exterior do País, devido aos constrangimentos de acesso a divisas em 2017. Esta medida provocou a perda de alguns Clientes e consequente cancelamento de cartões em 2018.

O número de TPAs activos aumentou exponencialmente (102%) tendo o número médio diário de operações efectuadas através de TPAs aumentado 35% face ao período homólogo, fruto da crescente utilização destes terminais por parte dos Clientes e da aposta do negócio neste produto. Em 2018, 27 ATMs mantiveram-se operacionais, tendo havido um incremento de 1 ATM face a 2017.



Cartões, ATMs e TPAs



24 408

Cartões activos em 2018



21 789

Cartões de débito activos em 2018



2 619

Cartões de crédito activos em 2018



92%

Taxa de penetração de cartões de débito em 2018



1 090

TPAs em 2018



27

27 ATMs em 2018



99,5

Indicador de Operacionalidade



17,2%

Down-time por falta de notas



Canais de Distribuição

O Standard Bank de Angola continua a garantir que os produtos e serviços que constituem a sua proposta de valor são disponibilizados aos seus Clientes, não só através dos canais digitais, como da rede de balcões distribuída pelo território angolano.

A este nível, o Banco está empenhado em promover os seus produtos de forma simples, transparente e próxima, oferecendo um serviço de excelência e reforçando a preferência dos seus Clientes.

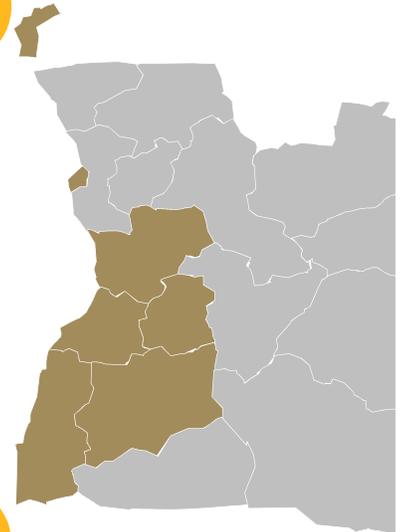
CANAIS PRINCIPAIS

O Standard Bank de Angola está presente em 7 províncias (Luanda, Cabinda, Kwanza Sul, Namibe, Huíla, Benguela e Huambo), dispondo de uma rede comercial composta por 26 Canais Físicos:

- 18 Agências
- 3 centros de empresa
- 3 postos de atendimento
- 2 *suite private*

CANAIS COMPLEMENTARES

De forma complementar à rede física, o Standard Bank de Angola (e o segmento de PBB, em particular) dispõe ainda de serviços de *Customer Contact Center (CCC)* e *PME Online*.



O nosso desempenho advém da nossa estratégia, mas é fundamentalmente a forma como a executamos que nos diferencia das restantes Instituições Financeiras.

Canais de Distribuição



Customer Contact Center (CCC)

O Standard Bank de Angola disponibiliza uma linha de atendimento ao Cliente, tendo como principal objectivo aproximar o Banco dos seus Clientes através da prestação de informação sobre os produtos e serviços do Banco, dar resposta às necessidades e esclarecimentos decorrentes das suas operações bancárias diárias e analisar eventuais reclamações.



50%

Redução do Número de Chamadas Recebidas



98%

Consistência da Taxa de Eficácia



Chamadas recebidas durante o ano de 2018

Consulta de saldo

Movimentos de conta

Extractos bancários

Activação de Cartões

Activação de E-Banking

Ao longo do exercício de 2018, o Standard Bank de Angola respondeu a várias chamadas por parte dos seus Clientes e potenciais Clientes, tendo no entanto registado uma redução no número de chamadas recebidas em cerca de 50%. Esta redução é fundamentalmente explicada por um serviço de atendimento ao Cliente que tem vindo a ser cada vez eficiente e eficaz, resultando na obtenção de uma taxa de eficácia de 98% (+1 p.p. face ao resultado de 2017).

De referir que, durante o ano de 2018 o Standard Bank de Angola procedeu à internalização do seu *Customer Contact Center*, o qual era anteriormente gerido em regime de *Outsourcing*. Este investimento pretende oferecer uma melhor experiência ao Cliente, alargando o serviço de chamadas para e-mails e permitindo o atendimento em 3 línguas distintas: Português, Inglês e Mandarim.

Canais de Distribuição



PME Online

De forma complementar ao Customer Contact Center (CCC), e no sentido de oferecer um atendimento mais personalizado ao segmento de Pequenas e Médias Empresas, o PME Online constitui um ponto único de contacto, acessível através de telefone e e-mail.

Os profissionais bancários intervenientes neste serviço facilitam a abertura de conta, aconselham sobre soluções de investimento, facilitam transacções, providenciam opções de pagamento e recebimento, aconselham sobre soluções de seguros e asseguram o tratamento a pedidos diversos.



CONVENIÊNCIA

- Profissionais bancários acessíveis via telefone e e-mail
- Resolução de pedidos diversos e *feedback* em tempo real e sem necessidade do Cliente ter de se deslocar a uma agência



SIMPLICIDADE

- Pedidos e serviços bancários efectuados via telefone e e-mail
- Contacto fácil e rápido com o gestor bancário



ACONSELHAMENTO PROFISSIONAL

- Profissionais bancários que providenciam aconselhamento ao Cliente sobre produtos, serviços bancários e soluções que vão de encontro às suas necessidades

Extractos bancários via e-mail

Informação sobre saldos de conta

Activação de contas

Registo nas plataformas digitais de banca electrónica e mobile banking

Desbloqueio de password na banca electrónica

Confirmação de dados bancários e carta de idoneidade

Solicitação de cartão de débito multicaixa

Solicitação de cheques

Actualização de dados

Resolução de pedidos diversos

Experiência do Cliente

A missão do Standard Bank de Angola é proporcionar uma experiência excepcional aos seus Clientes. A aposta contínua em proporcionar uma boa experiência ao Cliente, começa por identificar e compreender os obstáculos sentidos pelo Cliente, bem como a forma como o Banco os pode integrar ao longo do seu relacionamento, posicionando-se como a sua marca de excelência e preferência.

Em 2018, o Banco implementou mudanças ao processo de abertura de conta para Clientes do segmento de particulares, o que permitiu reduzir o tempo de resposta ao Cliente de 2 dias para 2 horas.

Para ter sucesso num mercado em constante e rápida mudança, o Standard Bank de Angola tem vindo a trabalhar para responder rapidamente às necessidades dos Clientes. Tendo em consideração o objectivo estratégico do Banco de proporcionar a melhor experiência possível aos seus Clientes, torna-se essencial criar mecanismos de avaliação da relação com os mesmos, de forma a actuar prontamente na resolução de problemas. Deste modo, ao longo dos últimos anos, o Banco tem dedicado especial atenção à monitorização da qualidade de atendimento aos Clientes e respectivo impacto no seu nível de fidelização, com vista à optimização do nível de satisfação dos mesmos.

O ano de 2018 registrou 636 reclamações, sendo as principais causas: Erros do sistema, falhas de processos e alocação de moeda estrangeira. Por sua vez, os 3 principais produtos com maior volume de reclamações foram: Cartão de Crédito (167 reclamações), Transferências Internacionais (121 reclamações) e Contas de Depósito a Pedido (92 reclamações).

O centro de contacto do Cliente oferece opções de telefone e e-mail para os Clientes. A tabela abaixo mostra as estatísticas de chamadas registadas em 2018. Os principais temas abordados nas chamadas estavam relacionados com o saldo da conta, cartões de crédito, e-banking e transferências.



96%
(redução de 48h para 2h)

REDUÇÃO NO TEMPO DE
RESPOSTA AO CLIENTE



25 451

CHAMADAS
ATENDIDAS EM 2018



96%

SLA:
20 SEGUNDOS

Experiência do Cliente

Campanha de serviço Vamos a isso!

Durante 2018, o Banco implementou uma campanha de serviço ao Cliente, onde durante as 5 primeiras semanas foram destacados os 5 princípios de um Serviço de Excelência:

- ❖ Responder às necessidades do Cliente à primeira e sempre!
- ❖ Responder rapidamente – Tempos de resposta
- ❖ Manter o Cliente devidamente informado
- ❖ Fazer um acompanhamento contínuo e assumir a responsabilidade pela resolução de todas as questões e pedidos
- ❖ Assumir o controlo

Igualmente, o Banco implementou a iniciativa interna “Correr para o Cliente”, com o objectivo de consciencializar os seus Clientes de que o Banco está orientado para os mesmos, com a intenção de responder às suas dúvidas e esclarecimentos, reclamações antes do final do dia.



Estruturação de reuniões e relatórios

Para um melhor acompanhamento das solicitações recebidas e das questões que se encontram pendentes de resolução, o Standard Bank de Angola envia, com uma periodicidade semanal, um relatório detalhado com o número de reclamações efectuadas (por gestor, agência e Cliente) aos gestores e gerentes das agências e respectivos chefes hierárquicos.

Paralelamente a esta acção, foi também implementada a realização de uma reunião mensal com as áreas responsáveis pela análise de reclamações e de pedidos de esclarecimento, onde também são discutidos os respectivos planos de acção e as acções de melhoria previstas.

Nesta reunião participam os responsáveis de cada área, sendo convidados, sempre que necessário, todos os envolvidos na solução dos assuntos em discussão.



Experiência do Cliente



Sessões de Formação Comportamental

Os Colaboradores do Banco que contactam directamente com o Cliente são especialmente responsáveis por promover a imagem e valores do mesmo, sendo a sua formação uma actividade crucial.

Neste sentido, e dada a necessidade de instruir os Colaboradores para a importância da adopção de uma atitude e comportamentos apropriados, foram planeadas várias sessões de formação comportamental para todos os gestores e gerentes das agências do Banco.

Estas sessões abordaram vários temas como comportamentos, responsabilidades e comprometimento do Colaborador.

Classifique o Meu Serviço

Continuámos a usar uma ferramenta de avaliação de serviços, que permite, tanto a Clientes externos como a Clientes internos, avaliar a qualidade do serviço dos seus gestores e colegas.

Para incentivar os Colaboradores a terem um melhor desempenho no atendimento ao Cliente, passou a ser premiado, mensalmente, o Colaborador que alcance uma melhor classificação com base na resposta às seguintes questões:

1. "Classifique o meu nível de competências e habilidades."
2. "Será que a minha resposta foi atempada?"
3. "Classifique o nível ao qual fui útil e amigável."
4. "Quão prontamente poderia recomendar o meu serviço a outros?"

Em 2019, iremos continuar a investir em melhorias, mitigando eventuais constrangimentos nos serviços prestados. O Banco encontra-se a preparar a definição de um padrão de serviços, e a criação de mecanismos de interacção proactiva com os Clientes.

Adicionalmente, estima fomentar uma maior interacção com o BNA, garantindo não só o alinhamento com as normas regulamentares, como também, a partilha de conhecimentos e experiências.



Clique aqui para avaliar o meu serviço
Click Here to Rate my Service



Estratégia para 2019

VISÃO & FUTURO

A ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO DO PBB FOI DELINEADA TENDO POR BASE 4 OBJECTIVOS PRINCIPAIS.



EXPERIÊNCIA DO CLIENTE

Compreender as exigências do Cliente e oferecer um serviço de excelência que garanta qualidade e satisfação continuarão a ser os vectores orientadores da actividade em 2019.

O Banco continuará a construir e redesenhar processos, produtos e canais de forma a que estes sejam um suporte à nossa actuação sobre as expectativas e necessidades dos Clientes.

Em 2018, foi possível reduzir tempo médio de espera na abertura da conta, gestão de reclamações e pagamentos de clientes. É este caminho de optimização que o Banco seguirá em 2019, tendo como objectivo disponibilizar os produtos e serviços do Banco de forma mais fácil, ágil, conveniente, simples e rápida.

A criação de um ponto de contacto exclusivo, através do atendimento personalizado nas diversas agências, suite private e centros de empresa, continuará a permitir ao Banco disponibilizar um serviço de excelência, com simplicidade e rapidez, fortalecendo assim a relação de proximidade com os Clientes, o que se traduziu num sentimento de confiança e segurança.



DIGITALIZAÇÃO

A melhoria dos sistemas internos do Banco, combinada com o desenvolvimento/manutenção de plataformas electrónicas e digitais que agreguem serviços de internet e mobile banking, continuarão a merecer a atenção do Banco ao longo de 2019, com o intuito de utilizar as novas soluções digitais, para melhorar o serviço prestado ao Cliente.

No contexto actual, em que os Clientes apresentam uma postura cada vez mais receptiva à adopção dos canais digitais e de tecnologias inovadoras, esta actualização constante assume um papel preponderante na actuação do Banco.



COLABORADORES E CULTURA

Com o intuito de continuar a melhorar a qualidade de serviço e a proporcionar o melhor aconselhamento possível aos nossos Clientes, o Banco investiu e continuará a investir de forma consistente no desenvolvimento e capacitação dos seus Colaboradores, executando um vasto programa de formação e capacitação das suas equipas, alavancando este programa na experiência do Grupo Standard Bank.

Desenvolver, atrair, fazer crescer e reter os nossos Colaboradores é um dos propósitos do Banco para 2019, tornando os Colaboradores do Standard Bank os melhores gestores/ técnicos bancários do mercado, assegurando simultaneamente que estes possuem uma verdadeira cultura de aprendizagem.



RISCO E CONDUTA

"Fazer o negócio certo, da forma correcta" continuará a ser em 2019 um dos propósitos do Banco, mantendo uma postura de melhoria contínua, evoluindo a sua actividade através do acompanhamento e adopção das melhores práticas da indústria.

Paralelamente, Banco mantém uma postura de revisão contínua dos seus processos internos, garantindo a conformidade com as melhores práticas de mercado e com a regulamentação em vigor.

CORPORATE AND INVESTMENT BANKING



NA EXECUÇÃO DA SUA ESTRATÉGIA, O STANDARD BANK DE ANGOLA FOCA-SE EM SER UM VERDADEIRO PARCEIRO DOS SEUS CLIENTES. A NOSSA EXPERIÊNCIA E CONHECIMENTO, BEM COMO O NOSSO OBJECTIVO DE PROPORCIONAR UM SERVIÇO DE EXCELÊNCIA AOS NOSSOS CLIENTES, TEM PERMITIDO REFORÇAR A CONFIANÇA DOS CLIENTES E CONSEQUENTEMENTE A NOSSA POSIÇÃO NO MERCADO. O SEGMENTO DE CORPORATE AND INVESTMENT BANKING (CIB) TEM IGUALMENTE VINDO A INVESTIR NOS SEUS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E AUTOMATIZAÇÃO DOS SEUS PROCESSOS, SEMPRE COM O PROPÓSITO DE MELHORAR OS SEUS NÍVEIS DE SERVIÇO E A EXPERIÊNCIA DO CLIENTE.

Visão Geral

África é a nossa casa. Impulsionar o seu crescimento é uma afirmação e ambição que nos inspira e diferencia de outras marcas de serviços financeiros. O segmento de CIB do Standard Bank de Angola encontra-se focado em estabelecer uma relação de parceria com os seus Clientes, tendo por objectivo continuar a melhorar os seus níveis de serviço e a experiência dos Clientes.

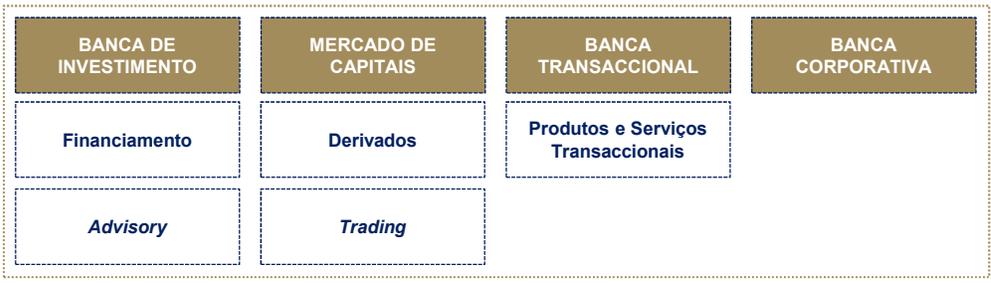
Enquanto o mundo está atento ao comportamento dos mercados emergentes com o propósito de impulsionar o crescimento, o continente africano está a assumir o seu lugar de direito no coração da economia global. O Standard Bank de Angola está singularmente posicionado para capitalizar este crescimento, porque somos africanos de coração. Entendemos as economias, os recursos e os povos do continente.

A nossa história traz uma enorme credibilidade à nossa marca e a nossa presença em 20 jurisdições africanas é fortalecida ainda mais pelas nossas operações internacionais. O nosso histórico demonstra o sucesso conseguido na construção de negócios em toda a África Subsaariana. A capacidade do Standard Bank para integrar diferentes mercados africanos com as principais economias a nível mundial, alicerçada à reputação e solidez internacional que detém, coloca o Banco numa posição de grande competitividade no contexto do mercado angolano.

Por fim, o segmento de CIB dispõe de uma equipa de profissionais especializados em sectores relevantes como Petróleo e Gás, Energia e Infra-estruturas, Indústria e Retail. Pelo contínuo processo de aprofundamento do conhecimento de todos os intervenientes na cadeia de valor dos mais variados sectores, encontramos-nos aptos a desenvolver soluções abrangentes e adaptadas às necessidades específicas de cada transacção e de cada Cliente.



Estrutura Organizacional



Visão Geral

Somos ambiciosos e pretendemos ser o principal Banco da Banca Corporativa e de Investimento em, para e por toda a África, com foco em sectores que impulsionam o crescimento dos países em que operamos.

Permanece activa a estratégia para o relacionamento mantido com o mercado Chinês, em virtude do seu potencial, evidenciado pelo crescente envolvimento deste mercado em Angola e do papel que o Banco pode ter na sua integração em Angola e em África.

A Nossa Estratégia



O que os Clientes pretendem?



Qual a resposta do Standard Bank de Angola?



O segmento de CIB continua a reunir a preferência das principais multinacionais petrolíferas a operar no mercado angolano, como resultado do nosso rigor, prudência e profissionalismo

A Oferta do Segmento CIB



FINANCIAMENTO

Estruturação Financeira, Empréstimos MLP,
Leveraged & Acquisition Finance, Project Finance e
Financiamento Imobiliário



ADVISORY

Avaliações de empresas, Fusões e Aquisições,
Dívida de Mercado de Capitais, *Capital Raisings*,
Assessoria de Rating



MERCADO MONETÁRIO E DERIVADOS

Mercado Monetário, Mercado Cambial, Taxa de Juro,
Global Markets Research



TRADING

Instrumentos de Dívida Pública e de Mercado
Cambial Crédito (bilhetes do Tesouro, obrigações
do Tesouro e títulos do BNA)



PRODUTOS E SERVIÇOS TRANSACCIONAIS

Soluções integradas e inovadoras de pagamentos e
transferências, Gestão de fluxos de tesouraria, *Trade
Finance*, Garantias Bancárias, produtos de apoio
ao comércio internacional e Recolha de valores



BANCA CORPORATIVA

Originação, acompanhamento e gestão da relação
com os Clientes de grandes empresas

Desempenho 2018

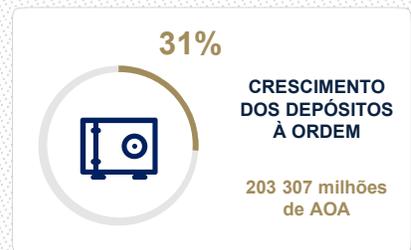
Angola é um país vibrante, que em 2018 sofreu um conjunto de transformações, tanto a nível político como económico. Ainda assim, o segmento de CIB permaneceu focado nos seus Clientes, no crescimento e sustentabilidade dos seus negócios, seguindo a trajectória delineada a nível estratégico.

O segmento de CIB focou-se na modernização do seu negócio, de modo a melhorar a experiência de Clientes e Colaboradores, e a desenvolver o seu negócio da melhor forma possível, o que permitiu um crescimento significativo do mesmo.

À semelhança de anos anteriores, o exercício de 2018 revelou um desempenho muito positivo por parte dos principais indicadores de actividade, reflectindo a trajectória de afirmação do Banco e do segmento em particular. O exercício de 2018 caracterizou-se por um aumento da rentabilidade do segmento – o produto bancário totalizou 45 168 milhões AOA – o que representa um crescimento de 74% face a 2017.

O rácio de eficiência situou-se nos 23%, evidenciando uma melhoria de 4 pp face ao ano anterior. Apesar do aumento nos custos de 38%, verificou-se um crescimento de 74% a nível das receitas, resultando num acréscimo no grau de eficiência por parte da equipa.

Importa ainda salientar que, tal como em 2017, 2018 foi um excelente ano para os accionistas do Banco, tendo-se verificado um retorno do investimento de 139%.

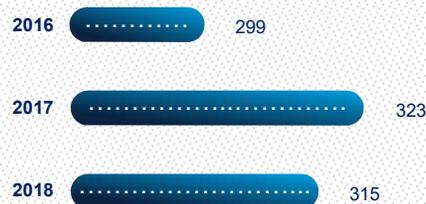


Clientes

No exercício de 2018, a base de Clientes CIB registou um total de 315 Clientes, o que representa um decréscimo de 3% na base de Clientes, comparativamente a 2017. Contudo, em 2018 existiu uma realocação de 8 clientes que passaram a pertencer ao segmento de Pequenas e Médias Empresas.



Base de Clientes



Desempenho 2018

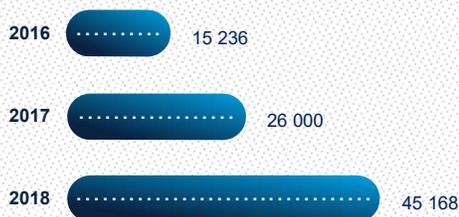
Tendo como base de sustentação um conjunto de gestores experientes e especialistas em produtos, a equipa de Banca Corporativa do segmento de CIB trabalha diariamente para assegurar que as necessidades financeiras e bancárias dos seus Clientes são atendidas numa ampla variedade de sectores e regiões geográficas.

Consultas bancárias de rotina, transacções financeiras complexas e investimentos que exigem soluções personalizadas e especializadas, são alguns dos produtos e serviços incluídos na proposta de valor da Banca Corporativa do Standard Bank de Angola.



Produto Bancário

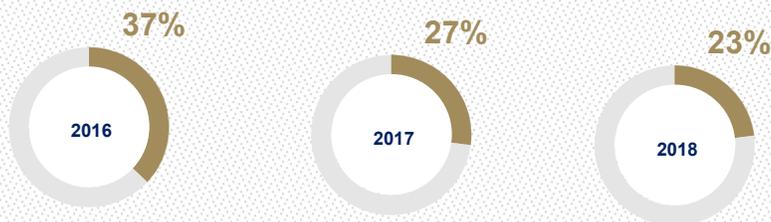
UN: Milhões de AOA



Relativamente ao produto bancário, o desempenho da Banca Corporativa do Standard Bank de Angola foi mais uma vez notável, tendo registado um valor, em 2018, de 45 168 milhões AOA. Este montante representa um crescimento de 74% face ao exercício de 2017.



Cost-to-Income



A redução de 4 pontos percentuais no rácio de eficiência *cost-to-income* foi resultado do aumento de 74% receitas, resultante do aumento dos juros de títulos e da desvalorização da moeda local, que compensou o aumento de 38% ao nível dos custos, resultante essencialmente da acentuada desvalorização da moeda local.



Desempenho 2018

A equipa de Banca Transaccional está focada em ampliar a sua capacidade de atendimento e expandir a sua oferta de produtos, de modo a responder às necessidades transaccionais dos seus Clientes.

A Direcção de Banca Transaccional registou um desempenho notável durante o ano de 2018, apesar da adversidade do contexto do mercado angolano. O trabalho árduo junto dos Clientes do Banco foi uma componente fundamental para ampliar a capacidade de atendimento e de resposta às necessidades transaccionais dos mesmos.

O montante total de depósitos do CIB aumentou 28% face a 2017, totalizando 278 503 milhões AOA. Este incremento resultou do aumento dos depósitos em moeda estrangeira e da desvalorização face à moeda nacional. O volume de depósitos em moeda nacional sofreu um decréscimo de 5% devido ao aumento significativo da disponibilidade de moeda estrangeira e ao esforço do BNA para executar os pagamentos atrasados até 31 de Dezembro de 2018.

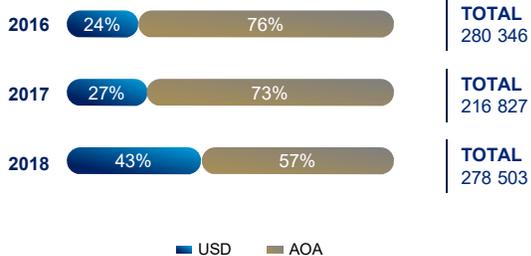
Os depósitos a prazo corresponderam a 26% do total da carteira de depósitos, atingindo 72 410 milhões AOA, traduzindo-se num aumento de 17% face ao ano anterior. Por outro lado, os depósitos à ordem registaram um aumento de 31% comparativamente ao aumento de 2% verificado em 2017, tendo atingido um montante de 201 948 milhões AOA (73% do total de recursos captados pelo segmento, em 2018).



Depósitos

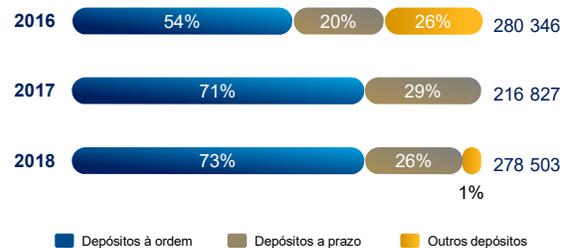
Depósitos por Moeda

UN: Milhões de AOA



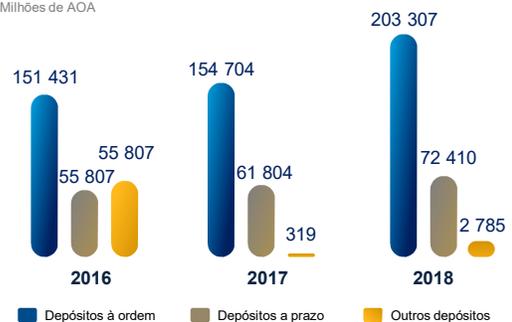
Depósitos por Produto (%)

UN: Milhões de AOA



Depósitos por Produto (Volume)

UN: Milhões de AOA



Desempenho 2018

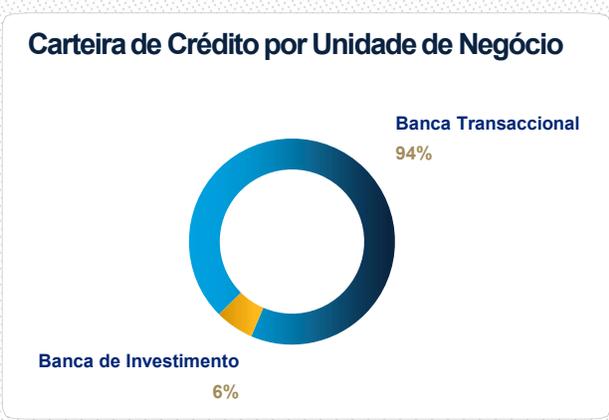
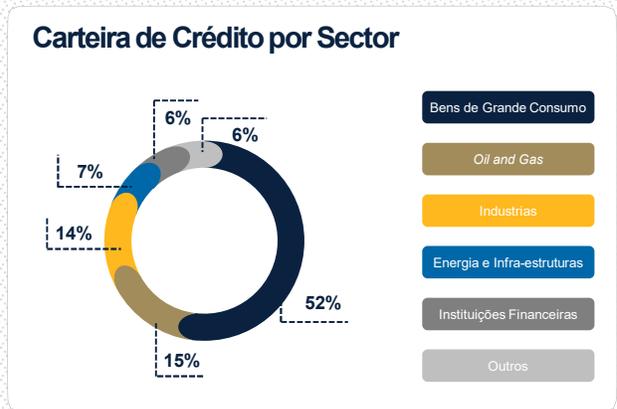
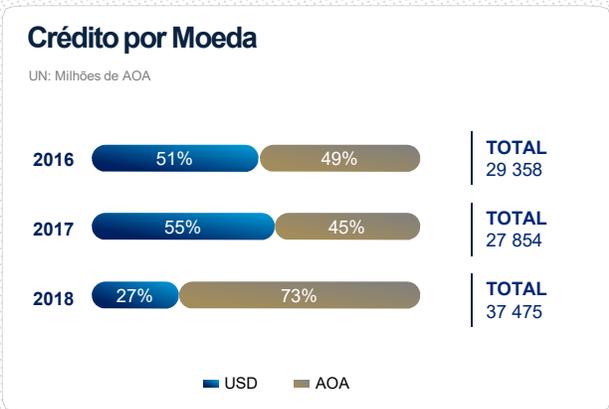
O crédito concedido a Clientes CIB em 2018 representou 70% do total do portfolio do Banco, atingindo o patamar de 37 mil milhões AOA. Este montante equivale a um aumento muito significativo na ordem de 36% face a 2017, marcado por um incremento de alocações de divisas para efeito de cartas de crédito, tanto no final do segundo trimestre de 2018 como na mudança de Governação do BNA.

Ao invés do sucedido no exercício de 2017, em 2018 os créditos constituídos em moeda estrangeira foram inferiores aos constituídos em moeda nacional (27% e 73%, respectivamente), resultado do aumento dos descobertos bancários em moeda nacional, da redução de liquidez no mercado e dos pagamentos de empréstimos em moeda estrangeira.

Ao longo do exercício de 2018, a área de CIB manteve o nível de qualidade da carteira de crédito concedido, não se verificando créditos vencidos nem Clientes em incumprimento, o que reflecte uma gestão de risco adequada e alinhada aos procedimentos internos.

A 31 de Dezembro de 2018, a carteira de crédito do CIB estava dispersa por diferentes sectores do tecido empresarial. No entanto, existiram alterações significativas no peso de alguns sectores de actividade. O sector de *Oil and Gas* deixou de ter o maior peso da carteira, passando a ocupar essa posição o sector de Bens de Grande Consumo com 52%, seguido de *Oil and Gas* e Indústrias, com 15% e 14%, respectivamente.

Crédito



Desempenho 2018

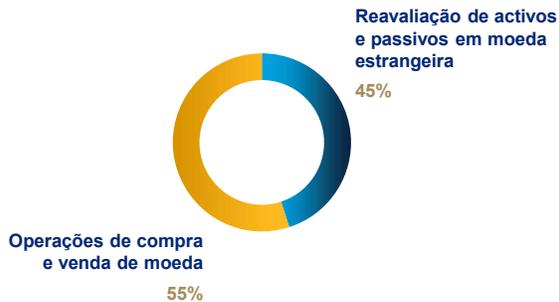
A área de Mercado de Capitais no Standard Bank de Angola fornece soluções de negociação, vendas, estruturação e gestão de risco para os Clientes, em todo o continente africano e em mercados financeiros seleccionados. Para além de instrumentos de câmbio, *commodities*, património, crédito, renda fixa e dívida, o Banco disponibiliza estudos de mercado, serviços de negociação, análises e novos produtos financeiros em várias classes de activos.

Ao longo de 2018, o Banco participou activamente na promoção do mercado secundário, tendo intermediado a venda de 344 mil milhões AOA de títulos de dívida soberana, o que permitiu ao Standard Bank de Angola preservar a segunda posição no Ranking em termos de volume de transacções intermediadas, com um crescimento de 8% no seu volume de transacções. De igual modo é importante salientar que o montante negociado pelo Banco representou em 2018, 22% do montante total negociado pelos membros da BODIVA.



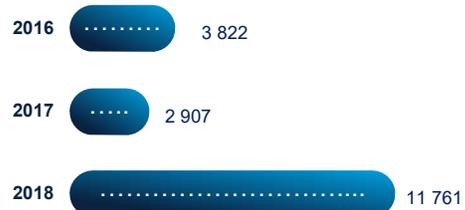
Mercado Cambial

Composição de Resultados em Operações Cambiais



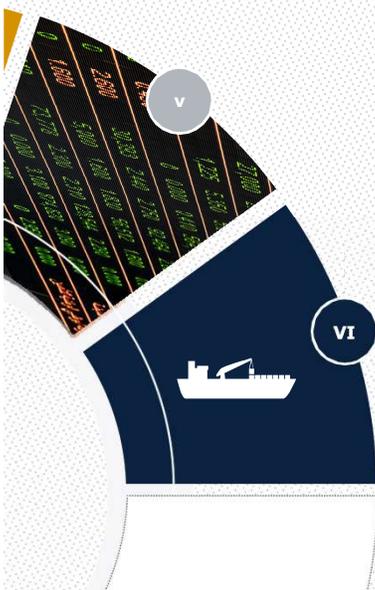
Resultados em Operações Cambiais

UN: Milhões de AOA



Depósitos por Produto (Volume)

UN: Milhões de AOA



Desempenho 2018



Mercado Cambial (continuação)

No exercício de 2018 verificou-se um ligeiro aumento no montante de moeda estrangeira vendido pelo BNA – 2% face a 2017. Observou-se também um acréscimo de 265% no montante de moeda estrangeira alocado ao Standard Bank de Angola – 1 047 milhões USD face a 287 milhões USD em 2017. Este incremento possibilitou ao Banco uma maior venda de moeda estrangeira aos seus Clientes.

A taxa de câmbio do Kwanza em relação ao Dólar Americano e ao Euro, desvalorizou aproximadamente 87% e 90%, respectivamente, sendo que Novembro e Dezembro foram os meses onde a depreciação se verificou a um ritmo mais moderado.

Os resultados das operações cambiais em 2018 ascenderam a 11 761 milhões AOA, o que resultou do aumento das divisas alocadas ao Banco. Importa ainda referir que, os resultados das operações cambiais foram igualmente influenciados pelos ganhos com a reavaliação das posições longas que o Banco manteve durante o ano, em obrigações indexadas à taxa de câmbio USD/AOA.



Trade Finance

Em 2018, o Standard Bank de Angola aprovou operações de crédito documentário no montante total de 3 339 milhões AOA para os seus Clientes CIB, o que equivale a um aumento de 458% face ao ano anterior. Este crescimento verificou-se devido ao programa de cartas de crédito para o sector alimentar por parte do Banco Nacional de Angola e do Ministério do Comércio, e à implementação de novas regras de importação de bens e serviços por parte do BNA.



Desempenho 2018



Banca de Investimento

A Banca de Investimento no Standard Bank de Angola oferece aos seus Clientes uma oferta diversificada de soluções de Consultoria e Financiamento. Os Colaboradores pertencentes a esta área são especializados em mercados emergentes de alto crescimento, actuando em fusões e aquisições, reestruturações de capital e acordos de capacitação. Adicionalmente, participam em projectos de Clientes, desenvolvimentos imobiliários e na obtenção de financiamento para aquisições.

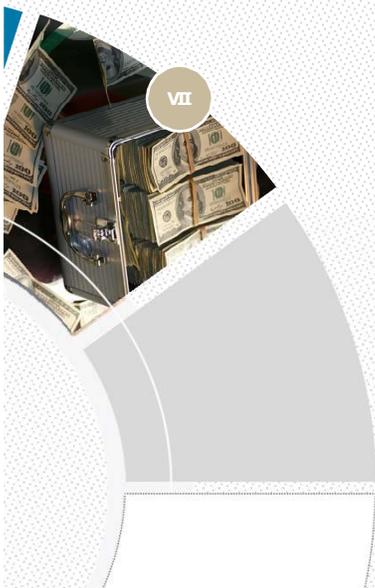
Apesar da redução de crédito na carteira de banca de investimento, verificou-se um aumento na originação de crédito no segundo semestre do ano de 2018, o que poderá ter um impacto na carteira de crédito de 2019.

Em 2018, a Direcção de Banca de Investimento, com o apoio da unidade de *Debt Capital Markets* do Standard Bank da África do Sul, participou na estruturação e distribuição da primeira obrigação privada cotada em bolsa em Angola no valor 4,7 mil milhões AOA (aproximadamente 15 milhões USD). Esta operação foi marcante e inovadora, na medida em que foi a primeira desta natureza a ser realizada no país, demonstrando a capacidade do Grupo Standard Bank na estruturação deste tipo de transacções no Mercado de Capitais.



De referir ainda que, esta operação teve como impacto positivo o facto de ter contribuído para o desenvolvimento de instrumentos financeiros e fontes de financiamento alternativas.

O Banco continua a colaborar e apoiar activamente o Estado Angolano na estruturação de financiamentos, particularmente no que diz respeito a projectos de investimento prioritários e estratégicos, que contribuam para o desenvolvimento da economia angolana.



Emissão de Obrigações em Bolsa

O Standard Bank de Angola emitiu no dia 11 de Dezembro de 2018 obrigações corporativas no valor de 4,7 mil milhões AOA, correspondendo a aproximadamente 15 milhões USD.



O Standard Bank de Angola é assim a primeira empresa de direito angolano a ver as suas obrigações admitidas à cotação na BODIVA. O *roadshow* de lançamento da emissão aconteceu no dia 8 de Novembro com cerca de 100 investidores em formato de conferência. A emissão foi bem recebida pelos investidores, correspondendo a uma primeira tranche de cerca de 50% do Programa de Emissão de Obrigações do Standard Bank de Angola no valor global de 9,5 mil milhões AOA, aprovado este ano pela Comissão de Mercado de Capitais.



Primeira empresa de direito angolano com obrigações admitidas à cotação na BODIVA, sendo um marco histórico para o Banco e para a economia de Angola.

Emissão de Obrigações em Bolsa

De acordo com diversos analistas de mercado, este movimento do Standard Bank de Angola poderá funcionar como catalisador do mercado de obrigações empresariais em Angola.



O Standard Bank de Angola colocou as suas obrigações a uma taxa de 17%, taxa inferior aos 19% oferecidos pelo Bilhetes de Tesouro a um ano.



De acordo com os media nacionais dificilmente os restantes Bancos conseguirão a proeza do Standard Bank de Angola de colocar títulos a uma taxa inferior à do Estado. Este desconto de dois pontos percentuais vem confirmar a percepção do mercado relativamente ao Standard Bank, nomeadamente um Banco com 150 anos de história marcados por um percurso de confiança, rigor, solidez e transparência.

Canais de Distribuição

ON-SITE TELLERS

Com o objectivo de se aproximar dos seus Clientes, o Standard Bank de Angola detém 3 postos de atendimento simplificado localizados nas instalações de Clientes empresa denominados on-site tellers. Para contrariar a grande evolução deste canal de atendimento nos últimos anos, em 2018 verificou-se uma ligeira redução do numerário recolhido face a 2017.



9 076 TRANSACÇÕES EM 2018



**3 680 MILHÕES DE AOA EM
TRANSACÇÕES REALIZADAS EM 2018**

INTERNET BANKING

Em 2018, o CIB iniciou o processo de migração de Clientes para a nova plataforma de Internet Banking a que designamos de Business Online (BOL). Esta plataforma irá permitir aos Clientes, melhorar o controlo financeiro, através de ganhos de eficiência, com tempos de resposta mais adequados.

Com o objectivo de melhorar a experiência dos Clientes no acesso aos produtos e canais de distribuição colocados à disposição, verificou-se que em média, foi efectuado um volume mensal de 3 150 transacções online.



37 632 TRANSACÇÕES EM 2018



**80 MIL MILHÕES DE AOA EM
TRANSACÇÕES REALIZADAS EM 2018**

BANCA TRANSACCIONAL

O serviço de CCTV permite aos Clientes visualizarem as contagens de numerário efectuadas através de uma câmara. Caso se verifiquem disparidades entre o valor contado pelo Banco e o valor entregue pelo Cliente é possível consultar uma gravação com a contagem efectuada, evitando deslocações ao Banco. Em 2018, continuamos a verificar uma grande adesão dos Clientes empresa a este serviço tendo sido realizadas, em média, 5 400 recolhas de valores, correspondendo a um aumento de aproximadamente 2% em relação ao ano anterior, que totalizam um volume médio mensal transportado de 5 410 milhões de AOA.



64 727 RECOLHAS EM 2018



**64 917 MILHÕES DE AOA EM
TRANSACÇÕES REALIZADAS EM 2018**

HOST-TO-HOST

A nossa solução de H2H permite alcançar uma maior uniformização dos formatos dos ficheiros utilizados para pagamentos/ recebimentos entre o Standard Bank e o Sistema Integrado de Gestão (ERP) do Cliente. Com esta solução os Clientes têm a opção de em qualquer instância libertar os seus pagamentos via "online" para processamento sem qualquer intervenção do seu Banco, independente do país.

Actualmente, existem 8 entidades multinacionais totalmente integradas com o Standard Bank de Angola através da solução H2H, permitindo maior segurança, robustez e rapidez no processamento diário das suas transacções. Em termos de volumes mensais, foram realizadas em média 1 196 transacções.



14 353 TRANSACÇÕES ONLINE EM 2018



**2 330 TRILHÕES DE AOA EM
TRANSACÇÕES REALIZADAS EM 2018**

Estratégia para 2019

VISÃO & FUTURO

A ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO DO CIB FOI DELINEADA TENDO POR BASE 5 OBJECTIVOS PRINCIPAIS.



FOCO NO CLIENTE

Compreender as exigências e as necessidades específicas de cada Cliente, negócio e sector de actividade, com o objectivo de disponibilizar um serviço de excelência e continuar a melhorar a satisfação e experiência do Cliente.

O segmento de CIB estará focado na geração de valor para os seus Clientes, pretendendo estabelecer uma relação de parceria que potencie o seu crescimento no médio/ longo prazo.

Em 2019, continuaremos a melhorar os nossos processos internos com o objectivo de continuar a otimizar o relacionamento entre o Banco e os nossos Clientes e disponibilizar produtos e canais mais ágeis, convenientes e rápidos.



DIGITALIZAÇÃO

Transformar e modernizar os processos e sistemas internos do Banco, ao mesmo tempo que é assegurado o desenvolvimento/ manutenção de plataformas electrónicas e digitais que agreguem serviços de internet e mobile banking, continuará a representar uma das prioridades do Banco ao longo de 2019.

O objectivo final será sempre continuar a otimizar e melhorar a relação com o Cliente, proporcionando-lhe uma experiência satisfatória na sua interacção com o Banco.



COLABORADORES E CULTURA

Com o intuito de continuar a melhorar a qualidade de serviço e a proporcionar o melhor aconselhamento possível aos nossos Clientes, o Banco investiu e continuará a investir de forma consistente no desenvolvimento e capacitação dos seus Colaboradores.

Desenvolver, atrair, fazer crescer e reter os nossos Colaboradores é um dos propósitos do Banco para 2019, tornando os Colaboradores do Standard Bank de Angola os melhores profissionais do mercado. Iremos continuar a assegurar um Plano de formação eficiente que promova um verdadeiro apetite pelo conhecimento e cultura de aprendizagem, ao mesmo tempo que pretendemos promover um ambiente de trabalho inclusivo, com equipas confiantes e comprometidas.

Por fim, promover um plano de desenvolvimento pessoal, fomentar a liderança e um ambiente colaborativo e de competição saudável, continuarão a ser iniciativas a integrar na estratégia do segmento de CIB

CONTINUAREMOS A CONTRIBUIR PARA A REALIZAÇÃO DO POTENCIAL DO CONTINENTE AFRICANO

OS NOSSOS PILARES ESTRATÉGICOS SÃO A BASE PARA SERMOS A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA LÍDER DO SEGMENTO DE CORPORATE AND INVESTMENT BANKING, COM UM FOCO SOBRE OS SECTORES DE ACTIVIDADE QUE CONDUZEM AO CRESCIMENTO DE ÁFRICA EM GERAL, E DE ANGOLA EM PARTICULAR.

CAPITAL HUMANO



APESAR DO CONTEXTO ECONÓMICO E DE MERCADO DESAFIANTE, O BOM DESEMPENHO DO STANDARD BANK DE ANGOLA EM 2018, PERMITE-LHE ENCARAR O FUTURO DE FORMA CONFIANTE E OPTIMISTA. O CAPITAL HUMANO DO BANCO TEVE E CONTINUARÁ A TER UM PAPEL FUNDAMENTAL NA MOBILIZAÇÃO DOS COLABORADORES DO BANCO, MOTIVANDO-OS E FAZENDO-OS ACREDITAR QUE TODOS JUNTOS, IREMOS CONTRIBUIR PARA O CRESCIMENTO DA NOSSA ORGANIZAÇÃO.

EM 2019, O CAPITAL HUMANO DARÁ SEGUIMENTO A UM CONJUNTO DE ACTIVIDADES QUE PROMOVAM A IDENTIFICAÇÃO DOS COLABORADORES COM A INSTITUIÇÃO, BEM COMO A CELEBRAÇÃO DOS ÊXITOS DE CADA COLABORADOR POR VIA DE UMA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO QUE PROMOVA A EXCELÊNCIA DE DESEMPENHO.

Visão Geral

O ano de 2018 representou mais uma etapa na execução da estratégia de crescimento do Standard Bank de Angola, onde se estabeleceram como principais objectivos a melhoria da qualidade de serviço e o reforço da posição competitiva do Banco no mercado financeiro angolano.

Apesar de um contexto bastante desafiante, os bons resultados que o Banco tem vindo a alcançar, permitem-lhe encarar o futuro com um optimismo justificado. À semelhança de anos anteriores, a Direcção de Capital Humano (DCH) continua a desempenhar um papel preponderante juntos dos Colaboradores do Banco através de um conjunto alargado de actividades e iniciativas, sempre com o propósito de melhorar os níveis de satisfação e motivação dos Colaboradores. Juntos, continuaremos a contribuir para o crescimento do Banco.

A nossa estratégia articula a necessidade de atrair, desenvolver e reter talentos. Assim, o Banco encontra-se focado na promoção das suas pessoas para que estas estejam capacitadas e motivadas para proporcionar uma experiência excepcional aos nossos Clientes. Na sua estratégia para o curto/ médio prazo, o Standard Bank ambiciona ser líder nos serviços financeiros em África. Para tal, precisamos não só de atrair os Clientes e negócios certos, mas também fidelizar esses Clientes através da oferta de produtos e serviços financeiros diferenciados e de um serviço de excelência. Para este efeito, recorremos a Colaboradores com elevado potencial, vasta experiência, atitude e um grande entusiasmo pelo trabalho que realizam.

Em 2018, continuou a existir um foco e uma aposta contínua nos nossos Colaboradores ...



1. Desenvolvimento do Programa para Talentos (*Drive*)



6. Implementação do Centro de Formação em parceria com o ISPTEC



2. Execução de um extensivo Plano de Formação



7. Abertura e operacionalização do posto médico no Banco “Blue Care”



3. Desenvolvimento de programas para recém-licenciados



8. *Workshops* sobre Cultura Organizacional



4. Atribuição de bolsas para cursos com vertente académica



9. Aumento do investimento sobre o Plano de Saúde



5. Execução do Plano e Orçamento de Formação

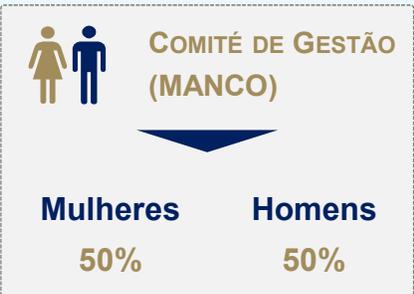
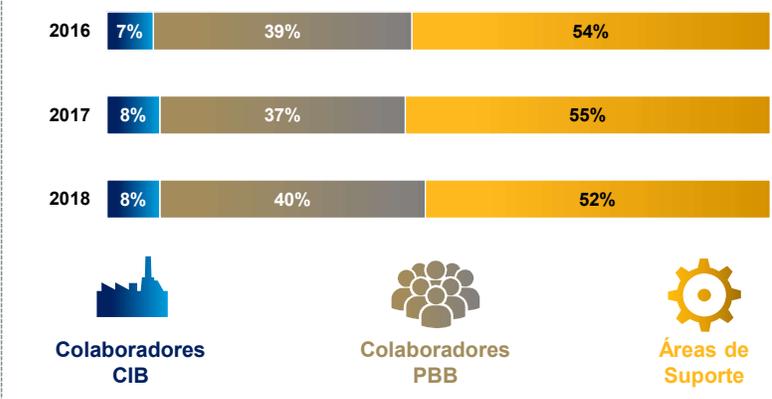


10. Lançamento do Programa para recém-licenciados (*Graduate Program*) e Colaboradores experientes (*Advanced Business Banking Program*)

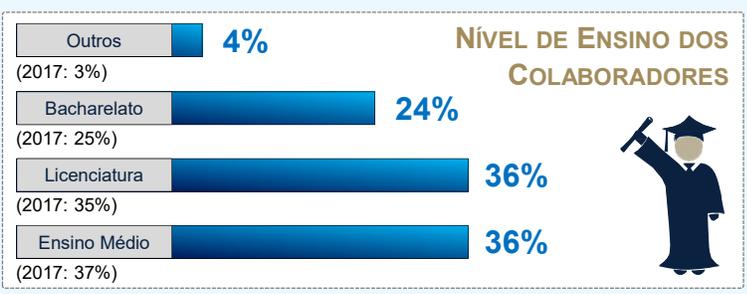
Capital Humano em 2018



EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES, POR UNIDADE DE NEGÓCIO



Em 2018, o Standard Bank de Angola continuou a investir no **desenvolvimento de uma equipa jovem e energética** capaz de suportar a estratégica e visão do Grupo Standard Bank



Destaques 2018

O Standard Bank de Angola tem aspirações claras e ambiciosas. O nosso sucesso advém de um esforço e de uma dedicação colectiva por parte de todos os nossos Colaboradores. Colocar o Cliente no centro de tudo o que fazemos, obriga-nos a pensar sobre o ambiente de trabalho que proporcionamos aos nossos Colaboradores e sobre a nossa Cultura enquanto Instituição. A combinação de todos estes factores permite-nos, de forma natural, acrescentar valor aos nossos Clientes e accionistas.

PRINCIPAIS DESTAQUES EM 2018



Consolidação do Programa de Cultura do Standard Bank de Angola



Desenvolvimento de Programas de Mobilidade Internacional, nos quais estiveram envolvidos 8 Colaboradores que participaram num Programa de rotação por 3 países africanos (Moçambique, África do Sul e Gana) em que o Grupo Standard Bank está presente



Realização de Programas de Desenvolvimento Avançado, nos quais 17 Colaboradores realizaram um Programa de rotação por 4 países africanos (África do Sul, Gana, Moçambique e Botswana) em que o Banco está presente



Desenvolvimento e preparação de um programa de oferta formativa a parceiros institucionais



Implementação de processos de verificação de sanções e documentos de pré-contratação ("*pre-employment screening*") a todos os candidatos



Desenvolvimento de planos de sucessão para todas as posições críticas do Banco e criação de *pools* de talento



Realização de um Programa de Mestrado em Gestão Bancária, no qual participaram 16 Colaboradores do Banco. Este Programa, foi ministrado pela Universidade Católica de Angola em parceria com a Universidade Católica do Porto (Portugal), tendo sido totalmente financiado pelo Banco.

Direcção de Capital Humano

A Direcção de Capital Humano do Standard Bank de Angola é responsável pelo recrutamento, selecção e admissão do pessoal, bem como pela gestão do ciclo de vida dos Colaboradores do Banco.

Qualquer acção de recrutamento e consequente admissão, carece do total envolvimento e prévia aprovação da Direcção de Capital Humano. A DCH possui uma estratégia alinhada com a do Grupo Standard Bank, e ao longo de 2018 continuou a apoiar as unidades de negócio na prossecução dos seus objectivos. Na sua estratégia para 2019-2021, a Direcção de Capital Humano tem como prioridade o desenvolvimento de uma proposta de valor acrescentado para os Colaboradores, assente em 3 pilares fundamentais.

PILARES DE ACTUAÇÃO DA DCH



Criar um ambiente de trabalho inspirador, onde os Colaboradores sintam orgulho de trabalhar



Assegurar a gestão do ciclo de vida dos Colaboradores e dos seus processos individuais



Desenvolver uma estratégia de formação de modo a transformar o Standard Bank de Angola num centro de excelência

PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES

Gerir o processo de recrutamento do Standard Bank de Angola, nomeadamente, contratação de novos Colaboradores, gestão de mobilidades internas e gestão da saída de Colaboradores

Desenvolver e reter os Colaboradores do Banco, através da gestão da formação de Colaboradores, da gestão de talentos, da definição de planos para retenção e/ou sucessão de Colaboradores

Gerir o processo de remuneração e benefícios, nomeadamente, processamento de salários e subsídios, e atribuição de benefícios aos Colaboradores

Monitorizar o processo de avaliação de desempenho, revisão salarial e de atribuição de bónus aos Colaboradores

Abordagem *Win-Win*

No Standard Bank de Angola, promovemos uma cultura de exigência e rigor na execução das tarefas diárias. Aqui, cada Colaborador é desafiado a contribuir, da melhor maneira possível, para a realização de metas individuais e colectivas. Acreditamos que capacitar as nossas equipas com as habilidades tecnológicas e ferramentas adequadas ao nosso compromisso, nos permite colocar os Clientes no centro de tudo o que fazemos e, portanto, oferecer um serviço de excelência.



Optimização de Políticas



Mudanças nas **estruturas de remuneração**



Promoção de uma política de **boa Governação e adesão a controlos**



Valorização do **Capital Humano enquanto parceiro estratégico**



Utilização de **sistemas específicos** para a monitorização das actividades de gestão de Capital Humano



Criação de um Ambiente Favorável



Promoção da **saúde e bem-estar do Colaboradores**



Construção de uma **cultura organizacional certa** alinhada com a estratégia definida



Desenvolvimento de actividades para incrementar o **envolvimento dos Colaboradores**



Digitalização do Capital Humano



Desenvolvimento de uma forte **cultura de formação e capacitação**

Abordagem *Win-Win*



Gestão e Motivação de Talentos



Realização de programas de desenvolvimento bancário empresarial avançado, com 12 a 18 meses de duração, em diversos países africanos



Realização de programas avançados de liderança, gestão e práticas bancárias administrados na academia do Grupo Standard Bank (GLC: Global Leadership Center)



Realização de programas de pós-graduação e mestrado para Colaboradores de diversas áreas



Desenvolvimento de programas de responsabilidade social e educação, através de parcerias com diversas Instituições

“A nossa missão, visão e cultura organizacional guiam os nossos esforços de forma a criar um bom ambiente de trabalho.”

“Esforçamo-nos para fazer do Standard Bank de Angola um lugar pelo qual os nossos Colaboradores se orgulham de trabalhar.”

“Asseguramos a aplicação de práticas de trabalho solidárias e justas, respeitando os direitos dos nossos Colaboradores.”

“Promovemos uma cultura de elevado desempenho onde os nossos Colaboradores são desafiados na promoção de experiências excepcionais aos nossos Clientes, sendo recompensados pela sua contribuição significativa da materialização da visão e missão do Banco.”

“Capacitamos a nossa liderança para que possam gerir situações de elevada complexidade e adaptar-se rapidamente a ambientes operacionais que se encontram em constante evolução.”

Prioridades em 2018

Por considerarmos que os Colaboradores são o activo mais importante do Standard Bank de Angola, a actuação da Direcção de Capital Humano em 2018 foi suportada por 5 prioridades estratégicas.

CULTURA ORGANIZACIONAL

Construir uma cultura organizacional alinhada com a estratégia definida para o Banco, permite que os Colaboradores se sintam mais comprometidos, aumentando a sua capacidade de resposta aos desafios diários e consequentemente a uma maior satisfação dos Clientes.

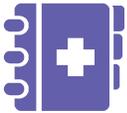
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

De modo a dar continuidade à aposta na qualidade dos seus recursos humanos, o Banco tem investido constantemente na capacitação dos seus Colaboradores, com especial ênfase em programas de liderança.

Prioridades em 2018

SAÚDE E BEM - ESTAR

O Standard Bank de Angola considera prioritário contribuir para o bem-estar e qualidade de vida dos seus Colaboradores e familiares. Neste sentido, procura investir continuamente nesta área de modo a garantir mais benefícios para além do vencimento atribuído a cada Colaborador.



MOBILIDADE INTERNACIONAL E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO AVANÇADO

De modo a desenvolver e a promover novas competências nos Colaboradores do Banco, têm sido implementados programas de mobilidade internacional e experiências internacionais em geografias relevantes para o Grupo Standard Bank.



PARCERIA FORMATIVA COM ORGANISMOS GOVERNAMENTAIS

Em 2018, o Banco desenvolveu um programa integrado de formação, com vista à inclusão nas acções de formação disponíveis para os seus próprios Colaboradores de Colaboradores dos seus Parceiros Institucionais Nacionais.





Cultura Organizacional

Uma forte cultura organizacional permite elevar o grau de compromisso do Colaborador com a Instituição que representa, aumentando a sua capacidade de resposta aos constantes desafios do trabalho diário. Dada a importância que uma cultura forte e transversal tem no desenvolvimento de uma organização, o Banco iniciou no final de 2017 um Programa de Transformação Cultural, que entrou na sua fase de consolidação já no decorrer do ano de 2018. Este programa, transversal a todo o Standard Bank de Angola, assenta em 4 pilares.

ORIENTAÇÃO PARA O CLIENTE

Somos um Banco verdadeiramente orientado para o Cliente. Todas as nossas áreas estão focadas em servir as suas necessidades da melhor forma possível. Fazemo-lo indo além das suas expectativas e com isso tornamos os Clientes nos nossos maiores embaixadores. Existe uma grande relação de proximidade entre as primeiras e segundas linhas de suporte, permitindo-nos agir com eficiência, rapidez e atenção.



ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL

Somos uma equipa vencedora, que luta por resultados de curto e longo-prazo. Reconhecemos e recompensamos os desempenhos extraordinários dos nossos Colaboradores. A nossa atitude diferencia-nos e valorizamos comprometimento, respeito, responsabilidade, agilidade, coragem e resiliência. Somos um Banco de referência na gestão de risco e Compliance, uma vez que implementamos as melhores práticas e requisitos internacionais.

BANCO UNIVERSAL

Somos um só Banco e todos trabalhamos para um objectivo comum: o sucesso do Standard Bank de Angola. Trabalhamos intensamente para servir os nossos Clientes internos e externos a uma só voz, com uma só cara. A diversidade de experiências, nacionalidades e etnias que encontramos no Banco é uma das nossas grandes forças



ORGULHO EM SER STANDARD BANK

A nossa história, dimensão e alcance em África é um motivo de orgulho para todos nós. Identificamo-nos com a marca Standard Bank e somos embaixadores activos dos nossos produtos e serviços. Orgulhamo-nos da qualidade de serviço que prestamos a todos os nossos Clientes. Agimos como donos do negócio em todas as decisões que tomamos. Somos Standard Bank e orgulhamo-nos disso!



Este Programa de Transformação Cultural, consiste num projecto transversal a todas as áreas do Banco e que visa elevar a cultura organizacional e gerar um sentimento positivo entre os Colaboradores. No âmbito deste Programa foram realizados em 2018 diversos *workshops*, dinâmicas de grupo, acções de formação, simulações de negócio e outras actividades.



1. Programa Embaixador

Criação de um grupo de influenciadores e promotores do Programa de Cultura dentro das várias áreas do Banco



2. Intervenção Departamental

Diminuição de GAPS entre os vários departamentos em relação ao Programa de Cultura



3. Eventos de Cultura

Promoção e implementação de acções específicas sobre o Programa de Cultura (ex.: *Talks*, Eventos)



4. Avaliação de Lideranças

Avaliação de competências chave por parte das lideranças do Banco e definição do Plano de Sucessão



5. Simulações de Negócio

Implementação de um Simulador de Negócio para a capacitação contínua de Colaboradores



6. Town Halls

Garantir um alinhamento e uma visibilidade de todos os Colaboradores em relação ao Programa Cultura



7. Recolha de Informação

Recolha e análise de informações chave para avaliação do sucesso do Programa e definição de próximos passos



8. Soft Skills

Desenvolvimento e implementação de cursos de *soft skills* alinhados com o Programa Cultura e *gaps* comportamentais detectados



9. Pilares de Cultura

Acções de Formação sobre os Pilares de Cultura



10. Coaching e Desenvolvimento

Programa de Desenvolvimento e acompanhamento de pessoas chave do Banco



11. On-Boarding

Redesenho e implementação de processo de *on-boarding* de Colaboradores



12. E-Learnings

Plataforma e conteúdos relacionados com competências chave a desenvolver, valores do Banco e Pilares de Cultura

Formação e Desenvolvimento



A atracção dos melhores candidatos é fundamental para o desenvolvimento e desempenho do Banco, bem como para o preenchimento de posições chave. Adicionalmente, a integração e promoção dos melhores talentos contribui de forma indiscutível para o sucesso da nossa Instituição no médio/ longo prazo. Neste sentido, o Standard Bank de Angola tem realizado um forte investimento na formação dos quadros do Banco.



Depois de em 2017 o Banco ter duplicado o orçamento para formação, em 2018 voltou a existir um **novo aumento das verbas disponíveis para programas de capacitação dos Colaboradores**, passando de 187 728 milhares AOA (2017) para **296 925 milhares AOA (2018)**, ou seja um **aumento de 60%**.

CENTRO DE FORMAÇÃO

GLOBAL LEADERSHIP CENTER (GLC)



Complementarmente à estrutura de formação que o Banco dispõe em Angola, este conta ainda com uma importante estrutura de formação do Grupo Standard Bank em Joanesburgo (África do Sul): o **Global Leadership Center (GLC)**. O GLC é constituído por uma unidade hoteleira, centro de formação e conferências, disponível para acolher todos os Colaboradores e convidados do Grupo.



Enquanto centro de conferências e formação, o GLC possui uma impressionante diversidade de instalações, incluindo **auditórios, salas de aula, biblioteca, instalações de tecnologia, lounge, ginásio, piscina, restaurantes e espaços sociais**. Paralelamente, o complexo do GLC conta com uma unidade de **151 quartos**, onde os quadros do Standard Bank ficam alojados durante as acções de formação.



Com maior ênfase no desenvolvimento de **Programas de Liderança**, em 2018 o GLC recebeu **17 colaboradores Angolanos** em programas de Liderança de Equipas, Técnicas de Liderança, Desenvolvimento para Gestores e Gestores Sénior e Liderança estratégica, num total de **528 horas de formação em sala**.



O GLC desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de futuros líderes para o Grupo Standard Bank, tendo um impacto tremendo no desenvolvimento dos planos de carreira e sucessão dos nossos Colaboradores a nível de todo o continente Africano.

Saúde e Bem-Estar



Complementarmente aos programas de capacitação e desenvolvimento, o Standard Bank de Angola tem investido significativamente em acções que contribuam para a saúde e bem-estar dos Colaboradores e seus dependentes. O objectivo consiste em valorizar as nossas pessoas, enquanto principal activo do Banco.

PRINCIPAIS DESTAQUES



1. SEGURO DE SAÚDE INTERNACIONAL PARA COLABORADORES E DEPENDENTES

2. CENTRO MÉDICO NAS INSTALAÇÕES DO STANDARD BANK DE ANGOLA

3. LINHA DE APOIO E ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO

4. POLÍTICA DE CRÉDITO A COLABORADORES COM TAXA DE JURO PREFERENCIAL



No ano de 2018, o Banco continuou a fazer crescer o seu investimento na área de Saúde e Bem-Estar dos seus Colaboradores.



O Standard Bank de Angola é constituído pelo somatório dos seus Colaboradores.

Neste sentido, procura continuamente a melhor forma de os recompensar, para que cada um deles tenha a oportunidade de ser e fazer mais - não só no trabalho, mas também em casa com a família, nas férias e onde quer que a vida os possa levar.



/ PAZ DE ESPÍRITO

O Standard Bank de Angola garante um conjunto de benefícios para que os Colaboradores possam cuidar de si e daqueles que mais amam:

- Plano de Saúde com cobertura mundial para Colaboradores e até 4 dependentes
- Cobertura de funeral para todos os dependentes
- Instalações adaptadas para Colaboradores com deficiência
- Centro Médico "Blue Care"
- Aconselhamento independente
- Centro de Operações de Risco de Viagem (TROC) do Grupo para viagens em serviço
- Benefícios voluntários com desconto: Plano de Saúde para Familiares



/ MAIS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO

O Standard Bank de Angola procura crescer e seguir em frente. Por esta razão, o Banco investe fortemente em programas de desenvolvimento, que ajudem os Colaboradores a fazer mais e a serem cada vez melhores:

- Programas de Formação e Desenvolvimento de Liderança
- Programas de Pós-Graduação Educacional
- Programas para Desenvolvimento de Talentos
- Planos de Sucessão
- Oportunidades de Mobilidade Interna e Internacional



/ BEM-ESTAR FINANCEIRO

O Standard Bank de Angola é reconhecido como um Banco que proporciona aos seus Colaboradores óptimas vantagens a nível financeiro, nomeadamente acesso a produtos bancários com taxa preferencial



/ RECONHECIMENTO EXTRAORDINÁRIO

No Standard Bank de Angola, os Colaboradores procuram continuamente desenvolver um espírito inovador e digno de recompensa. Desta forma, os Colaboradores são reconhecidos tanto pelo resultado de uma única acção como pela excelência contínua

STANDARD BANK DE ANGOLA

CENTRO MÉDICO BLUE CARE

Investir na saúde e bem-estar traduz-se na valorização do nosso activo principal, os nossos Colaboradores. O investimento num Centro Médico nas instalações do Banco (Blue Care) tem-se revelado uma aposta vencedora.

Os Colaboradores do Standard Bank de Angola têm agora ao seu dispor um alargado leque de serviços clínicos, com um nível de conforto, acompanhamento e dedicação que só uma equipa médica dedicada pode proporcionar.



Gabinete médico



Medicina Ocupacional



Primeiros socorros e tratamentos



Sala de enfermagem



Triagem e aconselhamento médico

Desde a sua abertura, foram realizados mais de 300 actos médicos, de enfermagem e tratamentos aos Colaboradores do SBA

BLUE CARE EM 2018



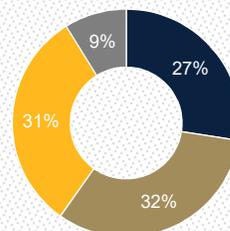
106

Consultas médicas



139

Consultas de enfermagem



- Teste Rápido
- Curativo
- Medicação
- Glicemia Capilar

Distribuição de actos médicos

Mobilidade Internacional



A implementação de programas de mobilidade internacional promove as competências dos Colaboradores ao nível de línguas estrangeiras, competências sociais, independência, confiança e auto-estima. Durante o ano de 2018, decorreram dois programas de Desenvolvimento Avançado em geografias chave para o Grupo Standard Bank.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AVANÇADO

I. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EM BANCA CORPORATIVA PARA RECÉM-LICENCIADOS

- 6 colaboradores;
- Rotação na África do Sul
- Exposição às diversas áreas que constituem a Direcção de Banca Corporativa (CIB)

II. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EM BANCA DE EMPRESAS

- 11 Colaboradores
- Este programa teve também uma componente de missões de serviço de curto-prazo em vários países africanos como África do Sul, Botswana, Gana e Nigéria. O programa deu uma exposição adequada dos processos, cultura e métodos de trabalho aos participantes

III. PROGRAMA DE MOBILIDADE INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO DE LÍDERES

- 8 Colaboradores
- Programas realizados em diversos países Africanos, nomeadamente: África do Sul, Quênia e Moçambique

O Banco dispõe ainda de um programa de mobilidade que tem por objectivo permitir que quadros do painel de talento angolano possam passar períodos de 6 a 36 meses deslocados em países onde o Standard Bank está presente. Este programa pretende otimizar as competências, experiência e integração dos Colaboradores na Cultura do Grupo Standard Bank, para que no regresso a Angola possam assumir cargos de maior responsabilidade.

OFERTA E PARCERIAS FORMATIVAS

ÁREAS DE EXCELÊNCIA



AUDITORIA



COMPLIANCE



**BANCA
ELECTRÓNICA**



**BANCA DE
INVESTIMENTO**



**MERCADOS
GLOBAIS**

Standard Bank



Com 150 anos de história e presença em 20 países africanos, o Standard Bank detém o *Know-how* e a experiência necessários para dotar os seus Colaboradores e parceiros das ferramentas críticas para alavancar o seu desenvolvimento e a sua visão de desempenhar um papel integral na condução do crescimento do continente Africano

Oferta e Parcerias Formativas



Com 150 anos de história e presença em 20 países africanos, o Standard Bank detém o *know-how* e experiência necessários para dotar os seus Colaboradores e parceiros das ferramentas críticas para alavancar o seu desenvolvimento e a sua visão de desempenhar um papel integral na condução do crescimento no continente africano.

O Standard Bank é um Banco proactivo, que se empenha em permanecer à frente, antecipando ao invés de reagir e planeando as suas acções de forma cuidadosa e estratégica.

ÁREAS DE EXCELÊNCIA

No âmbito da sua Missão de Apoio ao Desenvolvimento da Economia da República de Angola, o Standard Bank iniciou em 2018 o desenvolvimento de um programa integrado de formação, com vista à inclusão de Colaboradores dos seus Parceiros Institucionais Nacionais nas acções de formação disponíveis para os nossos Colaboradores. Esta programa é custeado a 100% pelo Banco, não representando qualquer custo para os seus Parceiros Institucionais ou Colaboradores seleccionados.



A missão da função de auditoria consiste em fornecer uma garantia independente e objectiva sobre a adequação da governação e eficácia dos controlos implementados para a gestão e mitigação dos riscos da actividade.



A função Compliance tem como propósito alinhar processos e assegurar o cumprimento de normas e procedimentos por meio de um ambiente de controlo eficaz, preservando a reputação do Banco e promovendo o cumprimento dos mais altos padrões éticos.

Auditoria e Compliance são tópicos estruturantes para as organizações. Sendo regido pelos modelos do Regulador Sul-Africano (SARB), com comprovada aplicabilidade e eficácia em África, o Grupo Standard Bank detém competências capazes de apoiar o desenvolvimento de metodologias inovadoras.

EXEMPLOS DE ACÇÕES FORMATIVAS: Liquidez e Auditoria de Capital, Gestão Avançada de Riscos, Auditoria de Segurança de Informação, Privacidade de Dados, Operações Suspeitas, Prevenção da Facilitação Criminal e Evasão Fiscal, Prevenção de Crimes de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo, Conduta do Cliente .



Grupo com uma forte cultura de Compliance e uma abordagem de tolerância zero



Existência de uma Compliance *training unit*, com foco na inovação e tecnologia



O Standard Bank Angola rege-se pelas regras da África do Sul, Angola e Europa

Oferta e Parcerias Formativas



BANCA ELECTRÓNICA

Para o Standard Bank torna-se imperativa uma estratégia de investimento tecnológico, na medida em que a revolução digital impacta os Clientes, que cada vez mais procuram soluções inovadoras que lhes tragam maior conveniência, verificando-se uma crescente adopção da banca digital. Por outro lado, a revolução digital levanta preocupações relativamente à segurança da informação, à confidencialidade dos Clientes ou à capacidade de resposta dos sistemas informáticos. Nesse sentido, o Standard Bank de Angola, iniciou em 2017 um processo de actualização e melhoria dos seus sistemas informáticos, com o objectivo de detectar, mitigar e/ ou corrigir potenciais ameaças.

EXEMPLOS DE ACÇÕES FORMATIVAS: Gestão de Pagamento Electrónicos (Compensação local, Liquidação e Aceitação), Fraude no Sistema de Pagamento Electrónico



BANCA DE INVESTIMENTO

O Standard Bank é um Banco líder na prestação de serviços de assessoria, dívida e mercados de capitais em África, e detém uma profunda especialização em recursos naturais e financiamos grandes projectos numa diversidade de sectores tanto a nível nacional como internacional. A área de Banca de Investimento tem como foco apoiar os Clientes corporativos com os seus planos de expansão local e internacional, bem como os Governos com as suas necessidades de financiamento e projectos de infraestrutura contribuindo para melhorias no continente africano.

EXEMPLOS DE ACÇÕES FORMATIVAS: Introdução à Banca de Investimento, Sistema Bancário Comercial Avançado, Programa de Analistas para Banca de Investimento, *Business Writing*



MERCADOS GLOBAIS

O Standard Bank Angola actua no âmbito do Mercado Monetário, Mercado Cambial, Taxa de Juro e *Global Market Research*. Na sua condição de maior Banco de África, o Standard Bank Group conjuga uma visão local com capacidades transfronteiriças, comprovada pela sua presença nos principais mercados financeiros globais, tais como: China, Londres, Brasil, América do Sul, Nova Iorque, Singapura, Dubai, entre outros. O conhecimento e experiência das nossas equipas permite-nos guiar os nossos Clientes em contextos financeiros e regulatórios por vezes desafiantes e complexos. São exemplos disso aumento das vendas de moeda estrangeira aos Clientes do Standard Bank Angola, apesar da diminuição das alocações do BNA, bem como a sua participação activa na promoção do mercado secundário onde negociou 22% do montante total negociado pelos membros da BODIVA.

EXEMPLOS DE ACÇÕES FORMATIVAS: Mercados Globais: Banca Corporativa, Investimos e Grandes Empresas, Introdução aos Mercados Globais, Abuso de Mercado para Mercados Globais, Mercados Globais: Prevenção dos Crimes de Branqueamento de Capitais

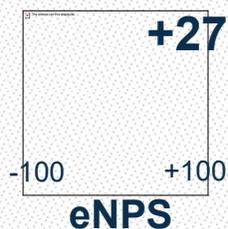
SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES

EMPLOYEE NET PROMOTER SCORE

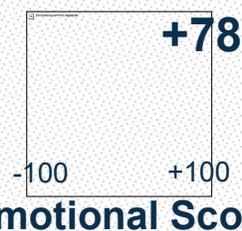
Sendo os nossos Colaboradores o principal activo do Standard Bank de Angola, e tendo em consideração as prioridades da Direcção de Capital Humano, foi realizado em 2018 um inquérito junto dos Colaboradores do Banco com o objectivo de aferir os seus níveis de satisfação e motivação (*Employee Net Promoter Score*).

The Employee Net Promoter Score (eNPS)

Este é o indicador principal utilizado pelo Standard Bank para aferir o compromisso, a satisfação e a motivação por parte dos Colaboradores do Banco. O eNPS varia entre -100 e 100 e fornece uma indicação sobre a probabilidade de um Colaborador recomendar o Standard Bank como um bom local para trabalhar. É um indicador fundamental do nível de envolvimento de cada Colaborador e permite obter uma visão abrangente e prática da experiência do Colaborador com o Banco.



Recomendarias o Standard Bank como um bom local para trabalhar?



Como te sentes em trabalhar para o Standard Bank?



Sentem-se orgulhosos por pertencerem ao Banco



Estão satisfeitos com o seu trabalho



Estão dispostos a ir mais além para o sucesso do Banco



Sentem-se ouvidos quando expressam as suas opiniões



Possuem oportunidades de desenvolvimento



Possuem boas relações com os colegas



Têm oportunidades de progressão na carreira



Têm um líder de equipa dedicado

Capital Humano em 2019

Em 2019, a Direcção de Capital Humano continuará a sua missão de apoiar o crescimento do Banco e o desenvolvimento e a capacitação dos seus Colaboradores, baseando a sua actuação nos seguintes vectores:



CONTINUAR A MELHORAR A EXPERIÊNCIA DOS COLABORADORES

- Assegurar que os Colaboradores colocam o Cliente no centro da sua actuação
- Proporcionar momentos para que os Colaboradores possam expressar a sua opinião
- Encorajar os Colaboradores a serem apaixonados por aquilo que fazem



REFORÇAR A CULTURA STANDARD BANK

- Promover mais acções de contacto com as lideranças e camada de gestão do Banco, enquanto fonte de inspiração para os restantes Colaboradores
- Reforçar uma cultura forte e centrada no Cliente
- Contribuir para um ambiente de trabalho competitivo, mas descontraído e inclusivo



DISPONIBILIZAR OPORTUNIDADES DE CAPACITAÇÃO

- Encorajar uma cultura de aprendizagem contínua
- Desenvolver sessões de capacitação *online* e em sala
- Assegurar a realização de certificações reconhecidas no sector financeiro



CRIAR PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIDADE

- Contribuir para que um número crescente de Colaboradores possa ter uma experiência internacional em geografias relevantes para o Banco
- Proporcionar oportunidades de crescimento para os Colaboradores recém-contratados



RECONHECER E CELEBRAR OS SUCESSOS

- Reconhecer o desempenho dos Colaboradores encorajando uma cultura de elevado desempenho
- Desenvolvimento de regimes remuneratórios que incentivem os Colaboradores a melhorar o seu desempenho



CONTRIBUIR PARA A DIGITALIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

- Promover o uso de ferramentas de trabalho tecnologicamente mais avançadas
- Assegurar dados sobre os Colaboradores de forma fidedigna e consistente

MARKETING & COMUNICAÇÃO



A ESTRATÉGIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DO BANCO ASSENTA NO POSICIONAMENTO CONTÍNUO DA MARCA ENQUANTO INSTITUIÇÃO FINANCEIRA FOCADA NO CLIENTE E NA QUALIDADE E INOVAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS. DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018, O STANDARD BANK DE ANGOLA CONTINUOU A ORIENTAR A SUA ACTUAÇÃO DE ACORDO COM OS SEUS VALORES E PRIORIDADES ESTRATÉGICOS, PROCURANDO POSICIONAR-SE COMO UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA SEGURA, SÓLIDA, PRÓXIMA E DINÂMICA. O BANCO PRETENDE PERMANECER UMA MARCA CONSISTENTE, CREDÍVEL E VERDADEIRAMENTE FOCADA EM DISPONIBILIZAR UM SERVIÇO DE EXCELÊNCIA AO CLIENTE.



Marketing & Comunicação

O Banco orgulha-se de ter desenvolvido ao longo de 2018 diversas acções, como: campanhas internas e externas, institucionais e de produto na comunicação social, actividades de relações públicas e assessoria de imprensa, publicação de relatórios, promoção de eventos corporativos, disseminação de conteúdos na televisão e acções de responsabilidade social. Estas acções visaram reforçar o posicionamento da marca e o sentido de identidade nacional, respondendo às necessidades dos nossos Clientes e potenciando a imagem do Banco enquanto Instituição Financeira credível e de confiança.



COMUNICAÇÃO EXTERNA



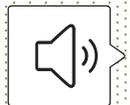
AFRICA-CHINA BANKING

Pelo seu conhecimento profundo e experiência em várias geografias do continente africano, bem como a sua parceria com o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC), o Standard Bank é o parceiro ideal para investidores chineses em Angola. O Banco disponibiliza uma proposta de valor específica ao Cliente para responder às necessidades deste segmento do mercado.



CONCURSO DE CARTÃO DE CRÉDITO

Esta campanha (realizada anualmente) teve como principal objectivo promover o uso doméstico do cartão de crédito e, deste modo atenuar a habitual percepção por parte dos Clientes que associa a utilização de cartões de crédito ao seu uso internacional. Os Clientes portadores de cartões de crédito do Standard Bank de Angola passaram a concorrer para um prémio mediante a utilização doméstica dos mesmos.



COMUNICAÇÃO EXTERNA

COMUNICAÇÃO EXTERNA
COMUNICAÇÃO INTERNA
EVENTOS
PATROCÍNIOS



PLANO FUNERÁRIO TRANQUILIDADE

O Seguro Tranquilidade é um plano funerário que oferece protecção para os momentos mais sensíveis da vida, garantindo uma indemnização em caso de morte da pessoa segura. A área de Seguros do Standard Bank de Angola oferece um vasto portfólio de seguros desenhados para responder a todas as necessidades e preferências dos seus Clientes.



TRADE FINANCE

O Standard Bank de Angola disponibiliza uma oferta alargada de serviços de Banca Corporativa e de Investimento (CIB) aos seus Clientes, localmente e em todo o continente africano. Esta comunicação reforça a sólida presença do Banco em África e a sua capacidade global, com o objectivo de realizar as ambições de empresas e Instituições Financeiras, locais e internacionais.



PRÉMIOS STANDARD BANK DE ANGOLA

Em 8 anos de actividade, o Standard Bank de Angola conta com mais de 20 prémios internacionais, atribuídos pela exemplar prestação de serviços aos diferentes segmentos dentro do sector bancário.



COMUNICAÇÃO EXTERNA



E-BANKING EM MANDARIM

A banca digital chegou para mudar completamente a forma como nos deslocamos ao Banco. O Standard Bank entende que a globalização acompanha o desenvolvimento do País e que o investimento em Angola só é possível se forem criadas as condições necessárias. A plataforma de E-Banking em mandarim vem responder à necessidades que surgem neste contexto. Somos um Banco de todos e para todos.



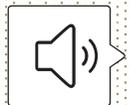
OIL & GAS

O Desenvolvimento de Petróleo e Gás em grande escala no continente africano representa uma oportunidade para as empresas, dentro e fora de Angola. Esta comunicação visa reforçar a experiência do Standard Bank de Angola e a sua capacidade única de criar sinergias e soluções financeiras específicas para as empresas deste sector.



PAGAMENTOS PARA AGENTES UNITEL

Numa parceria conjunta entre ao Standard Bank e a Unitel, foi lançado um serviço que oferece aos agentes da Unitel a possibilidade de efectuar pagamentos de serviços em qualquer balcão Standard Bank, de forma rápida e fácil. Este serviço encontra-se disponível para Clientes e potenciais Clientes.



COMUNICAÇÃO EXTERNA

COMUNICAÇÃO EXTERNA
COMUNICAÇÃO INTERNA
EVENTOS
PATROCÍNIOS



WI-FI GRATUITO

Activação de Wi-Fi gratuito na zona de partidas do aeroporto de Luanda mostra, uma vez mais, o empenho do Standard Bank de Angola em contribuir para o desenvolvimento de Angola. No mundo em que vivemos, a componente digital é cada vez mais um elemento determinante para a execução das mais variadas tarefas do nosso dia-a-dia, e o Banco orgulha-se em ser tecnologicamente útil junto da Sociedade Angolana.



LANÇAMENTO DO PME ONLINE

O PME Online é um centro de empresas virtual que foi concebido para responder a todas as necessidades de Pequenas e Médias Empresas (PMEs), garantindo o acesso a todos os serviços e produtos disponíveis no portfólio do Banco, com conveniência, simplicidade e profissionalismo.



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO

O Banco pretende desempenhar um papel de relevo nas comunidades em que opera. Dessa forma, desenvolveu o “Programa de desenvolvimento para a área da Banca de Empresas” concebido para desenvolver e equipar candidatos seleccionados com as competências necessárias para actuarem enquanto bancários profissionais, oferecendo um estágio de 12 a 18 meses a candidatos recém formados.



8º ANIVERSÁRIO

Para assinalar o 8º aniversário, foi enviado um postal de agradecimento a todos os Clientes que estão com o Standard Bank de Angola desde o início da sua jornada no País.

SOBAS DE ANGOLA

OIÇA A VOZ DA EXPERIÊNCIA

O Standard Bank de Angola lançou a campanha institucional de 2018, bem como o documentário “Sobas de Angola: Oiça a Voz da Experiência”, assente no pressuposto de que a sabedoria alcançada por 150 anos de história deve ser sublinhada, dando voz à experiência dos Sobas de Angola.



O documentário resulta de um longo trabalho pelas províncias de Angola, em busca do conhecimento e sabedoria dos Sobas, em analogia à sabedoria e experiência do Standard Bank.

O filme publicitário da campanha institucional do Banco pretendeu associar os valores dos Sobas enquanto figuras centrais na Sociedade Angolana com os princípios e valores do Standard Bank de Angola.

Tal como os Sobas, o Standard Bank valoriza a voz da experiência e a passagem de conhecimento entre gerações para realizar os sonhos e as aspirações dos seus Clientes.

Esta campanha tornou-se num conteúdo verdadeiramente viral em Angola, tendo captado a atenção do público e a cobertura mediática nacional e internacional. Foi igualmente destacada em várias publicações e obtido diversos prémios internacionais.



5 dias de Casting

8 dias de Filmagem



+8.000 Kms

percorridos



3 províncias

Kwanza Sul | Malange | Luanda



+ 500 mil

visualizações



+ 280 artigos

media nacionais e internacionais



COMUNICAÇÃO INTERNA

COMUNICAÇÃO EXTERNA
COMUNICAÇÃO INTERNA
EVENTOS
PATROCÍNIOS

Ao longo do exercício de 2018, o Banco lançou uma “Campanha de Serviço” composta por em 3 fases, com o objectivo de melhorar a qualidade de serviço prestado ao Cliente interno e externo, através de um conjunto de acções e comunicações que promovam as boas práticas e regras básicas de convivência.

FASE 1: “VAMOS A ISSO”

A Campanha “Vamos a Isso” pretendeu promover uma atitude saudável por parte dos Colaboradores, através da aplicação de um conjunto de boas práticas e regras básicas de convivência. O Standard Bank acredita que um Colaborador motivado aporta maior valor para o Cliente.



FASE 2: “ANTES DO PÔR-DO-SOL”

A segunda fase da Campanha de Serviço visou estimular as boas práticas de trabalho, baseando-se no conceito “antes do pôr-do-sol”, ou seja que os Colaboradores do Standard Bank de Angola devem ser capazes de responder às necessidades dos Clientes do Banco antes do sol se pôr.



FASE 3: “JÁ SORRIU HOJE?”

A terceira fase da Campanha de Serviço pretendeu promover um melhor local de trabalho, tendo sido desenvolvida uma competição saudável entre departamentos ao mesmo tempo que estreitou as relações laborais entre os mesmos.





EVENTOS PARA CLIENTES

Com o objectivo de manter e reforçar as relações comerciais com Clientes de diversos segmentos, o Standard Bank de Angola organizou um conjunto alargado de eventos ao longo do exercício de 2018, dos quais se destacam os seguintes:



BRIEFING ECONÓMICO

Uma das estratégias do Standard Bank de Angola consiste em posicionar-se como o parceiro ideal para o crescimento dos nossos parceiros

Em 2018, o Banco promoveu 3 “Briefings Económicos” para clientes e operadores no mercado financeiro, onde foram partilhadas previsões económicas, de acordo com o estudos feitos por economistas do Grupo Standard Bank. A credibilidade destas sessões tem crescido exponencialmente, contribuindo para reforçar e estreitar as relações entre o Banco e as várias Instituições do sector financeiro.



2º FÓRUM ÁFRICA – CHINA

Realizou-se em Outubro o 2º fórum África-China, promovido pelo Standard Bank de Angola em parceria com o ICBC (Banco Industrial e Comercial da China).

Por esta ocasião, reuniram-se mais de 150 entidades da comunidade Chinesa em Angola, entre investidores e representantes oficiais daquele país em Angola. Este evento anual é mais uma plataforma utilizada para reforçar as relações com e entre Clientes, de forma a promover sinergias e oportunidades neste segmento.



4º EDIÇÃO – EVENTO ANUAL DO CIB

O Standard Bank de Angola promoveu o quarto evento anual para Clientes CIB com o objectivo de estreitar relações e reforçar o compromisso para com os seus Clientes.

O jantar contou com cerca de 200 convidados, entre Clientes e representantes do Banco, que juntos celebraram mais um ano de sucesso e crescimento.



EVENTOS PARA CLIENTES

COMUNICAÇÃO EXTERNA

COMUNICAÇÃO INTERNA

EVENTOS

PATROCÍNIOS



BODIVA

EVENTO DE EMISSÃO DE OBRIGAÇÕES

O Standard Bank de Angola é a primeira empresa de direito angolano a ver as suas obrigações admitidas a cotação na Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA), representando um momento histórico para o Banco, mas igualmente para a economia de Angola.



No dia **11 de Dezembro de 2018**, o Standard Bank de Angola emitiu obrigações corporativas no valor de **AOA 4 700,000 000 milhões**. Esta emissão inaugurou o Mercado Bolsista de Obrigações Privadas da BODIVA, uma vez que são as primeiras obrigações corporativas cotadas em bolsa no país.

A emissão correspondeu a uma primeira tranche de cerca de **50% do Programa de Emissão de Obrigações do Standard Bank de Angola** no valor global de AOA 9 500,000 000 milhões, aprovado em 2018 pela Comissão de Mercado de Capitais. As obrigações foram colocadas a **uma taxa de 17%**, taxa inferior aos 19% oferecidos pelos Bilhetes de Tesouro a um ano, o que reflecte a percepção de **confiança e solidez do Grupo Standard Bank** por parte do mercado.



EVENTOS PARA COLABORADORES

O Standard Bank de Angola considera os seus Colaboradores como sendo um activo fundamental ao funcionamento do Banco, evidenciando-se como uma Instituição Financeira empenhada em promover um bom espírito de coesão, união e proximidade entre os mesmos.

Em 2018, o Standard Bank de Angola organizou um conjunto alargado de eventos para os seus Colaboradores, com o propósito de difundir o lema “Um só Banco, uma só Equipa”.

- Festa de aniversário de celebração do 8º ano de actividade comercial do Banco
- Evento de apresentação de resultados do Banco
- Dia da mulher auto-estima e valorização
- Workshop “Mulheres na Liderança”
- PBB Star Award 2018
- Blue Nights





PATROCÍNIOS

O Standard Bank de Angola patrocinou diversos eventos com o intuito de promover a sua marca, mas também com o objectivo de consolidar a relação com os seus Clientes. De entre os vários eventos patrocinados, destacam-se os seguintes:

- 2ª conferência e exposição sobre conteúdo local na indústria de petróleo e gás em África
- Feira do investidor 2018
- 2ª edição do Ucolor Run
- 5ª edição do dia internacional de Jazz
- Standard Bank Golf Cup 2018





RESPONSABILIDADE SOCIAL

BASEADO NO SEU PROPÓSITO E OBJECTIVO ESTRATÉGICO DE SER ENTENDIDO COMO MAIS DO QUE UM BANCO (“#MORETHANABANK”), O STANDARD BANK DE ANGOLA CONTINUOU EM 2018 A REVELAR-SE UMA ORGANIZAÇÃO ATENTA E COM UMA ACTUAÇÃO ACTIVA SOBRE UM CONJUNTO DE PREOCUPAÇÕES SOCIAIS EM ANGOLA.

ESTA PREDISPOSIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DAS COMUNIDADES EM QUE OPERA É INERENTE À MATRIZ DE IDENTIDADE DO BANCO, PRETENDENDO SER RECONHECIDO PELO SEU DESEMPENHO, SOLIDEZ E EXPERIÊNCIA NO MERCADO, MAS IGUALMENTE PELA SUA ACTUAÇÃO E IMPACTO NA SOCIEDADE ANGOLANA.

Projecto “Heróis de Azul”

De acordo com a política e valores estratégicos adoptados pelo Grupo Standard Bank, o Standard Bank de Angola tem apostado de forma contínua na dimensão social, procurando ter um impacto efectivo e positivo junto da Sociedade Angolana, e em particular junto das camadas da população mais carenciada.

#MORETHANABANK

- Fazer a diferença na nossa comunidade
- Apelar aos corações de Angola
- Sermos localmente relevantes
- Envolver e inspirar os nossos Clientes e parceiros num objectivo comum
- Inspirar os Colaboradores a serem “Heróis de Azul”



Saúde & Educação

Pilares Estratégicos



20

Comunidades Beneficiadas





100

Voluntários Externos

A aposta na protecção social através do apoio a crianças, jovens e adultos carenciados, tem-se traduzido num conjunto alargado de acções que têm vindo a ser implementadas a nível nacional. O Standard Bank de Angola tem como propósito “Ser mais do que um Banco” (“#morethanabank”), tendo para tal segregado as suas acções de responsabilidade social em dois pilares estratégicos: Educação e Saúde.



20 000

Pessoas Apoiadas

Enquanto Instituição Financeira de referência e localmente relevante, e com o objectivo de fazer a diferença junto das comunidades em que está inserido, o Standard Bank de Angola faz nascer, em 2018, o projecto Heróis de Azul.



3 500

Horas investidas nas Comunidades por parte dos Colaboradores do Banco

O projecto Heróis de Azul reúne voluntários de diferentes áreas e níveis de actuação com o objectivo de ajudar as comunidades a responder às suas necessidades básicas de saúde e educação, melhorando a qualidade de vida das mesmas e munindo-as de ferramentas e novas oportunidades.

Acções de Responsabilidade Social

Apoio à Pediatria Pioneiro Zeca (Lubango)

O Standard Bank doou uma rampa de oxigénio ao Hospital Pediátrico do Lubango, de modo a melhorar as infra-estruturas do Hospital. Esta contribuição permitiu melhorar a qualidade dos serviços prestados, trazendo algum bem-estar e qualidade de vida aos habitantes e crianças desta província.

Heróis de Azul - Saúde nas Comunidades

Considerando a Saúde pública como um factor crítico em Angola, o Standard Bank lançou o projecto Heróis de Azul que tem como objectivo providenciar assistência médica a comunidades desfavorecidas, em parceria com diferentes associações. O Banco detém ainda uma clínica móvel que permite alcançar mais pessoas e que proporciona consultas de várias especialidades. Este projecto já permitiu ajudar mais de 3.000 pacientes.

Apoio à Liga Angolana Contra o Cancro

O Standard Bank tem vindo a apoiar a Liga Angolana Contra o Cancro em diferentes iniciativas de prevenção e combate ao Cancro, como patrocínios, acções de rastreio e oferta de brinquedos e alimentação.

Doação à Congregação Irmãs Salesianas

O Standard Bank realizou uma doação de bens de primeira necessidade (ex.: leite, água, papas, farinha de milho, fraldas) à Congregação Irmãs Salesianas, localizada no Município de Viana. A referida Congregação acolhe centenas de crianças, vítimas de problemas de nutrição e tuberculose.

Sorria Angola

O Standard Bank apoiou o programa Sorria Angola, oferecendo consultas de estomatologia em diferentes comunidades nas regiões de Luanda, Cabinda e Cunene. Foram realizadas mais de 4.000 consultas com o objectivo prevenir e reduzir problemas de saúde oral.

ABC Alfabetizar

Considerando o aumento significativo de casos de cancro, o Standard Bank promoveu, em parceria com a Liga Angolana Contra o Cancro e a Associação ABC Alfabetizar, palestras e rastreios junto dos mercados informais com o objectivo de sensibilizar e prevenir o aumento de casos de cancro.



Acções de Responsabilidade Social

01

O Standard Bank desenvolveu um programa de Educação Financeira tendo a primeira palestra sido realizada em Outubro na Mediateca 28 de Agosto sobre o tema “A importância de poupar”. Futuramente, a iniciativa será tornada mais abrangente incluindo acções em escolas e empresas.

Literacia Financeira

02

Reabilitação do Lar Horizonte Azul

Fruto da acção do Standard Bank de Angola, o lar Horizonte Azul conta, desde Maio de 2018, com um espaço de arrumos, uma biblioteca e mediateca totalmente remodelados. Estes espaços foram ainda mobilados e equipados com computadores portáteis. Adicionalmente, os Colaboradores do Banco através do projecto “um livro um amigo” doaram mais de 300 livros e manuais escolares a esta instituição que acolhe mais de 80 crianças.

03

Apoio à Comunidade Sé Nova – Wako Cungo

No seguimento do trabalho desenvolvido em 2017, ano onde foram oferecidas secretárias de estudo, em 2018, o Standard Bank de Angola doou material escolar que foi posteriormente distribuído às crianças da comunidade.

04

Apoio à Escola Esteveda – Cazenga

O município do Cazenga é considerado um dos mais populosos de Luanda assim como um dos mais carenciados. Como tal, o Standard Bank de Angola escolheu apoiar a Escola Esteveda através da requalificação das instalações e a doação de material escolar para que esta possa proporcionar melhores condições de ensino às crianças que residem no município.

05

ABC Alfabetizar

O desenvolvimento das sociedades passa pela literacia dos povos. Como tal, o Standard Bank de Angola, em parceria com a Associação ABC Alfabetizar tem promovido aulas de alfabetização direccionadas a vendedores dos mercados informais. Os alunos aprendem ainda a gerir as suas economias e finanças, sendo uma forma de reduzir o analfabetismo e de potenciar a capacidade de dinamizar as suas actividades.



/ Sorria Angola



/ Reabilitação do Lar Horizonte Azul



/ Doação à Congregação Irmãs Salesianas



/ Apoio à Liga Angolana Contra o Cancro





/ Projecto Escola de Futebol no Cazenga



/ Feira de Saúde



/ Saúde na Comunidade Rocha Pinto



/ ABC Alfabetizar





Soba Matilde
Gabela, Kwanza-Sul

É soba há 5 anos e responsável por 1.587 habitantes. Desempenhou o papel de parteira tradicional e socorrista da Cruz Vermelha. É mãe solteira e cuidou dos seus 8 filhos sozinha. Sente que a delinquência é o principal problema com que tem de lidar na sua comunidade. Contudo, aprendeu que na vida devemos saber estar, respeitar o que é do outro e amar o próximo.

PRÉMIOS E DISTINÇÕES



EM 2018, A GOVERNAÇÃO DO STANDARD BANK DE ANGOLA CONTINUOU ASSENTE EM PRINCÍPIOS E VALORES SÓLIDOS, SUSTENTADOS NO RIGOR, RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊNCIA COM O MERCADO. MAIS IMPORTANTE QUE A ESTRATÉGIA DO BANCO É A FORMA EFICIENTE E EFICAZ COMO ESTA É EXECUTADA, NO SENTIDO DE CONSTRUIR UMA RELAÇÃO DE CONFIANÇA E DE COMPROMISSO PARA COM OS NOSSOS CLIENTES. ENQUANTO INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE REFERÊNCIA, O STANDARD BANK DE ANGOLA RECONHECE A RELEVÂNCIA DA OPINIÃO DE ENTIDADES INDEPENDENTES, CONSOLIDANDO A SUA REPUTAÇÃO E CONTRIBUINDO PARA O CRESCIMENTO DA MARCA NO MERCADO ANGOLANO.

Prémios e Distinções

No seguimento da trajectória de crescimento e consolidação da sua posição e solidez, e à semelhança do verificado em anos anteriores, em 2018, o Standard Bank de Angola foi novamente reconhecido como uma Instituição Financeira diferenciadora e fortemente orientada para os seus Clientes. O desempenho do Banco em 2018 foi uma vez mais certificado por diversas organizações de referência.

MELHOR BANCO DE INVESTIMENTO EM ANGOLA

emeafinance
Europe • Middle East • Africa

Best Investment Bank in Angola 2018



7º ANO CONSECUTIVO

MELHOR BANCO DE INVESTIMENTO EM ANGOLA



MELHOR BANCO DE INVESTIMENTO EM ANGOLA



**GLOBAL
FINANCE**

5º ANO CONSECUTIVO

MELHOR PROVEDOR DE TRADE FINANCE EM ANGOLA



**GLOBAL
FINANCE**

2º ANO CONSECUTIVO

MELHOR PROVEDOR DE TESOURARIA E GESTÃO DE CAIXA EM ANGOLA



**GLOBAL
FINANCE**

4º ANO CONSECUTIVO

STANDARD BANK DE ANGOLA

MELHOR EMPRESA DO SECTOR FINANCEIRO

Os Prémios SIRIUS são uma iniciativa Deloitte e visam reconhecer as boas práticas na gestão das empresas e na actuação dos empresários, empreendedores e gestores, e contribuir para a criação de uma cultura empresarial de excelência.

Os Prémios SIRIUS assumem actualmente um papel muito relevante no contexto socioeconómico do País, fomentando a dinâmica económica, reforçando a motivação e empreendedorismo e reconhecendo a qualidade do trabalho desenvolvido pelas pessoas de Angola.



Em 2018, e à semelhança de anos anteriores, em que o **Standard Bank de Angola** foi sempre galardoado durante a Gala de Entrega de Prémios, o Banco voltou a assumir uma **posição de destaque** no âmbito dos **Prémios SIRIUS**.

O Standard Bank de Angola conseguiu em 2018 conquistar o maior Prémio a ser atribuído a uma Instituição Financeira, tendo o Banco sido distinguido como a **Melhor Empresa do Sector Financeiro em Angola**.





01 Enquadramento
Macroeconómico

02 Principais
Indicadores

03 Estratégia
para 2019

04 O Standard
Bank de Angola

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

- 174 Visão Geral
- 176 A Importância da Digitalização
- 177 Canais Digitais
- 180 Sistemas de Informação
- 183 Robotics Process Automation
- 185 Plano Estratégico

UTILIZAR A OPINIÃO DOS NOSSOS CLIENTES PARA ALAVANCAR A MODERNIZAÇÃO DOS NOSSOS SISTEMAS

Enquanto Instituição Financeira de referência, o Standard Bank de Angola tem como propósito a sua transformação digital no curto/ médio prazo tornando-se um Instituição verdadeiramente centrada na experiência dos seus Clientes.

O Banco tem à sua disposição os sistemas, as pessoas e as metodologias adequadas para assegurar a melhoria da sua eficiência no serviço ao Cliente, ao mesmo tempo que continuará a procurar reforçar o seu desempenho em matéria de estabilidade e segurança das suas aplicações.

Visão Geral

Reconhecendo a importância da revolução digital e os seus impactos sobre o sector financeiro e a sociedade em geral, o Standard Bank de Angola continuou em 2018 a sua estratégia de investimento tecnológico, lançando novos projectos com o objectivo de responder às expectativas e necessidades crescentes dos seus Clientes.

PRINCIPAIS DESTAQUES EM 2018



Reforço da estabilidade dos sistemas do Banco, reduzindo as interrupções/ quebras no serviço



Melhoria da segurança dos sistemas de modo a proteger os Clientes e o próprio funcionamento do Banco



Modernização de parte dos sistemas do Banco, com vista à implementação de uma arquitectura de TI moderna, escalável e ágil



Adopção contínua de formas de trabalho mais ágeis, flexíveis e com equipas multidisciplinares



Promoção do empenho e desempenho dos Colaboradores e implementação de programas de capacitação e desenvolvimento



Desenvolvimento de novas funcionalidades e aperfeiçoamento das existentes nas plataformas de *Internet* e *Mobile Banking*



Visão Geral

A prioridade da equipa de IT é ajudar o Banco a proporcionar a melhor experiência possível aos seus Clientes e contribuir para a entrega de valor a todos os *stakeholders*. Existe também a preocupação de incorporar práticas de gestão de risco, criar um ambiente de trabalho diversificado e inclusivo e otimizar a eficiência organizacional com base em tecnologias de informação. Pretendemos ser uma organização mais digital, segura, personalizada e relevante para os nossos Clientes e Colaboradores.

PILARES ESTRATÉGICOS



FOCO NO CLIENTE

- Melhorar a qualidade do serviço ao Cliente oferecendo rapidez, agilidade e segurança na utilização das aplicações
- Providenciar uma oferta de serviços financeiros disponível 24/7
- Melhorar continuamente os sistemas e aplicações do Banco, alavancando na experiência e conhecimento do Grupo Standard Bank



DIGITALIZAÇÃO

- Recorrer a tecnologia inovadora e novas formas de trabalho para alcançar níveis superiores de agilidade, flexibilidade e capacidade de resposta
- Digitalizar o modo de funcionamento do Banco, com o objectivo de proporcionar soluções financeiras convenientes e acessíveis, entregando valor acrescentado à vida e negócios dos Clientes
- Alocar recursos financeiros para o financiamento da estratégia de digitalização do Banco



COLABORADORES E CULTURA

- Atrair profissionais com elevados níveis de qualificação e promover um ambiente de diversidade e inclusão
- Desenvolver uma cultura de inovação baseada no desempenho dos Colaboradores e meritocracia
- Investir na capacitação dos Colaboradores, desenvolvendo competências e criando novas oportunidades de carreira

A Importância da Digitalização

Os Clientes constituem o elemento fundamental de toda a actividade do Banco, pelo que a correcta avaliação dos seus comportamentos é decisiva para a prestação de um serviço de excelência.

A revolução digital que ocorre nos nossos dias, aumenta a exigência dos Clientes que, cada vez mais, procuram soluções inovadoras que lhes tragam maior conveniência, verificando-se uma crescente adopção da banca digital.

Se, por um lado, as inovações tecnológicas podem funcionar como um incentivo para o estabelecimento de serviços bancários mais seguros, transparentes e eficientes, por outro são levantadas preocupações relativamente à segurança da informação, à confidencialidade dos Clientes ou à capacidade de resposta dos sistemas informáticos.

Por esta razão, o Standard Bank de Angola, que tem como um dos seus objectivos estratégicos a contínua digitalização dos seus produtos e serviços, prosseguiu em 2018 com o processo de actualização e melhoria dos seus sistemas informáticos, com o objectivo de detectar, evitar e/ou corrigir potenciais ameaças.

Complementarmente, e seguindo a estratégia de digitalização adoptada pelo Grupo Standard Bank, foram também efectuados desenvolvimentos nas plataformas digitais ao serviço dos Clientes, aumentando a qualidade do serviço prestado.

Durante o próximo ano será dado seguimento ao investimento digital, mantendo sempre a satisfação do Cliente como centro da estratégia corporativa, mas tendo igualmente em consideração um contexto operacional evolutivo e extremamente desafiante.

CONTEXTO OPERACIONAL DESAFIANTE ...



Evoluções tecnológicas constantes com impactos sobre a competitividade das Instituições e respectivas vantagens competitivas



Crescimento económico limitado, impactando o crescimento do sector bancário e dificultando a manutenção e o investimento em capacidade tecnológica



Investimentos contínuos em temas de Compliance de modo a cumprir com os requisitos regulatórios crescentes, quer locais quer internacionais



Concorrência pela contratação de recursos humanos locais com qualificações de IT, exigindo o investimento em capacitação e na retenção de talento



Sofisticação crescente dos crimes cibernéticos, exigindo investimento e rigor constante nas acções de prevenção

Canais Digitais

A Banca Digital revolucionou a forma como os Clientes interagem com os Bancos pelo que os canais digitais se tornaram numa prioridade. O Standard Bank de Angola direccionou, em 2018, os seus esforços para a melhoria da sua plataforma de internet e mobile Banking.

Após introduzir em 2017 uma nova plataforma de internet e mobile Banking, em 2018, o foco de actuação do departamento de IT foi a melhoria desta através da inclusão de novas funcionalidades e aperfeiçoamento das funcionalidades existentes. Este processo deverá ser contínuo pelo que é esperado que durante 2019 seja implementado um conjunto de alterações por forma a aproximar as plataformas daquilo que os nossos Clientes necessitam. A recolha e análise de *feedback* terá um papel preponderante neste processo.

Durante o exercício de 2018 foram ainda disponibilizadas, num projecto piloto, em duas agências, máquinas de depósito de notas. Estas permitem aos Clientes, com recurso ao seu cartão multicaixa, efectuar depósitos de notas na sua conta à ordem sem a intervenção de um gestor nas agências.

O **Internet Banking** permite que os Clientes façam a gestão das suas finanças de forma remota e autónoma, em qualquer momento. Encontra-se subdividida em duas plataformas, “E-Banking” e “Netplus”, direccionadas para Clientes particulares e Clientes empresa, respectivamente, apresentando funcionalidades diferenciadas.

A aplicação de **Mobile Banking** pretende complementar o **Internet Banking**, concedendo aos Clientes total flexibilidade na gestão das suas operações financeiras.

As **máquinas de depósito de notas** permitem aos Clientes efectuar depósitos de notas na sua conta corrente de forma autónoma e sem necessidade de intervenção humana.



Legenda: Funcionalidades Internet Banking Funcionalidades Mobile Banking Funcionalidades máquinas de depósito automático

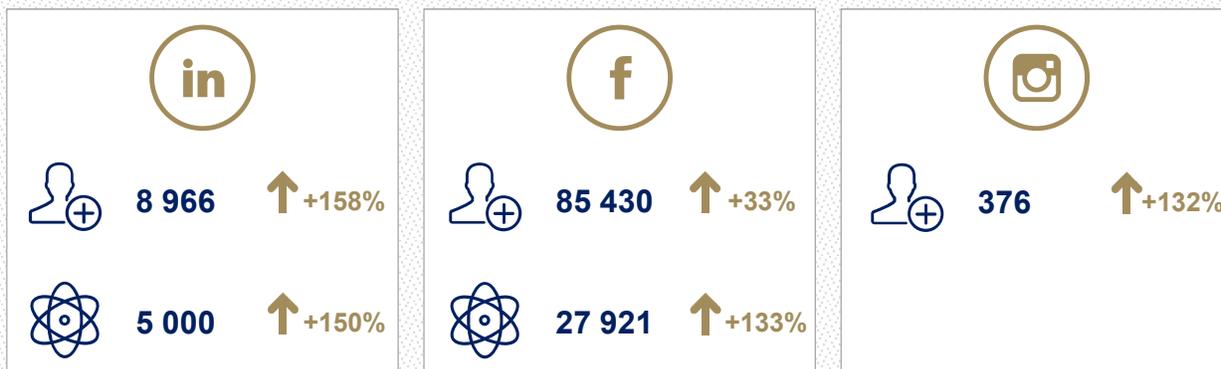
Canais Digitais

Paralelamente à plataforma digital de Internet e Mobile Banking, o ecossistema digital do Banco é composto por outros indicadores relevantes.



Redes Sociais

As redes sociais apresentam cada vez mais uma maior relevância na forma de interação entre as pessoas, bem como na forma como as pessoas percebem o mundo. Por esse motivo, as redes sociais são uma componente integrante da comunicação institucional do Standard Bank de Angola, continuando a apostar nestas plataformas como ferramenta de contacto com os seus Clientes e potenciais Clientes.



Legenda: Seguidores

Alcance Médio das Publicações

Crescimento face a 2017



Transacções Efectuadas

O Standard Bank de Angola pretende que num futuro próximo os Clientes consigam ter acesso *online* à quase totalidade dos seus serviços, promovendo uma maior comodidade e facilidade nas interações com o Cliente. Em 2018, o montante médio de operações realizadas através dos canais digitais aumentou 21% face ao ano transacto, tendo sido transaccionados 680 mil milhões de AOA (face a 560 mil milhões de AOA em 2017).



Serviços Adicionais

O Banco tem apostado consecutivamente no aumento da digitalização, com vista a melhorar o serviço prestado aos seus Clientes. A implementação de novas plataformas dedicadas ao envio de extractos bancários, de alertas automáticos por SMS e de pagamento de impostos, online são exemplos disso mesmo.

STANDARD BANK DE ANGOLA

DAMOS VOZ AOS NOSSOS CLIENTES

Actualmente, para que o Standard Bank de Angola consiga manter os seus níveis de desempenho, e numa indústria financeira cada vez competitiva e digital, é crucial que consigamos compreender os nossos Clientes, nomeadamente as suas preferências, canais utilizados, necessidades e níveis de satisfação e fidelização.

No seguimento do lançamento da plataforma de Internet e Mobile Banking em 2017, o Standard Bank de Angola realizou, em 2018, um inquérito junto dos seus Clientes, no sentido de compreender o grau de satisfação dos Clientes. Ao mesmo tempo que o Banco se orgulha da boa aceitação que estas plataformas tiveram junto dos seus Clientes, também reconhece que tem de continuar a trilhar o seu caminho para uma maior maturidade digital respondendo a um conjunto de expectativas e desejos dos seus Clientes.

80%

DOS CLIENTES DO BANCO DECIDIRAM REGISTRAR-SE NA PLATAFORMA DE INTERNET BANKING

77%

DOS UTILIZADORES ACTIVOS ACEDEM AO INTERNET BANKING PELO MENOS UMA VEZ POR SEMANA

65%

DOS UTILIZADORES DESTACAM A FACILIDADE DE ACESSO À CONTA E A DISPONIBILIDADE 24 HORAS POR DIA COMO PRINCIPAIS MOTIVOS DE REGISTO

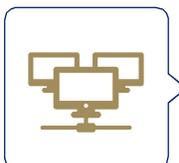
82%

DOS UTILIZADORES ESTÃO SATISFEITOS COM AS FUNCIONALIDADES DA PLATAFORMA

Sistemas de Informação

No ano de 2018, a actuação do Banco esteve focada na melhoria de serviço e aumento da satisfação dos seus Clientes. Para tal, existiu um investimento na estabilização e simplificação de processos assim como na melhoria dos canais digitais do Banco. Paralelamente, apostou-se na implementação de mais e melhores medidas de segurança tendo o Banco concluído com sucesso testes de recuperação de desastres da infra-estrutura aplicacional (Plano de Continuidade do Negócio).

PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS EM 2018



CAPACIDADE DE RESPOSTA DE SISTEMAS E APLICAÇÕES

Por forma a melhorar a infra-estrutura do Banco e garantir a capacidade de resposta dos seus sistemas e aplicações, foram realizadas diversas acções ao longo de 2018, das quais se destacam:

- Continuação da substituição de diversos servidores utilizados nas diferentes plataformas
- Novo aumento da capacidade das linhas de rede e instalação de dispositivos de gestão e optimização das mesmas
- Aumento da capacidade de armazenamento das diferentes aplicações
- Instalação de novas linhas de rede dedicadas a instituições como o Ministério das Finanças



DISASTER RECOVERY

Com o objectivo de garantir a capacidade dos nossos processos e sistemas e testar o nosso Plano de Continuidade do Negócio, o Banco realizou testes de recuperação de desastres de todas as aplicações, em simultâneo e pelo período de uma semana, com assinalável sucesso e sem registo de qualquer anomalia por parte dos Colaboradores do Banco ou mesmo dos Clientes



WORKFLOW DE ABERTURA DE CONTA EMPRESAS

Por forma a simplificar o actual processo de abertura de conta para os nossos Clientes empresa, implementámos um *workflow* de abertura de contas reduzindo assim o tempo de resposta ao Cliente e consequentemente o volume de trabalho das áreas comerciais e serviços centrais. Este novo processo permite o envio automático de informação aos nossos Clientes e a adesão a produtos de forma mais ágil, cómoda e rápida



ENVIO DE EXTRACTOS A CLIENTES

Foi levado a cabo um processo de actualização e implementação de melhorias à nossa ferramenta de envio de extractos bancários a Clientes. Deste *upgrade* resultam melhorias na qualidade da informação enviada, assim como desenvolvimentos a nível do interface de utilizador (UI)

Sistemas de Informação



ACTUALIZAÇÃO DO STANDARD SWIFT

Todos os anos são efectuadas alterações ao SWIFT no âmbito da actualização do Global SWIFT Standards, que tem como objectivo melhorar o protocolo de troca de mensagens, e que resultam em alterações no nosso sistema Core (T24) e aplicações periféricas

De um modo geral, a maior parte das modificações resultam da necessidade de introduzir o *SWIFT Global Payments Innovation* (GPI), que irá trazer vários benefícios a nível dos pagamentos *Cross-Border*, entre eles impulsionar a colaboração entre os Bancos e dar aos Bancos a capacidade de monitorizar os pagamentos. Desta forma, estamos preparados para aderir ao *Global Payments Innovation* em 2019



ALTERAÇÕES RESULTANTES DOS AVISOS DO BANCO CENTRAL

O ano de 2018 foi caracterizado por um elevado número de alterações a nível do sistema Core e aplicações periféricas de modo assegurar o cumprimento dos requisitos do BNA, nomeadamente com o Controlo Cambial e a Importação de Mercadorias. O trabalho efectuado permitiu não só garantir que as operações se desenvolvem de acordo com o quadro legal em vigor mas também prestar melhor serviço aos nossos Clientes, sendo um destaque a comunicação sobre o estado de pedidos de transferência



ACTUALIZAÇÃO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS

Foi levado a cabo um trabalho de revisão e implementação de políticas, normas e procedimentos para melhorar o ambiente de trabalho e cumprir com normas internacionais



IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA INFORMÁTICA

Em termos de segurança informática, foram conduzidas várias iniciativas no sentido de reforçar a segurança informática. Foi dada especial atenção a:

- Protecção de dados
- Protecção contra *malware*
- Prevenção de ataques de *Distributed Denial of Service* (DDOS)
- Gestão de privilégios
- Gestão de acessos
- Prevenção de *Phishing*

Adicionalmente, foram efectuados testes de vulnerabilidade e intrusão, tendo os mesmos sido concluídos com resultados satisfatórios, o que reflecte o compromisso do Banco com a segurança da informação dos seus Clientes

Sistemas de Informação



DEPÓSITOS AUTOMÁTICOS

O ano de 2018 ficou marcado pela introdução de terminais de depósitos automáticos. O Standard Bank de Angola fez parte de um leque reduzido de Bancos que introduziram máquinas que permitem ao Cliente fazer depósitos sem necessidade de recorrer a uma agência



ACTUALIZAÇÃO DA NOSSA SOLUÇÃO DE WORKFLOW DE PAGAMENTOS

Acreditamos na melhoria constante e progressiva de serviço ao Cliente. Em 2018, continuámos o investimento na melhoria da nossa solução de gestão de pedidos de transferência



APLICATIVO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES

Em 2018, implementámos pela primeira vez uma aplicação para a gestão de reclamações de Clientes, que incluiu a integração com o nosso Call Center, permitindo desta forma que as reclamações sejam endereçadas com maior eficiência, garantindo assim um melhor serviço ao Cliente

Robotics Process Automation

A crescente competitividade do sector, aliada aos desenvolvimentos tecnológicos mais recentes, têm levado o Standard Bank de Angola a automatizar parte dos seus processos, com o objectivo de aumentar a eficiência dos mesmos. O investimento tecnológico inerente a esta estratégia de transformação será compensado por um conjunto de benefícios de curto e longo prazo.



ROBOTICS PROCESS AUTOMATION EM 2018

O ano de 2018 correspondeu a um ano de consolidação de conhecimentos relativos ao Robotics Process Automation (RPA), com o objectivo de automatizar actividades diárias de menor complexidade e de baixo valor acrescentado.

Ao longo do ano, foram efectuados testes à fiabilidade da tecnologia, bem como ponderada a existência de recursos e capacidades internas necessários à sua implementação. O Banco avaliou também a melhor forma de adopção deste *software*, por forma a definir um processo futuro de crescimento e optimização de processos internos.

Para tal, iniciou um projecto de implementação de um conjunto alargado de processos chave à operação do Banco, e os quais acreditamos que terão um impacto positivo e significativo sobre a experiência e satisfação dos nossos Clientes.

Durante o exercício de 2019, o Standard Bank de Angola continuará o seu investimento de automatização de novos processos referentes às diversas áreas do Banco.

Robotics Process Automation

Numa perspectiva de futuro, prevê-se que o RPA possa ser utilizado não apenas na automatização de tarefas rotineiras, mas também como ferramenta diferenciadora, que permita ao Banco um conhecimento mais aprofundado dos seus Clientes, a definição de ofertas com maior nível de personalização e o aumento da satisfação dos Clientes.

PRINCIPAIS OBJECTIVOS PARA 2019



INVESTIMENTO

Continuação do investimento na automatização dos processos identificados em 2018 e identificação de novos processos para automatização em 2019



FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Capacitação dos Colaboradores do Standard Bank de Angola com o objectivo de aumentar o seu conhecimento e grau de proficiência em matéria de RPA



DESENVOLVIMENTO INTERNO

Desenvolvimento de um Centro de Excelência, ou seja uma área de suporte transversal ao Banco e que seja responsável pelas matérias de RPA

Plano Estratégico

Em 2017 foi delineado um plano estratégico para o departamento de IT, com um horizonte temporal de aplicação de 5 anos. Este Plano encontra-se alinhado com o Pilares Estratégicos definidos pelo Standard Bank de Angola.



**FOCO NO
CLIENTE**



DIGITALIZAÇÃO



**COLABORADORES
E CULTURA**

O Standard Bank de Angola pretende manter o reconhecimento no mercado enquanto Banco de cariz digital e em constante evolução, sendo capaz de proporcionar soluções de serviços financeiros inovadoras para os seus Clientes.

Em linha com os pilares estratégicos definidos, e sempre com a premissa de providenciar um serviço de excelência ao Cliente, o Banco definiu para 2019 um leque de projectos estruturais de transformação que visam melhorar a sua relação com os Clientes, melhorar a gestão dos seus recursos informáticos e implementar iniciativas inovadoras.

ÁREAS DE FOCO EM 2019

GESTÃO DE INFORMAÇÃO



Como o objectivo de conhecer melhor os seus Clientes, o Banco tem programadas várias iniciativas de remediação de dados, melhorando a sua tomada de decisão. Está prevista a realização de um *upgrade* ao repositório de dados do Banco e a integração do mesmo com várias aplicações, de forma a melhorar o processo de recolha e tratamento de dados.

CYBER SECURITY



O investimento em *cyber security* irá continuar sob a forma de um programa que contempla campanhas de *awareness*, formações para Colaboradores assim como a implementação de projectos específicos para proteger os canais do Banco.

MONITORIZAÇÃO PROACTIVA



No decorrer de 2019 será dada prioridade à monitorização proactiva de aplicações por forma a assegurar um serviço ímpar ao Cliente. Para tal, irão ser implementadas soluções de monitorização nas diversas infra-estruturas incluindo redes e canais digitais. Estas medidas permitirão detectar e endereçar situações que possam impactar o serviço e a experiência do Cliente.

OPEN-BANKING



O exercício de 2019 ficará marcado pelos primeiros passos no que se refere à implementação de *Open Banking*. O Banco pretende realizar uma reestruturação da sua infra-estrutura por forma a implementar as fundações do *Open Banking*. Desta forma, num futuro próximo, poderão ser propostos serviços a parceiros tecnológicos, ao Banco Central, entidades externas e *fintechs*.

INFRA-ESTRUTURAS E APLICAÇÕES



O Banco irá também prosseguir com o investimento nas infra-estruturas e aplicações adjacentes ao sistema *Core*, aumentando a capacidade de armazenamento de dados e melhorando, assim, o serviço prestado aos Clientes. Destacam-se as seguintes iniciativas:

- **Upgrade técnico do sistema *Core***, no sentido de aumentar a flexibilidade do sistema
- Melhoria do **workflow** para a abertura de conta de Clientes empresa e dos canais de banca digital
- Revisão completa dos **workflows de crédito e pagamentos**
- **Automatização, via RPA, de processos internos**
- **Integração com aplicações do BNA**
- Melhoria contínua dos processos de **disaster recovery**

INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO



Tendo em conta a importância que representa o investimento no capital humano, em 2019 será dada continuidade ao aumento no investimento realizado em 2018. Estão programadas ações de formação em várias áreas incluindo *Cyber Security* e *Data Science*. A formação será complementada pela colaboração com membros de outros países do Grupo Standard Bank estando previstas viagens de trabalho para troca de experiências e conhecimento.



Soba Viegas

Quibala, Kwanza-Sul

É soba há 8 anos e foi responsável por resolver problemas comunitários como a falta de água, educação e saúde ao assinar acordos com ONG e empresas privadas.

Com apoio da IBIS construiu a primeira escola da comunidade, e através da cedência de terras a uma empresa privada obteve em troca a construção de um posto de saúde, uma escola e um ponto de abastecimento permanente de água à comunidade.

Outra vantagem destes acordos foi a criação de postos de trabalho e a formação dos habitantes da comunidade, em parceria com a Empresa Privada de Agricultura.



01 Enquadramento
Macroeconómico

02 Principais
Indicadores

03 Estratégia
para 2019

04 O Standard
Bank de Angola

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

- 190 Visão Geral
- 192 Função de Auditoria Interna
- 194 Função de Gestão de Risco
- 195 Função de Compliance
- 206 Universo Regulatório

SOLIDEZ DO STANDARD BANK CONFIANÇA DOS NOSSOS CLIENTES

Enquanto Instituição Financeira de referência, o Sistema de Controlo Interno do Standard Bank de Angola encontra-se devidamente alinhado com as melhores práticas nacionais e internacionais, incorporando um conjunto alargado de políticas, processos e procedimentos de controlo que, em conjunto, asseguram a solidez e sustentabilidade do Banco.

Visão Geral

O Standard Bank de Angola tem vindo a realizar um investimento contínuo no sentido de desenvolver um Sistema de Controlo Interno suficientemente robusto que lhe permita assegurar a execução das suas operações. Através do aumento da eficácia das suas políticas, processos e procedimentos de controlo, o Banco tem reforçado a sua solidez e aperfeiçoado o seu Sistema de Controlo Interno.

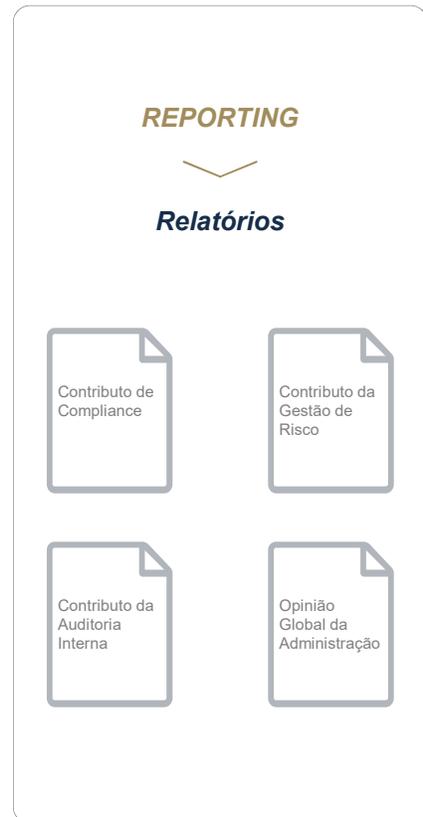
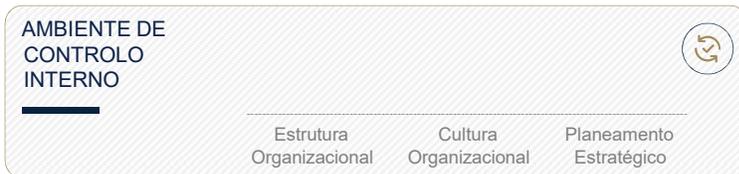
Tendo por objectivo gerir e mitigar potenciais riscos que possam surgir no decorrer da sua actividade, o Sistema de Controlo Interno do Banco encontra-se em conformidade com os princípios estabelecidos no Aviso n.º2/2013 do BNA, bem como alinhado com as melhores práticas internacionais.

O Sistema de Controlo Interno do Standard Bank de Angola é composto pelas funções que definem 3 linhas de defesa: i) Colaboradores, Direcções e Órgãos de Estrutura, ii) Compliance e Gestão de Risco e, iii) Auditoria Interna. De uma forma articulada, estas estruturas identificam, avaliam, monitorizam e comunicam os potenciais riscos inerentes à actividade.



Sistema de Controlo Interno

A monitorização e avaliação contínua dos riscos e do ambiente do controlo interno das actividades, assegura que o Sistema de Controlo Interno do Standard Bank de Angola esteja devidamente alinhado com as melhores práticas internacionais.



Visão Geral

Em 2018, o Standard Bank de Angola continuou a implementar processos e políticas no âmbito do seu Sistema de Controlo Interno de modo a acompanhar o crescimento da actividade e assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos e operacionais, salvaguardando a segurança das suas operações.

As políticas e processos instruídos no âmbito do Sistema de Controlo Interno do Banco, respeitam os princípios estabelecidos no Aviso n.º 02/2013, de 19 de Abril, do BNA, mais propriamente no artigo 4.º e artigo 5.º. Ainda no âmbito deste Aviso, o Sistema de Controlo Interno do Banco opera sob 3 linhas de defesa distintas (mencionados anteriormente) assegurando a gestão e monitorização dos riscos da actividade do Banco.



Processos e Políticas

Os processos e políticas implementados complementam as estratégias e sistemas de controlo interno do Standard Bank de Angola que em conjunto salvaguardam o seguinte:



1. Garantir o cumprimento das normas e regulamentos
2. Proteger os activos do Banco
3. Proteger os Clientes
4. Prevenir e detectar fraudes e erros
5. Criar um sistema de reporte cada vez mais robusto
6. Assegurar o registo contabilístico de todas as transacções, o que permite a preparação de demonstrações financeiras fidedignas

LINHAS DE DEFESA



- 1ª TODOS OS COLABORADORES, DIRECÇÕES E ÓRGÃOS DE ESTRUTURA
- 2ª COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCO
- 3ª AUDITORIA INTERNA

FUNÇÕES DE CONTROLO

Reportam a

- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (Reporte Trimestral)
- COMITÉ DE AUDITORIA (Reporte Trimestral)
- COMITÉ DE RISCO (Reporte Trimestral)
- COMISSÃO EXECUTIVA (Reporte Mensal)

As funções e respectivos reportes asseguram o desenvolvimento e a melhoria contínua das actividades no âmbito do Sistema de Controlo Interno, aumentando a eficácia do Banco na minimização de potenciais perdas decorrentes de riscos.

Suportado por uma estrutura e cultura claras de controlo interno, o Sistema de Controlo Interno do Standard Bank de Angola coloca em prática as actividades de gestão de riscos, de monitorização, comunicação e reporte, assegurando deste modo, a sustentabilidade da actividade, tendo por base uma melhoria permanente e contínua da sua prática.

Função de Auditoria Interna

A missão da função de Auditoria Interna consiste em fornecer uma garantia independente e objectiva sobre a adequação da governação e eficácia dos controlos implementados para a gestão e mitigação dos riscos associados à actividade do Banco, bem como prestar serviços de consultoria com vista à introdução de melhorias e ganhos de eficiência nos processos e procedimentos em vigor.

A independência da função é garantida através do reporte directo ao Comité de Auditoria do Banco, que é dirigida por um Administrador Não Executivo (Presidente do Comité de Auditoria), complementado pelo reporte aos membros do Conselho de Administração apenas para assuntos de natureza administrativa da área. Adicionalmente, a função de auditoria interna reporta igualmente ao grupo de auditoria interna do Grupo Standard Bank com sede em Joanesburgo, África do Sul, para questões de natureza técnica e administrativa.



RESPONSABILIDADES

-  Avaliar os processos de governação do Banco, incluindo os princípios de ética e conduta em vigor, com vista à salvaguarda de activos, protecção da reputação do Banco e sustentabilidade do negócio e da organização
-  Executar uma avaliação objectiva da efectividade da gestão do risco, do Sistema de Controlo Interno e da função de Compliance
-  Verificar a existência de oportunidades de melhoria no processo de governação de risco
-  Analisar e avaliar de forma contínua os processos das áreas de negócio e seus procedimentos de controlo



PLANO ANUAL DAS ACÇÕES DE AUDITORIA

-  Foco nos principais riscos resultantes da avaliação anual de risco no País, alinhado com o risco do Grupo Standard Bank
-  Com base na avaliação consolidada de cada risco, as áreas e processos que comportam riscos elevados são seleccionados para inclusão no plano de auditoria anual, assegurando que todos os processos críticos e/ ou aqueles identificados como de elevado risco, são avaliados com uma periodicidade mínima trianual
-  Garantia de que o plano de auditoria do Banco em Angola está coordenado com o plano anual de auditoria do Grupo Standard Bank e com a estratégia de negócio, contribuindo para o esforço de cumprimento das metas estratégicas e garantindo que todos os desafios de Governação, gestão de risco e Sistema de Controlo Interno associados são efectivos
-  Garantir que o plano anual de auditoria segue um processo dinâmico e flexível de forma a endereçar novos negócios, processos e riscos emergentes, incluindo pedidos expressos decorrentes de preocupações específicas ou “advisory” relativamente à robustez e adequação de processos ou procedimentos

Função de Auditoria Interna

Com o intuito de controlar o seu grau de implementação, apurar desvios e definir medidas correctivas quando necessário, a equipa de Auditoria Interna efectua o acompanhamento regular das acções acordadas para resolução das constatações identificadas no decorrer das várias acções de auditoria.

Face a 2017, verifica-se uma melhoria significativa dos processos e do ambiente de controlo do Banco. De salientar que o ambiente de controlo a nível do Banco é satisfatório e como consequência, os resultados das classificações das auditorias internas melhoraram este ano. Existe actualmente um elevado foco da gestão do Banco na conclusão da implementação de todas as recomendações, estimando-se a sua concretização no curto-prazo.



ACÇÕES DE ACOMPANHAMENTO



67% das auditorias realizadas em 2018 tiveram avaliação satisfatória, contra 62% de auditorias satisfatórias em 2017



12 Auditorias realizadas em 2018, contra 8 realizadas em 2017



10 Auditorias a realizar em 2019



44 Melhorias a processos implementadas em 2018

Função de Gestão de Risco

A função de gestão de risco do Banco, enquanto linha secundária de defesa, visa garantir uma gestão integrada dos diversos riscos a que o Banco se encontra exposto. O objectivo primordial da função é o de mitigar o impacto de eventos de risco, internos ou externos, no desempenho do Standard Bank de Angola.

A Direcção de Risco apresenta sob sua responsabilidade directa a gestão dos riscos de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional (incluindo o risco reputacional, risco de continuidade de negócios, risco de informação, risco gestão de coberturas, risco de Compliance e risco de fraude). Os riscos remanescentes são geridos directamente por outros fóruns do Banco, como o Comité de Activos e Passivos que assume a gestão do risco de taxa de juro.

Ainda assim, a Direcção de Risco tem autoridade para intervir em operações, projectos ou decisões, onde exista potencial risco financeiro ou outro. Desta forma, a função de risco é um membro activo e obrigatório nos Comités que reportam à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração.



Risco de Crédito (PBB e CIB)



Risco de Mercado



Risco de Liquidez



Risco Operacional

- Reputacional
- Continuidade de negócios
- Informação
- Gestão de coberturas
- Compliance
- Fraude



RESPONSABILIDADES

A função de gestão de risco define a estrutura de gestão de risco do Banco, bem como as políticas subjacentes, aprovando os riscos assumidos e proporcionando uma visão objectiva e completa da eficácia da gestão de risco da primeira linha de defesa. As principais responsabilidades da função são:

-  Elaborar/ recolher modelos, metodologias, dados e informação, interna e externa a servir de suporte à tomada de decisão e avaliação de risco
-  Aconselhar as unidades de negócio e o Conselho de Administração em relação a políticas e práticas de gestão de risco a adoptar
-  Definir indicadores e limites prudenciais para cada tipo de risco
-  Realizar mensurações periódicas dos diversos riscos do Banco, tanto numa perspectiva quantitativa como qualitativa
-  Realizar testes de stress
-  Identificar debilidades no modelo de gestão de risco e formular e implementar as respectivas medidas correctivas
-  Documentar os processos associados à sua intervenção
-  Monitorizar o cumprimento dos limites definidos para os diversos riscos, bem como a efectivação do modelo de gestão de risco
-  Comunicar transversalmente o perfil de risco assumido, incluindo os riscos mais emergentes e respectivas acções de mitigação
-  Elaborar documentos periódicos referentes ao perfil de risco e ao modelo de gestão de risco
-  Actuar como uma fonte de informação, quando apropriado, relativamente a situações de fraude, corrupção, ética e irregularidades

Função de Compliance

A função de Compliance tem como propósito alinhar processos e assegurar o cumprimento de normas e procedimentos através de um controlo eficaz, preservando a reputação do Banco. A sua missão é zelar pelo cumprimento de leis, normas internas e ainda, pelo cumprimento dos mais altos padrões éticos.

A consciencialização de implementação de uma cultura de Compliance transversal à estrutura do Standard Bank de Angola é uma ferramenta fundamental para a prevenção de actividades e condutas que podem colocar em risco o Banco, Clientes, Colaboradores, Parceiros e Accionistas.

A função de Compliance é independente e autónoma, reportando a três níveis, nomeadamente: i) à Comissão Executiva, através da apresentação de relatórios mensais de actividade, ii) ao comité de Gestão de Risco, através da apresentação de relatórios mensais, iii) ao Conselho de Administração, através da apresentação do relatório trimestral de actividade destinados ao Comité de Auditoria e Comité de Risco, ambos Subcomités do Conselho de Administração. Adicionalmente, a função de Compliance reporta ao Compliance do Grupo Standard Bank.



RESPONSABILIDADES

-  Monitorizar a transparência na relação com o Cliente, bem como o processo de gestão de reclamações
-  Aferir a implementação de controlos e o cumprimento de normas internas e da legislação em vigor
-  Avaliar os processos de prevenção e detenção de actividades criminosas, incluindo a prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo, assim como assegurar as comunicações legalmente devidas com as autoridades competentes
-  Interagir com entidades reguladoras
-  Gerir o modelo de governação e matriz de gestão de risco de Compliance
-  Garantir o cumprimento das políticas sob a sua gestão
-  Acompanhar o desenvolvimento de nova legislação
-  Gerir os reportes obrigatórios às entidades reguladoras
-  Gerir o Plano de Gestão de Risco de Compliance
-  Garantir que os Colaboradores do Departamento de Compliance e do Banco recebem formação contínua, de forma a assegurar que possuem os conhecimentos técnicos adequados, compreendem e cumprem com o quadro regulamentar aplicável ao Banco, bem como os riscos a que o Banco está exposto

Com o objectivo de corresponder às exigências do BNA e de outras entidades reguladoras, no que diz respeito à implementação de uma cultura de Compliance, o Standard Bank de Angola continua a apostar numa abordagem de tolerância zero, à não adesão a formações obrigatórias de Compliance, assim como, ao não cumprimento de políticas e procedimentos.

O Banco governa-se por uma cultura de Compliance e a sua implementação e gestão são visíveis através de acções de formação e sensibilização e, políticas e procedimentos internos implementados.

Função de Compliance

A função de Compliance encontra-se dividida em três áreas com focos de acção distintos, embora complementares: Regulação, Monitorização e Combate ao Branqueamento de Capitais.

PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES



REGULAÇÃO

- Garantir assistência na conclusão e/ ou manutenção dos requisitos regulamentares específicos de cada unidade de negócios
- Assegurar, em conjunto com as unidades de negócio, que os seus planos de gestão de risco de compliance (CRMP's) específicos são desenvolvidos
- Garantir a existência de planos de gestão de risco de Compliance personalizados para toda a legislação de alto risco relevante para as unidades de negócio alinhados com os planos de Compliance para o exercício
- Analisar e identificar riscos, processos e controlos regulatórios, bem como aconselhar a gestão e os Comités relevantes dentro das unidades de negócio assegurando a gestão efectiva de questões regulatórias
- Participar activamente em Comités, reuniões, processos de negócios e iniciativas relevantes do Banco de modo a garantir que todos os requisitos de Compliance são considerados de forma adequada
- Disponibilizar assistência e aconselhamento sobre questões de Compliance específicas às unidades de negócio
- Facilitar um entendimento abrangente e actualizado do *status* das questões regulatórias e de Compliance (incluindo os requisitos de Compliance do Grupo)
- Monitorizar continuamente as unidades de negócio relativamente à sua adesão aos padrões de Compliance legal e regulamentar, de forma a identificar áreas de melhoria e detectar lacunas e exposições significativas
- Auxiliar e aconselhar as unidades de negócio na resolução de problemas de auditoria/ Compliance
- Monitorizar a conformidade com os requisitos e mandatos regulatórios de acordo com os padrões de Compliance do Banco
- Apoiar a prestação de informações aos Comités de governação com base nos resultados das actividades de monitorização de Compliance



Função de Compliance

PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES

MONITORIZAÇÃO

- Apoiar e auxiliar o Conselho de Administração no cumprimento das suas responsabilidades no que se refere à gestão do risco de Compliance e ao cumprimento dos requisitos legais, regulamentares e de supervisão aplicáveis
- Monitorizar o universo regulatório de Compliance no conjunto de leis e regulamentos aplicáveis ao Banco e promover o desenvolvimento de uma cultura de Compliance e gestão prudente de riscos
- Auxiliar na prevenção de sanções regulatórias em termos da rápida identificação das áreas com risco potencial de incumprimento
- Providenciar orientação e desenvolver planos de mitigação que garantam a adesão aos requisitos regulamentares
- Contribuir para a formulação do Plano Anual de Monitorização
- Coordenar efectivamente o Plano Anual de Monitorização com o Compliance Officer e outras áreas de controlo, de modo a garantir uma cobertura eficiente do risco de Compliance
- Possuir um bom conhecimento das unidades e linhas de negócio de forma a identificar efectivamente os riscos
- De acordo com a metodologia de Compliance, executar revisões de controlo que sejam estratégicas, temáticas e estruturais de modo a fornecer o nível de conforto necessário
- Acompanhar regularmente os comentários realizados nas revisões de controlos internos para garantir uma melhor resolução



Função de Compliance

PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES

COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITALIS

- Implementar processos e procedimentos adequados por forma a gerir e investigar alertas de branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo, sanções e PEP's
- Analisar alertas supramencionados recebidos via sistema de vigilância de lavagem de dinheiro (MLSS), sistema de *screening* de sanções (*Safewatch and Batch Screening Solution*) assim como transacções suspeitas reportadas manualmente (por agências, unidades de negócio, intimações, *stakeholders* externos, etc.)
- Efectuar pesquisas de informação relacionadas com Clientes PEP
- Gerir pedidos de informação da FIU relativos a assuntos reportados utilizando os procedimentos correctos e respeitando os prazos estabelecidos
- Construir STRs detalhados para serem submetidos as autoridades competentes, reguladores e Corpos de supervisão conforme previsto no ponto 28 do documento "*Money Laundering Proceeds of Serious Crime and Terrorist Financial Act*" de 2006
- Escalar todos os STR's para o Money Laundering Reporting Officer (MLRO) ou Director de Compliance por forma a precaver o Banco contra potenciais riscos reputacionais passíveis de provocar perdas avultadas
- Manter os registos de Clientes PEP e garantir que este é revisto anualmente e adoptado pela gestão de topo do Banco
- Trabalhar com a unidade de vigilância de branqueamento de capitais do Grupo Standard Bank por forma a identificar lacunas ou áreas de fragilidade que possam ser exploradas para fins de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo
- Efectuar a gestão e implementação do *General Compliance Program for Money Laundering Prevention* ("PBC") e do *General Compliance Program in Compliance with Sanctions*
- Desempenhar o papel de Conselheiro especial para os temas de Compliance, branqueamento de capitais e prevenção de sanções para todos os *stakeholders*
- Garantir a implementação das políticas e padrões operacionais do Standard Bank Group
- Gerir a governação e efectuar a supervisão do *on-boarding* de Clientes, da análise de procedimentos e o alinhamento com as Políticas do Grupo
- Desenvolver e actualizar conteúdos para acções de capacitação

Função de Compliance

As formações e acções de sensibilização são os pilares basilares para a implementação de uma cultura de Compliance robusta, sendo estas de cariz obrigatório no Standard Bank de Angola.

O objectivo da sua aplicabilidade transversal tem na sua base a compreensão e o conhecimento fundamentais necessários ao desempenho das responsabilidades dentro do Banco, sendo que as formações podem compreender diversos formatos, nomeadamente, via e-learning, presencialmente, auto-estudo e programas de indução. Relativamente aos Colaboradores da Direcção de Compliance, todos realizaram acções de formação ao longo do ano, quer na África do Sul quer em Angola.



POLÍTICAS E MANUAIS

De forma a garantir a eficiência legalmente exigida, a função de Compliance possui um conjunto de políticas, procedimentos e processos para a gestão e mitigação do risco de Compliance.

- Política de Compliance: gestão de risco
- Manual de Compliance
- Política de Governação de Gestão de Risco de Compliance
- Política de Conflito de Interesses
- Política de Interesses Comerciais Externos
- Transacções a Título Pessoal
- Política de Presentes e Entretenimentos
- Política de Privacidade de Dados
- Política de Informação Estritamente Necessária
- Política de *Chinese Walls* (barreiras de informação)
- Política de Sanções
- Abuso de Mercado
- Processo *Safewatch*
- Matriz de Risco de Compliance para BC/ FT
- Processo de Aprovação KYC
- Política de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (BC/ FT)
- Padrões Mínimos de Sanções
- Processo de Análise de Clientes PEP
- Processo de Análise a Nível de Sanções DD/ Transaccional
- Processo de Reporte de Operações Suspeitas
- Lista de Observação e Lista Restrita
- Normas Mínimas de Privacidade de Dados
- Política de Comunicação da Sala de Mercados
- Normas sobre Sanções Financeiras e Combate ao Financiamento do Terrorismo
- Controlo de Práticas Anti concorrenciais

Função de Compliance

Sistemas Operacionais de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo

Ao longo dos anos o Banco tem vindo a apostar na optimização de sistemas operacionais de suporte à PBC/ FT, assegurando a filtragem e monitorização contínua da actividade transaccional e do comportamento dos Clientes do Banco.

Neste sentido, estes sistemas de monitorização identificam, com base em parâmetros e cenários de risco pré-definidos, pessoas, entidades, transacções e comportamentos potencialmente suspeitos, possibilitando uma atempada e efectiva detecção de actividades e transacções que possam configurar a prática de BC/ FT.

A Direcção de Compliance possui uma área funcional específica, cuja responsabilidade está destinada ao Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento ao Terrorismo (AML).



RESPONSABILIDADES

-  Estabelecimento de uma função completa de PBC/ FT e Sanções, em nome do Banco
-  Prover pelo direccionamento estratégico, governação e supervisão para as respectivas unidades de negócio em todas as matérias relacionadas com PBC/ FT e Sanções
-  Aconselhamento especializado de Compliance em matérias de PBC/ FT e Sanções para todos os Colaboradores do Banco
-  Gestão efectiva de uma equipa dinâmica de analistas com um foco predominante na análise de Clientes e pagamentos, funções de inquirição, actividade suspeita, risco de reputação, sanções e assessoria ao negócio relativamente a riscos associados aos potenciais Clientes antes do estabelecimento de qualquer relação comercial ou de negócio

Know Your Customer (KYC)

O Standard Bank de Angola tem implementada uma política rigorosa de KYC, que abrange o conhecimento do Cliente, da sua actividade e da origem dos respectivos fundos. Para além de ser uma medida eficaz de combate às actividades de BC/ FT, permite também ao Banco entender as obrigações e necessidades gerais dos seus Clientes.

O principal objectivo consiste em assegurar que todos os Clientes com os quais o Standard Bank de Angola estabelece uma relação de negócio são devidamente identificados e sujeitos a revisões periódicas com base no risco, cumprindo com as obrigações regulamentares estabelecidas.

A adopção de medidas exigentes de KYC não tem por objectivo proibir potenciais Clientes de estabelecer uma relação comercial com o Banco ou de realizar operações, mas sim aplicar medidas que mitiguem os potenciais riscos de BC/ FT a que o Banco possa ser eventualmente exposto.

Uma abordagem baseada na monitorização do risco permite ao Banco concentrar-se nos Clientes e nas operações que potencialmente apresentam maior risco, possibilitando uma eficiente prevenção e detecção de operações ou actividades que possam configurar a prática de BC/ FT. No entanto, isto não significa que os relacionamentos não identificados como sendo de risco alto sejam ignorados.

Função de Compliance

• Comité de Aceitação de Clientes de Alto Risco

Ao longo de 2018, a Administração do Standard Bank de Angola reforçou o seu compromisso com o cumprimento das regras de PBC/ FT, através do Comité de Aceitação de Clientes de Alto Risco. Este Órgão visa analisar os Clientes de alto risco que possam ter um impacto na reputação do Banco. Nestes termos, este Comité, no acto de avaliação, tem a prerrogativa, não só, de decidir o início, encerramento e/ ou manutenção da relação de negócio com determinado perfil de Cliente, bem como, solicitar a revisão de processos e procedimentos afectos ao perfil de Clientes de alto risco, analisando e propondo alterações às políticas existentes, e sistemas em uso.

• Clientes de Alto Risco Submetidos ao Comité no Exercício de 2018

No decorrer de 2018 foram submetidos ao presente Comité, não só os Clientes particulares e empresas de alto risco que apresentaram a sua intenção de abertura de conta com o Standard Bank de Angola, como também, os Clientes pré-existentes de alto risco, nomeadamente:

		
PEP ou entidades com PEP na sua gestão e/ ou como beneficiário efectivo	Clientes com perfil transaccional incomum e/ ou suspeito e/ ou reportados à Unidade de Informação Financeira (UIF)	Clientes identificados nas Listas de Sanções

Até ao final de Novembro de 2018, foram submetidos e avaliados pelo Comité, aproximadamente 151 Clientes, tendo sido alvo de encerramento das contas por incompatibilidade de regras de Compliance, 2 Clientes.

• Listas Internacionais de Sanções e PEP

O Standard Bank de Angola, bem como o Grupo Standard Bank reconhecem o regime de sanções e efectuam uma monitorização contínua - Customer Due Diligence (CDD) através dos seus sistemas, tanto a nível de pagamentos, como nos seus processos de abertura de conta. Para execução do processo, são reconhecidas as seguintes listas internacionais de PEP:

- ❖ *HTM: Her Majesty's Treasury (UK)*
- ❖ *EU: European Union*
- ❖ *OFAC: Office of Foreign Assets Control (US)*
- ❖ *UNSC: United Nations Security Council*
- ❖ *MINEFI: French Ministry of Economics, Finances and Industry*

Destaca-se que este reconhecimento não afasta a inclusão e reconhecimento de outra lista que o Estado Angolano venha a considerar, nem o facto de o Standard Bank de Angola ter em consideração a lista de PEPs locais aquando das suas avaliações.

• Reporte de Operações Suspeitas

De acordo com a legislação sobre a PBC/ FT, no âmbito da obrigação de reporte, o Banco comunicou à UIF 42 operações suspeitas de estarem relacionadas com práticas de branqueamento de capitais, essencialmente por execução de transacções fora do perfil financeiro inicialmente declarado pelos Clientes.

Função de Compliance em 2018

Em 2018, o Standard Bank Angola deu início a várias iniciativas com vista a reforçar as acções e controlos de mitigação do risco de Compliance.

PRINCIPAIS INICIATIVAS



APROVAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS E/ OU SERVIÇOS

Em 2018, o Departamento de Compliance iniciou um novo processo de avaliação de produtos e serviços. Este processo é executado antes do lançamento de um novo produto ou serviço ou da introdução de alterações significativas a um produto ou serviço já existente. Neste documento, para além da descrição do produto ou serviço, faz-se uma avaliação dos requisitos específicos em termos de Compliance a serem considerados, nomeadamente: prevenção e branqueamento de capitais, lei da concorrência, protecção do consumidor de produtos e serviços financeiros, protecção de dados pessoais, controlo cambial, terceirização/subcontratação, pagamentos, abuso de mercado e outros requisitos regulatórios.



DIRECTRIZES SOBRE O UNIVERSO DE RISCO DE COMPLIANCE

Os alertas legislativos criados em 2017 para o universo de risco de Compliance regulatório foram continuados durante o exercício de 2018. Estes alertas consistem na divulgação do material publicado acerca de novos diplomas ou normativos com relevância para a actividade do Banco. Estes alertas têm como finalidade dar a conhecer as novas regras resultantes da entrada em vigor de um determinado diploma, permitindo aos Colaboradores inteirarem-se do respectivo conteúdo e do impacto que poderá ter nas suas áreas.



PLANO DE GESTÃO DE RISCO DE COMPLIANCE

O Plano de Gestão de Risco de Compliance (PGRC) tem como principal objectivo capturar o reconhecimento por parte das áreas relevantes do Banco para as quais um determinado diploma normativo (ou algumas das suas disposições) lhes é aplicável. Deste modo, é possível registar a adequação e eficácia dos seus controlos (ou aprimorá-los e/ ou implementá-los, conforme o caso) para evitar que o risco de incumprimento/ não conformidade com os requisitos legais/regulatórios se materialize.



METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO DE GAPS NA GESTÃO DE RISCO

Foi criada uma metodologia específica que permite a identificação de *gaps* na gestão do risco e a orientação de esforços na definição de acções e controlos de mitigação do risco de Compliance. Através da análise do nível de risco intrínseco de cada produto, e do nível de eficiência dos controlos existentes foi possível recolher informação sobre o nível residual de risco de Compliance. Assim, a metodologia para avaliação de riscos e controlos tem por base 3 fases:

- Identificação do risco intrínseco: risco existente antes da aplicação de controlos de mitigação, associado a cada produto do Banco;
- Identificação e avaliação do nível de eficiência dos actuais controlos utilizados pelo Banco de modo a mitigar a ocorrência de eventos de risco;
- Aferição do risco residual: risco que permanece após a aplicação de controlos de mitigação de cada produto do Banco.

Função de Compliance em 2018

PRINCIPAIS INICIATIVAS



NOVA ÁREA DE MONITORIZAÇÃO

O Aviso 2/2013 (Controlo Interno) define, dentre outras responsabilidades, que a função de Compliance deverá ser responsável por estabelecer processos para detectar e avaliar o risco decorrente do incumprimento das obrigações legais e dos deveres da instituição, bem como corrigir as deficiências detectadas. Neste âmbito, a monitorização é um elemento fundamental da gestão de risco de Compliance, sendo efectuadas revisões periódicas para assegurar que o Standard Bank de Angola se encontra a cumprir adequadamente com os requisitos legais e internos.

Neste sentido, foi instituída, em 2018, uma nova área de Monitorização no Departamento de Compliance, tendo como responsabilidade desenvolver as seguintes actividades:

- **Revisões temáticas:** revisões transversais, que envolvem vários departamentos. O objectivo destas revisões é analisar os principais riscos identificados entre as várias unidades de negócio
- **Revisões às unidades de negócio:** revisões verticais de uma determinada unidade de negócio ou área funcional, as quais se focam em regras, políticas, procedimentos e legislação específica relevante para uma determinada área de negócio
- **Revisões *ad hoc*:** monitorizações que podem surgir como resultado de eventos internos (ex.: quebra considerável de procedimentos ou expansão de actividades) ou eventos externos (ex.: áreas de atenção regulamentar incluindo sanções e/ ou multas)

Em 2018, a área de Monitorização desenvolveu actividades relacionadas com revisões às unidades de negócio e revisões *ad hoc*, tendo concluído no total 7 monitorizações durante o exercício de 2018. As monitorizações efectuadas duram o ano de 2018 incidiram maioritariamente sob os seguintes temas: (a) KYC/AML, (b) Deveres de informação aos Clientes da Instituição, (c) Reclamações e Sanções.

Como resultado das acções de monitorização, foi preparado um relatório final no qual foram inseridas de forma padronizada as observações identificadas, as oportunidades de melhoria, o impacto do risco potencial identificado, bem como as origens/ causas das falhas identificadas. Por sua vez, estas observações foram discutidas com as respectivas unidades de negócio monitorizadas, as quais definiram, com o auxílio da área de Monitorização, um conjunto de acções de correcção/ mitigação.

Por fim, a área de Monitorização procede ao registo das observações, respectivas acções correctivas, responsáveis e datas para a sua finalização, bem como procede ao acompanhamento regular da implementação das acções correctivas junto da unidade de negócio monitorizada.

Áreas de Foco em 2019

A ACTUAÇÃO DA DIRECÇÃO DE COMPLIANCE PARA 2019 FOI DELINEADA TENDO POR BASE 6 ÁREAS DE FOCO.



MONITORIZAÇÃO DE *KNOW YOUR CUSTOMER*/ BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS/ FINANCIAMENTO DO TERRORISMO



AUTOMATIZAÇÃO E VALIDAÇÃO DOS PROCESSOS NA ABERTURA DE CONTAS



AUTOMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE ANÁLISE DO RISCO DE CLIENTES

- Processo de avaliação do risco dos Clientes, essencialmente através da automatização do processo de abertura de conta dos Clientes. Consideram-se fundamentalmente os seguintes aspectos: jurisdição, ocupação e actividade empresarial, tipo de Cliente, canais de distribuição e produtos e serviços.



REVISÃO DA MATRIZ DE RISCO DE CLIENTES



IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS PROCEDIMENTOS PARA MELHORIA DOS CONTROLOS DAS ÁREAS DE NEGÓCIO



NOVA ACTUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ALERTAS “NICE ACTIMIZE”

- A NICE Actimize é uma empresa líder a nível mundial no fornecimento de soluções de gestão de risco transaccional para Instituições Financeiras com foco no combate à lavagem de dinheiro, prevenção de fraudes, conformidade com mercados financeiros e gestão de casos de risco corporativo.
- Esta actualização possibilitará a monitorização e análise em tempo real de actividades suspeitas, e não apenas em *batch*, ou seja num período de tempo posterior à execução da operação suspeita

Universo Regulatório

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º 05/2018, de 10 de Maio de 2018	Lei da concorrência, que estabelece os princípios e regras reguladores da concorrência
Lei n.º 09/2018, de 26 de Junho de 2018	Lei de repatriamento de recursos financeiros domiciliados no exterior do País
Lei n.º 10/2018, de 26 de Junho de 2018	Lei do investimento privado
Lei n.º 11/2018, de 28 de Setembro de 2018	Alteração à lei dos feriados nacionais e locais e datas de celebração nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 81/2018, de 18 de Março	Extingue a Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTIP), a Agência para a Promoção de Investimento e Exportações de Angola (APIEX Angola), as Unidades Técnicas de Apoio ao Investimento Privado (UTAIP) e cria a Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX)
Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/2018	Aprova a Pauta Aduaneira dos Direitos de Importação e Exportação. Contém as Instruções Preliminares da Pauta, as Regras Gerais para a Interpretação do Sistema Harmonizado, o Esquema Geral do Texto da Pauta Aduaneira e o Texto da Pauta Aduaneira, a qual corresponde à versão de 2017 da Nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias
Decreto Presidencial n.º 139/2018, de 12 de Junho	Institui o Regime Jurídico das Taxas no Mercado de Valores Mobiliários. Aplica-se a todas as taxas cobradas pela Comissão do Mercado de Capitais para todos os serviços que presta às entidades sujeitas à sua supervisão
Decreto Presidencial n.º 164/2018, de 7 de Dezembro	Aprova o Regulamento da Emissão e Gestão da Dívida Pública Directa e Indirecta
Decreto Presidencial n.º 166/2018, de 12 de Julho	Aprova o acordo bilateral entre Angola e a Zâmbia sobre a isenção de vistos em passaportes ordinários
Decreto Presidencial n.º 174/2018, de 26 de Julho	Estabelece as normas gerais de organização e funcionamento dos Centros de Logística e Distribuição ("CLOD")
Decreto Presidencial n.º 177/2018, de 31 de Julho	Estabelece as regras gerais de organização e funcionamento dos mercados abastecedores ("MAB")
Decreto Presidencial n.º 195/2018, de 22 de Agosto	Cria o fundo de garantia de depósitos ("FGD) e aprova o respectivo regulamento
Decreto Presidencial n.º 227/2018, de 27 de Setembro	Aprova o (novo) Regime Jurídico de Vinculação e Contribuição da Protecção Social Obrigatória
Decreto Presidencial n.º 235/2018, de 5 de Outubro	Aprova o protocolo de entendimento entre a República de Angola e a República Federativa do Brasil sobre crédito e garantias às exportações
Decreto Presidencial n.º 240/2018, de 12 de Outubro	Aprova o regulamento da lei da concorrência. Estabelece as normas e procedimentos complementares necessários à execução da lei n.º 5/18, de 10 de Maio – lei da concorrência
Decreto Presidencial n.º 292/2018, de 3 de Dezembro	Estabelece as regras que serão aplicadas à emissão, conservação e armazenamento de facturas e documentos equivalentes
Despacho Presidencial n.º 38/2018, de 2 de Abril	Estende em 60 dias o prazo do grupo de trabalho criado pelo Despacho Presidencial n.º 310/07, de 28 de Dezembro, para avaliação do Sistema Público Bancário

Universo Regulatório

ÓRGÃOS MINISTERIAIS

Decreto Executivo n.º 40/2018, de 9 de Abril	Aprova os modelos de impressos e formulários legais de Mapa de Retenção na Fonte
Decreto Executivo n.º 107/2018, de 2 de Maio	Determina as condições complementares e específicas para a emissão de dívida soberana nacional, sob a forma de Eurobonds, até ao montante de USD 1.750.000.000,00
Decreto Executivo n.º 108/2018, de 2 de Maio	Determina as condições complementares e específicas para a emissão de dívida soberana nacional, sob a forma de Eurobonds, até ao montante de USD 1.250.000.000,00
Decreto Executivo n.º 519/2018, de 14 de Dezembro	Limite de posição cambial

BANCO NACIONAL DE ANGOLA

Aviso n.º 01/2018, de 17 de Janeiro	Limite da posição cambial dos Bancos comerciais e a sua base de cálculo
Aviso n.º 02/2018, de 9 de Março	Adequação do Capital Social Mínimo e dos Fundos Próprios Regulamentares das Instituições Financeiras Bancárias
Aviso n.º 03/2018, de 9 de Março	Isenção de cobrança de comissões no âmbito dos serviços mínimos bancários
Aviso n.º 04/2018, de 22 de Março	Alteração da redacção do artigo 12.º do aviso n.º 09/2017
Aviso n.º 05/2018, de 17 de Julho	Estabelece as regras e os procedimentos a observar na realização de operações cambiais destinadas à liquidação de importações e exportações de mercadorias no País
Aviso n.º 06/2018, de 20 de Agosto	Estabelece o limite da posição cambial global dos Bancos Comerciais e a sua base de cálculo
Aviso n.º 07/2018, de 29 de Novembro	Estabelece os requisitos e procedimentos para a autorização do estabelecimento de instituições financeiras não bancárias que tratam de moeda e crédito
Aviso n.º 09/2018, de 29 de Novembro	Estabelece as regras operacionais das casas de câmbio
Aviso n.º 10/2018, de 29 de Novembro	Estabelece o tipo de processo de sanção aplicável a situações de atraso no envio de informação periódica ao Banco Nacional de Angola
Aviso n.º 11/2018, de 29 de Novembro	Estabelece as regras operacionais do serviço de remessa
Instrutivo n.º 1/2018, de 19 de Janeiro	Regula o modo de realização da venda ou compra de moeda estrangeira, os requisitos de acesso às sessões de venda, os procedimentos para a realização dos leilões, os critérios de selecção das propostas, os procedimentos para liquidação das operações e restrições aplicáveis, os prazos de comercialização da moeda adquirida ao BNA e os denominados leilões de correcção cambial
Instrutivo n.º 2/2018, de 19 de Janeiro	Estabelece as normas sobre os padrões ético-profissionais a adoptar e a observar no âmbito da comercialização de divisas
Instrutivo n.º 3/2018, de 19 de Janeiro	Define o processo de formação da taxa de câmbio de referência do mercado primário, bem como as margens permitidas sobre as operações cambiais no mercado secundário
Instrutivo n.º 4/2018, de 19 de Janeiro	Operações de cedência de liquidez dos Bancos de desenvolvimento
Instrutivo n.º 5/2018, de 25 de Maio	Consagra as normas técnicas relativas ao apuramento e cumprimento das reservas obrigatórias a manter pelas instituições financeiras bancárias
Instrutivo n.º 6/2018, de 19 de Junho	Estabelece os limites às operações cambiais de ajuda familiar

Universo Regulatório

BANCO NACIONAL DE ANGOLA (CONT.)

Instrutivo n.º 7/2018, de 19 de Junho	Estabelece a obrigatoriedade de criação, pelo Banco, de uma Função de Controlo Cambial
Instrutivo n.º 8/2018, de 19 de Junho	Estabelece o prazo de suspensão da necessidade de o BNA licenciar operações de importação de mercadorias a aguardar liquidação, com despachos alfandegários de desembarque datados após 1 de Janeiro de 2015
Instrutivo n.º 9/2018, de 19 de Julho	Estabelece os limites para realização de operações cambiais de mercadoria
Instrutivo n.º 10/2018, de 19 de Julho	Consagra as normas técnicas relativas ao apuramento e cumprimento das reservas obrigatórias a manter pelas instituições financeiras bancárias estabelecidas no País
Instrutivo n.º 11/2018, de 14 de Setembro	Possibilita aos Bancos de Desenvolvimento participarem no mercado interbancário para ceder liquidez
Instrutivo n.º 12/2018, de 14 de Setembro	Estabelece as regras de disponibilização de plafonds pontuais em cartões de pagamento internacional, para a cobertura de despesas hospitalares e escolares próprias e/ ou dos seus familiares directos
Instrutivo n.º 13/2018, de 19 de Setembro	Estabelece os procedimentos que os Bancos devem observar na identificação do perfil de risco dos Clientes nas transacções de importação e exportação de mercadorias e as medidas de prevenção de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e infracções subjacentes
Instrutivo n.º 14/2018, de 21 de Novembro	Estabelece que, quando os Bancos comerciais decidem, de acordo com a avaliação de risco de crédito de seus clientes, exigir um depósito de garantia para cobrir o risco de pagamento de cartas de crédito, o valor da referida garantia não pode ser superior ao valor da carta de crédito. O crédito convertido em moeda nacional à taxa de câmbio de referência do Banco comercial no momento em que a garantia foi constituída
Instrutivo n.º 15/2018, de 21 de Novembro	Venda de moeda estrangeira às casas de câmbio e sociedades prestadoras de serviços de pagamento
Instrutivo n.º 16/2018, de 21 de Novembro	Limites de venda de moeda estrangeira aplicáveis às sociedades prestadoras do serviço de pagamentos e casas de câmbio
Instrutivo n.º 17/2018, de 28 de Novembro	Governa e visa uniformizar os procedimentos de repatriação voluntária de recursos financeiros previstos na Lei n.º 9/18, de 26 de Junho de 2018 - Lei do Repatriamento de Recursos Financeiros
Instrutivo n.º 18/2018, de 28 de Novembro	Estabelece as regras que os Bancos comerciais devem observar na conversão de créditos concedidos em moeda estrangeira em moeda nacional
Instrutivo n.º 19/2018, de 3 de Dezembro	Estabelece as regras e procedimentos que as instituições financeiras bancárias devem observar em leilões para a venda e compra de moeda estrangeira pelo Banco Nacional de Angola
Instrutivo n.º 20/2018, de 3 de Dezembro	Ajustou o processo de formação das taxas de câmbio de referência do mercado primário e as taxas de câmbio que devem ser realizadas pelas instituições financeiras bancárias
Instrutivo n.º 21/2018, de 11 de Dezembro	Prorroga a suspensão temporária do licenciamento de operações de câmbio na importação de mercadorias. Consequentemente, as operações de importação que aguardam liquidação e cujo desembaraço aduaneiro de desembarque é superior a 360 dias estão isentas da necessidade de licenciamento prévio pelo Banco Nacional de Angola
Directiva n.º 01/DSI/DRO/DMA/2018	Estabelece a obrigação de envio numa base diária do Mapa de Posição Cambial Diária
Directiva n.º 01/DCC/2018	Estabelece as instruções de acordo com as quais os Bancos comerciais devem apresentar o Mapa de Necessidades

Universo Regulatório

BANCO NACIONAL DE ANGOLA (CONT.)

Directiva n.º 03/DCC/2018

Determina operações a ser reportadas no Mapa das Necessidades a partir do dia 1 de Novembro de 2018

Directiva n.º 04/DMA/2018

Reduz a Taxa Básica de Juro do BNA ("Taxa BNA") em 1,5 pontos percentuais, passando a mesma de 18,00% para 16,50% ao ano

Directiva n.º 05/DMA/DRO/2018

Estabelece os requisitos de acesso à Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez Overnight (FCO) de que as instituições financeiras podem beneficiar nos termos do Aviso n.º 11/2011, de 20 de Outubro de 2011

Directiva n.º 06/DMA/2018

Prevê que os Bancos comerciais enviem diariamente ao Banco Nacional de Angola as informações referentes às operações realizadas no mercado interbancário de câmbio

Directiva n.º 04/DSP/DRO/2018

Consagra as normas técnicas relativas ao cálculo e cumprimento das reservas obrigatórias a manter pelas instituições financeiras bancárias

Directiva n.º 03/DRO/DSI2018

Estabelece as orientações e o programa de implementação de testes de esforço relativos aos critérios adoptados pelas Instituições Financeiras

Directiva n.º 05/DSB/DRO/DMA/2018

Mapa de "posição cambial diário" e respectivos balancetes de fecho

Directiva n.º 06/DEF/DRO/2018

Altera a taxa de juros da conta de depósito a prazo denominada "Depósito Bankita à Crescer" para 12,5% a.a.

COMISSÃO DE MERCADOS DE CAPITAIS

Instrutivo n.º 004/CMC/12-18

Prestação de informações por empresas que gerem esquemas de investimento colectivo



01 Enquadramento
Macroeconómico

02 Principais
Indicadores

03 Estratégia
para 2019

04 O Standard
Bank de Angola

MODELO DE GESTÃO DE RISCO

- 212 Visão Geral
- 213 Governação e Estrutura de Gestão de Risco
- 216 Tipologia de Riscos
- 218 Risco de Mercado
- 225 Risco de Crédito
- 230 Risco Operacional
- 234 Risco de Taxa de juro
- 237 Risco de Liquidez
- 243 Risco Reputacional
- 246 Risco de Compliance

MODELO DE GESTÃO DE RISCO ALINHADO COM A ESTRATÉGIA DO BANCO

O Standard Bank de Angola possui um Modelo de Gestão de Risco bem desenvolvido e que engloba todos os riscos inerentes à actividade do Banco. Este modelo encontra-se igualmente alinhado com o apetite de risco do Banco, bem como com os seus pilares estratégicos.

O Standard Bank de Angola adopta uma abordagem holística e prospectiva dos riscos avaliando continuamente os riscos actuais e emergentes. Em 2018, a função de risco desempenhou um papel preponderante na colaboração com as diferentes áreas do Banco, gerindo um contexto de mercado extremamente desafiante.

Visão Geral

O Standard Bank de Angola mantém uma forte cultura de gestão de risco, na qual a resiliência é a principal prioridade para a gestão efectiva do risco.

O Banco monitoriza, gere e mitiga os riscos a que se encontra exposto, tendo por base princípios de consistência, rigor e transparência. Deste modo, rege-se por um modelo de gestão de risco que garante um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade, sendo este definido de acordo com o perfil conservador do Banco e com a adequada relação entre os capitais próprios e a actividade desenvolvida. O modelo de gestão de risco tem por base uma estrutura organizativa clara, em que todas as unidades de negócio participam de forma estruturada no reporte e medição dos riscos decorrentes de factores externos ou internos, que impactam a actividade do Banco.

Os diferentes tipos de risco, tanto actuais como potenciais são identificados, avaliados, acompanhados e mitigados com uma periodicidade regular e, conseqüentemente, são produzidos relatórios periódicos, avaliando a materialidade dos riscos detectados. Estes relatórios não só cumprem com os requisitos internos do Banco, como também com as imposições estabelecidas na política de risco do Grupo Standard Bank.

De acordo com a estrutura do Banco, o Conselho de Administração é o responsável máximo pelo sistema de gestão de riscos do Banco, suportado por cada Director responsável pela sua linha de actuação, garantindo um desenho adequado e a operacionalidade dos controlos, com base nos requisitos e orientações do Grupo Standard Bank e tendo em conta os Avisos n.º 01 e 02/ 2013 do BNA.

Note-se que os riscos contemplados no Modelo de Gestão de Risco - risco de mercado, risco de crédito, risco operacional, risco de taxa de juro, risco de liquidez, risco de Compliance e risco reputacional - são materialmente relevantes para o Banco.



Principais Riscos



O Modelo de Gestão de Risco do Standard Bank de Angola é transversal a todo o Banco, actuando tanto nas suas áreas de negócio, como nas áreas de suporte. Deste modo, a articulação entre os diversos intervenientes do Banco, através da uma estrutura devidamente delineada, permite a eficácia dos procedimentos de mitigação de risco.

Adicionalmente, o alinhamento e aplicabilidade do Modelo de Gestão de Risco com o Sistema de Controlo Interno do Banco, mais concretamente, com as suas linhas de defesa, permitem minimizar os impactos dos riscos detectados. Neste sentido, o modelo de gestão de risco o Standard Bank de Angola requer o desenvolvimento de actividades periódicas de identificação, avaliação, acompanhamento e mitigação dos riscos identificados.

Governança e Estrutura

A estrutura organizativa do Standard Bank de Angola assenta numa gestão de riscos avançada que preserva a independência da função de gestão de risco e mantém a proximidade junto das áreas de negócio onde os riscos têm a sua origem.

A presente estrutura promove uma gestão eficiente de riscos ao garantir que as actividades façam parte do plano e responsabilidades de cada área. Neste sentido, o Standard Bank de Angola detém um conjunto de políticas e procedimentos de governação para cada tipologia de risco que permitem alinhar as actividades a ser desenvolvidas. O Conselho de Administração é apoiado nesta responsabilidade pelo Director de Risco, que faz parte do órgão independente responsável pela função de gestão de risco do Banco.

MODELO DE GESTÃO DE RISCO



O MODELO DE GESTÃO DE RISCO E ORGANIZAÇÃO

O Modelo de Gestão de Risco constitui parte integrante do Sistema de Controlo Interno estando organizado em conformidade com as suas linhas de defesa. Estas linhas de defesa têm actividades ao nível da gestão de riscos que garantem que os riscos são identificados e mitigados com a maior brevidade possível e o mais próximo da fonte de origem.

No âmbito do Modelo de Gestão de Risco, determina-se que a **primeira linha de defesa** é a principal responsável pela gestão de risco do Banco, sendo a apreciação, avaliação e mensuração de riscos um processo contínuo que está integrado nas actividades quotidianas do negócio.

As responsabilidades da **segunda linha de defesa** compreendem a definição da estrutura de gestão de risco e políticas, que permitem a supervisão e recolha de informação independente para a gestão executiva através dos comités da Comissão Executiva apresentados acima e para o Conselho de Administração através dos comités de Governação de Crédito e do Comité de Risco de Crédito.

A **terceira linha de defesa** averigua a eficácia do Sistema de Controlo Interno como um todo, bem como de cada componente do mesmo. Desta forma, a terceira linha de defesa fornece uma avaliação independente da adequação e eficácia do quadro global de gestão de riscos e relatórios para o Conselho de Administração através do Comité de Auditoria.

Governança e Estrutura



Actividades Inerentes ao Modelo de Gestão de Risco

O Modelo de Gestão de Risco do Standard Bank de Angola compreende as actividades de identificação, avaliação, acompanhamento e mitigação dos actuais e potenciais riscos, de forma contínua.



1. IDENTIFICAÇÃO

As actividades de identificação de riscos possuem técnicas específicas definidas e têm por base a disponibilização de informação actualizada e correcta. Neste sentido, encontra-se definida uma estratégia de detecção de riscos e processos inerentes à mesma. Os processos são desenvolvidos analisando a informação recolhida das diversas áreas e tendo em consideração os indicadores e limites de risco do Standard Bank de Angola.

2. AVALIAÇÃO

Os riscos identificados são posteriormente hierarquizados de modo a proceder, de forma atempada, à sua avaliação. A avaliação desenvolvida encontra-se suportada por modelos de mensuração de risco que contemplam análises qualitativas e quantitativas que, por conseguinte, permitem perceber a probabilidade de ocorrência de perdas e respectiva magnitude. Adicionalmente a avaliação dos riscos inclui a realização de exercícios de testes de esforço.



3. ACOMPANHAMENTO

De modo a assegurar a sustentabilidade e eficácia do Modelo de Gestão de Risco este é regularmente revisto e actualizado em conformidade com as melhorias identificadas. O acompanhamento da exposição a cada risco encontra-se suportado por um processo sistematizado que inclui a elaboração de relatórios periódicos com base em informação fidedigna.

4. MITIGAÇÃO

Após os procedimentos de comunicação dos riscos, são definidos, implementados e executados os controlos adequados à sua mitigação, permitindo a adopção de medidas correctivas face a factores externos ou internos.



STANDARD BANK DE ANGOLA

MODELO DE GESTÃO DE RISCO

O Standard Bank de Angola é percecionado como uma Instituição Financeira de referência, em particular no que se refere à sua área de Compliance, representando uma vantagem competitiva para o Banco face às restantes Instituições que operam em Angola.

O modelo e a metodologia de controlo de risco do Standard Bank de Angola visa responder às seguintes prioridades:

- Assegurar a segurança do Cliente nas suas operações
- Manter a estabilidade e solidez do Banco enquanto Instituição Financeira
- Garantir a aplicação das melhores práticas internacionais e o cumprimento da legislação nacional e internacional em vigor
- Proteger os depositantes e accionistas do Banco
- Proteger a continuidade e sustentabilidade do negócio do Banco



RESILIÊNCIA

ESTABILIDADE

SOLIDEZ

SEGURANÇA

SUSTENTABILIDADE

RIGOR

SERIEDADE

MELHORES PRÁTICAS

CRESCIMENTO

Tipologia de Riscos

De acordo com o mencionado anteriormente, e de forma inerente à sua actividade, o Standard Bank de Angola enfrenta diariamente um conjunto relevante de riscos sobre os quais dedica uma atenção e controlo permanente.

RISCO DE MERCADO

Consiste no risco de uma alteração no justo valor, no valor efectivo de mercado ou nos resultados de uma carteira de instrumentos financeiros, causada por movimentos adversos de variáveis do mercado (ex.: preços de acções, obrigações ou matérias-primas, taxas de câmbio, taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e volatilidades implícitas nas variáveis de mercado).

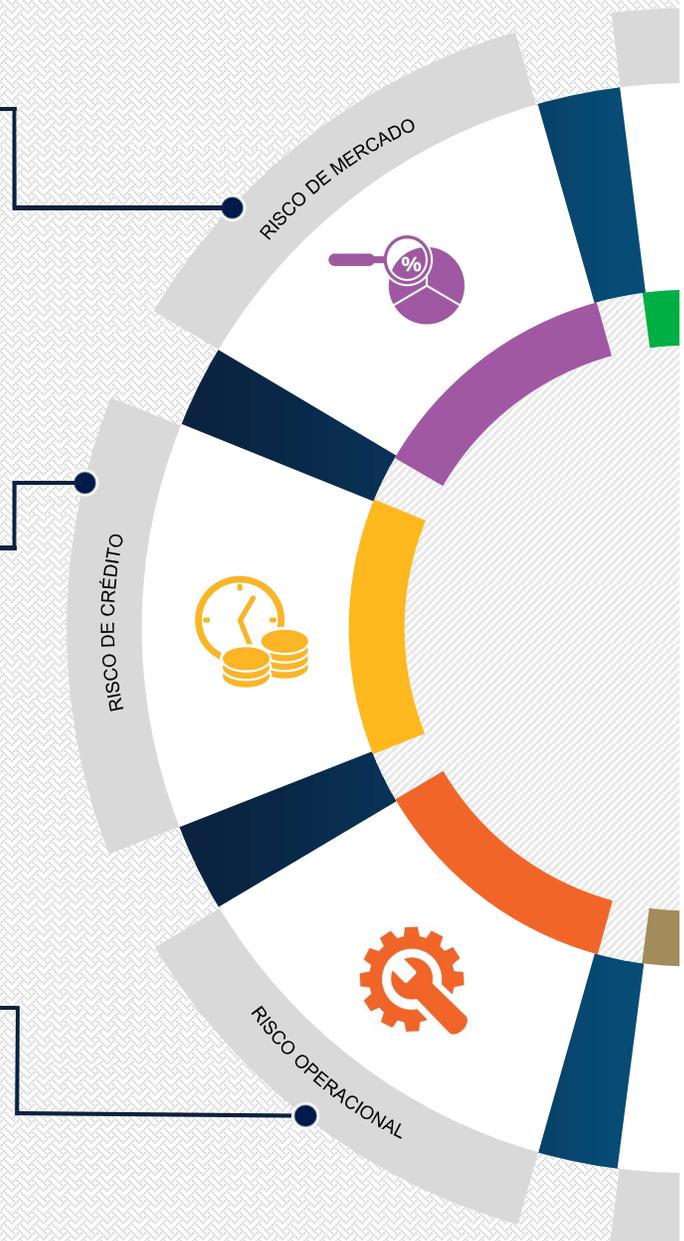
RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito corresponde à probabilidade de incumprimento efectivo da contraparte e é um dos riscos mais relevantes da actividade do Banco. Dada a sua materialidade, a formalização de políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, torna-se vital para assegurar a estabilidade financeira e a solvabilidade do Banco.

RISCO OPERACIONAL

Incorpora o risco de perdas provenientes da inadequação, ou falha de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos.

Sendo este risco parte natural de qualquer actividade de negócio, o objectivo do Banco consiste na sua monitorização, identificando e mitigando o seu impacto.



Tipologia de Riscos



Risco de Mercado



A área de risco de mercado efectua um controlo diário das suas operações, que incluem todos os riscos de mercado relevantes para a actividade do Banco e as respectivas exposições e sensibilidades de risco futuro.

O risco de mercado engloba não só o impacto dos factores de risco sobre o valor de mercado dos instrumentos negociados, mas também o impacto sobre a margem do Banco, como consequência do risco de taxa de juro a que estão sujeitos os activos e passivos da carteira bancária.

A identificação, gestão, controlo, monitorização e reporte do risco de mercado encontra-se categorizada da seguinte maneira.

RISCOS DE MERCADO

RISCO DE NEGOCIAÇÃO

Decorre de actividades de negociação onde o Banco opera na qualidade de contratante com Clientes no mercado. A política do Banco estipula que todas as actividades de negociação devem estar incluídas dentro das actividades de negociação do CIB.

RISCO DE TAXA DE JURO

Decorre do risco estrutural de taxa de juro causado pela possibilidade de *repricing* dos activos e passivos do Banco.

RISCO CAMBIAL

Decorre de alterações no justo valor ou nos fluxos de caixa futuros das exposições financeiras, devido a alterações nas taxas de câmbio.

RISCO DE INVESTIMENTO EM ACÇÕES E OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Decorre das alterações nos preços de acções em investimentos cotados e não-cotados.



Governança

O Conselho de Administração aprova o apetite de risco de mercado e os requisitos definidos para todos os tipos de risco de mercado e é responsável pela definição de políticas de risco de mercado, de forma a assegurar que a medição, reporte e monitorização seguem uma política de governação comum.

O Conselho de Administração atribui ao Comité de Activos e Passivos (ALCO) autoridade geral para a gestão da exposição ao risco de mercado, o qual, por sua vez, reporta ao Comité Executivo e ao Comité de Risco do Conselho de Administração.

A unidade de gestão de risco, que é independente das actividades de negociação, reporta ao ALCO e monitoriza as exposições ao risco de mercado decorrente das actividades do Banco. Esta unidade monitoriza diariamente as exposições e respectivos excessos, reportando mensalmente ao ALCO, e numa base trimestral ao Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração.

De referir que, posteriormente, a gestão de risco do Standard Bank de Angola está sujeita à supervisão do Grupo Standard Bank, de forma a garantir o cumprimento das suas normas e *standards*.

Risco de Mercado



Técnicas para Medir e Controlar o Risco de Mercado



POSIÇÃO CAMBIAL DIÁRIA

O Conselho de Administração sob sugestão do ALCO define os limites para o nível de exposição por moeda, e para as posições *overnight* de forma agregada. Estes limites estão alinhados com o limite para a posição aberta líquida especificada pelo BNA, a qual corresponde normalmente a uma proporção do capital do Banco.



VALUE-AT-RISK (VAR) DIÁRIO

O VaR é uma técnica que estima as perdas potenciais que possam ocorrer em resultado de movimentos do mercado, durante um período de tempo específico e com uma probabilidade pré-determinada. Os limites definidos para o VaR e para a medição do nível de risco encontram-se estipulados para todos os riscos de mercado a que o Banco se encontra exposto. Para chegar a medidas quantitativas para o risco de mercado, o Standard Bank de Angola utiliza, em condições normais de mercado, a abordagem do VaR histórico, que se baseia em correlações históricas e na volatilidade dos preços de mercado. No entanto, a utilização do VaR histórico, por se basear no pressuposto de que a volatilidade e preços futuros vão seguir a distribuição histórica observada, apresenta algumas limitações. Deste modo, surge a necessidade de realizar exercícios de *backtesting* periódicos a esta abordagem. O Banco implementa ainda o VaR normal, assumindo um nível de confiança de 95%.



BACKTESTING DO VAR

De forma a avaliar a capacidade previsional do modelo e a precisão dos dados por si facultados, o Banco realiza exercícios regulares de *backtesting* do VaR. Nestes exercícios são comparadas as perdas previstas no modelo e as perdas efectivas, através de uma comparação *ex-post* dos lucros e perdas diárias hipotéticas, de acordo com o pressuposto de compra e detenção por 1 dia, seguindo o VaR do dia anterior. Os lucros ou perdas para o *backtesting* baseiam-se nos lucros ou perdas teóricos derivados dos movimentos de mercado (movimentos cambiais e de taxas de juro) e calculam-se para 250 dias de negociação acumulados, com um intervalo de confiança de 95%.



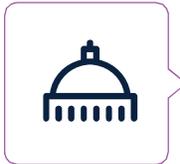
TESTES DE STRESS

Os testes de *stress* fornecem uma indicação das perdas potenciais que poderiam ocorrer em condições de mercado extremas. Estes incluem não só testes individuais aos factores de risco de mercado e a combinações de factores de mercado para classes individuais de activos, mas também uma combinação de simulações históricas e hipotéticas.

Risco de Mercado



Técnicas para Medir e Controlar o Risco de Mercado



ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DA MARGEM FINANCEIRA

Consiste numa previsão dinâmica e prospectiva da margem financeira para quantificar a exposição antecipada do Banco à taxa de juro. Envolve a previsão de alterações da estrutura do balanço e dos cenários de taxa de juro, para determinar o efeito que estas alterações possam ter em receitas futuras. A análise é realizada para condições de mercado normais e para condições de mercado extremas.



PV01

O PV01 é uma medida de risco utilizada para avaliar o efeito de uma alteração de um ponto base, numa determinada taxa sobre o preço de um activo. Este limite é definido para as carteiras de rendimento fixo, de negociação no mercado monetário, de negociação de crédito, de derivados e de negociação cambial.



MONITORIZAÇÃO E REPORTE

O controlo e acompanhamento do risco de mercado é realizado mensalmente pelo ALCO e trimestralmente pelo Comité de Risco.



OUTRAS MEDIDAS DE RISCO DE MERCADO

Algumas das medidas de risco de mercado, específicas para as unidades de negócio, incluem a utilização de instrumentos admissíveis, a concentração de exposições ou a automatização dos limites máximos e mínimos para a exposição ao risco de mercado. Por outro lado, apenas produtos que estejam aprovados e correctamente processados poderão ser alvo de negociação. Os modelos de *pricing* e as métricas de gestão de risco em vigor no Banco, desenvolvidas pelo Standard Bank de Angola ou por entidades externas, são avaliados de forma independente pela área de risco de mercado, cujo parecer é decisivo para a sua posterior utilização. Para além disso, estes modelos são também alvo de acções de revisão periódica, de forma a assegurar a permanente aplicabilidade dos mesmos. Do mesmo modo, a área de risco de mercado avalia o preço líquido de fecho do dia dos inputs utilizados no *pricing* dos diferentes instrumentos, realizando uma revisão menos razoável dos preços relativos dos instrumentos menos líquidos, numa base quinzenal. Sempre que sejam identificadas diferenças significativas são executados os ajustes *mark-to-market* necessários.

Risco de Mercado

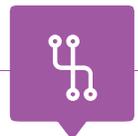
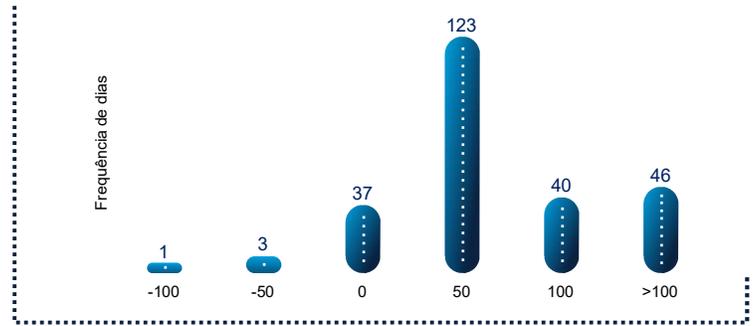


Análise do Risco de Mercado em 2018

O histograma abaixo apresenta a distribuição dos ganhos e perdas diárias relativos ao exercício de 2018. Esta análise revela a volatilidade dos resultados provenientes das actividades de negociação, pormenorizando o número de dias para os quais a receita se fixou dentro dos intervalos assinalados. Como é visível na figura, a distribuição encontra-se concentrada no lado direito, evidenciando o desempenho positivo do Banco, com um rendimento positivo em 209 dos 250 dias analisados.

DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DE OPERAÇÕES DE NEGOCIAÇÃO

UN: Milhões AOA

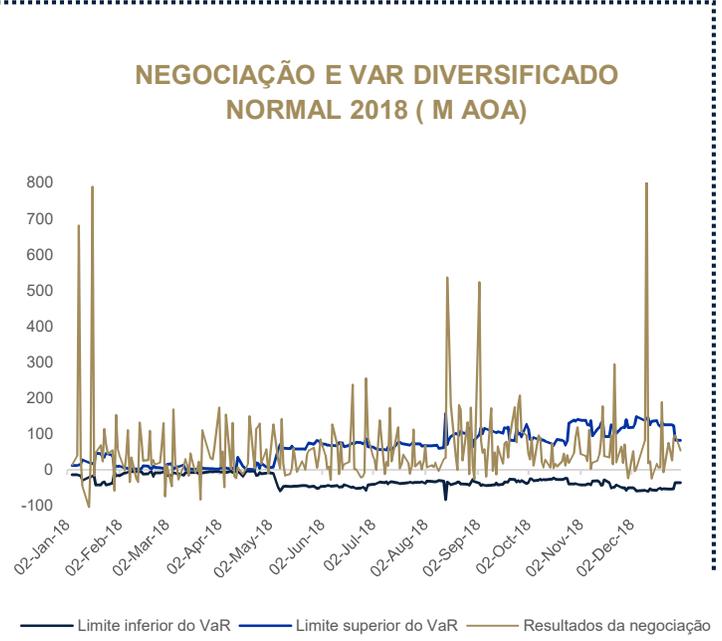


Análise do VaR e do Rendimento Real

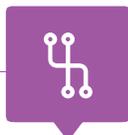
A análise sobre a evolução do VaR e do rendimento real da carteira de negociação durante o exercício de 2018, demonstra um crescimento acentuado do VaR no período referente ao final do ano, o que pode ser justificado pelo aumento da exposição cambial do Banco, numa altura em que os mercados anteciparam uma desvalorização do Kwanza.

Adicionalmente, o VaR normal diversificado ao longo dos diferentes pontos de negociação encontra-se representado na tabela abaixo. Para o exercício de 2018, este indicador oscilou entre os 2,4 e os 82,2 milhões de AOA, o que representa uma média anual de 30,5 milhões de AOA, traduzindo-se numa base limite de utilização do VaR de 17,6% em média.

NEGOCIAÇÃO E VAR DIVERSIFICADO NORMAL 2018 (M AOA)



Risco de Mercado



Análise do VaR e do Rendimento Real

VARIAÇÃO DO VAR NORMAL DIVERSIFICADO

	MÁXIMO	MÍNIMO	MÉDIA	2018	2017	LIMITE
NEGOCIAÇÃO TOTAL (BANCO)	82 183	2 351	30 488	34 770	18 419	173 200
NEGOCIAÇÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA	82 503	83	28 607	32 533	14 917	129 800
NEGOCIAÇÃO RENDIMENTO FIXO	29 280	255	4 136	2 067	5 363	113 000



Análise do PV01

A tabela abaixo apresenta os valores para o PV01 da carteira de negociação do mercado monetário e da carteira de negociação de rendimento fixo.

A exposição no PV01 da carteira de negociação de rendimento fixo decresceu para 288 mil AOA, como resultado da venda de obrigações em moeda estrangeira ter sido compensada pela compra de obrigações em moeda nacional. Por outro lado, a exposição do PV01 na carteira de negociação do mercado monetário aumentou para 5,5 milhões AOA, um valor superior ao registado em 2017, resultante da compra de obrigações de tesouro e de obrigações de AOA a 2 anos. O cumprimento dos limites estabelecidos foi devidamente gerido ao nível da carteira de negociação.

VARIAÇÃO DO PV01

	2018	2017	LIMITE
NEGOCIAÇÃO DE RENDIMENTO FIXO	-288	-1 132	-
TAXA DE JURO	-289	-1 134	1 528
NEGOCIAÇÃO MERCADO MONETÁRIO	-5.449	-4 101	4 700

Risco de Mercado



Políticas de Risco de Mercado

Para a identificação, monitorização e mitigação do risco de mercado, o Standard Bank de Angola recorre às seguintes políticas:



1. POLÍTICA DE RISCO DE MERCADO

Existe risco de mercado sempre que o Standard Bank de Angola tenha posições de negociação bancárias ou de investimento. Assim, o âmbito da presente política é o de suportar todo o risco de mercado incluído no livro de negociação e no livro bancário do Banco



2. NORMA DE GESTÃO DE RISCO DE MERCADO

Esta norma garante que os riscos de mercado são claramente identificados, avaliados e geridos com prudência, garantindo assim que a mensuração, o reporte, a monitorização e a gestão do mesmo obedece a um quadro de governação comum ao Grupo Standard Bank, em cumprimento com a regulamentação angolana



3. PROCEDIMENTO DE *BACKTESTING*

O presente documento define o procedimento de *backtesting* do Standard Bank de Angola e deve ser lido em conjugação com a política de risco do mercado, à qual está subordinado



4. PRINCÍPIOS DE VAR

Os princípios centrais constantes do presente documento devem ser utilizados como base no cálculo do VaR e na elaboração dos correspondentes relatórios visando as actividades de negociação, sendo aplicáveis aos motores VaR existentes e aos novos implementados



5. PROCEDIMENTOS DE TESTES DE *STRESS*

Este documento define os procedimentos de testes de *stress* que devem ser conduzidos em complemento de outras medidas de análise do risco utilizadas pelo Banco, como o VaR e a sensibilidade a factores de risco do mercado

Risco de Mercado



2018 EM ANÁLISE



- Implementação de várias melhorias a nível de reporte do risco de mercado
- Inclusão, nos relatórios diários, de métricas relativas ao risco de agregação de dados e risco de reporte
- Automatização de uma componente considerável do processo VaR *dataroll*



Upgrade ao sistema de trading Front Office 

Análise, validação e manutenção de todos os dados do Standard Bank Angola 



FOCO PARA 2019

Risco de Crédito



Num contexto macroeconómico adverso, o risco de crédito assume particular importância, sendo a admissão de novas operações e o acompanhamento das carteiras de crédito de extrema importância, bem como a sua monitorização e a mitigação de quaisquer riscos emergentes.

A gestão de risco de crédito no Standard Bank de Angola fundamenta-se numa abordagem global que abrange cada uma das fases do processo de gestão, nomeadamente i) análise, ii) aprovação, iii) monitorização e, quando necessário, iv) recuperação. Esta gestão é efectuada mediante a segmentação dos Clientes, ou seja difere entre Clientes particulares e empresa, e tem por base o seguinte:

- 
 Utilização de sistemas internos de *rating* e *scoring* adequados aos diversos segmentos do negócio e de um modelo de monitorização de portefólio de detecção antecipada de potencial risco de incumprimento
- 
 Sólida estrutura de análise e avaliação de riscos que abrange processos integrados de monitorização diária das exposições de crédito
- 
 Unidades estruturais exclusivamente dedicadas à recuperação de crédito para as situações de incumprimento incorridas
- 
 Acompanhamento regular da evolução da carteira

O apetite ao risco de crédito e a necessidade de evitar a concentração do risco leva a que sejam fixados determinados limites de risco pelo Banco, de acordo com a exposição total ao risco de crédito e com a absorção de capital relativo ao total do capital disponível para todas as contrapartes. Estes limites devem ser cumpridos tanto nas medidas de concessão de crédito, como na gestão da carteira de crédito.

Adicionalmente, a chave para um crescimento sustentável e para o aumento da rentabilidade passa por garantir uma associação entre o apetite de risco e a estratégia definida pelo Banco. Neste sentido, o apetite de risco para o ano de 2018 abrange três dimensões conforme descrito abaixo:

NÍVEL 1

DIMENSÕES DE APETITE DE RISCO

- Capital regulamentar
- Capital económico
- *Stressed earnings*
- Liquidez

NÍVEL 2

DIMENSÕES DE APETITE DE RISCO POR TIPO DE RISCO

- Risco de crédito
- Risco operacional
- Risco de mercado
- Risco de taxa de juro
- Risco de liquidez
- Risco de negócio

NÍVEL 3

LIMITES DE PORTEFÓLIO POR TIPO DE RISCO

- **Risco de crédito** (Rácio de perdas de crédito, Crédito vencido, Concentrações)
- **Risco operacional** (Perdas de risco operacional (%) para o total de rendimentos)
- **Risco de mercado:** (Limites (VaR) e (SVaR))
- **Risco de taxa de juro** (Sensibilidade da taxa de juro)
- **Risco de liquidez** (Rácio de financiamento estável líquido, Rácio de cobertura das necessidades de liquidez)

Risco de Crédito



O BANCO ENCONTRA-SE DEVIDAMENTE PREPARADO ...

AVALIAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

O Standard Bank de Angola detém modelos de *scoring* e *rating* que permitem avaliar a probabilidade de incumprimento de um Cliente a partir de elementos qualitativos e quantitativos, atribuindo-lhe uma notação de risco.

A matriz utilizada pelo Grupo Standard Bank, que tem equivalência para as matrizes internacionais de agências de *rating External Credit Assessment Institutions (ECAI)* é a base desta avaliação.

Os níveis de aprovação são quantificados de acordo com as classes de risco das contrapartes, sendo atribuída uma classificação de risco a cada contraparte com exposição ou limite de risco alocado.

Adicionalmente, a partir de diagnósticos internos e cumprindo as orientações do supervisor em matéria de crédito, o Standard Bank de Angola definiu modelos de avaliação de crédito para atribuição do nível de risco para o segmento de Clientes empresa.

AVALIAÇÃO DE GARANTIAS HIPOTECÁRIAS

O Standard Bank de Angola tem um modelo de avaliação de garantias hipotecárias que depende de pareceres externos especializados efectuados por peritos designados, em estreito cumprimento com as orientações do BNA nesta matéria, no âmbito do processo de adopção plena das IAS/ IFRS.

Para que as garantias sejam consideradas como medidas mitigadoras de risco, as suas avaliações devem ser realizadas de acordo com os métodos de avaliação já aprovados e utilizados pelo Banco.

Sempre que possível, o Banco procura mitigar o risco de crédito identificado para qualquer contraparte, transacção ou sector, uma forma de alcançar um equilíbrio entre risco, custo, utilização de capital e recompensa.

Em circunstância alguma, os valores dos colaterais podem ser influenciados por imperativos de áreas de negócio ou de preço.

APROVAÇÃO DE CRÉDITO

A delegação de poderes, definida na norma de crédito do Banco, tem por objectivo garantir que as pessoas e Comitês com qualificações e mandatos cumprem os seus deveres. Desta forma, é optimizada a eficiência operacional da concessão, da gestão de contas e da função de cobrança dos departamentos de crédito, assentando os mesmos em sólidos princípios de prudência.

Os poderes são conferidos a cada pessoa individualmente e mantêm-se vigentes enquanto vigorar a sua nomeação para determinado cargo.

A política define ainda a realização de testes regulares (de 2 em 2 anos) para garantir que os mandatos de crédito são alocados a Colaboradores devidamente qualificados.

Risco de Crédito



... E ATENTO AOS DIVERSOS FACTORES DO RISCO DE CRÉDITO

PROVISÕES PARA PERDAS DE IMPARIDADE DE CRÉDITO

Com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2018, o Standard Bank adoptou o calculo de imparidades em conformidade com os requisitos e metodologia da norma IFRS9, que representa uma evolução em relação à norma anterior, o IAS 39.

As orientações do BNA, relativas a informação mínima de metodologia e pressupostos assumidos, foram tidas em consideração no modelo adoptado. Este modelo permite aferir a probabilidade de incumprimento da carteira (*Probability of Default*) e a sua percentagem de perda (*Loss Given Default*).

No caso dos Clientes que se encontram com um incumprimento igual ou superior a 90 dias é realizada uma análise individual que permite determinar o justo valor da carteira de crédito tendo em consideração o valor actual dos *cash-flows* futuros estimados.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO

Além da monitorização da qualidade do crédito, o Standard Bank de Angola avalia e reporta regularmente as grandes exposições de crédito, face ao nível de fundos próprios do Banco de forma a salvaguardar potenciais incumprimentos dos requisitos regulamentares e/ ou os limites definidos pelo Conselho de Administração.

MONITORIZAÇÃO E REPORTE DO RISCO DE CRÉDITO

O Standard Bank de Angola adopta um conjunto de iniciativas adicionais, de modo a acompanhar a evolução do risco da carteira de crédito, nomeadamente:

- **Testes de stress:** avaliam individualmente cada Cliente num cenário macroeconómico desfavorável e quantificam os possíveis impactos no desempenho desses Clientes em matéria de qualidade do seu crédito. Estes testes são uma ferramenta-chave de apoio a processos de negócio para efectuar: (i) planeamento estratégico e financeiro; (ii) planeamento de gestão de capital; (iii) planeamento e gestão de liquidez; (iv) actualização e definição do apetite de risco; (v) identificação e mitigação pro-activa de riscos através de limites dinâmicos.
- **Análise/ impacto do risco de país à carteira:** estima quais os Clientes da carteira de crédito que terão impacto negativo numa eventual descida da notação de risco do país.
- **Gestão de contratos:** monitoriza continuamente os termos e condições dos contratos celebrados.
- **Avaliação de garantias:** actualiza as avaliações de garantias hipotecárias, em estreito cumprimento com as orientações estipuladas pelo BNA.

Risco de Crédito

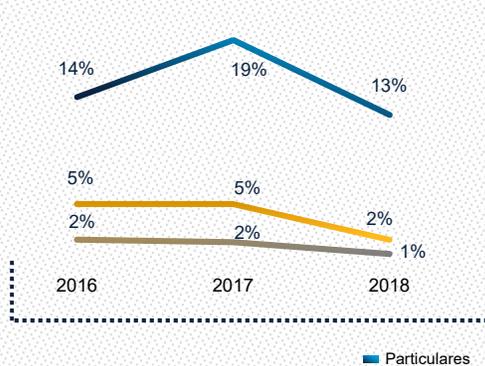


Qualidade de Crédito

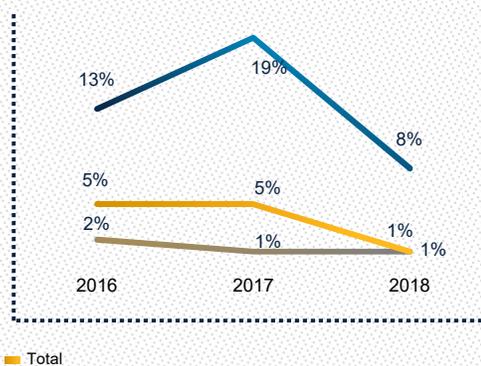
O nível de provisionamento da carteira de crédito do Banco passou de 5% em 2017 para 2% em 2018. Esta melhoria resulta não só da redução do nível de incumprimento como consequência de medidas preventivas, como também da revisão do apetite de risco de crédito do Banco de modo a responder às condições macroeconómicas adversas. A carteira de crédito de particulares apresenta-se com maior risco, tendo a cobertura de provisões da carteira de crédito atingido 13% em 2018 contra 1% para crédito a empresas. O segmento de particulares bem como o de empresas registaram melhorias em 2018 comparando com 2017.

Da mesma forma, o rácio de incumprimento superior a 90 dias da carteira de crédito, registou uma melhoria durante o período 2017/ 2018, tendo passado de 5% para 1%. A melhoria do rácio de incumprimento em todos os segmentos resultou da revisão do apetite de risco que culminou com redução de novas contas de elevado risco e o processo de saneamento da carteira, em conformidade com os requisitos regulamentares. Relativamente a particulares, o nível de incumprimento acima de 90 dias diminuiu de 19% para 8% no período 2017/ 2018 e para o segmento de empresas reduziu de 1% para 0,6%.

COBERTURA DA CARTEIRA DE CRÉDITO



INCUMPRIMENTO SUPERIOR A 90 DIAS



Políticas de Crédito

O Standard Bank de Angola rege-se pela política do Grupo Standard Bank que estabelece e define os princípios e métodos de gestão utilizados na identificação, monitorização e reporte do risco de crédito.

A política do Grupo Standard Bank aplica-se a todas as unidades de negócio, entidades jurídicas e funções de apoio com actividades relacionadas com a gestão de risco de crédito e explicita, entre outros:

- > Processos e princípios de avaliação e medição do risco de crédito
- > Delegação de autoridade e poderes na gestão de risco de crédito
- > Definição das principais responsabilidades
- > Estrutura de reporte a utilizar

Paralelamente a esta política, cada sector de negócio do Banco (PBB e CIB) define políticas internas que regulam as práticas específicas para os Clientes particulares e empresas auxiliando, deste modo, o processo de decisão de operações da carteira de crédito.

Risco de Crédito



Exposição ao Risco de Crédito

Os empréstimos e adiantamentos são assinados e categorizados com base na qualidade de crédito, utilizando os seguintes conceitos:



Incumprimento

O Banco define incumprimento como a ocorrência de um dos seguintes eventos:

- Quando, tendo por base indícios objectivos, se considera que é improvável que a contraparte pague o montante devido na data de vencimento ou pouco tempo depois deste sem recorrer a alienações de títulos
- Quando a contraparte é devedora há mais de 90 dias



Performing Loans

- Crédito ainda não vencido, nem especificamente com imparidades. Este crédito cumpre todas as obrigações e condições contratuais. Serão classificados de 1 a 21 na escala do Banco créditos cuja monitorização não requer especial atenção e de 22 a 25 empréstimos que necessitem de monitorização próxima
- Atrasos nos pagamentos, mas não especificamente crédito com imparidades. Estes créditos sofreram falhas contratuais nos pagamentos estando há menos de 90 dias em falta. Espera-se que o valor facial do crédito seja recuperado quando considerada a recepção de *cash flows* futuros incluindo garantias. A existência de perdas é pouco provável mas poderá ocorrer caso as condições adversas persistam



Non-Performing Loans

Non-Performing Loans (NPL) são créditos para os quais o Banco identificou indícios de incumprimento, como a quebra de obrigações ou condições contratuais, ou a existência de prestações em dívida há mais de 90 dias

Por forma a garantir o alinhamento com as políticas de crédito do Banco, é utilizada a seguinte tabela que define a escala de *scoring* do Banco.

CLASSIFICAÇÃO	QUALIDADE DE CRÉDITO	MOODY'S INVESTOR SERVICES	STANDARD & POOR'S	FITCH	
1-4	Investimento	Aaa, Aa1, Aa2, Aa3	AAA, AA+, AA, AA-	AAA, AA+, AA, AA-	
5-7		A1, A2, A3	A+, A, A-	A+, A, A-	
8-12		Baa1, Baa2, Baa3	BBB+, BBB, BBB-	BBB+, BBB, BBB-	
13-21	Sub-Investimento	Ba1, Ba2, Ba3, B1, B2, B3	BB+, BB, BB-, B+, B, B-	BB+, BB, BB-, B+, B, B-	
22-25		Caa1, Caa2, Caa3, Ca	CCC+, CCC, CCC-	CCC+, CCC, CCC-	
Incumprimento	Incumprimento	Incumprimento	C	D	D

Risco Operacional



A função de risco operacional analisa proactivamente as causas dos incidentes de acordo com a metodologia de gestão de incidentes, com as tendências e ameaças emergentes.

Também efectua recomendações para a remediação de controlos e implementação de melhores práticas, através de auto-avaliações de risco, do controlo às unidades de negócio e da monitorização de *Key Risk Indicators* (KRI). A gestão de continuidade de negócio também faz parte desta função, identificando potenciais disrupções operacionais e providenciando bases para a mitigação destas lacunas.

Modelo de Gestão

O modelo de gestão do Banco prepara respostas em casos de emergência, bem como a capacidade de resposta em situações de crise do negócio, desde a sua ocorrência até à recuperação da operacionalidade das actividades do Banco, dispondo de:



1. MECANISMOS DE MITIGAÇÃO PARA EVENTOS EXTERNOS

Nomeadamente mecanismos de segurança física e electrónica eficazes



2. PLANO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

Com foco em programas de primeiros socorros e evacuação ou centros de dados alternativos



3. SISTEMAS DE DETECÇÃO DE FRAUDE E BRANQUEAMENTO DE CAPITALS



Risco Operacional



Governança

A função de risco operacional é independente da gestão do negócio e faz parte da 2ª linha de defesa, sendo responsável por desenvolver e manter o modelo de governação de risco operacional e facilitar a sua adopção.

Existem equipas dedicadas a cada unidade de negócio, bem como às áreas de especialização (ou seja, Gestão de Continuidade de Negócio, Gestão de Risco de Informação, Gestão do Risco de Fraudes) que facilitam a adopção do modelo de governação de risco operacional.

O Departamento de risco operacional, monitoriza, supervisiona e reporta temas de risco operacional nos seguintes fóruns:

-  Gestão de continuidade de negócio
-  Comité de Gestão de Risco (presidido pelo Presidente da Comissão Executiva e em agregação com outros tipos de risco)
-  Comissão Executiva



Direcção de Risco

DEPARTAMENTO DE RISCO OPERACIONAL



Risco Operacional



A Função de Risco Operacional

Nos últimos anos, a função de risco operacional tem vindo a ganhar destaque no sector financeiro, dada a sua importância face a potenciais impactos negativos advindos de uma gestão danosa. Por sua vez, o risco operacional impacta outros tipos de risco, como o de crédito e o de liquidez. Desta forma, é essencial para os Bancos implementar mecanismos de gestão robustos e eficazes, por forma a minimizar a exposição a este risco.

O Standard Bank de Angola tem, actualmente, implementado um mecanismo de gestão de incidentes que reporta à gestão, num período máximo de 48h, e onde é feita uma análise sobre a causa, bem como é traçado de imediato um plano de acção de forma a evitar a recorrência. Este exercício serve como base para que possa ser realizada uma auto-avaliação dos riscos e controlos existentes, e que se identifiquem os riscos materiais a que cada unidade de negócio poderá estar exposta, tendo em conta a estratégia que pretende alcançar. A probabilidade da ocorrência destes riscos é ainda mensurada mensalmente, ao fim de auferir a efectividade dos mitigantes implementados para reduzir a exposição aos riscos. Nestes exercícios são considerados quaisquer aspectos que possam colocar em causa a continuidade de negócio do Banco, assim como se analisa a capacidade de resposta em situações de crise.

Para a identificação, monitorização e mitigação do risco operacional, o Standard Bank de Angola recorre a 3 instrumentos de gestão de risco:



1. POLÍTICA DE GESTÃO DE INCIDENTES

Política que regula a identificação, registo, investigação, quantificação e reporte de incidentes de risco operacional e subsequente implementação de medidas correctivas. Os incidentes devem ser reportados em 48 horas e introduzidos numa aplicação informática que permite a sua gestão centralizada.



2. KEY RISK INDICATORS (KRI)

Implementação de indicadores-chave de risco operacional que permitem monitorizar adequadamente os níveis de risco a que o Banco se encontra exposto, bem como todos os processos dos controlos implementados.



3. RISK CONTROL SELF-ASSESSMENT

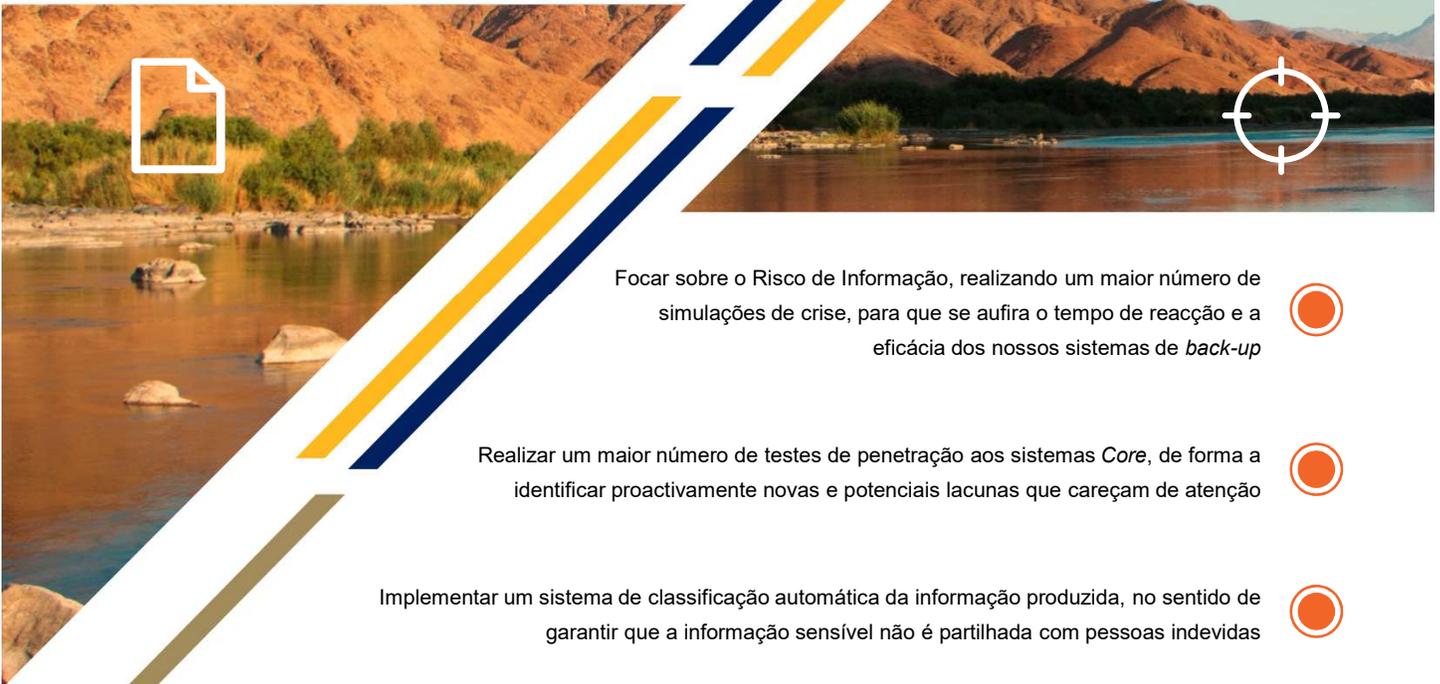
Metodologia de auto-avaliação de risco na qual são analisados os processos de negócio para identificar os riscos inerentes e actividades de controlo necessárias para a mitigação desses riscos.

Risco Operacional



2018 EM ANÁLISE

- Investimento na automatização de processos críticos (ex.: abertura de contas e gestão de KYC, de forma a garantir não só maior satisfação dos Clientes, como a conformidade com os requisitos de gestão de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo)
- Execução de simulações de crise, de forma a testar a preparação e os tempos de resposta tanto das suas pessoas, como dos seus sistemas
- Criação e publicação de um leque de procedimentos que vieram auxiliar a correcta execução de tarefas de forma transversal
- Realização de campanhas de sensibilização aos Clientes sobre prevenção de fraude



Focar sobre o Risco de Informação, realizando um maior número de simulações de crise, para que se aprofunde o tempo de reacção e a eficácia dos nossos sistemas de *back-up*

Realizar um maior número de testes de penetração aos sistemas *Core*, de forma a identificar proactivamente novas e potenciais lacunas que careçam de atenção

Implementar um sistema de classificação automática da informação produzida, no sentido de garantir que a informação sensível não é partilhada com pessoas indevidas

Realizar uma análise e avaliação aos fornecedores considerados relevantes, no sentido de auferir a sua capacidade de resposta no que diz respeito à gestão de continuidade do seu negócio, ao tratamento da informação, bem como aos seus controlos a nível de segurança física e electrónica

FOCO PARA 2019

Risco de Taxa de Juro



O Standard Bank de Angola identifica, avalia, monitoriza, controla e reporta as exposições decorrentes de alterações nas taxas de juro.

Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou da reavaliação dos activos, passivos e posições fora do balanço do Banco, face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro e a variações na relação entre as curvas de mercado que afectam as diferentes actividades bancárias.

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual de *cash-flows* futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações, em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado. Ao longo da sua actividade diária, o Banco necessita de quantificar e gerir diferentes tipos de risco de taxa de juro, sendo a sua monitorização efectuada com uma periodicidade mensal.

GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO

RISCO DE REFIXAÇÃO

Resulta dos desfasamentos entre as maturidades residuais e/ou de prazos de refixação da taxa de juro dos instrumentos financeiros.

RISCO DE INDEXAÇÃO

Resulta da correlação imperfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, que de outro modo têm características de refixação semelhantes, por dependência de diferentes indexantes.

RISCO DA CURVA DE RENDIMENTOS

Surge quando as alterações imprevistas na curva de rendimentos têm efeitos adversos no rendimento ou no valor económico de uma Instituição Financeira. Constitui um refinamento da abordagem ao risco de refixação no sentido em que, contrariamente a este, admite a possibilidade de se verificarem alterações não paralelas na curva de rendimentos.

RISCO DE OPÇÃO

Decorre da inclusão de cláusulas de opção em instrumentos de balanço ou nas contas extrapatrimoniais que proporcionam ao proprietário o direito, mas não a obrigação, de comprar, vender, ou de alguma maneira alterar o fluxo financeiro associado a um instrumento financeiro.



Governança

No Standard Bank de Angola é da competência do ALCO estabelecer as linhas orientadoras de gestão do risco de taxa de juro na carteira bancária, de modo a proteger a margem financeira e o valor económico dos fundos próprios do Banco.

A gestão do risco de taxa de juro na carteira bancária (*Interest Rate Risk of Banking Book - IRRBB*) é da responsabilidade da Direcção de Tesouraria e Gestão de Capital (TCM) que monitoriza e mede o risco de taxa de juro na carteira bancária a que o Banco está exposto e reporta os resultados ao ALCO.

Risco de Taxa de Juro



Princípios de Gestão do Risco de Taxa de Juro

ANÁLISE ESTÁTICA DE GAPS

Esta abordagem quantifica o impacto das alterações das taxas de juro na margem de juros.

Os activos, passivos e elementos extrapatrimoniais sensíveis a taxa de juro são colocados em bandas temporais com base nas respectivas características de refixação da taxa de juro. Deste modo, os passivos em cada uma das bandas temporais são subtraídos aos activos correspondentes gerando um *gap* de refixação de taxa de juro para cada banda temporal.

Estes *gaps* podem ser multiplicados por uma suposta alteração nas taxas de juro para dar um número aproximado da alteração na margem de juros que resultaria do referido movimento das taxas de juro.

Devido às limitações desta metodologia não são especificados quaisquer limites de tolerância ou alertas de apetência ao risco.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DO VALOR ECONÓMICO

A variação nas taxas de juro do mercado afecta o valor económico do activo e do passivo das Instituições Financeiras. O valor económico de um instrumento financeiro representa uma avaliação do valor actual dos seus fluxos de caixa líquidos futuros. A perspectiva do valor económico oferece uma visão mais abrangente dos potenciais efeitos a longo prazo das alterações das taxas de juro do que a perspectiva de sensibilidade da margem de juros.

O risco do valor económico é medido com base no cálculo da alteração do valor económico devido ao choque padrão das taxas de juro. Deste modo, é efectuada uma quantificação dos efeitos das variações da taxa de juro no valor económico através da aplicação de ponderadores de sensibilidade para cada banda temporal. O alerta de apetência ao risco aplicável à alteração do valor económico, devido a um choque padrão das taxas de juro do Standard Bank de Angola é 20% da soma dos fundos próprios de base (Nível 1) e fundos próprios complementares (Nível 2).

A abordagem do Standard Bank de Angola para a gestão do risco de Taxa de Juro passa pela aplicação da regulamentação aplicável e é, naturalmente, influenciada pelo ambiente competitivo em que opera.

A monitorização do risco é efectuada com uma periodicidade mensal, operando sob a supervisão do ALCO.

Risco de Taxa de Juro



Princípios de Gestão do Risco de Taxa de Juro



ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DA MARGEM FINANCEIRA

É utilizada uma previsão dinâmica e prospectiva da margem de juros para quantificar a exposição prevista do Banco às taxas de juro.

Esta abordagem envolve um balanço reinvestido e a previsão de cenários de taxas de juro para determinar o efeito que estas alterações possam ter na margem de juros futura.

O impacto na margem de juros e nos preços de mercado dos instrumentos da carteira bancária resultante das alterações das taxas de juro deve abranger pelo menos 12 meses de previsão. Esta análise permite a interação dinâmica de pagamentos e taxas de juro, capturando ainda os efeitos das opções incorporadas e explícitas. São necessários três tipos de análise, nomeadamente:



1. MEDIAÇÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA BANCÁRIA EM CONDIÇÕES NORMAIS DE MERCADO

Quantificação e relato mensal ao ALCO da exposição ao risco de taxa de juro na carteira bancária nos cenários de taxa de juro otimista, esperado e em baixa. O cenário de taxas de juro deve ser específico para o tipo de moeda (nacional ou estrangeira) e basear-se em alterações possíveis das taxas de juro no curto prazo (devidas a, por exemplo, aumentos ou cortes das taxas de referência pelo Banco Central e/ ou alterações das taxas de juro de mercado no curto prazo).



2. MEDIÇÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA BANCÁRIA PARA EFEITOS DE TESTE DE ESFORÇO MACROECONÓMICO

Os testes de esforço macroeconómico devem ser realizados pelo menos uma vez por ano, conforme exigido nos termos do regime de governação de testes de esforço do Grupo Standard Bank.



3. MEDIÇÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA BANCÁRIA EM CONDIÇÕES DE MERCADO ADVERSAS

Quantificação e relato mensal ao ALCO da exposição ao risco de taxa de juro na carteira bancária em condições de mercado adversas. Nesta análise são aplicados choques paralelos (*up and down*) de taxa de juro nos activos e passivos, sendo que o limite de tolerância é um máximo de alteração negativa correspondente a 10% da margem de juros prospectiva para 12 meses. O princípio orientador é que o choque de taxa de juro deve reflectir um ambiente de taxas razoavelmente incomum e adverso que seja suficientemente significativo para capturar, para além do delta, os efeitos das opções incorporadas e da convexidade existente nos activos e passivos do Banco.

Risco de Liquidez



Em virtude da gestão prudente do risco de liquidez adoptada, o Banco apresenta uma elevada solidez e estabilidade.

A natureza dos serviços financeiros oferecidos pelo Standard Bank de Angola expõe o Banco ao risco de liquidez. Neste, destacamos duas subcategorias: o risco de liquidez de financiamento e o risco de liquidez de mercado. O risco de liquidez de financiamento representa o risco de as contrapartes que financiam o Banco retirarem ou não renovarem o seu financiamento, enquanto o risco de liquidez de mercado traduz o risco de ocorrência de uma perturbação generalizada dos mercados de activos que transforme activos líquidos em activos ilíquidos e que leve a perdas potenciais, como consequência da venda forçada de activos que resulte em rendimentos abaixo do seu justo valor de mercado.

GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

GESTÃO TÁTICA DE LIQUIDEZ (CURTO-PRAZO)

- Gestão diária da liquidez
- Gestão dos fluxos de caixa de curto prazo
- Monitorização dos requisitos de fluxo de caixa



GESTÃO ESTRUTURAL DE LIQUIDEZ (LONGO-PRAZO)

- Garantia da estrutura apropriada do balanço
- Determinação e aplicação do perfil comportamental
- Gestão dos fluxos de caixa de longo prazo
- Indicação dos requisitos de fundos a longo prazo
- Garantia de preços de transferência de fundos (FTP)



GESTÃO CONTINGENTE DO RISCO DE LIQUIDEZ

- Monitorização e gestão de indicadores antecipados de alerta
- Estabelecimento e manutenção de um plano formal de contingência de liquidez
- Realização de testes de esforço de liquidez regulares e análise dos diversos cenários



Risco de Liquidez



A gestão de liquidez do Standard Bank de Angola foi desenhada para assegurar uma gestão abrangente do risco de liquidez garantindo o cumprimento dos rácios prudenciais e dos requisitos internos mínimos, tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira.

Os limites de tolerância, os alertas de apetência ao risco, os elementos de monitorização e os requisitos adicionais aplicam-se separadamente a cada moeda material. Note-se que, uma moeda é considerada material sempre que os depósitos totais específicos nesta moeda excederem 5% do total do passivo relacionado com Clientes. Adicionalmente, são ainda analisadas as exposições ao risco de liquidez em conjunto com outros riscos, nomeadamente riscos de crédito, de mercado, operacionais e legais. A gestão do risco de liquidez do Banco está formalmente definida através de:

NORMA DE RISCO DE LIQUIDEZ

Estabelece e define os princípios em que o Standard Bank de Angola assume riscos de liquidez, assim como o quadro geral para governação, identificação, mensuração, monitorização, gestão e reporte de forma consistente e uniforme.

POLÍTICA DE RISCO DE LIQUIDEZ

Define os princípios de gestão de risco de liquidez específicos para o Standard Bank de Angola, em conformidade com a norma de risco de liquidez definida pelo Grupo Standard Bank.

DOCUMENTO DE MÉTODOS DE CRIAÇÃO DO PERFIL COMPORTAMENTAL FACE AO RISCO DE LIQUIDEZ

Tem como objectivo criar um perfil de maturidade dos activos e passivos para análise de risco de liquidez.

POLÍTICA DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ

Tem como objectivo atenuar, tanto quanto possível, o impacto de uma crise de liquidez através da definição de uma estrutura de governação.

Risco de Liquidez



Governança

No Standard Bank de Angola é da competência do ALCO estabelecer linhas orientadoras de gestão do risco de liquidez, para que exista uma adequada e atempada gestão dos recebimentos e pagamentos.

A gestão do risco de liquidez é da responsabilidade da direcção de TCM que monitoriza e mede o risco de liquidez a que o Banco está exposto, e reporta os resultados ao ALCO.



Princípios de Gestão de Risco de Liquidez

- Planos de financiamento
- Testes de esforço e análises de cenários
- Gestão do desfasamento estrutural de liquidez
- Quantificação do risco de financiamento
- Gestão do fluxo de caixa diário
- Preços de transferência de fundos (PTF)
- Gestão de garantias (colaterais)
- Dependência do mercado interbancário
- Manutenção de níveis mínimos de activos líquidos
- Rácio de transformação dos depósitos em moeda local
- Gestão de liquidez intradiária
- Rácio de transformação dos depósitos em moeda estrangeira
- Restrições à concentração de depósitos
- Rácio de financiamento a longo prazo
- Plano de contingência de liquidez

Risco de Liquidez



Princípios de Gestão de Risco de Liquidez

Apresentam-se de seguida os princípios com maior relevância na actividade de gestão de risco de liquidez do Standard Bank de Angola:

1. GESTÃO DO DESFASAMENTO ESTRUTURAL DE LIQUIDEZ

Esta abordagem mede a liquidez do Banco através da avaliação do desfasamento entre as entradas e saídas de caixa, dentro de bandas temporais diferentes, numa escala de maturidades até 12 meses.

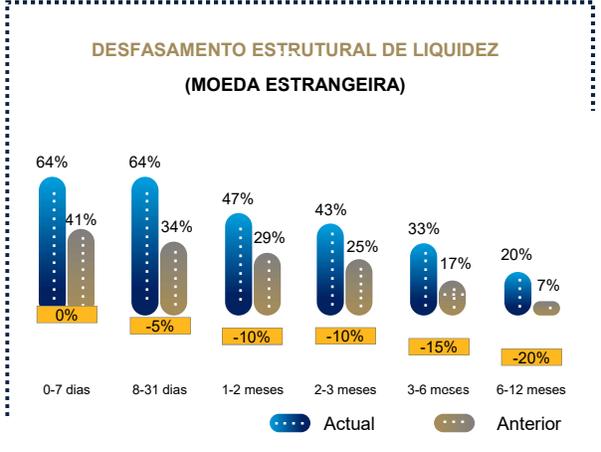
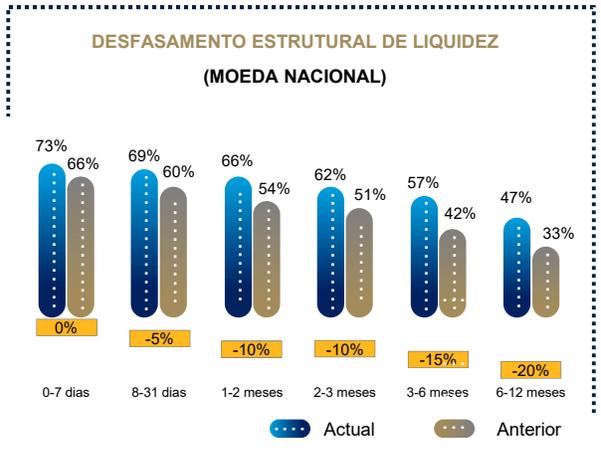
O desfasamento estrutural de liquidez tem como base os fluxos de caixa ajustados ao perfil comportamental dos activos e passivos, sendo estes enquadrados nas várias bandas temporais de acordo com a sua probabilidade de vencimento.

A análise do desfasamento estrutural de liquidez é realizada regularmente de modo a antecipar disparidades entre entradas e saídas de caixa e, consequentemente, evidenciar potencial risco de liquidez.

As saídas agregadas de fluxo de caixa são subtraídas às entradas agregadas em cada banda temporal, sendo a posição de liquidez do Banco avaliada através do desfasamento cumulativo líquido em cada banda temporal como percentagem do total do passivo relacionado com Clientes.

Adicionalmente, são definidos limites internos para restringir o desfasamento acumulado nas diferentes bandas temporais.

Os gráficos apresentados reflectem os desfasamentos estruturais do Banco entre activos e passivos de 0-12 meses, para os balanços em moeda nacional e estrangeira, após aplicação do perfil comportamental.



2. PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ

O principal objectivo do Plano de Contingência de Liquidez prende-se com garantir que a liquidez adequada esteja disponível durante situações adversas de liquidez, tanto temporárias como de longo prazo.

Adicionalmente, pretende ainda proporcionar um mecanismo de resposta pré-planeado de gestão destas situações adversas. O plano incorpora os vários elementos necessários para identificar, avaliar, comunicar e remediar um evento de crise de liquidez, de modo a facilitar uma resposta rápida e eficaz durante períodos de crise de liquidez. O plano é revisto, pelo menos uma vez por ano, pela direcção de TCM, carecendo aprovação do ALCO. Posteriormente deve ser formalmente reconhecido e adoptado pelo Conselho de Administração do Banco.

Risco de Liquidez

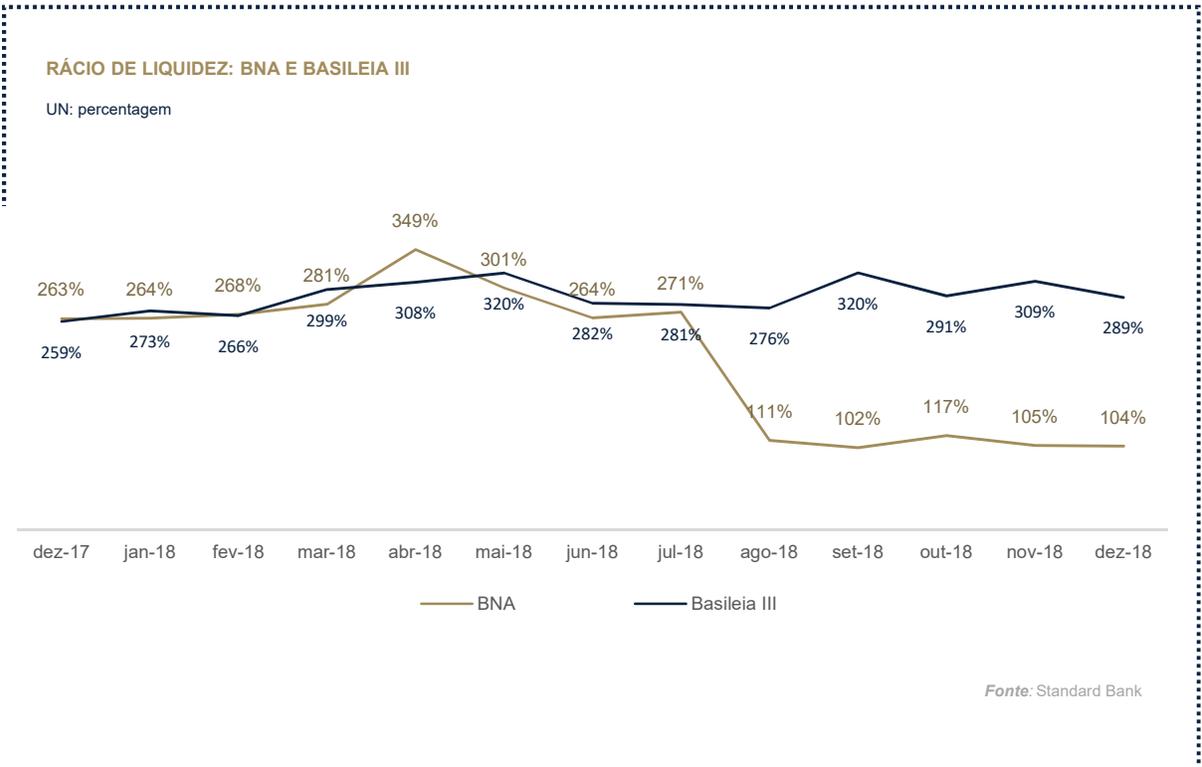


Princípios de Gestão de Risco de Liquidez

3. MONITORIZAÇÃO DO RÁCIO DE LIQUIDEZ: BNA E BASILEIA III

A ligação do Standard Bank de Angola ao Grupo Standard Bank, implica que o Banco tenha a obrigação de reportar os seus rácios de Liquidez quer ao regulador nacional, o Banco Nacional de Angola (BNA), quer ao Regulador da África do Sul, o South African Reserve Bank (SARB). No entanto, os rácios reportados aos diferentes reguladores diferem, na medida em que para o regulador Sul Africano se utiliza a metodologia Basileia III.

Do ponto de vista metodológico, no reporte ao BNA, o Rácio de Liquidez consiste no rácio entre os activos líquidos e a diferença entre as saídas e entradas de fluxo de caixa, tendo por objectivo garantir que o Banco detém os activos líquidos suficientes para fazer face às suas necessidades de liquidez de curto prazo. Relativamente a Basileia III, o objectivo do rácio de cobertura de liquidez é promover a resiliência dos activos líquidos de curto prazo, ao reconhecer o valor dos títulos na íntegra no seu método de cálculo.



Risco de Liquidez



Princípios de Gestão de Risco de Liquidez

Relativamente aos princípios internos mencionados anteriormente mencionam-se abaixo aqueles com maior relevância na actividade de gestão de liquidez do Standard Bank de Angola:

1. TESTES DE ESFORÇO DE LIQUIDEZ E ANÁLISES DE CENÁRIO

O Standard Bank de Angola realiza testes de esforço de liquidez internos que incluem cenários específicos ao Banco e sistémicos (individualmente e combinados, quando possível), de modo a identificar potenciais fontes de crise de liquidez, e para assegurar que as exposições actuais se mantêm dentro dos limites de tolerância e do perfil de risco definido pelo Banco.

Os testes de esforço de liquidez e análise de cenários são baseados tanto em eventos hipotéticos como históricos e, quando aplicável, devem estar em conformidade com os requisitos regulamentares. Os testes de esforço são realizados diariamente para os balanços em moeda nacional e estrangeira, de forma separada, e o seu resultado é obtido através da divisão da quantidade disponível de liquidez de contingência (activos líquidos não onerados) pelas saídas de caixa líquidas em situação de esforço.

O horizonte de sobrevivência dos testes de esforço internos para o Banco é de um mês, sendo que são considerados apenas fluxos de caixa dentro do horizonte temporal de um mês. O limite de tolerância estipulado corresponde a 100% com uma margem adicional de pelo menos 5%. Neste cenário, o Banco estaria apto para sobreviver a uma crise de liquidez durante um mês, sem que nesse período fossem afectados os seus níveis de reservas de caixa e de activos prudenciais.

RESULTADOS DOS TESTES DE ESFORÇO

	MOEDA NACIONAL	MOEDA ESTRANGEIRA
Total de Liquidez de Contingência	187 980	123 810
Saídas de Caixas Líquidas	67 207	72 566
RÁCIO	280%	171%

2. MANUTENÇÃO DE NÍVEIS MÍNIMOS DE ACTIVOS LÍQUIDO

O Banco mantém um portfólio de activos líquidos com o intuito de manter os requisitos prudenciais e de teste de esforço interno e de se proteger contra perturbações inesperadas nos fluxos de caixa.

O valor agregado dos activos líquidos do Standard Bank de Angola não onerados, às cotações de fecho do dia, menos um desconto de venda forçada, deve sempre exceder o maior entre 5% dos passivos relacionados com os Clientes e o limite prudencial imposto pela entidade reguladora.

Na tabela abaixo apresenta-se o detalhe dos activos líquidos do Banco a 31 de Dezembro de 2018.

ACTIVOS LÍQUIDOS

	MOEDA NACIONAL	MOEDA ESTRANGEIRA
Notas e Moedas	3 682	1 722
Disponibilidade no BNA	14 969	12 008
Contas Nostro	-	79 219
Aplicações em Instituições de Crédito (até 1 mês)	-	-
Aplicações em Títulos	169 329	-
Outros Activos Líquidos	-	30 861
Total de Activos Líquidos (TAL)	187 980	123 810
Mínimo (TPRC x5%)	9 746	7 350
TAL/ TPRC	96%	84%
Total do Passivo Relacionado com o Cliente (TPRC)	194 928	146 991

Risco Reputacional



O principal objectivo do Standard Bank de Angola é manter o foco na excelência do serviço prestado junto do Cliente e impulsionar melhorias constantes na experiência do Cliente.

Com o intuito de garantir que as actividades que afectam os Clientes estão alinhadas com os procedimentos internos do Banco, é adoptado um guia interno com os procedimentos e legislação subjacentes.

Deste modo, o Standard Bank de Angola consegue gerir as situações de risco reputacional a que se encontra exposto, minimizando, desta forma, a percepção negativa dos stakeholders. De entre os diversos métodos de gestão do risco reputacional, o Código de Ética é o principal meio, uma vez que é transversal a todo o Banco e deve ser cumprido por todos os seus Colaboradores.



Gestão do Risco Reputacional



Código de Ética

De modo a assegurar que os seus Colaboradores actuam em conformidade com os princípios e valores do Banco, existe um Código de Ética de referência. Este documento é apresentado a todos Colaboradores no âmbito do programa de acolhimento.



Brand Awareness

A área de Relações Institucionais gere a marca Standard Bank de Angola, identifica e avalia quaisquer notícias que envolva o nome do Banco e possa impactar a sua actividade e/ ou reputação. Deste modo, o Banco consegue actuar com eficiência perante quaisquer acontecimentos que envolvam, de forma menos positiva, o nome da Marca.



Gestão de Reclamações

Sendo a prestação de um serviço de excelência ao Cliente um aspecto primordial da estratégia do Banco, é dada especial atenção à gestão de reclamações, identificando e acompanhando as causas da reclamação e garantindo o cumprimento do prazo de resposta e resolução estabelecido no Aviso n.º 12/ 2016 do BNA.



Governação

Em linha com a crescente preocupação do Banco com a sua reputação junto dos Clientes, Fornecedores, Contrapartes, Accionistas, Investidores e Reguladores, existe uma área específica encarregue de efectuar a gestão do risco reputacional.

Esta área procura identificar potenciais situações com impacto para o Banco e promove diversas actividades que garantam uma adequada gestão do risco reputacional.

Adicionalmente, a área de Qualidade de Serviços faz a gestão das reclamações efectuadas pelos Clientes, garantindo uma resolução eficaz através da identificação da causa e respectivos planos de acção, por forma a que não existam recorrências, assegurando assim a satisfação contínua dos Clientes.

Risco Reputacional



Procedimentos de Qualidade de Serviço

O Banco pretende conhecer e satisfazer continuamente as necessidades do Cliente e contribuir para a eliminação do risco reputacional que possa estar associado à qualidade dos serviços. Com base nas estratégias dos vários departamentos e segmentos, foram criados e implementados em 2018 diversos mecanismos que possibilitam monitorizar e avaliar as várias actividades e serviços prestados.

ATENDIMENTO AO CLIENTE

- Criação de um processo estruturado e alinhado com as áreas de negócio que garanta a contínua satisfação do Cliente
- Realização de Campanhas de Mudança de Comportamento e Foco no Cliente
- Formação obrigatória sobre comprometimento e responsabilização individual
- Identificação de oportunidades de melhoria e consequente correcção e eliminação dos pontos de bloqueio



MÉTODOS E SISTEMAS DE TRANSAÇÃO

Avaliação da eficiência e eficácia dos diversos sistemas de transacção, nomeadamente:

- Automatização de processos
- Redefinição de SLAs, priorizando necessidades de Clientes
- Medição do *Turn Around Time* (TAT)
- Influenciar o uso da internet e mobile banking e dos serviços associados através de campanhas alinhadas com as áreas de negócio



RECLAMAÇÕES, PEDIDOS DE SERVIÇO E DE ESCLARECIMENTO

- Análise de reclamações e pedidos de serviço registados
- Análise da origem das reclamações
- Definição de planos de acção
- Análise do número de reclamações repetidas
- Garantia da qualidade de serviços
- Avaliação da satisfação do Cliente



EFICIÊNCIA DOS SISTEMAS

- Análise da operacionalidade dos sistemas do Banco (*uptime* e *downtime*)
- Análise do funcionamento de ATMs
- Acompanhamento e monitorização de todas as solicitações de serviços e reclamações no sistema Service Cloud/ QRM

Risco Reputacional



2018 em Análise

RECLAMAÇÕES POR TIPO DE PRODUTO



- Transferência Internacional
- Cartões de débito
- Cartões de crédito
- Internet Banking (BOL)
- ATM
- Outros
- Prestação de Serviços
- Contas de Depósito a Ordem
- Transferências Nacionais
- Credito ao Consumo
- SMS/ E-mail Alerts



22 719
CLIENTES ACTIVOS



723
RECLAMAÇÕES

PESO DE 0,16%

Risco de Compliance



A abordagem proactiva do Banco para gerir o risco de Compliance está alinhada com os padrões do Grupo Standard Bank, que se baseiam em princípios internacionais de Compliance.

O objectivo de gestão de risco de Compliance é atingido através da adopção da *risk based approach* que permite ao Banco identificar, gerir e mitigar eficazmente o risco de Compliance. Paralelamente aos procedimentos internos adoptados pelo Standard Bank de Angola, a comunicação regular e transparente, baseada na confiança mútua com as entidades reguladoras, é uma mais-valia para a gestão deste risco.



Gestão do Risco de Compliance

ACOMPANHAMENTO
CONTÍNUO EM VÁRIAS
FRENTES DE ACTUAÇÃO

- Monitorização das áreas de negócio
- Alinhamento das políticas internas com a legislação e regulamentação em vigor
- Monitorização do reporte prudencial
- Comunicação contínua às entidades reguladoras
- Adequação contínua dos procedimentos afectos às operações de invisíveis correntes, mercadorias e capitais
- Monitorização das transacções transfronteiriças
- Gestão documental



Governança

A estrutura organizacional da Direcção de Compliance foi designada para dar suporte ao Conselho de Administração do Banco, na gestão do risco de Compliance.

Esta Direcção apoia de forma proactiva o Conselho de Administração e as unidades de negócio, de modo a garantir que toda a actividade do negócio é conduzida em conformidade com os requisitos exigidos e adopta uma abordagem construtiva, pragmática e independente, interagindo activamente com outras áreas de risco, assim como com outras unidades de negócio.

A governança não se limita apenas ao cumprimento de requisitos legais, mas requer igualmente um sistema rigoroso e robusto onde são definidas directrizes e indicadores para a medição do risco associado ao desenvolvimento da actividade bancária nos seus vários eventos.

Nestes termos, existe a garantia efectiva da gestão de risco e da adesão a requisitos legais, bem como das boas práticas bancárias e do cumprimento do Código de Ética do Banco.

Risco de Compliance



Escala de Risco sobre o Impacto de Incumprimento

De seguida, apresenta-se a escala com os diferentes níveis de risco relativos ao incumprimento.



RISCO ALTO

- Potencial perda devido a multas (directa ou indirecta) por violação da obrigação legal, danos dos quais resultem impactos que requeiram um longo período de recuperação
- Mudanças significativas no sistema
- Custos e penalizações excessivos
- Suspensão ou perda da licença do Banco, alerta escrito do Regulador, multas ou penalizações severas (ex.: 10% do volume de negócios anual), danos graves à reputação



RISCO MÉDIO

- Potencial perda devido a multas (directa ou indirecta) por violação do cumprimento regulatório significativo ou material
- Dificil recuperação ou implementação de mudanças, chamada de atenção por escrito do Regulador, multas significativas ou penalizações, danos significativos à reputação



RISCO BAIXO

- Potencial perda devido a multas (directa ou indirecta) como consequência do baixo cumprimento regulamentar, custos mínimos facilmente recuperáveis, danos menores à reputação



01 Enquadramento
Macroeconómico

02 Principais
Indicadores

03 Estratégia
para 2019

04 O Standard
Bank de Angola

ANÁLISE FINANCEIRA

- 250 Visão Geral
- 256 Análise do Balanço
- 265 Análise e Proposta de aplicação de resultados

STANDARD BANK DE ANGOLA SOLIDEZ, CRESCIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Tendo em consideração a escala de actuação e a dimensão do Standard Bank de Angola é natural que o seu desempenho financeiro no longo prazo esteja relacionado com o ciclo económico da economia nacional. Para nós, enquanto Instituição Financeira de referência, gerar valor para os nossos accionistas está inerentemente associado à criação de valor para a sociedade que nos envolve.

Os resultados alcançados em 2018 vêm reforçar o posicionamento do Banco no mercado angolano e são o culminar do investimento associado aos pilares estratégicos da Instituição.

Solidez, Crescimento & Sustentabilidade



Em 2018 o Standard Bank de Angola demonstrou o seu foco na remuneração aos accionistas, atingindo um ROE de 63%.

A capacidade de manutenção e crescimento do nível de depósitos durante grande parte do ano associada a uma excelente gestão de liquidez, resultou num crescimento do produto bancário de 68% face a 2017, suportado pelo crescimento da margem financeira em 26%.

O aumento de 27% dos depósitos demonstra a continua confiança dos Clientes no Standard Bank de Angola.

Este aumento no nível de depósitos foi acompanhado pelo crescimento do saldo de títulos indexados sob custódia do Banco, que apresentou um aumento de 84%, quando comparado com o ano transacto, situando-se nos 311 milhões AOA.

O crédito concedido aumentou 50% face ao valor registado em 2017 e a rentabilidade dos activos do Banco aumentou de 5% para 7%, reflectindo uma melhoria no desempenho do Standard Bank de Angola.

Solidez, Crescimento & Sustentabilidade

O Banco tem procurado otimizar a sua estrutura de custos através do investimento em tecnologia e na automatização de processos. Esta estratégia, conjugada com o esforço de melhoria da qualidade de serviço tem permitido aumentar a eficiência do Banco, que se traduz numa evolução muito positiva do seu rácio de eficiência (cost-to-income).

No exercício de 2018 o cost-to-income, atingiu um valor de 36%, apresentando uma diferença de 10 pontos percentuais face ao ano transitado.

O resultado líquido do exercício apresentou um crescimento notável de 90%, passando de 17 028 milhões AOA em 2017, para 32 323 milhões AOA em 2018.

O rácio de solvabilidade atingiu em 2018 um valor de 32%, apresentado um decréscimo de 1 ponto percentual face a 2017. No entanto, é de notar que este valor é consideravelmente superior ao limite de solvabilidade exigido pelo BNA, que corresponde a 10%.

Face ao panorama de indicadores apresentado conclui-se que o exercício de 2018 foi mais um ano de crescimento e afirmação do Banco, que se consubstanciou na reafirmação de solidez e seriedade do Banco, bem como no reforço da seu desempenho.

36%

COST-TO-INCOME

(-10 pontos percentuais face a 2017)



32%

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

(-1 ponto percentual face a 2017)



63%

RETURN ON EQUITY

(+3 pontos percentuais face a 2017)



As Nossas Contas

DETERMINANTES DA ACTIVIDADE DO BANCO

O aumento dos investimentos financeiros do Banco e da margem financeira, continuaram a permitir em 2018 o reforço do Resultado Líquido do Banco, tendo este apresentado uma taxa de crescimento de 90% face a 2017.

Crédito Concedido

(Milhões AOA)

2017 36 548

2018 54 761

↑ + 50%

Depósitos

(Milhões AOA)

2017 265 658

2018 336 812

↑ + 27%

Investimentos Financeiros

(Milhões AOA)

2017 166 801

2018 191 473

↑ + 15%



Margem Financeira

(Milhões AOA)

2017 28 815

2018 36 407



Margem Complementar

(Milhões AOA)

2017 4 993

2018 20 241



Provisões e Imparidades

(Milhões AOA)

2017 1 148

2018 825



Despesas Operacionais

(Milhões AOA)

2017 15 384

2018 20 611



Impostos

(Milhões AOA)

2017 248

2018 2 890

Margem Financeira



↑ + 26%

+

Margem Complementar



↑ + 305%

-

Provisões e Imparidades



↓ - 28%

-

Despesas Operacionais



↑ + 34%

-

Impostos



↑ + 1 067%



Resultado Líquido

(Milhões AOA)

2017 17 028

2018 32 323

O Standard Bank de Angola, em 2018, voltou a demonstrar um excelente desempenho, crescendo substancialmente o seu Resultado Líquido

↑ + 90%

Estes foram os dois principais factores para a melhoria progressiva do ROE do Banco, alcançado em 2018:



GESTÃO DE LIQUIDEZ



CONTROLO DE CUSTOS



ROE = 63%

+3 p.p. face a 2017

Alteração Contabilística

IFRS9

Em 2018, o Banco adoptou a nova norma contabilística IFRS 9: Instrumentos Financeiros (IFRS9), que entrou em vigor a 1 de Janeiro do mesmo ano. Uma vez que, a IFRS 9 altera a forma como o Banco classifica e quantifica os activos e passivos financeiros, e a forma como estima as perdas esperadas de crédito, explica-se de seguida de que forma a adopção da IFRS 9 afectará o Banco.



PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

As exigências relativas a perdas esperadas de crédito (ECL) da IFRS 9 são as que terão um impacto mais significativo no Banco. Foi determinada a exigência para que as imparidades de crédito sejam reconhecidas com base em perdas esperadas, o que difere significativamente do caso em que são reconhecidas com base nas perdas incorridas – IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O reconhecimento com base nas perdas esperadas exige que se considere os eventos passados, actuais e futuros na determinação das perdas esperadas de crédito. Isto significa que é necessário incluir expectativas económicas futuras na determinação das alterações esperadas no risco de crédito, bem como na determinação da imparidade das perdas esperadas.

É importante salientar que o *cash credit loss* reconhecido em empréstimos a Clientes não será alterado, de acordo com a IFRS 9. Se um Cliente estiver em incumprimento, a perda reconhecida de acordo com a IAS 39 (requisitos aplicados na preparação dos resultados financeiros do Banco em 2017) e de acordo com a IFRS 9 será idêntica. O único desfasamento entre ambas será o momento em que reconhecemos as perdas de crédito, sendo que, de acordo com a IFRS 9, é exigido o reconhecimento antecipado de mais perdas do que na IAS 39.

IMPACTO QUANTITATIVO

A adopção da IFRS 9 pelo Banco gera um impacto de novos requerimentos de imparidade na ordem dos 632 584 milhares AOA (aumento de 41% face à IAS 39) e um impacto de novos requisitos de classificação e mensuração na ordem dos -1 157 451 milhares AOA.

Neste sentido, a adopção da IFRS 9 gera um impacto global de -524 867 milhares AOA.

Alteração Contabilística

MOTIVOS

Perdas de crédito esperadas a 12 meses para exposições em cumprimento

O período de emergência é de três a seis meses para o PBB e 12 meses para o CIB. A passagem para a IFRS 9 exige o reconhecimento baseado nas perdas esperadas (período temporal igual a 12 meses), o que resultará num aumento das imparidades para o PBB

Perdas de crédito de longo-prazo para exposições que apresentam um aumento do risco de crédito

A IFRS 9 exige que uma perda de longo prazo seja reconhecida quando existir um aumento significativo do risco de crédito. Esta alteração terá impacto tanto para o PBB como para o CIB

ECL para exposições de Clientes não utilizadas, garantias e cartas de crédito

O requisito de reconhecimento de imparidades para exposições de Clientes não utilizadas, garantias e cartas de crédito levará a um aumento das imparidades a serem reconhecidas no balanço, tanto para o PBB como para o CIB

Modelo de Longo-Prazo: determinação de ECL

Para determinação das perdas esperadas de crédito, é considerada a totalidade do "tempo de vida" da exposição. Isto inclui a probabilidade de recuperação após o incumprimento e/ ou futuro incumprimento

Previsões económicas para as ECL

Estima-se que a inclusão de previsões económicas aumente as provisões presentes no balanço, devido à natureza e *timing* dos pressupostos económicos actuais e futuros

OUTRAS IMPLICAÇÕES

O impacto nas Demonstrações Financeiras do Banco da adopção da IFRS 9 é resultante dos novos requerimentos de imparidade (AOA 632 584 milhares) e da reclassificação de um instrumento financeiro da carteira de Activos financeiros disponíveis para venda para a carteira de Investimentos detidos até à maturidade com a respectiva libertação do balanço da reserva de justo valor (AOA 1 157 451 milhares).

Adicionalmente, a reclassificação da participação na EMIS da rubrica de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, para a rubrica de activos financeiros ao justo valor através de resultados, e a reclassificação da obrigação em moeda estrangeira da rubrica de crédito a Clientes (classificados em outros créditos e valores a receber) para a rubrica de investimentos ao custo amortizado, não tiveram impacto nos resultados ou capital do Banco.



ANÁLISE DO BALANÇO

O STANDARD BANK DE ANGOLA MANTÉM-SE COMPROMETIDO COM O SEU PROPÓSITO DE CRIAR VALOR DE FORMA SUSTENTÁVEL AOS SEUS ACCIONISTAS E A TODAS AS PARTES INTERESSADAS QUE ACREDITAM NO CRESCIMENTO, RESILIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE DO BANCO.

APESAR DO CONTEXTO DE INCERTEZA PELO QUAL TEM ATRAVESSADO A ECONOMIA NACIONAL AO LONGO DO ÚLTIMOS ANOS, O BANCO TEM CONSEGUIDO REFORÇAR A SUA MARCA E O SEU POSICIONAMENTO NO MERCADO NACIONAL, CARACTERIZANDO O SEU PERCURSO POR UMA GESTÃO EFICIENTE DE LIQUIDEZ, SUSTENTABILIDADE DOS SEUS RESULTADOS E O FOCO NA RENTABILIDADE DOS SEUS ACCIONISTAS.

Balanço

	MILHARES AOA			MILHARES USD		
	2018	2017	Variação	2018	2017	Variação
Disponibilidades	150 962 377	109 265 716	38%	486 727	658 529	-26%
Aplicações de liquidez	30 954 207	-	-	99 801	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7 150 176	8 576 461	-17%	23 053	51 689	-55%
Activos financeiros disponíveis para venda	93 446 527	79 422 026	18%	301 287	478 665	-37%
Investimentos detidos até à maturidade	90 876 156	78 802 143	15%	293 000	474 929	-38%
Créditos	53 697 185	35 070 318	53%	173 128	211 364	-18%
Activos não correntes detidos para venda	-	1 332 934	-100%	-	8 033	-100%
Imobilizações	7 282 870	2 974 399	145%	23 481	17 927	31%
Outros activos	8 877 072	2 380 395	273%	28 621	14 346	100%
 TOTAL DO ACTIVO	443 246 570	317 824 392	39%	1 429 098	1 915 482	-25%
Recursos de Bancos centrais e de outras Instituições de crédito	898 947	733 524	23%	2 898	4 421	-34%
Responsabilidades representadas por títulos	4 745 970	-	-	15 302	-	-
Recursos de Clientes e outros empréstimos	336 812 454	265 657 775	27%	1 085 938	1 601 081	-32%
Provisões	2 108 859	889 384	137%	6 799	5 360	27%
Passivos por impostos correntes	2 729 360	1 369 883	99%	8 800	8 256	7%
Passivos subordinados	9 451 532	5 050 620	87%	30 473	30 439	0%
Outros passivos	21 641 042	6 264 929	245%	69 774	37 758	85%
 TOTAL DO PASSIVO	378 388 164	279 966 115	35%	1 219 984	1 687 315	-28%
Capital social	9 530 007	9 530 007	0%	30 726	57 436	-47%
Reservas e resultados transitados	23 005 890	11 299 916	104%	73 651	67 591	9%
Resultado líquido do exercício	32 322 509	17 028 354	90%	104 737	103 140	2%
 TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	64 858 406	37 858 277	71%	209 114	228 167	-8%
 TOTAL DO PASSIVO + FUNDOS PRÓPRIOS	443 246 570	317 824 392	39%	1 429 098	1 915 482	-25%

Análise do Balanço

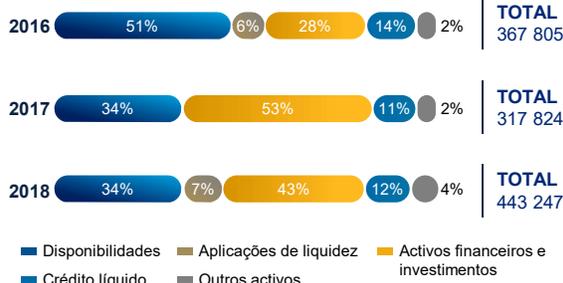
A 31 de Dezembro de 2018 o Standard Bank de Angola apresentou no seu activo líquido um montante de 443 247 milhões AOA, registando um aumento de 39% face ao período homólogo, resultante do aumento das rúbricas de crédito líquido e disponibilidades, que apresentaram uma variação positiva de 53% e 38%, respectivamente.

O crescimento verificado no crédito concedido foi reflexo do bom desempenho na captação de recursos de Clientes, demonstrando a consolidação da marca Standard Bank de Angola e a confiança dos Clientes na gestão do Banco. Relativamente à rúbrica de activos financeiros e investimentos, foi registada uma variação positiva de 15% face ao exercício de 2017. Nesta medida, 43% do activo do Banco é composto por activos financeiros e investimentos, continuando a manter-se o investimento em dívida soberana da República de Angola. A eficiente gestão de liquidez do Banco é um dos motores responsáveis pelo aumento da rentabilidade do Banco.



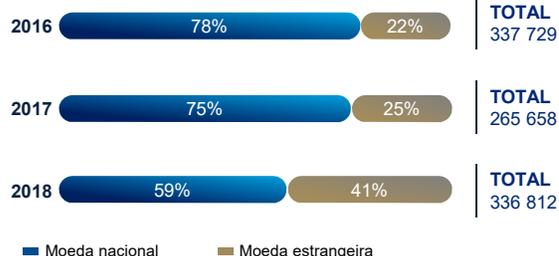
Composição do Activo

UN: Milhões AOA



Evolução dos Recursos por Moeda

UN: Milhões AOA



O rácio de transformação em 2018 foi de 16%, o que reflectiu um desempenho pouco satisfatório no que toca à concessão de crédito dado as actuais condições de mercado. O risco, a incerteza e a subida das taxas de juro foram factores que dificultaram a concessão de crédito, o que teve impacto no Balanço do Banco. Assim, o total do passivo apresentou um aumento de 35% face ao ano anterior, atingindo os 378 388 milhões AOA face ao montante de 279 966 milhões AOA registado no final de 2017.

Relativamente aos depósitos, estes apresentam um aumento de 27%, sendo esta variação, na sua maioria, explicada pelo crescimento dos depósitos em moeda estrangeira (105%). Esta variação resulta maioritariamente da desvalorização do Kwanza face ao Dólar Norte-Americano (86%).

Em 2018, assistiu-se a uma diminuição, em termos percentuais, dos depósitos em moeda nacional face aos depósitos em moeda estrangeira, fixando-se o montante de depósitos em moeda nacional nos 199 517 milhões AOA (o que representa um peso de 59% no total de depósitos). Por sua vez, os depósitos em moeda estrangeira representaram 41% do total, ascendendo a 137 295 milhões AOA.

Carteira de Títulos

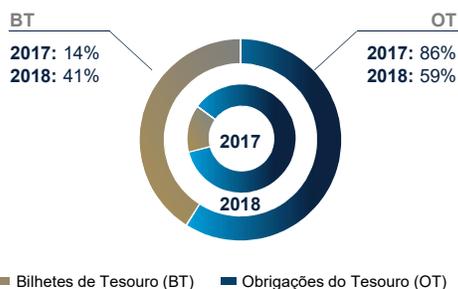
	YIELDS		MILHARES AOA			MILHARES USD		
	2018	2017	2018	2017	Variação	2018	2017	Variação
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE								
Bilhetes do tesouro	10%	23%	13 743 146	67 042 494	-80%	44 533	404 055	-89
Obrigações do tesouro	12%	12%	77 133 009	11 759 649	556%	249 939	70 874	253%
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS								
Obrigações do tesouro indexadas (USD)	7%	7%	4 651 837	7 678 694	-39%	15 074	46 278	-67%
Obrigações do tesouro indexadas (AOA)	12%	-	2 454 683	-	-	7 974	-	-
Bilhetes do tesouro	-	-	-	897 767	-100%	-	5 411	-100%
Outros	-	-	43 655	-	-	141	-	-
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA								
Bilhetes do tesouro	22,82%	23%	65 531 752	65 018 919	1%	212 347	391 860	-40%
Obrigações do tesouro em moeda nacional	7,25%	19%	27 914 777	14 403 107	94%	90 454	86 805	5%
TOTAL			191 472 859	166 800 630	15%	620 442	1 005 293	-38%

Uma componente relevante do activo do Standard Bank de Angola (43%) é representada por títulos e valores mobiliários, em resultado das limitadas opções de investimento existentes no país. Os títulos do Banco estão distribuídos pela seguinte tipologia: 59% em obrigações do tesouro e 41% em bilhetes do tesouro.

Ao analisar a carteira de títulos do Standard Bank de Angola, verifica-se que o Banco aumentou o seu volume total de títulos em 15% face ao montante do ano anterior, registando em 2018 um montante de 191 473 milhões AOA. O crescimento da carteira foi suportado por títulos de curto prazo (inferiores a um ano), nomeadamente através do acréscimo do valor investido em bilhetes do tesouro. O montante de bilhetes do tesouro em moeda nacional disponíveis cresceu 68% face ao exercício anterior, atingindo 109 700 milhões AOA.



Distribuição da Carteira de Títulos



191 473
Milhões AOA

VOLUME DE
TÍTULOS EM 2018



109 700
Milhões AOA

BILHETES DO
TESOURO EM
MOEDA NACIONAL

Carteira de Títulos

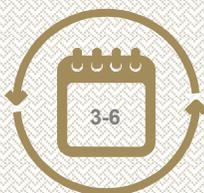


Perfil de Títulos por Maturidade Contratual

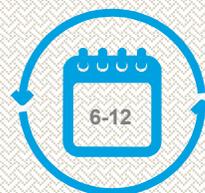
	MILHARES AOA				Duração indeterminada	TOTAL
	1 - 3 meses	3 - 6 meses	6 meses - 1 ano	1 - 5 anos		
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE						
Bilhetes do tesouro	-	-	13 743 146	-	-	13 743 146
Obrigações do tesouro	-	17 149 917	-	59 983 092	-	77 133 009
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS						
Obrigações do tesouro indexadas (USD)	-	4 651 837	-	-	-	4 651 837
Obrigações do tesouro indexadas (AOA)	-	-	2 454 683	-	-	2 454 683
Bilhetes do tesouro	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	43 655	43 655
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA						
Bilhetes do tesouro	11 544 037	37 788 336	16 199 379	-	-	65 531 752
Obrigações do tesouro em moeda nacional	-	-	11 551 747	16 363 030	-	27 914 777
TOTAL	11 544 037	59 590 090	43 948 955	76 346 122		191 472 859



6%

TÍTULOS ENTRE
1-3 MESES

31%

TÍTULOS ENTRE
3-6 MESES

23%

TÍTULOS ENTRE
6-12 MESES

40%

TÍTULOS ENTRE
1-5 ANOS

Crédito



Crédito

	MILHARES AOA			MILHARES USD		
	2018	2017	VARIAÇÃO	2018	2017	VARIAÇÃO
Operações de crédito	54 065 385	24 683 250	119%	175 123	148 762	18%
Moeda nacional	51 281 584	14 349 344	257%	166 130	86 481	92%
Moeda estrangeira	2 783 801	10 333 906	-73%	8 993	62 281	-86%
Operações de crédito em incumprimento	695 993	1 340 486	-46%	2 348	8 079	-71%
Outros	-	-	-	-	-	-
Títulos – Carteira “Loans & Receivables”	-	10 523 845	-100%	-	63 426	-100%
CRÉDITO TOTAL	54 761 378	36 547 581	50%	177 471	220 267	-19%
Provisões específicas para crédito	-1 064 193	-1 477 263	-27%	-3 472	-8 903	-61%
CRÉDITO LÍQUIDO	53 697 185	35 070 318	53%	173 999	211 364	-18%
Garantias prestadas	7 079 868	1 387 044	410%	22 941	8 360	174%
Cartas de crédito	20 011 279	1 150 913	1 639%	64 844	6 936	835%
Limites de crédito não utilizados	18 741 596	9 109 150	106%	60 730	54 900	11%
RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS	45 832 743	11 647 107	294%	148 515	70 195	112%
PROVISÕES PARA CRÉDITO POR ASSINATURA	-60 994	-54 891	11%	-198	-331	-40%
QUALIDADE DE CRÉDITO						
Crédito em incumprimento/ Crédito total *	1%	5%	-4%	1%	3%	-1%
Cobertura de crédito vencido por provisões específicas	153%	110%	43%	148%	110%	43%
Cobertura de crédito vencido por provisões totais	162%	114%	47%	156%	114%	47%
Cobertura de crédito total por provisões específicas *	2%	6%	-4%	2%	3%	-1%
Cobertura de crédito total por provisões totais *	2%	6%	-4%	2%	3%	-1%

* Rátios apurados sem Títulos – Carteira “Loans & Receivables”

Crédito

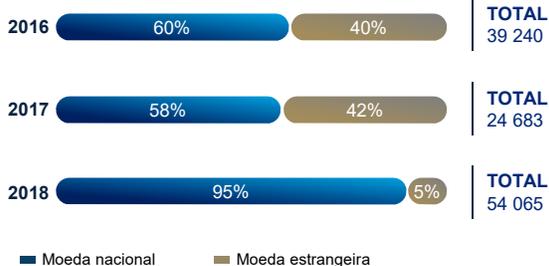


Crédito Concedido



Evolução do Crédito por Moeda

UN: Milhões AOA

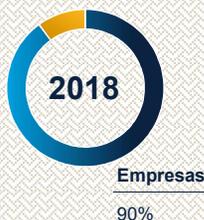


Em 2018, o crédito concedido, líquido de provisões para perdas por imparidade registou um incremento de 53% face ao ano anterior, passando de 35 070 milhões AOA para 53 697 milhões AOA. Adicionalmente, a composição da carteira de crédito por moeda demonstrou um considerável aumento de 37 pontos percentuais no montante de crédito em moeda nacional, e uma significativa diminuição no valor das operações em moeda estrangeira, passando a registar 95% e 5%, respectivamente.

Crédito Concedido por Tipo de Cliente

Particulares

10%



Tipologia de Crédito Concedido

Consumo e Outros

8%

Empréstimos Habitação

2%



Crédito Concedido por Sector de Actividade

Outros

33%

Particulares

10%

Administração central

5%

Comércio

50%

2018

Construção

2%



Qualidade de Crédito

O Standard Bank de Angola adopta políticas internas conservadoras de concessão de crédito, nomeadamente ao nível da análise de risco dos Clientes e das garantias recebidas, dado o contexto macroeconómico que, por si, proporciona o crescimento do nível de incumprimento. O volume de crédito vencido no total da carteira do Banco tem-se mantido com valores aceitáveis para o actual momento, ainda que, devidamente compensados por um nível adequado de provisões para perdas por imparidade. Em 2018 verificou-se uma diminuição significativa do crédito em incumprimento que totalizou 696 milhões AOA (1% da carteira total de crédito) que compara com 1 340 milhões AOA (5% da carteira de crédito total) em 2017.



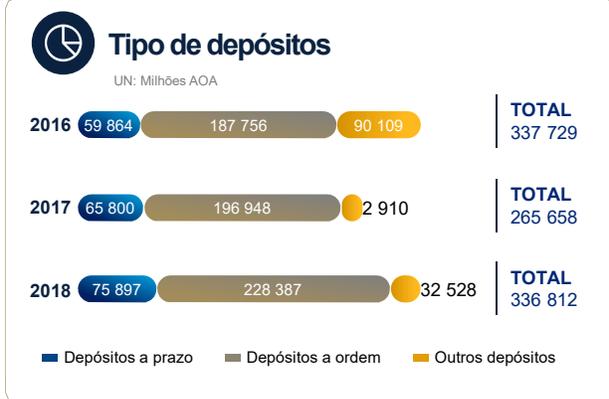
Evolução do Crédito em Incumprimento



Depósitos



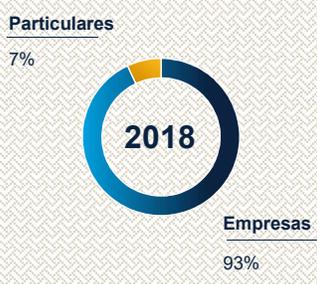
Depósitos



A 31 de Dezembro de 2018, a carteira de depósitos era composta maioritariamente por depósitos à ordem (228 387 milhões AOA), representando estes 68% do total dos depósitos de Clientes.

Relativamente aos depósitos a prazo, verificou-se uma ligeira diminuição do seu peso no total de depósitos passando de 25% em 2017 para 23% em 2018. No entanto, em termos de valor absoluto verificou-se um aumento, atingindo os 75 897 milhões AOA. Assim sendo, o Banco registou um montante total de depósitos de 336 812 milhões AOA, com a rubrica de outros depósitos a atingir um montante de 32 528 milhões AOA. O aumento desta rubrica deriva do aumento dos depósitos cativos para cobertura de cartas de crédito.

Depósitos por Tipo de Cliente



Depósitos por Sector de Actividade



Rácio de Transformação

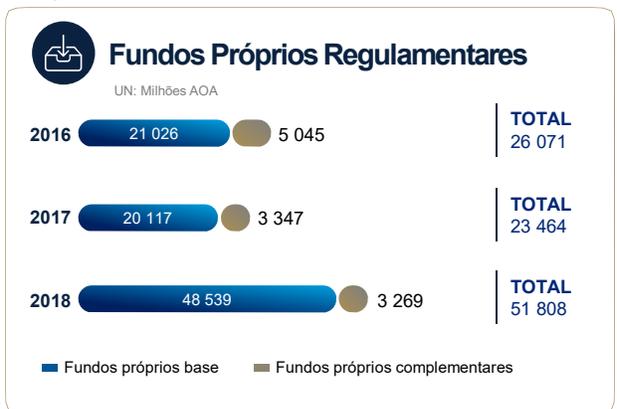
O ritmo de crescimento dos depósitos, quando comparado com o ritmo de crescimento do crédito concedido, resultou num aumento do rácio de transformação para 16%, face aos 14% registados em 2017. O Banco inverteu a tendência dos últimos anos através da adopção de mecanismos que permitiram acelerar a capacidade de concessão de crédito em moeda nacional.



Fundos Próprios



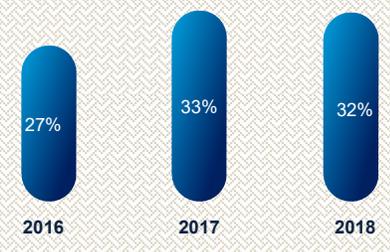
Fundos Próprios Regulamentares



O total dos capitais próprios a 31 de Dezembro de 2018 atingiu 64 858 milhões AOA, representando um aumento de 71% face ao ano anterior. Este registo deveu-se essencialmente ao lucro do exercício obtido, o qual reforça a solidez e a posição do Banco no mercado. Os fundos próprios regulamentares aumentaram de 23 464 milhões AOA em 2017, para 51 808 milhões AOA em 2018.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

O rácio de solvabilidade regulamentar, calculado de acordo com o Instrutivo n.º 02/2016, correspondeu a 32% no final de 2018, o que contrasta com 33% em 2017. Este valor mantém-se significativamente acima do limite de solvabilidade de 10% exigido pelo Banco Nacional de Angola.





ANÁLISE E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O AUMENTO NO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO NA ORDEM DOS 90% E O EXCELENTE REFORÇO DA RENTABILIDADE DO BANCO NUM CENÁRIO MACROECONÓMICO DESAFIANTE SÃO O REFLEXO DA SOLIDEZ DA ESTRUTURA FINANCEIRA DO BANCO, BEM COMO DA SUA GESTÃO EXPERIENTE E ATENTA.

A MELHORIA OBSERVADA NO PRODUTO BANCÁRIO E A CONSEQUENTE REDUÇÃO DO *COST-TO-INCOME* FORAM RESULTADO DA ESTRATÉGIA DO BANCO CENTRADA NO CLIENTE, NA GESTÃO DE LIQUIDEZ E CONTENÇÃO DE CUSTOS.

Demonstração de Resultados

	MILHARES AOA			MILHARES USD		
	2018	2017	VARIAÇÃO	2018	2017	VARIAÇÃO
Juros recebidos de crédito	6 400 905	5 200 543	23%	20 721	31 499	-34%
Juros recebidos de títulos	34 695 273	27 256 192	27%	112 425	165 090	-30%
Juros pagos	-4 689 405	-3 641 379	29%	-15 195	-22 056	-31%
MARGEM FINANCEIRA	36 406 773	28 815 355	26%	117 971	174 533	-32%
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	2 284 967	1 099 860	108%	7 404	6 662	11%
Resultados de operações cambiais	11 760 703	2 718 234	333%	38 109	16 464	131%
Resultados de prestação de serviços financeiros	6 695 923	4 193 958	60%	21 697	25 403	-15%
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	27 590	5 110	440%	89	31	189%
Outros resultados de exploração	-528 033	-3 023 995	-83%	-1 711	-18 316	-91%
PRODUTO BANCÁRIO	56 647 923	33 808 522	68%	183 560	204 776	-10%
Custos com pessoal	-12 376 447	-9 567 724	29%	-40 104	-57 951	-31%
Outros gastos administrativos	-7 556 073	-5 275 097	43%	-24 484	-31 951	-23%
Amortizações	-678 014	-540 839	25%	-2 197	-3 276	33%
Provisões e imparidades	-825 111	-1 148 940	-28%	-2 674	-6 959	-62%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	35 212 278	17 275 922	104%	114 101	104 639	9%
Impostos sobre resultados	-2 889 769	-247 568	1067%	-9 364	-1 500	524%
RESULTADO LÍQUIDO	32 322 509	17 028 354	90%	104 737	103 140	2%

Através da análise ao excelente desempenho do Standard Bank de Angola em 2018 fica evidente que este reflecte a solidez, experiência e inovação da Instituição.

Desde a sua origem, o Standard Bank de Angola encontra-se num caminho de solidez, crescimento e sustentabilidade.

Análise de Resultados

No final de 2018, o resultado líquido do Standard Bank de Angola cifrou-se em 32 323 milhões AOA, reflectindo este montante um crescimento de 90% comparativamente com o montante de 17 028 milhões AOA registado em 2017.

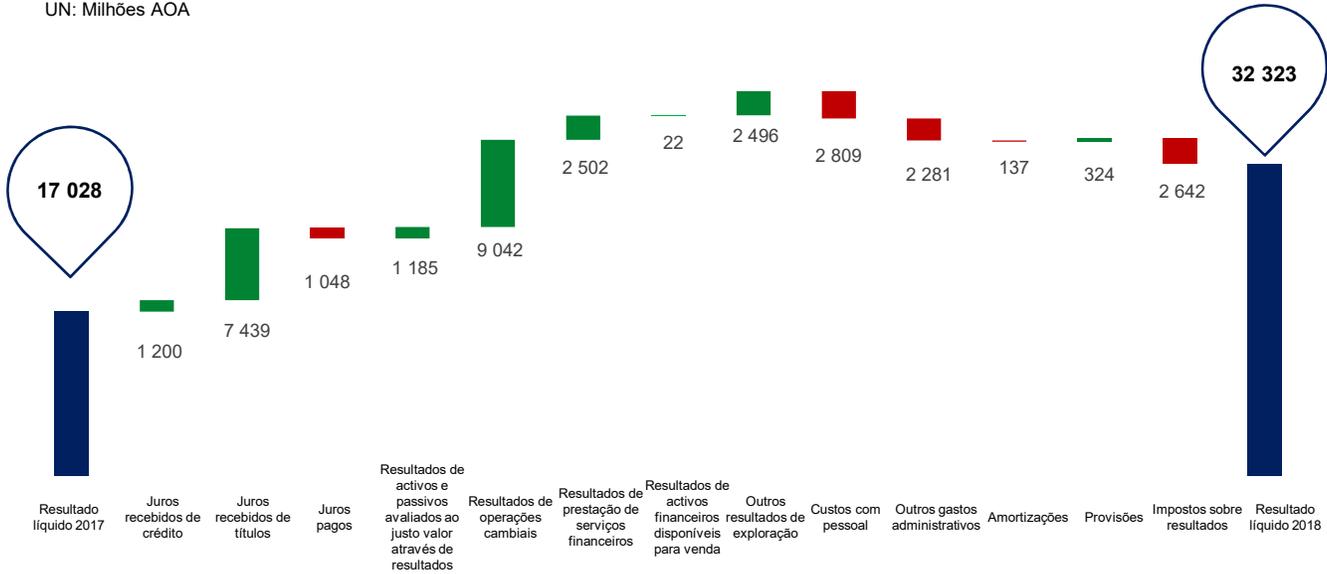
A análise à demonstração de resultados do Banco permite constatar que a margem financeira cresceu 26%, os resultados de operações cambiais aumentaram em mais de 100% e os resultados de prestação de serviços financeiros aumentaram 60% quando comparados com 2017, o que se traduziu num aumento de 68% no produto bancário, atingindo este indicador um montante de 56 648 milhões AOA.

Os custos com gastos administrativos apresentaram uma subida de 34% face ao ano homólogo, que incorporou a desvalorização de 86% do Kwanza face ao dólar e a inflação de 18%, evidenciando o esforço de optimização empreendido pelo Banco.

Em resultado da forte aposta do Banco nos seus Colaboradores e do investimento no seu desenvolvimento, os custos com pessoal registaram um aumento de 31% para 12 376 milhões AOA. O aumento do número de Colaboradores face ao exercício transitado também influenciou esta subida, sendo que esta rubrica representa cerca de 60% do total dos custos do Standard Bank de Angola.

A gestão dos gastos do Banco continuou a ser, em 2018, alvo de especial atenção através do reforço do seu modelo de governação, tendo como resultado uma melhoria do *cost-to-income* de 46% para 36%.

UN: Milhões AOA





Contribuição para o ROE

O forte desempenho em 2018 traduziu-se num ROE de 63%, representando um aumento de 3 pontos percentuais face a 2017, reforçando o estatuto do Standard Bank de Angola como um dos Bancos com melhor rentabilidade dos seus capitais próprios.

Para este aumento contribuíram maioritariamente o aumento registado na margem financeira e a melhoria da eficiência nos gastos administrativos. Este nível de rentabilidade, juntamente com um rácio de solvabilidade de 32%, reforça a solidez do Standard Bank de Angola. A capacidade de remunerar os seus accionistas e a constante adopção das melhores práticas de gestão de risco são também prova da seriedade e do bom funcionamento do Banco.



Evolução do ROE



	2018	2017
Margem Financeira	71%	102%
Resultados de negociação e ajustes ao justo valor	4%	4%
Resultados de operações cambiais	23%	10%
Resultados de prestação de serviços financeiros	13%	15%
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0%	-
Outros resultados de exploração	-1%	-8%
Produto bancário	110%	120%
Gastos administrativos	-39%	-53%
Amortizações	-1%	-2%
Provisões	-2%	-4%
Outros proveitos e custos operacionais	-	-
Resultados operacionais	69%	61%
Resultado não operacional	-	-
Imposto sobre resultados	-6%	-1%
Resultados líquidos	63%	60%



Margem Financeira e Margem Complementar

	MILHARES AOA			MILHARES USD		
	2018	2017	VARIAÇÃO	2018	2017	VARIAÇÃO
Proveitos de aplicações de liquidez	-	838 487	-100%	-	5 079	-100%
Proveitos de títulos e valores mobiliários	34 695 273	26 417 705	31%	134 109	160 010	-16%
Proveitos de créditos	6 400 905	5 200 543	23%	24 742	31 499	-21%
Proveitos de instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	-
PROVEITOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS ACTIVOS	41 096 178	32 456 734	27%	158 851	196 588	-19%
Custos de depósitos	3 945 076	3 364 033	17%	15 272	20 376	-25%
Custos de outras captações	738 329	277 346	166%	2 854	1 680	70%
CUSTOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS	4 689 605	3 641 379	29%	18 126	22 056	-18%
MARGEM FINANCEIRA	36 406 773	28 815 355	26%	140 725	174 532	-19%

Análise de Resultados

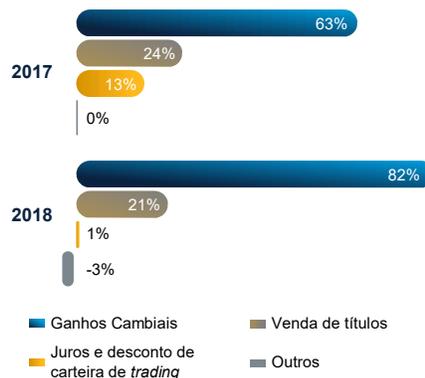


Margem Financeira e Margem Complementar

A capacidade do Banco em gerar maior volume de rendimentos resultou do aumento dos investimentos efectuados e por via da optimização da gestão de liquidez do Banco que mais que compensaram a descida das taxas de juro de referência. Neste sentido, a margem financeira do Banco aumentou 26% face a 2017, ascendendo a 36 407 milhões AOA. De assinalar também a evolução no custo com depósitos, com uma variação de 17% face a 2017.

O posicionamento e rápida resposta do Banco, permitiram alcançar uma subida de 60% nas comissões por prestações de serviços financeiros. Ao longo do período de 2018, a margem complementar registou 20 241 milhões AOA, o que reflectiu um significativo aumento face ao montante de 4 993 milhões AOA registado em 2017. Esta variação derivou do aumento dos resultados de negociação associados aos resultados de operações cambiais.

Resultados de Negociação



41 096 milhões AOA

PROVEITOS DE
INSTRUMENTOS
FINANCEIROS



4 689 milhões AOA

CUSTOS DE
INSTRUMENTOS
FINANCEIROS



**36 407
milhões AOA**

MARGEM
FINANCEIRA

	MILHARES AOA			MILHARES USD		
	2018	2017	VARIAÇÃO	2018	2017	VARIAÇÃO
Resultados de negociação*	14 073 260	3 823 204	268%	85 241	23 309	268%
Resultados de prestação de serviços financeiros	6 695 923	4 193 958	60%	25 882	25 403	60%
Outros resultados**	-528 033	-3 023 995	-83%	-3 198	-18 437	-83%
MARGEM COMPLEMENTAR	20 241 150	4 993 167	305%	107 925	41 898	257%

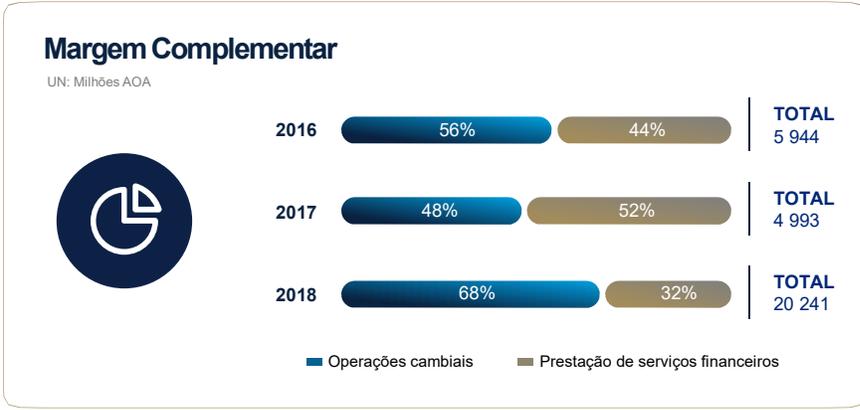
* Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados + Resultados de operações cambiais + Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

** O Imposto de Aplicação de Capitais (IAC) passou a integrar a linha de impostos o que explica a diminuição acentuada registada nesta rúbrica

Análise de Resultados



Margem Financeira e Margem Complementar



RÁCIO ENTRE A MARGEM COMPLEMENTAR E O PRODUTO BANCÁRIO

Os ganhos com operações cambiais apresentam uma subida superior a quatro vezes o valor de 2017 derivado, não só, ao aumento da quota de mercado do Standard Bank de Angola nos leilões de divisas, mas também em resultado da desvalorização do Kwanza. Neste sentido, o rácio entre a margem complementar e o produto bancário aumentou de 15% no exercício de 2017, para 36% em 2018.



Análise de Resultados



Custos

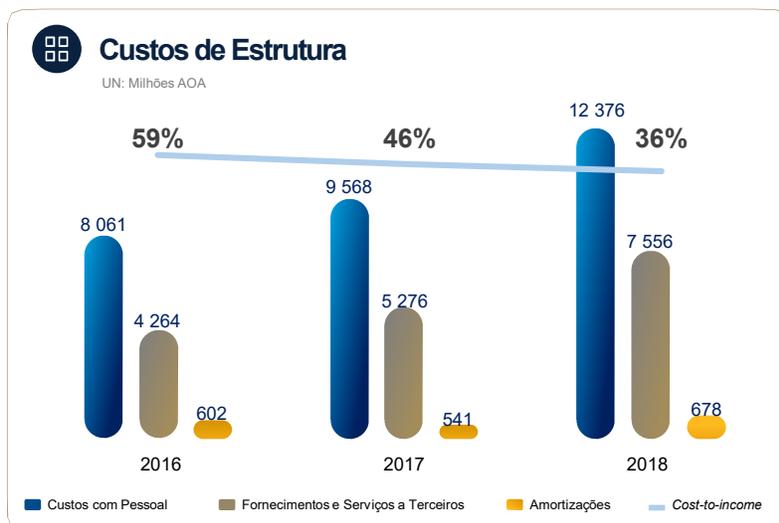
	MILHARES AOA			MILHARES USD		
	2018	2017	VARIAÇÃO	2018	2017	VARIAÇÃO
Custos com pessoal	12 376 447	9 567 724	29%	40 104	57 951	-31%
Fornecimentos e serviços de terceiros	7 556 073	5 275 097	43%	24 484	31 951	-23%
Amortizações	678 014	540 839	25%	2 197	3 276	-33%
CUSTOS DE ESTRUTURA	20 610 534	15 383 660	34%	66 786	93 178	-28%
COST-TO-INCOME*	36%	46%	-9%	37%	46%	-9%

*Cost-to-income não inclui Outros Custos Gerais que correspondem ao Imposto de Aplicação de Capitais (IAC)

Ao longo do exercício de 2018, o total dos custos de estrutura cresceram 34%, passando de 15 384 milhões AOA em 2017 para 20 611 milhões AOA em 2018. Este aumento explica-se, na sua maioria, pelos aumentos verificados quer nos custos com pessoal, fruto da grande aposta do Banco nos seus Colaboradores, quer nos fornecimentos e serviços a terceiros.

A aplicação de uma política de remunerações muito competitiva, combinada com o forte investimento na formação e no bem-estar dos Colaboradores, contribuíram para que o Standard Bank de Angola registasse em 2018 um total de custos com pessoal de 12 376 milhões AOA. Este valor reflecte um aumento de 29% face ao valor do ano anterior e representa 60% do total dos custos do Standard Bank de Angola.

O aumento dos fornecimentos e serviços a terceiros incorpora não só a inflação de 18% do ano 2018, assim como a desvalorização de 86% do Kwanza face ao Dólar. Adicionalmente, o esforço efectuado pelo Banco para aumentar a eficiência dos seus gastos, combinado com a melhoria observada no produto bancário traduziu-se numa redução do cost-to-income em 10 pontos percentuais, passando de 46% em 2017 para 36% em 2018.



Análise de Resultados



Impostos

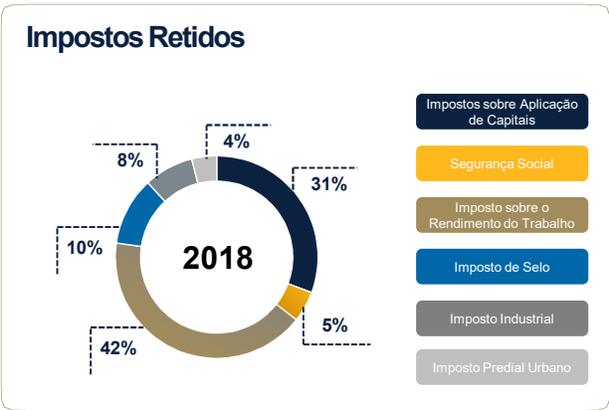
Em linha com as práticas do Grupo Standard Bank, o Banco tem uma estratégia fiscal que delinea o quadro pelo qual as obrigações fiscais devem ser satisfeitas. O Standard Bank de Angola adopta uma abordagem prudente em matéria fiscal, com o objectivo de mitigar quaisquer consequências financeiras inesperadas e, naturalmente, proteger a sua reputação.

O Banco suportou um montante de 3 729 milhões AOA ao longo de 2018 no que respeita ao pagamento de impostos, comparado com 3 091 milhões pagos no exercício de 2017.

Olhando para a distribuição dos diferentes impostos, verifica-se que o imposto sobre a aplicação de capitais é o imposto com maior peso, tendo sido pago um valor 2 890 milhões AOA em 2018. A contribuição para a Segurança Social também tem um peso significativo no total de impostos, tendo atingido um valor de 425 milhões AOA no exercício de 2018.

Adicionalmente, Banco suportou os seguintes impostos: imposto de selo (IS) sobre as comissões do Banco, contribuição especial dos invisíveis correntes, imposto predial urbano (IPU) dos imóveis próprios e outros.

De um modo geral, os montantes de impostos entregues ao Estado (suportados e retidos) pelo Banco registaram um crescimento significativo de 36%: 5 281 milhões AOA em 2017 para 7 176 milhões AOA em 2018. Esta variação deveu-se não só ao crescimento da actividade do Banco, mas também à sua preocupação em garantir o cumprimento das suas obrigações perante o Estado.



Proposta de Aplicação de Resultados



RESULTADO LÍQUIDO: 32 322 509 MILHARES AOA



RESERVAS LEGAIS: 3 232 251 MILHARES AOA



DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS: 3 232 251 MILHARES AOA, SENDO QUE 1 425 137 MILHARES AOA JÁ FORAM DISTRIBUÍDOS DURANTE O ANO DE 2018



**RESULTADOS TRANSITADOS:
25 858 007 MILHARES AOA**



01 Enquadramento
Macroeconómico

02 Principais
Indicadores

03 Estratégia
para 2018

04 O Standard
Bank de Angola

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARECERES

276	Demonstrações
281	Notas
380	Parecer do Auditor Externo

05 Inovação e
Tecnologia

06 Sistema de
Controlo Interno

07 Modelo de
Gestão de Risco

08 Análise
Financeira

09 **Demonstrações
Financeiras e Pareceres**



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE KWANZAS (AOA), EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO

	Notas	MILHARES AOA	
		31/12/2018	31/12/2017
Caixa e disponibilidades em Bancos centrais	4	71 255 540	68 955 622
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	79 706 837	40 310 094
Aplicações em Bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	30 954 207	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	7 150 176	8 576 461
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	8	93 446 527	79 422 026
Investimentos ao custo amortizado	9	90 876 156	78 802 143
Crédito a Clientes	10	53 697 185	35 070 318
Activos não correntes detidos para venda	11	-	1 332 934
Outros activos tangíveis	12	6 039 839	2 261 823
Activos intangíveis	13	1 243 031	712 576
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14	-	49 910
Activos por impostos correntes	15	272 675	186 704
Activos por impostos diferidos	15	1 965 448	-
Outros activos	16	6 638 949	2 143 781
TOTAL DO ACTIVO		443 246 570	317 824 392
Recursos de Bancos centrais e de outras instituições de crédito	17	898 947	733 524
Recursos de Clientes e outros empréstimos	18	336 812 454	265 657 775
Responsabilidades representadas por títulos	19	4 745 970	-
Provisões	20	2 108 859	889 384
Passivos por impostos correntes	15	2 729 360	1 369 883
Passivos subordinados	21	9 451 532	5 050 620
Outros passivos	22	21 641 042	6 264 929
TOTAL DO PASSIVO		378 388 164	279 966 115
Capital Social	24	9 530 007	9 530 007
Reservas de reavaliação	23	(780 702)	(615 229)
Outras reservas e resultados transitados	23	23 786 592	11 915 145
Resultado líquido		32 322 509	17 028 354
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		64 858 406	37 858 277
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO		443 246 570	317 824 392

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE KWANZAS (AOA), EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO

	Notas	MILHARES AOA	
		2018	2017
Juros e rendimentos similares	26	41 096 178	32 456 734
Juros e encargos similares	26	(4 689 405)	(3 641 379)
MARGEM FINANCEIRA		36 406 773	28 815 355
Rendimentos de serviços e comissões	27	7 890 302	5 077 013
Encargos com serviços e comissões	27	(1 194 379)	(883 055)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	28	2 284 967	1 099 860
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	29	27 590	5 110
Resultados cambiais	30	11 760 703	2 718 234
Outros resultados de exploração	31	(528 033)	(3 023 995)
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA		56 647 923	33 808 522
Custos com pessoal	32	(12 376 447)	(9 567 724)
Fornecimentos e serviços de terceiros	33	(7 556 073)	(5 275 097)
Depreciações e amortizações do exercício	12 e 13	(678 014)	(540 839)
Provisões líquidas de anulações	20	(948 974)	(320 153)
Imparidade para crédito a Clientes líquida de reversões e recuperações	10	142 196	(739 959)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	4,5,6,9,16 e 23	(18 333)	(88 828)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		35 212 278	17 275 922
Impostos sobre os resultados	15	(2 889 769)	(247 568)
RESULTADO LÍQUIDO		32 322 509	17 028 354
Número médio de acções ordinárias emitidas		1.000.000	1.000.000
Resultados por acção básico (em kwanzas)	34	32,323	17,028
Resultados por acção diluído (em kwanzas)	34	32,323	17,028

DEMONSTRAÇÃO DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE KWANZAS (AOA), EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO

	Notas	MILHARES AOA	
		31/12/2018	31/12/2017
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		32 322 509	17 028 354
Outro rendimento integral do exercício			
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	15 e 23		
Variações no justo valor		(212 125)	2 335 785
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período		46 652	-
Impacto fiscal		-	(140 160)
TOTAL DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		(165 473)	2 195 625
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		32 157 036	19 223 979

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE KWANZAS (AOA), EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO

	MILHARES AOA							Total do capital próprio
	Capital social (Nota 24)	Reservas de reavaliação (Nota 23)	Outras reservas e resultados transitados (Nota 23)				Resultado líquido	
			Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Total		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	9 530 007	(2 810 854)	748 012	3 285 717	2 635	4 036 364	7 877 760	18 633 277
Outro rendimento integral								
Alterações de justo valor	-	2 195 625	-	-	-	-	-	2 195 625
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	17 028 354	17 028 354
Total de rendimento integral no exercício	-	2 195 625	-	-	-	-	17 028 354	19 223 979
Constituição de reservas	-	-	787 776	7 089 984	-	7 877 760	(7 877 760)	-
Outros movimentos	-	-	-	2 898	(1 877)	1 021	-	1 021
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	9 530 007	(615 229)	1 535 788	10 378 599	758	11 915 145	17 028 354	37 858 277
Outro rendimento integral								
Alterações de justo valor	-	(212 125)	-	-	-	-	-	(212 125)
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	-	46 652	-	-	-	-	-	46 652
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	32 322 509	32 322 509
Total de rendimento integral no exercício	-	(165 473)	-	-	-	-	32 322 509	32 157 036
Constituição de reservas	-	-	1 702 836	15 325 518	-	17 028 354	(17 028 354)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(5 682 225)	-	(5 682 225)	-	(5 682 225)
Ajustamento transição IFRS 9 (Nota 2.2)	-	-	-	524 867	-	524 867	-	524 867
Outros movimentos	-	-	-	-	451	451	-	451
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	9 530 007	(780 702)	3 238 624	20 546 759	1 209	23 786 592	32 322 509	64 858 406

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE KWANZAS (AOA), EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO

	MILHARES AOA		
	Notas		
	31/12/2018	31/12/2017	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	50 337 140	28 958 637	
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(6 251 508)	(4 187 812)	
Pagamentos a empregados e fornecedores	(19 932 520)	(14 842 821)	
Outros resultados	11 232 670	(305 761)	
FLUXOS DE CAIXA ANTES DAS ALTERAÇÕES NOS ACTIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS	35 385 782	9 622 243	
(Aumentos)/Diminuições de activos operacionais			
Aplicações em Bancos centrais e em outras instituições de crédito	(30 860 061)	20 737 875	
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 840 026	2 195 312	
Activos financeiros disponíveis para venda	(14 785 795)	(2 909 506)	
Investimentos detidos até à maturidade	(12 770 400)	(53 045 194)	
Crédito a Clientes	(18 715 176)	15 149 004	
Activos não correntes detidos para venda	1 332 934	-	
Outros activos	(6 496 677)	(435 009)	
FLUXO LÍQUIDO PROVENIENTE DOS ACTIVOS OPERACIONAIS	(78 455 149)	(18 307 518)	
(Aumentos)/Diminuições de passivos operacionais			
Recursos de Bancos centrais e de outras instituições de crédito	165 423	-	
Recursos de Clientes e outros empréstimos	75 233 837	(71 704 337)	
Outros passivos	13 779 346	2 835 641	
FLUXO LÍQUIDO PROVENIENTE DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	89 178 606	(68 868 696)	
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	46 109 239	(77 553 971)	
Impostos sobre o rendimento pagos	1 530 292	-	
CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	47 639 531	(77 553 971)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações	(4 300 833)	(204 975)	
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações	(659 812)	(415 869)	
CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	(4 960 645)	(620 844)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Distribuição de dividendos	(5 682 225)	-	
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos e compras	4 700 000	-	
CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(982 225)	-	
Variação de caixa e seus equivalentes	41 696 661	(78 174 815)	
Caixa e seus equivalentes no início do período	109 265 716	187 440 531	
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	150 962 377	109 265 716	
Caixa e equivalentes engloba			
Caixa	4	5 396 480	2 904 184
Disponibilidades em Bancos centrais	4	26 971 268	13 512 380
Disponibilidades em Bancos centrais de natureza obrigatória	4	38 887 792	52 539 058
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	79 706 837	40 310 094
TOTAL		150 962 377	109 265 716

NOTA 1 – NOTA INTRODUTÓRIA

O Standard Bank de Angola, S.A. (doravante também designado por “Banco” ou “SBA”), é um Banco de capitais privados com sede no Condomínio Belas Business Park, Edifício Cuando Cubango, 8º andar, Talatona, Angola. O Banco foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola em 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional em 27 de Setembro de 2010.

O Banco tem como objectivo o exercício da actividade bancária nos termos permitidos por lei, que inclui a obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA), aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

No que se refere à estrutura accionista e conforme detalhado na Nota 24, o Banco é detido maioritariamente pelo Standard Bank da África do Sul em 51%. Na Nota 35 encontram-se detalhados os principais saldos e transacções com accionistas e outras entidades relacionadas.

O Banco terminou o ano de 2018 e 2017 com 18 agências abertas.

NOTA 2 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Aviso nº 6/2016 de 22 de Junho, do Banco Nacional de Angola, as demonstrações financeiras do Standard Bank de Angola, S.A. são preparadas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS).

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras do Standard Bank de Angola, S.A. agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de AOA, a moeda do ambiente económico no qual o Banco se encontra, arredondado ao milhar mais próximo. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os câmbios de AOA face às divisas relevantes para a actividade do Banco eram os seguintes:

	2018	2017
USD	308,607	165,924
EUR	353,015	185,400

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de Fevereiro de 2019, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As políticas contabilísticas são consistentes com as reportadas em anos anteriores, com excepção da (i) alteração da classificação do Imposto sobre Aplicação de Capitais (IAC) (Nota 2.1 e 2.11.4) e da (ii) primeira adopção da IFRS 9 em 1 de Janeiro de 2018 (Nota 2.2).

2.1 Alteração da classificação do Imposto sobre Aplicação de Capitais

Em 1 de Janeiro de 2018 o Banco procedeu a uma alteração de política contabilística voluntária relativamente à classificação do IAC, que passou a ser representado na demonstração de resultados de impostos correntes, estando anteriormente apresentado na rubrica de outros resultados de exploração.

Esta alteração constitui uma alteração de política contabilística voluntária na medida em que esta nova classificação permite aos leitores das demonstrações financeiras uma melhor análise da tributação a que o Banco se encontra sujeito em cada exercício, tendo por isso sido considerado que a mesma é mais relevante que a consideração anterior.

2.2 Adopção da IFRS 9

Com efeitos desde 1 de Janeiro de 2018, a IFRS 9 – Instrumentos financeiros revogou a IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Esta norma introduziu o conceito de um modelo de imparidade com base em perdas esperadas (*Expected Credit Loss* ou ECL) em substituição do modelo com base em perdas incorridas, e novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.

Esta norma impactou as reservas do Banco aquando da transição, tanto pelos requisitos de imparidade de acordo com o novo modelo ECL como pelos requisitos de classificação e mensuração.

Reexpressão de comparativos

O Banco adoptou a IFRS 9 tal como publicada pelo IASB em Julho de 2014 com data de transição em 1 Janeiro de 2018, o que resultou em alterações nas políticas contabilísticas e ajustamentos aos montantes reconhecidos anteriormente nas demonstrações financeiras.

Com a entrada em vigor da IFRS 9 o Banco decidiu adoptar uma estrutura das demonstrações financeiras convergente com as orientações do Banco Nacional de Angola, que tem as seguintes alterações face à apresentada a 31 de Dezembro de 2017:

31 de Dezembro de 2018 (IFRS 9)	31 de Dezembro de 2017 (IAS 39)
Investimentos ao custo amortizado	Investimentos detidos até à maturidade
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Outros créditos e valores a receber
Resultados de investimentos ao custo amortizado	Activos financeiros disponíveis para venda
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Resultados de investimentos detidos até à maturidade
	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O Banco decidiu não reexpressar os montantes comparativos, tal como previsto na norma transitória da IFRS 9. Todos os ajustamentos efectuados aos montantes contabilísticos de activos e passivos financeiros na data de transição foram reconhecidos em resultados transitados e em outras reservas do período actual. Consequentemente, na divulgação das notas, as consequentes modificações às divulgações da IFRS 7 foram consideradas apenas no período actual. As notas divulgadas sobre o período comparativo reproduzem as divulgações feitas no ano anterior.

A adopção da IFRS 9 resultou em alterações nas políticas contabilísticas para o reconhecimento, classificação e mensuração de activos financeiros e imparidade de activos financeiros. A IFRS 9 provocou também alterações significativas noutras normas relacionadas com instrumentos financeiros, tal como a IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Divulgações”.

Reconciliação dos saldos da demonstração da posição financeira da IAS 39 para a IFRS 9:

O Banco efectuou uma análise detalhada dos seus modelos de negócio para gestão de activos financeiros e análise das características dos seus fluxos de caixa.

Apresenta-se abaixo os impactos da primeira adopção da IFRS 9:

Categoria IAS 39	Categoria IFRS9	Notas	MILHARES AOA				IFRS 9 a 01/01/2018
			IAS 39 a 31/12/2017	Ajustamento de transição IFRS 9			
				ECL	Classificação ou mensuração	Total	
Caixa e disponibilidades em Bancos centrais	Caixa e disponibilidades em Bancos centrais	4	68 955 622	-	-	-	68 955 622
Disponibilidades em outras instituições de crédito	Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	40 310 094	(438)	-	(438)	40 309 656
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	8 576 461	-	49 910	49 910	8 626 371
Activos financeiros disponíveis para venda	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	8	79 422 026	(27 293)	1 157 451	1 130 158	80 552 184
Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos ao custo amortizado	9	78 802 143	(121 901)	10 523 845	10 401 944	89 204 087
Crédito a Clientes	Crédito a Clientes	10	35 070 318	(494 426)	(10 523 845)	(11 018 271)	24 052 047
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14	49 910	-	(49 910)	(49 910)	-
TOTAL ACTIVOS FINANCEIROS			311 186 574	(644 058)	1 157 451	513 393	311 699 967
Recursos de Bancos centrais e de outras instituições de crédito	Recursos de Bancos centrais e de outras instituições de crédito	17	(733 524)	-	-	-	(733 524)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	Recursos de Clientes e outros empréstimos	18	(265 657 775)	-	-	-	(265 657 775)
Passivos subordinados	Passivos subordinados	21	(5 050 620)	-	-	-	(5 050 620)
Provisões	Provisões	20	(889 384)	11 474	-	11 474	(877 910)
TOTAL PASSIVOS FINANCEIROS			(272 331 303)	11 474	-	11 474	(272 319 829)
OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS			23	11 915 145	632 584	(1 157 451)	(524 867)

O impacto nas demonstrações financeiras do Banco da adopção da IFRS 9 é resultante dos novos requerimentos de imparidade (AOA 632 584 milhares) e da reclassificação de um instrumento financeiro da carteira de Activos financeiros disponíveis para venda para a carteira de Investimentos detidos até à maturidade com a respectiva libertação do balanço da reserva de justo valor (AOA 1 157 451 milhares).

Adicionalmente, houve a reclassificação da participação na EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A. da rubrica de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos para a rubrica de Activos financeiros ao justo valor através de resultados, e a reclassificação da obrigação em moeda estrangeira da rubrica de Crédito a Clientes (classificados em outros créditos e valores a receber) para a rubrica de Investimentos ao custo amortizado, ambas sem impacto em resultados ou capital.

Demonstrações Financeiras e Pareceres

A tabela abaixo apresenta o detalhe do ajustamento de transição referente aos novos requerimentos de imparidade:

		MILHARES AOA							
		IAS 39 a 31/12/2017			IFRS 9 a 01/01/2018				Ajustamento de transição a 01/01/2018
Notas		Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Total IAS 39	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total IFRS 9	
Crédito a Clientes	10								
Crédito à habitação		(4 622)	(151 149)	(155 771)	(6 309)	(22 546)	(151 149)	(180 004)	24 233
Leasing		(3 272)	(55 651)	(58 923)	(5 343)	(9 836)	(23 121)	(38 300)	(20 623)
Cartões de crédito		(33 011)	(54 793)	(87 804)	(71 599)	(104 483)	(75 327)	(251 409)	163 605
Outros empréstimos		(292 909)	(631 201)	(924 110)	(163 707)	(266 914)	(711 493)	(1 142 114)	218 004
Extrapatrimoniais	25								-
Cartas de crédito		(15 009)	-	(15 009)	-	-	-	-	(15 009)
Limites não utilizados		(11 284)	-	(11 284)	-	-	-	-	(11 284)
TOTAL PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E PARTICULARES		(360 107)	(892 794)	(1 252 901)	(246 958)	(403 779)	(961 090)	(1 611 827)	358 926
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	-	-	-	(438)	-	-	(438)	438
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	8	-	-	-	(27 293)	-	-	(27 293)	27 293
Investimentos ao custo amortizado	9	-	-	-	(121 901)	-	-	(121 901)	121 901
Crédito a Clientes	10								
Empresas		(250 655)	-	(250 655)	(99 556)	(204 530)	-	(304 086)	53 431
Estado		-	-	-	-	(55 776)	-	(55 776)	55 776
Extrapatrimoniais	25								
Garantias bancárias prestadas		(13 870)	-	(13 870)	(2 297)	(51)	-	(2 348)	(11 522)
Limites não utilizados		(14 728)	-	(14 728)	(18 736)	(22 333)	-	(41 069)	26 341
TOTAL GRANDES EMPRESAS E BANCA DE INVESTIMENTO		(279 253)	-	(279 253)	(270 221)	(282 690)	-	(552 911)	273 658
TOTAL		(639 360)	(892 794)	(1 532 154)	(517 179)	(686 469)	(961 090)	(2 164 738)	632 584

2.3 Crédito a Clientes

O crédito a Clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao Cliente. O crédito a Clientes é inicialmente registado ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos/proveitos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros reconhecidos na margem financeira. A componente de juros é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de balanço, sendo os respectivos proveitos periodificados em resultados ao longo da vida das operações de crédito,

independentemente do momento em que são cobrados ou pagos, salvo as situações em que apresentam incumprimento superior a 90 dias, sendo o reconhecimento dos juros suspenso até à sua regularização (Nota 2.14).

Adicionalmente são periodificadas, pelo prazo da vida das operações, na margem de crédito as comissões cobradas relacionadas com as operações de crédito.

O crédito a Clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido, ou (iv) quando não existem perspectivas realistas da recuperação dos créditos, numa perspectiva, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, sendo os mesmos abatidos ao activo.

2.3.1 Imparidade (IFRS 9)

A IFRS 9 estabeleceu um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” em substituição do anterior modelo previsto na IAS 39 baseado em “perdas incorridas”. O evento de perda não necessita assim de ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral (OCI ou *Other Comprehensive Income*).

No caso do risco de crédito de um activo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso do risco de crédito ter aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

2.3.1.1 Expected Credit Loss (ECL)

Os ECL são uma estimativa de probabilidade das perdas de crédito e serão mensurados da seguinte forma:

- Activos financeiros que não detêm imparidade de crédito na data de reporte: o valor actual (*present value*) de todos os fluxos não cumpridos isto é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
- Activos financeiros que detêm imparidade de crédito à data de reporte: a diferença entre o valor bruto detido e o valor actual (*present value*) dos fluxos de caixa estimados futuros;
- Disponibilidades de crédito não utilizadas: o valor actual (*present value*) da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Banco se o empréstimo for pago na sua totalidade, e os fluxos de caixa que o Banco espera efectivamente receber.

Activos financeiros que detêm imparidade são definidos na IFRS 9 de uma maneira semelhante à dos activos financeiros que se encontram com imparidade na IAS 39.

Os inputs chave para a mensuração dos ECL são previsivelmente as seguintes variáveis:

- Probabilidade de Incumprimento (*Probability of Default* ou PD);
- Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default* ou LGD) e
- Exposição em Incumprimento (*Exposure at Default* ou EAD).

Estes parâmetros derivam de modelos estatísticos internos desenvolvidos, e outros dados históricos que derivam de modelos regulatórios. Serão ajustados para reflectir informação prospectiva.

As estimativas de PD são estimativas a uma determinada data, que serão calculadas com base num modelo de notações estatísticas, e obtidas utilizando ferramentas de notações criadas para as várias categorias de contrapartes e exposições. Estes modelos estatísticos serão baseados em dados compilados internamente, compreendendo tanto factores qualitativos como factores quantitativos. Onde se encontrarem disponíveis dados de mercado, estes podem também ser utilizados para obter a PD de grandes contrapartes *corporate*. Se uma contraparte ou exposição migrar entre classes de notação, então isto irá levar a uma mudança na estimativa da PD associada. As PDs serão estimadas considerando as maturidades contratuais das exposições e taxas de pagamento antecipado estimado.

Demonstrações Financeiras e Pareceres

A LGD é a magnitude da perda provável se existir incumprimento. O Banco estimará os parâmetros de LGD com base nas taxas de recuperação históricas de processos contra contrapartes em incumprimento. Os modelos de LGD considerarão a estrutura, o colateral, a senioridade da disputa, indústria da contraparte e custos de recuperação de qualquer colateral que integra o activo financeiro. Para empréstimos colateralizados por propriedades imobiliárias, rácios de *loan-to-value* (LTV) são o parâmetro chave na determinação da LGD. As estimativas de LGD serão calibradas para diferentes cenários económicos e, para empréstimos imobiliários, de forma a reflectir possíveis mudanças nos preços das propriedades. Serão calculadas numa base de fluxos de caixa não descontados utilizando a taxa de juro efectiva como o factor de desconto. Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, foi acordado para efeitos de consistência pelo Grupo Standard Bank o pressuposto de que a LGD não inclui recuperações de contratos abatidos ao activo.

A EAD representa a exposição esperada na eventualidade de incumprimento. O Banco irá obter as EAD da exposição actual às contrapartes, e as mudanças potenciais para o montante nos termos do contrato, incluindo amortização, e pagamentos antecipados. A EAD dos activos financeiros será o valor bruto detido no incumprimento.

Para posições extrapatrimoniais (limites não utilizados, cartas de crédito e garantias financeiras), a EAD considera o valor descontado, bem como os potenciais montantes futuros que poderão ser levantados ou amortizados no âmbito do contrato. Para esta estimativa, o Banco considera o valor nominal das posições extrapatrimoniais multiplicado pelo *Credit conversion factor* (CCF) tendo em conta os níveis de risco apresentados na Tabela 2 do Aviso nº 9/2016 do Banco Nacional de Angola, onde posições com risco elevado são ponderadas a 100%, posições com risco médio são ponderadas a 20%, posições com risco médio/baixo são ponderadas a 20% e posições com risco baixo são ponderadas a 0%.

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, os limites não utilizados são considerados pelo modelo de imparidade como exposições patrimoniais.

2.3.1.2 Análise individual e colectiva

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, o modelo de imparidade do Banco para os créditos no Estágio 3 é efectuado numa base individual. Para créditos no Estágio 1 e 2 é efectuado numa base colectiva, agrupando a carteira por segmento (*Personal Banking* ou PB, *Business Banking* ou BB e *Private Banking* ou PVB) e por produto (empréstimos à habitação, leasing, descobertos, empréstimos de médio e longo prazo, cartões de crédito e cartas de crédito).

Para Grandes Empresas e Banca de Investimento, o modelo de imparidade do Banco é efectuado numa base individual, tendo em conta um modelo de rating para cada classe de activo.

2.3.1.3 Aumento significativo do risco de crédito (*Significant increase in credit risk* ou SICR)

No âmbito da IFRS 9, na determinação de que o risco de crédito (isto é risco de incumprimento) aumentou consideravelmente num instrumento financeiro desde o seu reconhecimento inicial, o Banco irá considerar informação razoável e suportável que é relevante e disponível sem grande custo ou esforço, incluindo tanto informação qualitativa como quantitativa, e a análise baseada na experiência histórica do Banco, análise técnica do crédito e informação prospectiva.

O Banco irá primeiramente identificar de que forma um aumento significativo do risco de crédito ocorreu para uma exposição comparando:

- A probabilidade de incumprimento (PD) para a restante vida do contrato à data de reporte; com
- A PD da restante vida do contrato para este ponto no tempo que foi estimado no reconhecimento inicial da exposição.

Avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial de um instrumento financeiro requer a identificação da data de reconhecimento inicial do instrumento. Para certos instrumentos de crédito de carácter renovável (por exemplo cartões de crédito e descobertos bancários), a data em que o crédito foi concedido pode ter sido há muito tempo atrás. A modificação dos termos contratuais de instrumentos financeiros pode também afectar a avaliação.

2.3.1.4 Níveis de risco de crédito (Estágios)

O Banco irá alocar cada exposição a um determinado nível de risco de crédito (Estágio), entre 1, 2 ou 3, com base numa variedade de dados que é determinada de forma preditiva do risco de incumprimento, e aplicando julgamento experimentado de crédito. O Banco irá usar esses níveis na identificação de riscos de crédito significativos no âmbito da IFRS 9. Os níveis de risco de crédito são definidos usando factores qualitativos e quantitativos que são indicadores do risco de incumprimento (*default*). Estes factores podem variar dependendo da natureza da exposição e do tipo de Cliente.

Os níveis de risco de crédito são definidos e calibrados para que o risco do incumprimento aumente exponencialmente à medida que o risco de crédito se deteriora. Nesse sentido, a diferença entre o risco de incumprimento e o risco de crédito nos níveis 1 e 2 é inferior à diferença entre os riscos de crédito nos níveis 2 e 3.

Cada exposição será alocada ao seu nível de risco de crédito no momento do reconhecimento inicial, com base na informação disponível acerca do Cliente. Todas exposições são sujeitas a uma monitorização constante, que pode resultar em transferências de um nível de risco de crédito para outro.

O Banco considera contratos com mais de 90 dias de atraso no Estágio 3. Adicionalmente, considera no Estágio 2 contratos com mais de 30 dias de atraso, que tenham apresentado um aumento significativo do risco de crédito ou contratos que estejam na *whatchlist*. Os restantes contratos são considerados no Estágio 1.

Para as exposições no Estágio 1, o período de mensuração do ECL é de 12 meses (ou o seu período remanescente de maturidade, caso seja inferior a 12 meses). Para as exposições no Estágio 2 ou 3, o período de mensuração do ECL é toda a vida útil da exposição (*lifetime*).

2.3.1.5 Estrutura Temporal da PD

Os níveis de risco de crédito serão um *input* primário para a determinação da estrutura temporal da PD nas exposições. O Banco irá recolher indicadores de *performance* e de incumprimento acerca das suas exposições tendo em consideração o identificador geográfico, o tipo de produto e Cliente, e o nível de risco de crédito. Para determinados *portfolios*, a informação obtida de agências de notação de crédito externas pode também ser utilizada.

O Banco irá utilizar modelos estatísticos para analisar os dados recolhidos e gerar estimativas da PD para o restante período da exposição.

Esta análise irá incluir a identificação e calibração das relações entre as variações das taxas de incumprimento e as variações nos principais factores macroeconómicos, bem como numa análise mais aprofundada do impacto de determinados factores (por exemplo, experiência de reestruturações) no risco de incumprimento. Para a maioria das exposições, os indicadores macroeconómicos chave incluem o crescimento do PIB, taxas de juro de *benchmark* e os níveis de desemprego.

Para as exposições de indústrias específicas e regiões, a análise poderá ser estendida às correspondentes matérias primas e/ou preços do mercado imobiliário.

2.3.1.6 Definição de *default*

No âmbito da IFRS 9, o Banco considera os seus activos financeiros como estando em *default* quando:

- O devedor não irá ser capaz de pagar as suas obrigações de crédito na totalidade, sem recurso pelo Banco ao accionar as garantias detidas (no caso de existência das mesmas); ou
- O devedor encontra-se em incumprimento há pelo menos 90 dias de alguma obrigação material do contrato a realizar junto do Banco. No caso dos descobertos bancários, considera-se que existe incumprimento quando:
 - (i) O mutuário tenha excedido o limite recomendado por mais de 90 dias, ou seja, o mutuário em causa não tenha conseguido reduzir o montante em dívida, no referido prazo, para um valor dentro do limite autorizado; ou
 - (ii) For recomendado ao mutuário um limite inferior ao montante em dívida do mutuário e o mutuário em causa não tenha conseguido reduzir o montante em dívida no prazo de 90 dias para um valor dentro do novo limite recomendado; ou
 - (iii) O Banco conceda crédito a uma pessoa sem limite autorizado, cujo crédito não seja pré-pago no prazo de 90 dias.

Na verificação do incumprimento (*default*), o Banco irá considerar os seguintes indicadores:

- Qualitativos: quebras de cláusulas ou *covenants* contratuais;

- Quantitativos: estado de incumprimento e o não pagamento de outra obrigação do mesmo devedor ao Banco;
- Baseados em dados desenvolvidos internamente ou obtidos externamente.

Os *inputs* da avaliação de quando um instrumento financeiro se encontra em *default*, e da sua significância, podem variar ao longo do tempo para reflectir modificações nas circunstâncias.

Os activos financeiros em estado de *default* são considerados no Estágio 3.

2.3.1.7 Informação Prospectiva

No âmbito da IFRS 9, o Banco incorpora informação prospectiva tanto na avaliação do aumento significativo do risco de crédito de um instrumento desde o seu reconhecimento inicial, como na mensuração dos ECL.

O Banco formula um “cenário base” de perspectiva futura das variáveis económicas relevantes e um conjunto representativo de outras possíveis projecções de cenários, com base nos conselhos do Comité de Gestão de Risco de Crédito (CRMC), de especialistas económicos, e uma variedade de considerações actuais e de projecção de informação externa. Este processo irá envolver o desenvolvimento de dois ou mais cenários económicos e a consideração das probabilidades relativas de cada desfecho. A informação externa deve incluir dados económicos e projecções publicadas por entidades governamentais e autoridades monetárias nos países onde o Banco desenvolve operações, organizações supranacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e o Fundo Monetário Internacional, e analistas privados académicos e do sector.

O cenário base representa o resultado mais provável e é alinhado com a informação utilizada pelo Banco para outros efeitos, tais como planeamento estratégico e orçamentação. Os restantes cenários representarão resultados mais optimistas ou pessimistas. O Banco irá levar a cabo testes de *stress* periódicos com choques mais extremos para calibrar e determinar outros cenários representativos.

O Banco identifica os *drivers* chave de risco de crédito e perdas de crédito para cada *portfolio* de instrumentos financeiros e, utilizando uma análise dos dados históricos, estima relações entre as variáveis macroeconómicas, o risco de crédito e as perdas de crédito. Estes *drivers* chave incluem taxas de juro, taxas de desemprego e projecções do PIB. As relações previsíveis entre os indicadores chave, o incumprimento e as taxas de perdas nos diversos *portfolios* de activos financeiros foram desenvolvidos com base na análise de dados históricos sobre os últimos 15 anos.

Os cenários económicos utilizados serão aprovados pelo Comité de Gestão de Risco de Crédito (CRMC).

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, esta informação prospectiva é incluída na ECL no Estágio 2. Para Grandes Empresas e Banca de Investimento, a informação prospectiva é incluída no modelo de *rating* de cada Cliente.

2.3.1.8 Activos Financeiros Curados

O Banco analisa continuamente se os *triggers* que levaram contratos ao estado de *default* (Estágio 3) ainda existem. São mantidos no Estágio 3 os contratos que entraram em *default* durante pelo menos 6 meses, mesmo que já não apresentem indícios de imparidade. Se os contratos tiverem prestações trimestrais ou com periodicidade superior, será decidido no CRMC quando é que estes contratos podem ser transferidos do Estágio 3.

Um activo financeiro será transferido do Estágio 2 para o Estágio 1 quando não apresentar critérios de aumento significativo do risco de crédito.

2.3.1.9 Activos Financeiros Modificados

Os termos contratuais de um empréstimo podem ser modificados por um conjunto de razões, incluindo mudanças de condições de mercado, retenção de Clientes, e outros factores não directamente relacionados com uma actual ou potencial deterioração de crédito do Cliente. Um empréstimo existente no qual os termos tenham sido modificados deve ser desreconhecido, e o empréstimo renegociado, reconhecido como um novo empréstimo ao justo valor.

No âmbito da IFRS 9, quando os termos de um activo financeiro são modificados, e a modificação não resulta em desreconhecimento, a determinação do aumento significativo do risco de crédito reflecte a comparação da PD da vida remanescente à data de reporte com base nos termos modificados, com a PD da vida remanescente estimada com base nos dados do reconhecimento inicial e nos termos originais do contrato.

O Banco renegoceia os empréstimos de Clientes em dificuldades financeiras (referido como “atividades de reestruturação”) para maximizar as oportunidades de cobrança e minimizar o risco de incumprimento. No âmbito da Política de Reestruturação do Banco, a reestruturação é elegível numa base selectiva caso o devedor se encontre actualmente em incumprimento ou se existir um risco elevado de incumprimento e exista evidência de que o devedor tenha efectuado todas as diligências para realizar os pagamentos nos termos do contrato original e seja expectável que o devedor seja capaz de cumprir os termos revistos.

Os termos revistos normalmente incluem uma extensão da maturidade, uma modificação dos períodos de pagamento de juros e alterações aos termos das cláusulas contratuais (*covenants*) do empréstimo. Ambos os empréstimos de retalho e empresas, são sujeitos à Política de Reestruturação. O Comité de Crédito do Banco revê regularmente os reportes da actividade de reestruturação.

Para activos financeiros modificados como resultado da aplicação da Política de Reestruturação do Banco, a estimativa da PD reflectirá a forma como a modificação melhorou a capacidade do Banco para obter o pagamento de capital e juros, e a experiência passada da actividade de reestruturação em situações similares. Como parte do processo, o Banco avalia a *performance* de pagamento do devedor de acordo com as modificações dos termos contratuais e considerará vários indicadores de comportamento.

Geralmente, a reestruturação é um indicador qualitativo de incumprimento e de imparidade de crédito, sendo as expectativas de reestruturação relevantes para o julgamento da existência do aumento de risco de crédito significativo. Após a reestruturação, o Cliente necessita de demonstrar ser um bom cumpridor durante um período de tempo antes da exposição ser considerada como já não estando em incumprimento e a PD ser considerada como tendo diminuído de forma a que o ajustamento de crédito criado seja revertido e mensurado num montante igual à ECL de 12 meses (Estágio 1).

A IFRS 9 exige que a quantia escriturada bruta de um activo financeiro modificado que não seja elegível para desreconhecimento, seja calculada na data de modificação descontando os fluxos de caixa contratuais do activo financeiro modificado usando a taxa de juro efectiva original do activo. A diferença entre essa quantia escriturada e a quantia escriturada bruta do activo original é reconhecida como um ganho ou perda de modificação. Quaisquer custos ou comissões suportadas com a modificação ajustam a quantia escriturada do activo financeiro modificado e são amortizados ao longo do restante prazo do activo financeiro modificado.

2.3.2 Imparidade (IAS 39)

O Banco decidiu não reexpressar os montantes comparativos, tal como previsto na norma transitória da IFRS 9, pelo que a informação relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 divulgada neste Anexo está de acordo com a IAS 39.

A política do Banco, no âmbito da IAS 39, consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num exercício posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre Clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre Clientes, que possam ser estimados de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 o cálculo das perdas por imparidade divide a carteira de crédito em dois grandes blocos: 2.3.2.1 Análise individual e 2.3.2.2 Análise colectiva.

2.3.2.1 Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Banco avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade.

Na determinação das perdas por imparidade, em termos individuais, são considerados os seguintes factores:

- a exposição total de cada Cliente junto do Banco e a existência de crédito vencido;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do Cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a deterioração significativa no *rating* do Cliente;

Demonstrações Financeiras e Pareceres

- o património do Cliente em situações de liquidação ou falência;
- a existência de credores privilegiados;
- o montante e os prazos de recuperação estimados; e
- outros factores.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro contratual de cada operação e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

2.3.2.2 Análise colectiva

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Banco o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva são calculadas através de duas perspectivas:

- Para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- Em relação a perdas incorridas mas não identificadas (*Incurring but not reported* ou IBNR) em créditos para os quais não existe evidência objectiva de imparidade.

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- Experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- Conhecimento das actuais envolventes económicas e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- Período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

2.3.2.2.1 Segmentação da carteira de crédito para análise colectiva

De acordo com a IAS 39, os Clientes não individualmente significativos são incluídos em segmentos homogéneos com risco de crédito semelhante, tendo em conta o modelo de gestão do Banco, e sujeitos à determinação de imparidade em base colectiva. Desta forma, pretende-se assegurar que, para efeitos de análise destas exposições e determinação dos parâmetros de risco, as mesmas apresentam características de risco semelhantes.

Relativamente à segmentação de exposições para efeitos de cálculo dos parâmetros de risco, o Banco decidiu realizar a mesma com base em dois vectores, nomeadamente, segmentação com base no tipo de Cliente e produto (populações homogéneas) e *buckets* de risco. Os Clientes/operações são classificados em cada momento temporal com base nesses dois vectores, sendo os mesmos a base para a posterior estimativa dos parâmetros de risco por segmento.

A carteira de crédito do Banco para efeitos da análise colectiva é segmentada tendo em consideração o segmento do Cliente, de acordo com os seguintes critérios:

- Particulares e Pequenas e Médias Empresas (*Personal & Business Banking* ou PBB) que inclui os seguintes segmentos: *Personal Banking* (ou PB), *Business Banking* (ou BB) e *High Net worth Individual* (ou HNI);
- Grandes Empresas e Banca de Investimento (*Corporate Investment Banking* ou CIB).

2.3.2.3 Índicios de imparidade

De acordo com a IAS 39, relativamente a um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros, são incorridas perdas por imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de imparidade, como resultado de um ou mais acontecimentos que ocorreram após o reconhecimento inicial do activo e se esse acontecimento de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou do grupo de activos financeiros, que possa ser fiavelmente estimado.

As instituições devem assegurar a identificação tempestiva das perdas incorridas e o respectivo reconhecimento contabilístico da imparidade associada adoptando indícios de imparidade conservadores e apropriados a cada segmento de crédito. Desta forma, o Banco efectuou uma análise do perfil da sua carteira de crédito de forma a identificar os factores mais relevantes para a identificação de situações de degradação da situação creditícia dos seus Clientes.

2.3.2.3.1 Índicios de imparidade primários

Na identificação dos indícios de imparidade que são relevantes para a sua carteira, o Banco definiu um conjunto de factores baseados em informação que está residente nos sistemas de informação e que, por isso, podem ser detectados através de processos automáticos.

O Banco considerou, de acordo com a sua capacidade de extracção de informação, como indícios de imparidade primários os seguintes:

Indício	Critério de entrada
Incumprimento	Cliente com pelo menos uma operação de crédito com atrasos nos pagamentos superiores a 30 (trinta) dias junto da instituição
Descobertos não autorizados	Existência de descobertos não autorizados, descobertos autorizados utilizados acima do limite formalmente contratualizado com os Clientes ou operações de crédito renováveis utilizadas de forma permanente em, pelo menos, 95% do limite inicialmente contratualizado nos últimos 12 (doze) meses
Redução da classificação interna de risco	Cliente com redução significativa da classificação interna de risco
Reestruturações por dificuldades financeiras	Cliente com pelo menos uma operação de crédito reestruturado por dificuldades financeiras nos últimos 12 (doze) meses ou com perspectiva/pedido de reestruturação de crédito

2.3.2.3.2 Índicios de imparidade complementares

De forma a poder identificar um conjunto mais alargado de indícios de imparidade, o Banco definiu um processo através do qual são identificados, de forma regular, um conjunto de factores para os Clientes significativos e que não apresentam indícios de imparidade primários.

Esses indícios encontram-se descritos como segue:

Indício	Critério de entrada
Central de informação e Risco de Crédito (ou CIRC)	Cliente com pelo menos uma operação de crédito no sistema financeiro com atraso superior a 90 (noventa) dias, capital e juros abatidos/anulados ou em situação de contencioso, que represente mais de 2% das responsabilidades do Cliente junto do sistema financeiro, de acordo com a informação disponível na CIRC
Contencioso	Cliente com pelo menos uma operação de crédito em situação de contencioso nos últimos 5 (cinco) anos
Cheques devolvidos	Cliente com cheques devolvidos no sistema financeiro, disponível na CIRC

Demonstrações Financeiras e Pareceres

Indício	Critério de entrada
Dívidas fiscais e/ou à Segurança Social	Conhecimento por parte da instituição de existência de dívidas fiscais e/ou Segurança Social
Desemprego e/ou doença prolongada	Conhecimento por parte da instituição de situações de desemprego ou doença prolongada
Penhora de contas bancárias	Ciente com penhora de contas bancárias
Insolvência	Ciente com expectativa de insolvência ou objecto de processo de recuperação/reorganização financeira e/ou operacional
Decréscimo do valor da garantia	Crédito com decréscimo material do valor da garantia real (superior a 20%), quando tal resulte num rácio financiamento-garantia superior a 80% (no que se refere especificamente a operações de crédito associadas a projectos imobiliários)
Desaparecimento ou quebra significativa num mercado	Desaparecimento ou quebra significativa num mercado relevante para o mutuário
Decréscimo na estimativa dos fluxos de caixa futuros	Dados objectivos que apontam para um decréscimo mensurável na estimativa dos fluxos de caixa futuros, associados a uma exposição ou grupo de exposições

2.3.2.4 Critérios de materialidade

De acordo com os requisitos definidos pela IAS 39 uma entidade deve avaliar primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente para activos financeiros que sejam individualmente significativos, devendo ser analisadas individualmente as exposições que sejam significativas face ao perfil e à dimensão da carteira de crédito.

De forma a identificar as exposições individualmente significativas o Banco definiu o montante de capitais próprios da instituição como o referencial para a identificação de exposições significativas. Os critérios definidos pelo Banco para a identificação de Clientes ou grupos económicos individualmente significativos foram os seguintes:

- i) Exposições sem indícios de imparidade superiores a 0.5% dos capitais próprios;
- ii) Exposições com indícios de imparidade superiores a 0.1% dos capitais próprios.

O montante global de exposição de cada Cliente/grupo económico considera a aplicação de factores de conversão para as exposições extrapatrimoniais.

2.3.2.5 Definição de classes de risco

No âmbito da determinação das perdas por imparidade para créditos analisados em base colectiva, o Banco efectua a classificação das exposições nas seguintes classes de risco:

- i) "Carteira de crédito Normal": empréstimos que estão a decorrer dentro dos prazos expectáveis e nunca foram reestruturados/modificados devido a dificuldades financeiras do Cliente ou empréstimos que nunca entraram em incumprimento;
- ii) "Carteira de crédito Curado (Cliente curado)": empréstimos que entraram em incumprimento e foram curados (actualmente em vigor) devido à capacidade do Cliente em realizar o reembolso integral e restabelecer o *status* de desempenho;
- iii) "Carteira de crédito reestruturado (reestruturado)": empréstimos com prazos originais que foram reestruturados ou modificados pelo Banco devido a dificuldades financeiras dos Clientes, resultando no Cliente ser capaz de fornecer o reembolso total no cumprimento dos termos modificados/reestruturados do contrato.

2.3.2.6 Período de emergência

O processo de cálculo do parâmetro de risco de probabilidade de incumprimento (PD) tem por base a segmentação definida pelo Banco, sendo que cada segmento representa um grupo homogéneo de Clientes/operações. É necessário assegurar que cada segmento de cálculo de PD é homogéneo face aos seus Clientes e heterogéneo entre si. Desta forma é possível assegurar que o risco é gerido de forma homogénea nos diversos segmentos da carteira, logo dois Clientes com perfis de risco idênticos terão probabilidade de incumprimento idênticas.

O apuramento de imparidade para perdas incorridas mas não reportadas depende da definição do período de emergência que corresponde ao período de tempo entre o evento de incumprimento e a observação desse incumprimento pelo Banco.

O Banco assumiu como período de emergência um período de 12 meses.

2.3.3 Processo de avaliação de colaterais

A avaliação das garantias é assegurada de forma regular para que o Banco disponha de informação actualizada sobre o valor destes instrumentos e, conseqüentemente, da sua capacidade de mitigação do risco das operações de crédito.

Os sistemas operacionais do Banco geram relatórios que permitem monitorar as datas nas quais deverão ser feitas as reavaliações de colaterais.

2.3.3.1 Fase de concessão de crédito

No âmbito das condições de aprovação das operações de crédito, sempre que é definida a necessidade de obter uma garantia por parte do Cliente, caso a tipologia da garantia ou colateral identificada implique um pedido de avaliação para a definição e validação do seu valor, o Banco solicita avaliação da garantia junto das empresas de avaliação externa devidamente certificadas.

2.3.3.2 Fase de acompanhamento de crédito

Relativamente ao processo de reavaliação periódica de colaterais, tendo por base os requisitos do Aviso nº 10/2014 emitido pelo BNA, nomeadamente no que respeita aos critérios que foram definidos para a realização de uma nova avaliação dos colaterais hipotecários, foi definido que o Banco será responsável pela identificação das garantias que são sujeitas a reavaliação e desencadeia o respectivo processo junto de avaliadores externos.

2.3.3.3 Fase de recuperação de crédito

Sempre que relevante no âmbito do processo de recuperação de crédito e de forma a determinar o montante recuperável do crédito através da execução das garantias existentes ou para suportar uma operação de reestruturação de crédito, o Banco pode solicitar a reavaliação das garantias associadas aos empréstimos sempre que tiver um incumprimento acima de 90 dias.

O valor de avaliação de cada tipo de garantia é determinado tendo por base as especificidades de cada um destes instrumentos, considerando os seguintes critérios:

(i) Imóveis

O valor de avaliação que é considerado como valor garantido corresponde ao valor mínimo entre o valor de avaliação e o montante máximo de hipoteca, ao qual é previamente subtraído o montante de outras hipotecas não pertencentes ao Banco e com prioridade sobre o mesmo, sempre que essa informação estiver disponível.

De acordo com o Aviso nº 10/2014, emitido em Dezembro de 2014 pelo BNA, sobre as garantias aceites para fins prudenciais, os direitos sobre propriedade imobiliária devem ser objecto de reavaliação, no mínimo, de 2 em 2 anos, sempre que a posição em risco represente:

- Um montante igual ou superior a 1% do total da carteira de crédito da instituição ou igual ou superior a AOA 100 000 000; ou
- Situações de crédito vencido há mais de 90 dias e/ou outros indícios materiais de imparidade desde que a última data de avaliação seja superior a 6 meses; ou
- Situações em que sejam identificadas alterações de outra natureza nas condições de mercado com um potencial impacto relevante no valor dos activos imobiliários e/ou num grupo ou mais de activos imobiliários com características semelhantes.

Os valores e datas de avaliação das garantias são registados no sistema de gestão de colaterais.

(ii) Penhor de Depósitos a Prazo

O valor da garantia será o valor nominal do depósito, bem como os respectivos juros (caso se encontrem igualmente penhorados).

(iii) Outras Garantias Recebidas

Demonstrações Financeiras e Pareceres

Relativamente a outras garantias recebidas, designadamente penhores de equipamentos, de marcas e de obras de arte, é considerado o valor de mercado determinado com base numa avaliação actualizada, com uma antiguidade inferior a um ano, a ser realizada por uma entidade idónea e com competência específica tendo em conta a natureza particular de cada garantia recebida. É condição necessária para a avaliação desta tipologia de garantias, a validação da propriedade, salvaguarda e condições de funcionamento dos bens subjacentes.

As eventuais excepções a esta regra são sujeitas a julgamento profissional, e são aplicados descontos ajustados à natureza específica dos activos.

No caso de não existir uma avaliação da garantia, ou não se conseguir garantir a propriedade e salvaguarda dos bens, o valor da garantia recebida não é considerado para efeitos de apuramento de perdas por imparidade.

Tendo em conta as dificuldades subjacentes a uma correcta e criteriosa avaliação deste tipo de garantias recebidas, o Banco tem optado por seguir uma abordagem conservadora e não as considerar enquanto mitigadores de risco de crédito.

2.3.4 Reversão de imparidade

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição puder ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida. A quantia da reversão é reconhecida nos resultados do exercício.

2.3.5 Abate de instrumentos financeiros

A anulação contabilística de instrumentos financeiros é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação, numa perspectiva económica, quando estes instrumentos se encontram totalmente provisionados e, para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos. Essa anulação é efectuada pela utilização de perdas de imparidade correspondendo a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

2.3.6 Cartas de crédito

O Banco reclassifica para Crédito a Clientes, por contrapartida de Outros passivos, todas as cartas de crédito para as quais já tenha recebido toda a documentação de suporte necessária para proceder aos pagamentos contratualmente definidos, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva. Assim existe um registo do passivo do Banco na rubrica Outros passivos (Nota 22), por contrapartida da responsabilidade do Cliente para com o Banco na rubrica de Crédito a Clientes (Nota 10).

2.3.7 Crédito titulado

Os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Banco não tenha a intenção de venda imediata nem num futuro próximo são classificados nesta categoria. Estes activos financeiros são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade.

Em 2017, o Banco apresentava nesta categoria, para além do crédito concedido, obrigações não cotadas. Em 2018, as obrigações foram reclassificadas da rubrica de Crédito a Clientes (Nota 10) para a rubrica de Investimentos ao custo amortizado (Nota 9), conforme apresentado na Nota 2.2.

2.4 Outros instrumentos financeiros

2.4.1 Classificação dos activos financeiros

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração para activos financeiros que reflecte o modelo de negócio utilizado na gestão do activo bem como as características dos seus fluxos de caixa.

A IFRS 9 inclui 3 categorias principais de classificação de activos financeiros: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (*Fair value through other comprehensive income* ou FVOCI) e mensurados ao justo valor através de resultados (*Fair value through profit and loss* ou FVTPL). Como consequência as categorias existentes na IAS 39, nomeadamente Investimentos detidos até à maturidade (ou “*Held to Maturity*”), Outros créditos e valores a receber (ou “*Loans and Receivables*”) e Activos financeiros disponíveis para venda (ou “*Available for Sale*”), são eliminadas.

O Banco reconhece contas a receber e a pagar, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros são reconhecidos na data da transacção, que é o momento a partir do qual o Banco se torna parte integrante do contrato e são classificados considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as categorias descritas seguidamente (Notas 2.4.1.1, 2.4.1.2, 2.4.1.3 e 2.4.1.4).

A classificação dos activos financeiros baseia-se em dois critérios de determinação, nomeadamente: (i) nas características dos fluxos de caixa contratuais do activo financeiro e (ii) no modelo de negócio da entidade para a gestão dos seus activos financeiros.

Um activo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado no balanço ao justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição ou emissão, excepto se forem itens registados ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos como gastos do exercício.

De acordo com a IFRS13, entende-se por justo valor o preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção efectuada entre participantes no mercado à data da mensuração. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transacção.

Avaliação do modelo de negócio

O modelo de negócio reflecte a forma como o Banco efectua a gestão dos seus activos na óptica de geração de fluxos de caixa, isto é, se os activos são geridos com o i) intuito de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou ii) com o intuito de se receber os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa resultantes da venda desses activos. Para estes dois tipos de *portfolios*, o Banco deve avaliar e testar se os fluxos de caixa do instrumento financeiro correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (Teste *solely payments of principal and interest* ou SPPI), isto é, se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um contrato de empréstimo básico, em que o juro inclui apenas considerações relativas ao valor temporal do dinheiro, risco de crédito e margem de lucro que é consistente com um contrato de crédito básico ou se apresentam exposição ao risco ou volatilidades inconsistentes com um contrato de crédito básico, situação que determina que o instrumento financeiro deva ser classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

Se não se cumprir nenhuma destas situações anteriores, os activos financeiros são reconhecidos ao justo valor através de resultados, como é o caso dos títulos detidos para negociação, que são geridos com o objectivo de serem vendidos no curto prazo.

A informação a considerar nesta avaliação inclui:

- As políticas e objectivos estabelecidos para o *portfolio* e a operacionalidade prática dessas políticas, incluindo a forma como a estratégia da gestão se foca no recebimento de juros contratualizados, na manutenção de perfil específico de taxa de juro, no match entre os activos e os passivos que os financiam ou na realização de fluxos de caixa através da venda de activos;
- A forma como a performance do *portfolio* é avaliada e reportada aos órgãos de gestão do Banco;
- A avaliação dos riscos que afectam a *performance* do modelo de negócio (e dos activos financeiros geridos no âmbito desse modelo de negócio) e a forma como estes riscos são geridos;
- A forma como a remuneração dos gestores do negócio depende do justo valor dos activos sob gestão ou dos fluxos de caixa contratuais recebidos;
- A frequência, volume e *timing* das vendas nos períodos anteriores, os motivos para as referidas vendas, e as expectativas sobre vendas futuras. Contudo, a informação sobre as vendas deverá ser considerada isoladamente, mas como parte de uma avaliação global da forma como o Banco estabelece objectivos de gestão dos activos financeiros e de como os fluxos de caixa são obtidos.

Avaliação dos fluxos de caixa contratuais no que respeita ao recebimento exclusivo de capital e juros (SPPI)

Nesta avaliação, “capital” é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. “Juro” é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, o risco de crédito associado ao montante em dívida, outros riscos e custos associados à actividade (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro.

Aquando da avaliação dos fluxos de caixa contratuais no que respeita ao recebimento de capital e juro, o Banco considera os termos contratuais do instrumento, o que inclui a análise da existência de situações em que estes podem modificar o *timing* e o montante dos fluxos de caixa para que não cumpram esta condição.

Demonstrações Financeiras e Pareceres

Na avaliação, o Banco irá considerar:

- Eventos contingentes que irão modificar o *timing* e montante dos fluxos de caixa;
- Características que resultam em alavancagem;
- Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade;
- Cláusulas que possam limitar o direito de reclamar os fluxos de caixa em relação a activos específicos (por exemplo, contratos com cláusulas que impedem o acesso a activos em caso de *default*); e
- Características que podem modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro (por exemplo, reinicialização periódica das taxas de juro).

As taxas de juro em determinados empréstimos de retalho feitos pelo Banco são baseadas em taxas *standard* variáveis (“SVRs”) estabelecidas ao critério do Banco. Os SVRs são geralmente baseados numa taxa do Banco Central de uma jurisdição específica incluindo um *spread* discricionário. Nestes casos, o Banco irá avaliar de que modo as características discricionárias são consistentes com o critério SPPI considerando um conjunto de factores, incluindo de que forma:

- Os devedores poderão antecipar os pagamentos sem penalidades significativas;
- A competição de mercado assegura que a taxa de juro é consistente entre Bancos;
- Estruturas de protecção regulatória ou de consumidor que requerem que o Banco trate os consumidores de forma justa.

Todos os empréstimos de retalho do Banco e certos empréstimos corporativos de taxa fixa contêm características que possibilitam a antecipação de pagamento.

Um contrato com possibilidade de pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se o montante de pagamento antecipado representar montantes de capital e juro não pagos do montante de capital em dívida, que poderão incluir uma compensação razoável pela antecipação de pagamento.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se o activo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto do seu valor par contratual, o pagamento antecipado representar o montante par do contrato adicionado do juro acrescido (mas não pago, que pode incluir uma compensação razoável pela antecipação de pagamento), e o justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

O Banco classifica e valoriza os seus instrumentos de dívida em:

2.4.1.1 Investimentos ao custo amortizado

Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante de capital e juro em vigor (SPPI ou *solely payment of principal and interest*).

Estes activos financeiros são reconhecidos ao custo no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

2.4.1.2 Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI)

Um activo financeiro é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral se for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados. Também os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante de capital e juro em vigor (*Solely payment of principal and interest* ou SPPI).

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de outro rendimento integral até ao momento em que os activos sejam alienados ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados.

Na alienação dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em outro rendimento integral são reconhecidos na rubrica “Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” da demonstração dos resultados.

A flutuação cambial dos títulos de dívida em moeda estrangeira são registados na demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva na margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável.

2.4.1.3 Activos financeiros ao justo valor através de resultados (FVTPL)

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados são instrumentos financeiros que não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

A avaliação destes activos é efectuada diariamente com base no justo valor, tendo em consideração o risco de crédito próprio e das contrapartes das operações. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de alteração de justo valor são reconhecidos na rubrica “Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados” da demonstração de resultados.

As operações de derivados são sujeitas a análise de risco de crédito, sendo o respectivo valor ajustado por contrapartida da rubrica “Resultados cambiais” da demonstração de resultados.

Os instrumentos de capital são instrumentos que satisfazem a definição de capital na perspectiva do emitente, isto é, são instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciam um interesse residual no activo líquido do emissor, como por exemplo as acções. Os investimentos em instrumentos de capital são por norma classificados como detidos para negociação e contabilizados ao justo valor através de resultados. Caso o modelo de negócio e consequentemente o propósito da aquisição do conjunto de investimentos seja o de deter em carteira por tempo indeterminado para valorização, deve ser reconhecido na categoria de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, não podendo reclassificar posteriormente na carteira de negociação (condição irrevogável). As variações de justo valor e o resultado da venda destes títulos são contabilizados em outro rendimento integral.

2.4.1.4 Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de uma liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, independente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de Clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os juros são periodificados pelo prazo das operações e reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados no momento em que ocorrem.

O Banco classifica os seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, sendo divulgado nestas notas anexas às demonstrações financeiras o apuramento do justo valor destes passivos.

A IFRS 9 introduziu um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em Outro rendimento integral (ou OCI), ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

2.4.2 Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

2.4.2.1 Reconhecimento e mensuração ao custo amortizado

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual um activo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente, deduzido de recebimentos de capital, acrescido ou deduzido de amortizações acumuladas, decorrentes da diferença entre o valor inicialmente reconhecido e o montante na maturidade, menos as reduções decorrentes de perdas por imparidade.

2.4.2.2 Reconhecimento e mensuração ao justo valor

O justo valor é o preço que seria recebido ao vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção corrente entre participantes de mercado à data da mensuração ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso a que o Banco tem acesso para efectuar a transacção aquela data. O justo valor de um passivo também reflecte o risco de crédito do próprio Banco.

Quando disponível, o justo valor de um investimento é mensurado utilizando a sua cotação de mercado num mercado activo para aquele instrumento. Um mercado é considerado activo se houver frequência e volume de transacções suficientes de forma a que exista uma cotação de preços numa base constante.

Se não houver cotação num mercado activo, o Banco utiliza técnicas de valorização que maximizem a utilização de dados de mercado observáveis e minimizem a utilização de dados não observáveis em mercado. A técnica de valorização escolhida incorpora todos os factores que um participante no mercado levaria em consideração para calcular um preço para a transacção.

2.4.2.3 Identificação e mensuração de imparidade

Adicionalmente à análise de imparidade sobre os créditos a Clientes, em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade para todos os restantes activos financeiros que não estejam registados ao justo valor através de resultados.

Em conformidade com a IFRS 9, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos ao custo amortizado, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Ainda em relação aos investimentos ao custo amortizado, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.4.3 Transferências entre categorias

O Banco apenas procederá à transferência de activos financeiros caso haja uma alteração ao modelo de negócio da entidade para a gestão dos seus activos financeiros.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa de juro efectiva. O montante em outro rendimento integral existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa de juro efectiva. De acordo com a IFRS 9, não são expectáveis que as mudanças no modelo de negócio ocorram com frequência.

2.4.4 Desreconhecimento

O Banco desreconhece os seus activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou na qual o Banco nem transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios e não mantém controlo dos activos financeiros.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados, extintos ou expirados.

2.5 Outros activos tangíveis

2.5.1 Reconhecimento e mensuração

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens (custo de aquisição, custo de instalação de equipamentos, custos de desalfandegamento e impostos de importação de imobilizado, e outros custos adicionais associados à compra de imobilizado).

As obras em edifícios arrendados são capitalizadas enquanto activos próprios do Banco, sendo depreciadas entre o menor da sua vida útil e o prazo de arrendamento, dos respectivos contratos.

2.5.2 Custos subsequentes

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.5.3 Depreciações

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em imóveis arrendados	4 a 7
Equipamento	
Mobiliário e material	4 a 8
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Equipamento informático / ATM	3 a 6
Material de suporte	3 a 4
Equipamento de segurança	4 a 15

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 – Imparidade de activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados, sendo revertidas quando os factos que lhes deram origem deixem de se verificar (as reversões de perdas por imparidade são efectuadas até ao limite de valor que os activos teriam caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade).

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.6 Activos intangíveis

2.6.1 Software

Os custos incorridos com a aquisição e *software* a terceiras entidades são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados linearmente pelo período da vida útil estimado de 3 a 5 anos.

2.6.2 Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Até à presente data, o Banco não reconheceu quaisquer activos intangíveis gerados internamente.

2.6.3 Certificados escolares

Os custos incorridos com a aquisição dos certificados escolares são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes certificados geram e continuarão a gerar benefícios económicos, e têm uma vida útil indefinida pelo que não são amortizados.

2.7 Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.3. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

2.8 Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em filiais e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras do Banco ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Banco. O Banco controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Banco detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Banco não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Banco é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Banco e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão; e
- fornecimento de informação técnica essencial.

2.8.1 Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado sempre que existam sinais de evidência de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

2.9 Activos não correntes detidos para venda (IFRS 5)

O Banco classifica em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito cuja finalidade não é o uso continuado na actividade do Banco mas sim a realização do seu valor contabilístico através de uma transacção de uma venda que deverá ser muito provável ocorrer no prazo de um ano.

Estes activos são mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem (Nota 11).

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas por peritos externos.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

2.10 Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais, sendo registadas em custo nos períodos a que dizem respeito.

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os activos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando o Banco não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado, quando o Banco tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Na óptica do locatário os pagamentos efectuados relativamente aos contratos de locação operacional do Banco são registados como gastos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.11 Impostos sobre lucros (IAS 12)

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos ao justo valor através de outro rendimento integral e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

2.11.1 Imposto Corrente

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

2.11.2 Imposto Industrial

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A, sujeito a uma taxa de imposto de 30%. A 1 de Janeiro de 2015 entrou em vigor o novo Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/2014, de 22 de Outubro, e que estipulou a taxa de Imposto Industrial em 30%.

Com a publicação da Lei 19/14 que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2015, o imposto industrial é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a Imposto sobre Aplicação de Capitais, independentemente da existência de matéria colectável no exercício.

O novo Código do Imposto Industrial determina que os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”) são deduzidos para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de Imposto Industrial, não constituindo o IAC um custo fiscalmente dedutível.

Os rendimentos de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano após 1 de Janeiro de 2013 encontram-se sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), à taxa de 10% (5% no caso de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e a Imposto Industrial: (i) no caso das mais ou menos valias obtidas (incluindo eventuais reavaliações cambiais sobre a componente do capital); e (ii) no reconhecimento do desconto relativamente aos títulos adquiridos ou emitidos a valor descontado. Os rendimentos sujeitos a IAC encontram-se excluídos de Imposto Industrial.

2.11.3 Imposto Diferido

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro, e a Gestão consegue controlar a tempestividade da sua realização.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

2.11.4 Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro, em vigor desde o dia 19 de Novembro, veio rever e introduzir diversas alterações legislativas ao Código do IAC, na sequência do projecto da Reforma Tributária.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, é retido na fonte pelo BNA e os respectivos rendimentos estão excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial. Por estes motivos, o Banco considera estarem cumpridas as condições para considerar, à luz da IAS 12, que o IAC é um imposto sobre o rendimento.

A taxa varia entre 5% (no caso de juros, prémios de amortização ou reembolso e outras formas de remuneração de títulos de dívida pública, obrigações, títulos de participação ou outros títulos análogos emitidos por qualquer sociedade, que se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado e a sua emissão apresente uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

Adicionalmente, nos termos do artigo 18º do Código do Imposto Industrial, não é aceite como gasto dedutível para efeitos de apuramento da matéria colectável o próprio IAC, bem como, por outro lado, deduzir-se-ão ao lucro tributável, os rendimentos sujeitos a IAC, conforme o disposto no artigo 47º do Código do Imposto Industrial.

2.11.5 Outros impostos

O Banco está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo, bem como outras taxas.

2.12 Benefícios aos empregados

2.12.1 Remuneração variável paga aos Colaboradores e administradores

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus Colaboradores e administradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Comité de Gestão de Capital Humano fixar os respectivos critérios de alocação a cada Colaborador e administrador, respectivamente, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos Colaboradores e administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar do seu pagamento ocorrer apenas no exercício seguinte (Nota 22).

2.12.2 Provisão para férias e subsídio de férias

A Lei Geral do Trabalho determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte, e férias não gozadas pagáveis em caso de saída do Colaborador (Nota 22).

2.13 Provisões e passivos contingentes (IAS 37)

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, as provisões correspondem ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo apenas à sua divulgação.

2.14 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (Nota 26), de acordo com os prazos das operações subjacentes, utilizando a taxa de juro efectiva da transacção sobre o valor contabilístico bruto da transacção.

Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira (Nota 26) assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados ou ao custo amortizado.

Demonstrações Financeiras e Pareceres

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Banco inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido, o Banco suspende o reconhecimento de proveitos a partir dos 90 dias de atraso e até ao momento em que o Cliente regularize a situação, por se considerar, no âmbito da IFRS 15 – Rédito de contratos com Clientes, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de justo valor através de resultados, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (Nota 26). Com referência a 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, o Banco não tem estas operações.

2.15 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões (Nota 27) são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- i) quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- ii) quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira (Nota 26).

2.16 Resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados e de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados (Nota 28) incluem os ganhos e perdas gerados por activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, nomeadamente das carteiras de negociação e de outros activos e passivos ao justo valor através de resultados, incluindo derivados embutidos e dividendos associados a estas carteiras. As variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e dos instrumentos cobertos, quando aplicável a relações de cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas. O Banco não tem contabilidade de cobertura.

Os resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 29) incluem as valias nas vendas desta categoria de activos financeiros.

2.17 Garantias Financeiras e Compromissos

Garantias financeiras (Nota 25) são contratos que obrigam o Banco a efectuar pagamentos específicos de forma a reembolsar o detentor por uma perda incorrida em virtude de um devedor falhar o cumprimento de um pagamento. Compromissos (Nota 25) são compromissos firmes com o objectivo de fornecer crédito ao abrigo de condições pré-determinadas.

Passivos que decorrem de garantias financeiras ou compromissos dados para fornecer um empréstimo a uma taxa de juro abaixo do valor de mercado são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo o justo valor inicial amortizado durante o período de vida útil da garantia ou compromisso. Subsequentemente o passivo é registado ao mais alto entre o valor amortizado e o valor presente de qualquer pagamento expectável para liquidar.

2.18 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Kwanzas ou AOA) à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço.

As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos ao justo valor através de outro rendimento integral.

2.19 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos (Nota 34) são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objectivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 anexa às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1 Justo valor dos instrumentos financeiros e outros activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.2 Perdas por imparidade dos instrumentos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral (OCI)

O Banco efectua uma revisão periódica dos instrumentos financeiros de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na Nota 2.3.

O processo de avaliação de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

3.3 Imposto sobre o rendimento e Impostos diferidos

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

A Administração Geral Tributária tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco durante um período de cinco anos. Desta forma, é possível que haja correções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

NOTA 4 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

A rubrica de caixa e disponibilidades em Bancos centrais é composto por:

	MILHARES AOA	
	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	5 396 480	2 904 184
Disponibilidades em Bancos Centrais	65 859 060	66 051 438
Banco Nacional de Angola		
Valor aplicado	65 864 574	66 051 438
Imparidade acumulada	(5 514)	-
TOTAL	71 255 540	68 955 622

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica Disponibilidades no Banco Nacional de Angola inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de AOA 38 887 792 milhares (2017: AOA 52 539 058 milhares), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de reservas mínimas obrigatórias. De acordo com o Instrutivo nº 10/2018 do Banco Nacional de Angola, de 19 de Julho de 2018, e de acordo com a Directiva nº 4/2018 do Banco Nacional de Angola, de 17 de Julho de 2018, as reservas mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no BNA em 31 de Dezembro de 2018, são apuradas de acordo com a seguinte tabela:

Taxas sobre Base de incidência		Moeda Nacional	Moeda estrangeira
Governo Central, Governos Locais e Administradores Municipais	Apuramento diário	17%	100%
Outros sectores	Apuramento semanal	17%	15%*

*80% deste saldo deve ser através de obrigações do tesouro em USD (Nota 9)

O cumprimento das reservas mínimas obrigatórias, para um dado período de observação semanal (Outros Sectores), é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco durante o referido período. Em 31 de Dezembro de 2018, o montante de exigibilidades totais (Governo Central, Governos Locais, Administrações Locais e Outros Sectores) ascende a AOA 58 392 701 milhares (2017: AOA 62 042 931 milhares).

Para o cumprimento das reservas mínimas em moeda estrangeira, a legislação aplicável considera elegíveis até 80% as Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira pertencentes à carteira própria registada no SIGMA emitidas a partir de 2015.

Para o cumprimento das reservas mínimas em moeda nacional, são elegíveis também até ao limite de 80% os créditos em moeda nacional concedidos a projectos dos sectores da agricultura, pecuária, silvicultura e pescas, desde que sejam de maturidade superior ou igual a 24 meses. Em 31 de Dezembro de 2018 estes saldos ascendem a AOA 19 504 909 milhares (2017: AOA 9 503 873 milhares), sendo apenas relacionados com Títulos do Tesouro em moeda estrangeira. O aumento destes saldos face a 2017 está relacionada com o efeito cambial.

NOTA 5 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O saldo da rubrica disponibilidades em outras instituições de crédito é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	MILHARES AOA	
	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Outras disponibilidades	489 094	47 151
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	79 217 743	40 262 943
Valor aplicado	79 218 989	-
Imparidade acumulada	(1 246)	-
TOTAL	79 706 837	40 310 094

As disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro incluem contas à ordem remuneradas com o Standard Bank de África do Sul.

NOTA 6 – APLICAÇÕES EM BANCOS CENTRAIS E EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é analisada como segue:

	MILHARES AOA	
	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações em Instituições de Crédito no estrangeiro		
Aplicações de muito curto prazo	30 954 207	-
Valor aplicado	30 860 700	-
Juros corridos	94 146	-
Imparidade acumulada	(639)	-
TOTAL	30 954 207	-

Em 31 de Dezembro de 2018, as aplicações em instituições de crédito no estrangeiro de muito curto prazo correspondem a depósitos *overnight* com o Standard Bank de África do Sul (Nota 35), com uma taxa de juro média de 2.65%.

NOTA 7 – ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica activos financeiros ao justo valor através de resultados apresenta os seguintes valores:

31/12/2018	MILHARES AOA								
	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros ao justo valor através de resultados									
Obrigações do Tesouro	AOA	USD	7,00%	4 533 702	4 515 947	136 190	9 740	(10 041)	4 651 836
Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	12,00%	2 730 000	2 251 021	53 393	32 629	117 641	2 454 684
Participação EMIS – Capital	AOA	n.a.	n.a.	36 508	36 508	-	-	-	36 508
Participação EMIS - Prestações acessórias não remuneradas	AOA	n.a.	n.a.	7 148	7 148	-	-	-	7 148
TOTAL				7 307 358	6 810 624	189 583	42 369	107 600	7 150 176

31/12/2017	MILHARES AOA								
	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros ao justo valor através de resultados									
Obrigações do Tesouro	AOA	USD	6,25%	12 560 911	7 595 097	123 685	(20 507)	(19 581)	7 678 694
Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	1 001 956	897 767	-	-	-	897 767
TOTAL				13 562 867	8 492 864	123 685	(20 507)	(19 581)	8 576 461

Em 31 de Dezembro de 2018, e com a adopção da IFRS 9, a participação na EMIS foi realocada da rubrica de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 14) para esta rubrica de Activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se mensurados ao justo valor de acordo com o nível 2, em conformidade com o disposto na IFRS 13 (Nota 36).

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o escalonamento dos activos financeiros ao justo valor através de resultados por prazos de maturidade é como segue:

	MILHARES AOA				Total
	Inferior a 3 meses	Entre 3 e 12 meses	De 1 a 5 anos	Duração Indeterminada	
Obrigações do Tesouro	4 651 836	-	2 454 684	43 656	7 150 176
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	4 651 836	-	2 454 684	43 656	7 150 176
Bilhetes do Tesouro	-	897 767	-	-	897 767
Obrigações do Tesouro	15 995	3 640 818	4 021 881	-	7 678 694
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	15 995	4 538 585	4 021 881	-	8 576 461

NOTA 8 – ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é analisada como segue:

31/12/2018	MILHARES AOA								
	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral									
Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	70 400 741	60 409 602	-	4 925 211	196 938	65 531 751
Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	11,90%	30 087 100	25 616 960	942 025	1 222 715	133 076	27 914 776
TOTAL				100 487 841	86 026 562	942 025	6 147 926	330 014	93 446 527

31/12/2017	MILHARES AOA								
	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral									
Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	69 847 000	58 666 761	-	5 809 936	542 222	65 018 919
Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	7,25%	18 000 000	13 491 660	56 168	2 012 730	(1 157 451)	14 403 107
TOTAL				87 847 000	72 158 421	56 168	7 822 666	(615 229)	79 422 026

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.1 e 2.4, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão mensurados ao justo valor de acordo com o nível 2, em conformidade com o disposto na IFRS 13 (Nota 36).

O modelo de valorização do justo valor da carteira de activos ao justo valor através de outro rendimento integral considera como taxa de desconto as correspondentes às últimas emissões dos bilhetes de tesouro a 364 dias verificadas em 2018 para a totalidade da carteira de bilhetes de tesouro e obrigações emitidas em Kwanzas (excluindo obrigações indexadas ao dólar).

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o escalonamento dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral por prazos de vencimento é como segue:

	MILHARES AOA			
	Inferior a 3 meses	Entre 3 e 12 meses	De 1 a 5 anos	Total
Bilhetes do Tesouro	11 544 035	53 987 716	-	65 531 751
Obrigações do Tesouro	-	11 551 750	16 363 026	27 914 776
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	11 544 035	65 539 466	16 363 026	93 446 527
Bilhetes do Tesouro	20 186 842	44 832 077	-	65 018 919
Obrigações do Tesouro	-	-	14 403 107	14 403 107
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	20 186 842	44 832 077	14 403 107	79 422 026

NOTA 9 – INVESTIMENTOS AO CUSTO AMORTIZADO

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica investimentos ao custo amortizado apresenta os seguintes valores:

31/12/2018	Moeda	Indexante	Taxa média	MILHARES AOA					
				Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/Desconto	Imparidade Acumulada	Valor de Balanço
Investimentos ao custo amortizado									
Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	15 600 000	13 296 290	-	486 862	(8 739)	13 774 413
Obrigações do Tesouro	USD	n.a.	5,00%	19 519 393	19 519 393	58 987	-	(207 365)	19 371 015
Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	11,31%	64 803 300	53 257 114	1 445 729	3 070 756	(42 871)	57 730 728
TOTAL				99 922 693	86 072 797	1 504 716	3 557 618	(258 975)	90 876 156

31/12/2017	Moeda	Indexante	Taxa média	MILHARES AOA					
				Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/Desconto	Imparidade Acumulada	Valor de Balanço
Investimentos ao custo amortizado									
Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	76 302 500	61 667 162	-	5 375 333	-	67 042 495
Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	12,25%	14 000 000	11 376 260	215 221	168 167	-	11 759 648
TOTAL				90 302 500	73 043 422	215 221	5 543 500	-	78 802 143

O justo valor da carteira de investimentos ao custo amortizado encontra-se apresentado na Nota 36.

Em 31 de Dezembro de 2018, a imparidade acumulada foi calculada de acordo com a IFRS 9 (Nota 2.4.2.3). O Banco avaliou com referência a 31 de Dezembro de 2017 a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o escalonamento dos investimentos ao custo amortizado por prazos de vencimento é como segue:

	MILHARES AOA			
	Inferior a 3 meses	Entre 3 e 12 meses	De 1 a 5 anos	Total
Bilhetes do Tesouro	-	13 774 413	-	13 774 413
Obrigações do Tesouro	-	17 189 367	59 912 376	77 101 743
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	-	30 963 780	59 912 376	90 876 156
Bilhetes do Tesouro	7 973 320	59 069 175	-	67 042 495
Obrigações do Tesouro	-	-	11 759 648	11 759 648
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	7 973 320	59 069 175	11 759 648	78 802 143

NOTA 10 – CRÉDITO A CLIENTES

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no Crédito a Clientes foram os seguintes:

	MILHARES AOA	
	31.12.2018	31.12.2017
Crédito Interno		
A empresas	49 031 813	30 577 344
Empréstimos	4 611 716	12 458 784
Obrigações do Tesouro	-	10 523 845
Descobertos	34 346 840	7 088 703
Leasing	112 220	156 004
Cartas de crédito	9 961 037	350 008
A particulares	5 033 572	4 629 751
Habitação	723 835	669 079
Consumo e outros	4 309 737	3 960 672
	54 065 385	35 207 095
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	454 674	547 504
De 3 meses a 1 ano	230 671	672 597
De 1 a 3 anos	10 648	120 385
	695 993	1 340 486
	54 761 378	36 547 581
Perdas por imparidade	(1 064 193)	(1 477 263)
TOTAL	53 697 185	35 070 318

Em 31 de Dezembro de 2018, com a entrada em vigor da IFRS 9, o Banco reclassificou para Investimentos ao custo amortizado (Nota 9) as obrigações do tesouro em USD, remuneradas a uma taxa de 5%, com maturidade em 10 de Dezembro de 2022, que têm como objectivo o cumprimento das reservas obrigatórias em moeda estrangeira e que estavam classificadas em 2017 nesta rubrica de Crédito a Clientes como Outros créditos e valores a receber – Obrigações do Tesouro.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de Crédito a Clientes inclui, por contrapartida de Outros Passivos (Nota 22), as cartas de crédito cuja documentação para proceder aos pagamentos contratualmente definidos foi recebida na totalidade, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Crédito a Clientes inclui respectivamente AOA 515 688 milhares e AOA 385 062 milhares relativos ao ajustamento do justo valor dos créditos concedidos a colaboradores (Nota 16).

Demonstrações Financeiras e Pareceres

O escalonamento do crédito a Clientes por prazos de vencimento, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, é como segue:

	MILHARES AOA	
	31.12.2018	31.12.2017
Até 3 meses	27 755 837	6 132 019
De 3 meses a um ano	19 421 673	3 475 645
De um a cinco anos	5 908 754	25 801 069
Mais de cinco anos	1 001 606	892 387
Duração indeterminada	673 508	246 461
	54 761 378	36 547 581

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no Crédito a Clientes foram os seguintes:

	MILHARES AOA	
	31.12.2018	31.12.2017
Saldo Inicial	1 477 263	1 863 554
Dotações	809 501	1 309 393
Utilizações (Nota 25)	(767 229)	(1 126 250)
Reversões	(951 697)	(569 434)
Impacto IFRS 9 (Nota 2.2)	494 426	-
Diferenças de câmbio e outras	1 929	-
SALDO FINAL	1 064 193	1 477 263

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as Utilizações (Nota 25) correspondem à variação anual dos créditos desconhecidos do balanço (abatidos ao activo).

A distribuição do crédito a Clientes por tipo de taxa é como segue:

	MILHARES AOA	
	31.12.2018	31.12.2017
Taxa fixa	11 874 984	18 187 590
Taxa variável	42 886 394	18 359 991
SALDO FINAL	54 761 378	36 547 581

O detalhe das exposições e imparidade do crédito concedido a Clientes constituída por segmento e por intervalo de dias de atraso é como segue:

Segmento	MILHARES AOA								
	Exposição 31.12.2018						Imparidade 31.12.2018		
	Exposição total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Grandes Empresas e Banca de Investimento	37 705 884	37 705 884	-	-	-	-	(230 689)	(230 689)	-
Pequenas e Médias Empresas	11 612 300	11 325 929	29 855	-	286 371	225 011	(142 400)	(111 272)	(31 128)
Particulares	5 443 194	5 033 572	23 848	7 647	409 622	8 954	(691 104)	(280 320)	(410 784)
TOTAL	54 761 378	54 065 385	53 703	7 647	695 993	233 965	(1 064 193)	(622 281)	(441 912)

Segmento	MILHARES AOA								
	Exposição 31.12.2017						Imparidade 31.12.2017		
	Exposição total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Grandes Empresas e Banca de Investimento	27 856 849	27 856 849	256 947	-	-	-	(250 655)	(250 655)	-
Pequenas e Médias Empresas	3 147 835	2 720 495	48 514	72 333	427 340	322 825	(116 968)	(47 726)	(69 242)
Particulares	5 542 897	4 629 751	9 869	9 672	913 146	24 275	(1 109 640)	(286 088)	(823 552)
TOTAL	36 547 581	35 207 095	315 330	82 005	1 340 486	347 100	(1 477 263)	(584 469)	(892 794)

Segmento (1/2)	MILHARES AOA								
	Exposição total	Exposição 31.12.2018						Dias de atraso <= 90 dias de atraso	Dias de atraso > 90 dias de atraso
		Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento				
		Dias de atraso <30 dias		Subtotal	Dias de atraso entre 30 e 90 dias de atraso	Dias de atraso <= 90 dias de atraso	Dias de atraso > 90 dias de atraso		
Sem indícios	Com indícios								
Grandes Empresas e Banca de Investimento	37 705 884	31 124 428	6 581 456	37 705 884	-	-	-		
Pequenas e Médias Empresas	11 612 300	10 758 467	567 462	11 325 929	-	247 203	39 168		
Particulares	5 443 194	4 419 616	575 253	4 994 869	38 703	207 471	202 151		
TOTAL	54 761 378	46 302 511	7 724 171	54 026 682	38 703	454 674	241 319		

Demonstrações Financeiras e Pareceres

MILHARES AOA					
Imparidade 31.12.2018					
Segmento (2/2)	Imparidade/ total	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30 dias de atraso	Dias de atraso entre 30 e 90 dias de atraso	Dias de atraso <= 90 dias de atraso	Dias de atraso > 90 dias de atraso
Grandes Empresas e Banca de Investimento	(230 689)	(230 689)	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	(142 400)	(111 272)	-	(11 341)	(19 787)
Particulares	(691 104)	(277 352)	(2 968)	(207 471)	(203 313)
TOTAL	(1 064 193)	(619 313)	(2 968)	(218 812)	(223 100)

MILHARES AOA							
Exposição 31.12.2017							
Segmento (1/2)	Exposição total	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		
		Dias de atraso <30 dias			Dias de atraso entre 30 e 90 dias de atraso	Dias de atraso <= 90 dias de atraso	Dias de atraso > 90 dias de atraso
		Sem indícios	Com indícios	Subtotal			
Grandes Empresas e Banca de Investimento	27 856 849	27 856 849	-	27 856 849	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	3 147 835	2 022 597	697 898	2 720 495	-	380 457	46 883
Particulares	5 542 897	4 289 711	121 414	4 411 125	218 626	167 046	746 100
TOTAL	36 547 581	34 169 157	819 312	34 988 469	218 626	547 503	792 983

MILHARES AOA					
Imparidade 31.12.2017					
Segmento (2/2)	Imparidade/ total	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30 dias de atraso	Dias de atraso entre 30 e 90 dias de atraso	Dias de atraso <= 90 dias de atraso	Dias de atraso > 90 dias de atraso
Grandes Empresas e Banca de Investimento	(250 655)	(250 655)	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	(116 968)	(47 726)	-	(42 419)	(26 823)
Particulares	(1 109 640)	(206 719)	(79 369)	(163 636)	(659 916)
TOTAL	(1 477 263)	(505 100)	(79 369)	(206 055)	(686 739)

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de concessão das operações relativas a 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

MILHARES AOA									
2018									
Ano de concessão	Grandes Empresas e Banca de Investimento			Pequenas e Médias Empresas			Particulares		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2013 e anteriores	7	12 965 851	(150 465)	22	1 210 106	(13 104)	428	296 924	(19 575)
2014	-	-	-	48	417 185	(33 881)	762	227 470	(71 451)
2015	2	385 960	(4 715)	17	-	-	3 054	534 895	(135 743)
2016	-	-	-	20	407 078	(5 012)	308	418 385	(37 588)
2017	1	170 908	(965)	11	376 039	(9 044)	1 817	595 584	(45 441)
2018	125	24 183 165	(74 544)	69	9 201 892	(81 359)	1 376	3 369 936	(381 306)
TOTAL	135	37 705 884	(230 689)	187	11 612 300	(142 400)	7 745	5 443 194	(691 104)

MILHARES AOA									
2017									
Ano de concessão	Grandes Empresas e Banca de Investimento			Pequenas e Médias Empresas			Particulares		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2013 e anteriores	5	3 831 384	(47 561)	2	550 247	(14 961)	112	28 764	(1 762)
2014	2	5 287 662	(16 608)	21	453 651	(2 858)	799	538 273	(220 400)
2015	24	6 572 798	(168 700)	55	304 170	(55 733)	2 976	1 581 610	(442 985)
2016	3	10 951 908	(8 636)	18	31 479	(230)	4 160	1 544 238	(330 214)
2017	4	789 826	(7 268)	21	635 295	(2 779)	506	731 449	(59 135)
2018	2	423 271	(1 882)	22	1 172 993	(40 407)	2 151	1 118 563	(55 144)
TOTAL	40	27 856 849	(250 655)	139	3 147 835	(116 968)	10 704	5 542 897	(1 109 640)

O detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída para as exposições analisadas por segmento e sector de actividade, individual e colectivamente, com referência a 31 de Dezembro de 2017 de acordo com a IAS 39, e para os três estágios, com referência a 31 de Dezembro de 2018 de acordo com a IFRS 9, é como segue:

Demonstrações Financeiras e Pareceres

2.1 Por segmento

31.12.2018	MILHARES AOA							
	Grandes Empresas e Banca de Investimento		Pequenas e Médias Empresas		Particulares		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
	Estágio 1	33 962 769	(176 802)	10 759 094	(22 387)	4 619 440	(79 693)	49 341 303
Estágio 2	3 743 115	(53 887)	566 835	(88 885)	414 132	(201 789)	4 724 082	(344 561)
Estágio 3	-	-	286 371	(31 128)	409 622	(409 622)	695 993	(440 750)
TOTAL	37 705 884	(230 689)	11 612 300	(142 400)	5 443 194	(691 104)	54 761 378	(1 064 193)

31.12.2017	MILHARES AOA							
	Grandes Empresas e Banca de Investimento		Pequenas e Médias Empresas		Particulares		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
	Imparidade individual	27 856 849	(250 655)	881 510	(56 799)	149 895	(151 149)	28 888 254
Imparidade colectiva	-	-	2 266 325	(60 169)	5 393 002	(958 491)	7 659 327	(1 018 660)
Imparidade IBNR	-	-	1 869 433	(33 346)	4 173 119	(164 348)	6 042 552	(197 694)
TOTAL	27 856 849	(250 655)	3 147 835	(116 968)	5 542 897	(1 109 640)	36 547 581	(1 477 263)

2.2 Por sector de actividade

31.12.2018 (1/2)	MILHARES AOA							
	Administração central		Comércio por grosso		Construção		Indústria extractiva	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
	Estágio 1	-	-	27 213 481	(166 488)	1 035 521	(6 753)	-
Estágio 2	2 771 379	(21 114)	5	-	-	-	-	-
Estágio 3	-	-	67 630	-	-	-	-	-
TOTAL	2 771 379	(21 114)	27 281 116	(166 488)	1 035 521	(6 753)	-	-

31.12.2018 (2/2)	MILHARES AOA					
	Particulares		Outras		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
	Estágio 1	4 619 440	(79 693)	16 472 861	(25 948)	49 341 303
Estágio 2	414 132	(201 789)	1 538 566	(121 658)	4 724 082	(344 561)
Estágio 3	409 622	(409 622)	218 741	(31 128)	695 993	(440 750)
TOTAL	5 443 194	(691 104)	18 230 168	(178 734)	54 761 378	(1 064 193)

31.12.2017	MILHARES AOA							
	Administração central		Comércio por grosso		Construção		Indústria extractiva	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
	Imparidade individual	13 985 030	-	3 950 345	(204 451)	1 266 478	(16 794)	6 872 719
Imparidade colectiva	-	-	750 626	(43 084)	-	-	-	-
Imparidade IBNR	-	-	491 845	(16 261)	-	-	-	-
TOTAL	13 985 030	-	4 700 971	(247 535)	1 266 478	(16 794)	6 872 719	(63 165)

31.12.2017	MILHARES AOA					
	Particulares		Outras		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
	Imparidade individual	149 895	(151 149)	2 663 787	(23 044)	28 888 254
Imparidade colectiva	5 393 002	(958 491)	1 515 699	(17 085)	7 659 327	(1 018 660)
Imparidade IBNR	4 173 119	(164 348)	1 377 588	(17 085)	6 042 552	(197 694)
TOTAL	5 542 897	(1 109 640)	4 179 486	(40 129)	36 547 581	(1 477 263)

Em termos de geografia, a totalidade do crédito concedido é em Angola. O detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada é como segue:

Medida aplicada	MILHARES AOA								
	31.12.2018								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	6	7 647	(7 628)	3	162 005	(4 675)	9	169 652	(12 303)
Conversão de produtos	-	-	-	1	67 630	-	1	67 630	-
Consolidação de produtos	-	-	-	1	4 330	(4 330)	1	4 330	(4 330)
TOTAL	6	7 647	(7 628)	5	233 965	(9 005)	11	241 612	(16 633)

Medida aplicada	MILHARES AOA								
	31.12.2017								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	5	10 420	(5 699)	7	309 967	(10 387)	12	320 387	(16 086)
Conversão de produtos	-	-	-	1	26 945	(15 061)	1	26 945	(15 061)
Consolidação de produtos	2	71 585	(12 660)	4	10 188	(7 160)	6	81 773	(19 820)
TOTAL	7	82 005	(18 359)	12	347 100	(32 608)	19	429 105	(50 967)

Demonstrações Financeiras e Pareceres

Os movimentos de entradas e saídas na carteira de créditos reestruturados são como segue:

	MILHARES AOA	
	31/12/2018	31/12/2017
SALDO INICIAL DA CARTEIRA DE CRÉDITOS REESTRUTURADOS (BRUTO DE IMPARIDADE)	429 105	492 231
Créditos reestruturados no período	46 411	415 446
Juros corridos da carteira de créditos reestruturados	620	8 801
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(175 214)	(109 858)
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	(53 704)	(315 331)
Créditos reestruturados abatidos ao activo	(5 606)	(62 184)
SALDO FINAL DA CARTEIRA DE CRÉDITOS REESTRUTURADOS (BRUTO DE IMPARIDADE)	241 612	429 105

O detalhe do justo valor das garantias subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

Justo valor a 31.12.2018	MILHARES AOA											
	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
	Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais	
	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	-	-	-	70 864	-	-	-	-	1	45 333	1	35 701
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	2	140 724	3	343 263	-	-	-	-	3	211 291	3	234 030
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	-	-	2	1 313 216	-	-	-	-	1	253 958	3	410 985
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	2	1 628 126	-	-	1	774 200	-	-	-	-	-	-
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	2	2 617 528	1	1 575 000	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	-	-	4	13 355 631	-	-	1	6 327 220	-	-	-	-
>= 5.000 MAOA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	6	4 386 378	10	16 657 974	1	774 200	1	6 327 220	5	510 582	7	680 716

Justo valor a 31.12.2017	MILHARES AOA											
	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
	Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais	
	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	2	42 493	1	4 544	-	-	2	25 848	3	93 287	1	43 683
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	2	167 267	1	91 107	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	1	200 000	5	1 045 312	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	4	2 492 670	4	2 603 804	1	774 200	1	825 000	-	-	-	-
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	11	13 004 349	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	-	-	4	13 802 739	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 5.000 MAOA	-	-	1	6 147 645	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	20	15 906 779	16	23 695 151	1	774 200	3	850 848	3	93 287	1	43 683

O rácio financiamento-garantia dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

MILHARES AOA					
31/12/2018					
Segmento / Rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Empresas					
Sem garantia associada	-	-	27 433 638	61 360	(241 503)
< 50%	-	1	8 264 195	-	(3 711)
>= 50% e < 75%	1	-	83 848	-	(3 615)
>= 75% e <100%	-	1	247 060	-	(2 996)
>= 100%	5	8	11 967 551	225 011	(114 511)
Construção e promoção imobiliária					
Sem garantia associada	-	-	286 812	-	(5)
>= 100%	1	1	748 709	-	(6 748)
Habitação					
Sem garantia associada	-	-	471.389	-	(15 438)
>= 100%	5	7	252.446	-	(10 294)
TOTAL	12	18	49 755 648	286 371	(398 821)

MILHARES AOA					
31/12/2017					
Segmento / Rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Empresas					
Sem garantia associada	-	-	11 246 601	104 515	(66 832)
< 50%	16	1	1 569 669	295 880	(22 751)
>= 50% e < 75%	2	-	70 628	26 945	(27 169)
>= 75% e <100%	2	15	16 421 025	-	(234 074)
>= 100%	-	-	-	-	-
Construção e promoção imobiliária					
Sem garantia associada	-	-	814 605	-	(8 261)
>= 100%	1	3	451 873	-	(8 533)
>= 100%	-	-	-	-	-
Habitação					
Sem garantia associada	-	-	629 445	149 895	(155 642)
>= 100%	3	-	26 782	-	(96)
>= 100%	-	1	12 853	-	(33)
TOTAL	24	20	31 243 481	577 235	(523 391)

Demonstrações Financeiras e Pareceres

A distribuição da carteira de crédito medida por graus de risco internos é como segue:

Segmento / Rácio	MILHARES AOA						
	31/12/2018						
	Grau de risco baixo			Grau de risco médio		Grau de risco elevado	
	A	B	C	D	E	F	G
Grandes Empresas e Banca de Investimento	2 771 379	34 934 505	-	-	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	-	11 325 929	-	225 011	-	61 360	-
Particulares	26 223	4 967 670	11 037	232 581	36 675	35 018	133 990
TOTAL	2 797 602	51 228 104	11 037	457 592	36 675	96 378	133 990

Segmento / Rácio	MILHARES AOA						
	31/12/2017						
	Grau de risco baixo			Grau de risco médio		Grau de risco elevado	
	A	B	C	D	E	F	G
Grandes Empresas e Banca de Investimento	13 985 030	13 871 819	-	-	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	-	2 720 495	-	380 457	-	-	46 883
Particulares	-	4 413 256	149 423	234 118	167 740	73 702	504 658
TOTAL	13 985 030	21 005 570	149 423	614 575	167 740	73 702	551 541

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os níveis de risco internos de A a G apresentados na tabela acima estão de acordo com a classificação do Instrutivo n.º 09/2015 do BNA sobre a metodologia para a constituição de provisões. Este Instrutivo ainda é aplicável para efeitos dos rácios prudenciais.

A divulgação dos factores de risco associados ao modelo de imparidade por segmento é como segue:

Segmento	MILHARES AOA									
	Imparidade 31.12.2018						Imparidade 31.12.2017			
	Probabilidade de incumprimento (%)			Perda dado o incumprimento (%)			Probabilidade de incumprimento (%)			Perda dado o incumprimento (%)
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios	Entre 30 e 90 dias	
Grandes Empresas e Banca de Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas	De 0% a 10%	De 2% a 4%	N/A	De 5% a 58,62%	59%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Estado	De 0% a 3%	2%	N/A	48%	48%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Instituições Financeiras	De 0% a 1%	4%	N/A	De 14,65% a 38,64%	De 14,65% a 38,64%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Pequenas e Médias Empresas	1%	18%	100%	26%	27%	42%	8%	37%	N/A	15%
Particulares	4%	18%	100%	76%	77%	100%	7%	14%	72%	72%

NOTA 11 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

A rubrica activos não correntes detidos para venda em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é analisada como segue:

	MILHARES AOA	
	31.12.2018	31.12.2017
Activos tangíveis não correntes detidos para venda		
Resultados da reavaliação de activos e passivos	-	1 332 934
TOTAL	-	1 332 934

Os valores apresentados em 2017 referem-se a um imóvel recebido em dação em Dezembro de 2015. Os custos associados com a escritura deste imóvel no valor de AOA 84 951 milhares e a provisão associada no valor de AOA 168 071 milhares encontram-se registados em 2017 na rubrica de Outros Activos (Nota 16).

Em 2017 foi assinado um contrato de promessa de compra e venda relativamente a este imóvel, tendo o Banco recebido um sinal no valor de AOA 161 300 milhares. O restante pagamento de AOA 1 451 700 milhares foi recebido em 2018, no dia da escritura pública definitiva de compra e venda entre as Partes.

O proveito de AOA 201 886 milhares, correspondente à diferença entre o valor contabilístico e o valor de venda, foi registado na rubrica de Outros resultados de exploração (Nota 31) pelo montante de AOA 33 815 milhares e na rubrica de Outros activos na linha de perdas por imparidade (Nota 16) pela reversão da provisão de AOA 168 071 milhares.

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante o exercício de 2018 e 2017 foi como segue:

	MILHARES AOA	
	31.12.2018	31.12.2017
Activos tangíveis não correntes detidos para venda	1 332 934	1 494 234
Dotações / (Reversões)	-	-
Utilizações	(1 332 934)	(1 161 300)
Diferenças de câmbio e outras	-	-
TOTAL	-	1 332 934

NOTA 12 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

	MILHARES AOA				31.12.2018
	31.12.2017	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	
Custos					
Imóveis					
De serviço próprio	919 783	-	-	-	919 783
Obras em imóveis	1 265 500	18 509	(1 360)	-	1 282 649
	2 185 283	18 509	(1 360)	-	2 202 432
Construção e promoção imobiliária					
Equipamento informático	1 210 168	181 104	(3 027)	(817)	1 387 428
Mobiliário e material	562 915	21 159	(194)	-	583 880
Máquinas e ferramentas	422 606	45 620	(21 260)	817	447 783
Material de transporte	167 874	317 985	-	-	485 859
Outros	2 138	86 683	-	-	88 821
	2 365 701	652 551	(24 481)	-	2 993 771
Imobilizado em curso					
Obras em imóveis	7 932	3 409 387	-	-	3 417 319
Equipamento	83 525	243 217	-	-	326 742
Outros	(842)	8 665	-	-	8 665
	91 457	3 661 269	-	-	3 752 726
TOTAL	4 642 441	4 332 329	(25 841)	-	8 948 929
Amortizações acumuladas					
Imóveis					
De serviço próprio	(60 919)	(15 974)	-	-	(76 893)
Obras em imóveis	(1 089 493)	(77 845)	1 360	-	(1 165 978)
Outros	-	-	-	-	-
	(1 150 412)	(93 819)	1 360	-	(1 242 871)
Equipamento					
Equipamento informático	(588 763)	(295 533)	2 881	-	(881 415)
Mobiliário e material	(333 599)	(46 602)	124	-	(380 077)
Máquinas e ferramentas	(212 669)	(45 852)	15 820	-	(242 701)
Material de transporte	(94 333)	(66 627)	-	-	(160 960)
Outros	(842)	(224)	-	-	(1 066)
	(1 230 206)	(454 838)	18 825	-	(1 666 219)
TOTAL	(2 380 618)	(548 657)	20 185	-	(2 909 090)
TOTAL	2 261 823	3 783 672	(5 656)	-	6 039 839

Em 31 de Dezembro de 2018, o imobilizado em curso inclui AOA 3 186 791 milhares relacionado com o projecto de construção da nova Sede do Standard Bank de Angola, S.A. reconhecido em obras em imóveis, e AOA 230 915 milhares relacionados com a aquisição de servidores e outros hardwares reconhecidos em equipamento.

Em 31 de Dezembro de 2018, a linha material de transporte corresponde a viaturas adquiridas pelo Banco.

1/2	MILHARES AOA				31.12.2017
	31.12.2016	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	
Custos					
Imóveis					
De serviço próprio	919 783	-	-	-	919 783
Obras em imóveis	1 251 880	21 899	(8 279)	-	1 265 500
	2 171 663	21 899	(8 279)	-	2 185 283
Construção e promoção imobiliária					
Equipamento informático	743 148	428 564	(171 428)	209 884	1 210 168
Mobiliário e material	631 213	17 164	(85 462)	-	562 915
Máquinas e ferramentas	448 885	15 650	(41 929)	-	422 606
Material de transporte	131 014	60 301	(23 441)	-	167 874
Outros	2 259	-	(121)	-	2 138
	1 956 519	521 679	(322 381)	209 884	2 365 701
Imobilizado em curso					
Obras em imóveis	-	7 932	-	-	7 932
Equipamento	117 368	69 815	-	(103 658)	83 525
Outros	138 373	-	-	(138 373)	-
	255 741	77 747	-	(242 031)	91 457
TOTAL	4 383 923	621 325	(330 660)	(32 147)	4 642 441

Demonstrações Financeiras e Pareceres

2/2	MILHARES AOA				31.12.2017
	31.12.2016	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	
Amortizações acumuladas					
Imóveis					
De serviço próprio	(44 945)	(15 974)	-	-	(60 919)
Obras em imóveis	(973 486)	(120 918)	4 911	-	(1 089 493)
Outros	-	-	-	-	-
	(1 018 431)	(136 892)	4 911	-	(1 150 412)
Equipamento					
Equipamento informático	(552 378)	(193 977)	157 592	-	(588 763)
Mobiliário e material	(321 888)	(55 756)	44 045	-	(333 599)
Máquinas e ferramentas	(187 484)	(50 615)	25 430	-	(212 669)
Material de transporte	(91 656)	(26 118)	23 441	-	(94 333)
Outros	(712)	(233)	103	-	(842)
	(1 154 118)	(326 699)	250 611	-	(1 230 206)
TOTAL	(2 172 549)	(463 591)	255 522	-	(2 380 618)
TOTAL	2 211 374	157 734	(75 138)	(32 147)	2 261 823

Em 31 de Dezembro de 2017, as aquisições de equipamento informático estão maioritariamente relacionadas com servidores adquiridos para armazenamento de informação.

Os abates registados em 2017 correspondem a viaturas do Banco vendidas e outros activos abatidos de acordo com a contagem de imobilizado executada durante o ano.

NOTA 13 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

	MILHARES AOA				31.12.2018
	31.12.2017	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	
Activos intangíveis					
Adquiridos a terceiros					
Sistema de tratamento automático de dados	698 281	47 171	-	216 172	961 624
Certificados escolares	80 083	-	-	-	80 083
Activos intangíveis em curso	282 655	616 430	(3 789)	(216 172)	679 124
	1 061 019	663 601	(3 789)	-	1 720 831
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(348 443)	(129 357)	-	-	(477 800)
	(348 443)	(129 357)	-	-	(477 800)
TOTAL	712 576	534 244	(3 789)	-	1 243 031

Em 31 de Dezembro de 2018, as aquisições com activos intangíveis em curso estão relacionadas com diversos projectos e *softwares* que foram sendo desenvolvidos e que irão permitir prestar um melhor serviço ao Cliente, nomeadamente o *Query management system* (QRM) que irá apoiar o *call center* do Banco, uma nova plataforma para a Banca de Investimento, desenvolvimentos no sistema CORE do Banco, desenvolvimento do *internet banking* em Mandarin.

	MILHARES AOA		
	31.12.2016	Aquisições/ Dotações	31.12.2017
Activos intangíveis			
Adquiridos a terceiros			
Sistema de tratamento automático de dados	565 067	133 214	698 281
Certificados escolares	80 083	-	80 083
Activos intangíveis em curso	0	282 655	282 655
	645 150	415 869	1 061 019
Amortização acumulada			
Sistema de tratamento automático de dados	(271 112)	(77 331)	(348 443)
	(271 112)	(77 331)	(348 443)
TOTAL	374 038	338 538	712 576

Em 31 de Dezembro de 2017, as aquisições de activos intangíveis em curso estão relacionadas maioritariamente com o projecto de melhoria do *internet banking*.

NOTA 14 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2017, esta rubrica incluía a participação do Banco no capital da EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A., com sede em Luanda. A EMIS foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos de pagamentos e serviços completares.

Adicionalmente, incluía as participações acessórias remuneradas em moeda estrangeira e não remuneradas em moeda nacional. As participações acessórias remuneradas em moeda estrangeira venciam juros semestralmente à taxa Libor em vigor acrescida de um spread de 3%, não tendo prazo de reembolso definido.

Durante os exercícios de 2018 e 2017 esta entidade não distribuiu dividendos.

À data de emissão deste relatório ainda não se encontravam disponíveis as contas desta participada, referentes ao exercício de 2018.

Em 1 de Janeiro de 2018, e com a adopção da IFRS 9, esta participação foi transferida para a rubrica de Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7). Durante o ano de 2018, o Banco reverteu o prémio de emissão no valor de AOA 6 252 milhares na sequência das conversações com a EMIS onde foi concluído que o mesmo tinha sido incorporado em capital.

2017	MILHARES AOA			
	Nº de acções	Participação	Valor	Custo da participação
Participação no capital	17 927	1,97%	1 000	17 927
Prémio de emissão	-	-	-	6 252
Prestações acessórias em moeda nacional não remuneradas	-	-	-	7 148
Prestações acessórias em moeda estrangeira remuneradas	-	-	-	18 583
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços	17 927	1,97%	1 000	49 910

Demonstrações Financeiras e Pareceres

Adicionalmente, as prestações acessórias remuneradas em moeda estrangeira foram também convertidas em capital em Kwanzas, ao câmbio de 31 de Dezembro de 2016, de acordo com a decisão da 28ª Assembleia Geral Ordinária da EMIS de Junho 2017.

No final do ano de 2018, houve um acordo para a transmissão da participação do BNA aos demais Accionistas pelo que é expectável que a participação do SBA no capital da EMIS aumente para AOA 48 717 milhares em 2019.

NOTA 15 – IMPOSTOS

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada à taxa de 30%, nos termos do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro.

Entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2017 o novo regime fiscal de tributação autónoma. A partir da referida data, encontram-se sujeitas a tributação autónoma as seguintes realidades:

Natureza	Taxa
Custos indevidamente documentados	2%
Custos não documentados	4%
Custos incorridos com despesas confidenciais	30%/ 50% ⁽¹⁾

(1) Aplicação da taxa agravada de 50% nas circunstâncias em que estas despesas originem um custo ou proveito na esfera de um sujeito passivo isento ou não sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial.

Importa salientar que a análise do cumprimento dos requisitos documentais deverá ser realizada em articulação com as disposições do Regime Jurídico das Facturas e Documentos Equivalentes. Foi aprovado o novo Regime Jurídico de Facturas e Documentos Equivalentes aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 312/18 de 21 de Dezembro, que revogou a anterior Lei n.º 149/13, de 1 de Outubro do Regime das Facturas e Documentos Equivalentes.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço a 31 de Dezembro de 2018 e 2017 podem ser analisados como segue:

	MILHARES AOA			
	Activo		Passivo	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Prejuízos fiscais reportáveis	1 965 448	-	-	-
ACTIVO/(PASSIVO) POR IMPOSTO DIFERIDO	1 965 448	-	-	-

O Banco avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros fiscais futuros tributáveis. Em 2017 foram anulados os impostos diferidos activos uma vez que o Banco considerou existir uma elevada incerteza na recuperabilidade dos referidos prejuízos fiscais. Em 2018, o Banco apenas reconheceu imposto diferido activo sobre o montante de prejuízos fiscais reportáveis passíveis de recuperação em 2018, ano em que apura lucro tributável.

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	MILHARES AOA	
	31.12.2018	31.12.2017
Saldo Inicial	-	387 735
Reconhecido em resultados	1 965 448	(247 568)
Reconhecido em outras reservas	-	(140 160)
Varição cambial e outros	-	(7)
SALDO NO FINAL (ACTIVO/(PASSIVO))	1 965 448	-

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os exercícios de 2018 e 2017 teve as seguintes origens:

	MILHARES AOA			
	31.12.2018		31.12.2017	
	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados
Crédito a Clientes (comissões)	-	-	-	85 898
Provisões e Imparidades	-	-	-	159 734
Prejuízos fiscais reportáveis	-	1 965 448	-	1 936
Outros	-	-	-	-
Impostos Diferidos	-	1 965 448	-	247 568
Impostos Correntes	-	(4 855 217)	-	-
Imposto Industrial	-	(1 965 448)	-	-
Imposto sobre Aplicação de Capitais	-	(2 889 769)	-	-
TOTAL DE IMPOSTO RECONHECIDO	-	(2 889 769)	-	247 568

Demonstrações Financeiras e Pareceres

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	MILHARES AOA			
	31.12.2018		31.12.2017	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		35 212 278		17 275 922
Imposto apurado com base na taxa de imposto	30,0%	10 563 683	30,0%	5 182 777
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos	-26,3%	(9 248 757)	-34,7%	(5 992 254)
(Proveitos)/Custos não dedutíveis	1,4%	503 902	1,5%	257 218
Reversão de Imposto diferido activo sobre prejuízos fiscais	0,0%	-	0,0%	1 936
Imposto de Aplicação de Capitais	2,5%	866 931	4,5%	785 023
Outros	0,6%	204 010	0,1%	12 868
IMPOSTO DO EXERCÍCIO ⁽¹⁾	8,2%	2 889 769	1,4%	247 568

(1) Aplicação da taxa agravada de 50% nas circunstâncias em que estas despesas originem um custo ou proveito na esfera de um sujeito passivo isento ou não sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial.

Os rendimentos de títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, após 31 de Dezembro de 2011 estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre a Aplicação de Capitais, conforme definido na alínea k) do n.º 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14 de 20 de Outubro.

De acordo com o disposto no artigo 47.º do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro) na determinação da matéria tributável deduzir-se-ão os rendimentos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais.

Desta forma, na determinação do lucro tributável para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, tais rendimentos foram deduzidos ao lucro tributável.

O gasto apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais não é fiscalmente aceite para o apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Código de Imposto Industrial.

A Autoridade Tributária tem a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

Não foram registados quaisquer impostos diferidos activos, uma vez que o Banco considera existir uma elevada incerteza na recuperabilidade dos referidos prejuízos fiscais.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

Ano	Base	Imposto	Ano de Caducidade
2016	3 260 855 042	(978 256 513)	2019
2017	5 909 852 536	(1 772 955 761)	2020

O detalhe dos activos por impostos correntes é analisado como segue:

	MILHARES AOA	
	31.12.2018	31.12.2017
Liquidações provisórias	256 146	186 352
Retenções na fonte	16 529	352
SALDO	272 675	186 704

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica liquidações provisórias corresponde à liquidação provisória obrigatória efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a Imposto sobre Aplicação de Capitais (Nota 2.11.4).

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Passivos por impostos correntes, no montante de AOA 1 369 883 milhares, diz respeito ao valor do acréscimo de custos com Imposto sobre a Aplicação da Capitais a liquidar pelo Banco das Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro em carteira.

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica Passivos por impostos correntes, no montante de AOA 2 729 360 milhares, diz respeito ao valor do acréscimo de custos com Imposto sobre a Aplicação da Capitais a liquidar pelo Banco das Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro em carteira, bem como à estimativa de imposto corrente a pagar apurada.

NOTA 16 – OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros activos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é analisada como segue:

	MILHARES AOA	
	31.12.2018	31.12.2017
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	3 160 572	648 008
Outros devedores	1 376 163	379 046
Outros activos	860 605	571 632
Despesas com custo diferido	772 298	428 239
Proveitos a receber	505 705	404 457
Outras operações a regularizar	108 374	2 227
	6 783 717	2 433 609
Perdas por imparidade	(144 768)	(289 828)
TOTAL	6 638 949	2 143 781

Demonstrações Financeiras e Pareceres

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica de Operações sobre valores mobiliários a regularizar inclui Obrigações do Tesouro indexadas ao USD e Bilhetes do Tesouro vendidas a Clientes nos últimos dias do mês de Dezembro de 2018 mas apenas a liquidar no dia 3 de Janeiro de 2019. Em 31 de Dezembro de 2017, esta rubrica inclui Obrigações do Tesouro indexadas ao USD vendidas a Clientes nos últimos dias do mês de Dezembro de 2017 mas apenas a liquidar no dia 3 de Janeiro de 2018.

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica Outros devedores inclui AOA 984 695 milhares referentes a falhas operacionais no processamento de instruções de Clientes que se encontram provisionadas (Nota 20). Inclui ainda AOA 269 434 milhares relativos a adiantamentos a fornecedores que aguardavam a realização do serviço (2017: AOA 128 291 milhares). Estes valores incluem, em ambos os períodos, um adiantamento a um fornecedor em 2012 no valor de AOA 25 371 milhares que se encontra em litígio, estando este valor totalmente provisionado.

Adicionalmente, a rubrica de Outros devedores inclui AOA 37 368 milhares (2017: AOA 94 598 milhares) relacionados com adiantamentos a colaboradores do subsídio de transporte e alojamento. Em 31 de Dezembro de 2017 incluía ainda os custos associados com a escritura do imóvel recebido em dação (Nota 11), no valor de AOA 84 951 milhares que estavam totalmente provisionados.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Outros activos inclui respectivamente AOA 515 688 milhares e AOA 385 062 milhares relativos ao ajustamento de justo valor dos créditos concedidos a colaboradores (Nota 10).

A rubrica Despesas com custo diferido inclui em 31 de Dezembro de 2018 AOA 282 559 milhares referente ao seguro de saúde do Banco (2017: AOA 219 374 milhares) e AOA 58 506 milhares referentes a rendas de agências (2017: AOA 62 671 milhares).

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica Proveitos a receber inclui AOA 502 900 milhares de comissões recebidas por arrecadação de impostos a recuperar da Administração Geral Tributária (2017: AOA 399 315 milhares).

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Outras operações a regularizar inclui operações de compra e venda de moeda a aguardar liquidação financeira, tendo as mesmas sido liquidadas nos primeiros dias de 2019 e 2018, respectivamente.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são apresentados como segue:

	MILHARES AOA				31.12.2018
	31.12.2017	Dotações	Reversões	Variação cambial	
Perdas por imparidade (Activo)					
Perdas por imparidade nos Outros Activos	289 828	26 299	(171 361)	2	144 768

	MILHARES AOA				31.12.2017
	31.12.2016	Dotações	Reversões	Variação cambial	
Perdas por imparidade (Activo)					
Perdas por imparidade nos Outros Activos	201 000	202 629	(113 801)	-	289 828

Em 31 de Dezembro de 2018, as perdas por imparidade em Outros activos no valor de AOA 168 071 milhares associados ao imóvel recebido em dação (Nota 11) foram revertidas decorrente da venda dos mesmos.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as perdas por imparidade em Outros activos incluem AOA 25 371 milhares referentes a um litígio com um fornecedor. Incluem adicionalmente uma provisão multirrisco para eventuais perdas relacionadas com bens e equipamentos no valor de AOA 98 900 milhares (2017: AOA 74 900 milhares).

NOTA 17 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de Bancos centrais e outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	MILHARES AOA	
	31.12.2018	31.12.2017
Recursos próprios ou de terceiros em trânsito		
Valores pendentes de contagem	430 204	342 742
Outras operações pendentes de liquidação	368 718	354 072
Cheques visados e bancários	59 619	34 010
Outros recursos	40 406	2 700
TOTAL	898 947	733 524

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Valores pendentes de contagem regista os sacos de notas que entraram nas agências mas que ainda não foram contados e reclassificados para as contas de depósitos de Clientes.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Outras operações pendentes de liquidação inclui as utilizações dos cartões de débito de Clientes a liquidar no dia seguinte e saldos de POS não encerrados.

A totalidade dos Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 tem maturidade até 3 meses, com excepção dos Cheques visados e bancários que tem maturidade até 6 meses.

NOTA 18 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

O saldo da rubrica Recursos de Clientes e outros empréstimos é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	MILHARES AOA	
	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos à ordem	228 419 154	196 947 299
Depósitos a prazo	75 897 303	65 800 791
Depósitos recebidos como colateral	28 116 013	2 909 685
Outros depósitos	4 379 984	-
TOTAL	336 812 454	265 657 775

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o valor na rubrica Depósitos recebidos como colateral é referente na totalidade a montantes cativos para garantia de crédito concedido e cartas de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2018, o valor na rubrica de Outros depósitos corresponde a depósitos de Clientes a prazo em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos (AOA 4 363 172 milhares) e depósitos de Clientes à ordem em moeda estrangeira recebidos para liquidação de cartas de crédito de exportação (AOA 16 792 milhares).

Demonstrações Financeiras e Pareceres

O escalonamento dos Recursos de Clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, é como segue:

	MILHARES AOA	
	31.12.2018	31.12.2017
Exigível à vista	256 551 979	199 856 984
Exigível a prazo		
Até 3 meses	75 189 696	40 543 789
De 3 meses a um ano	5 070 350	25 255 838
De um a cinco anos	429	1 164
	80 260 475	65 800 791
TOTAL	336 812 454	265 657 775

Em 31 de Dezembro de 2018, os depósitos a prazo são remunerados a uma taxa média de 4.98% (31 de Dezembro de 2017: 3.05%).

NOTA 19 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é composta pela emissão de obrigações seniores não garantidas em Kwanzas, no dia 11 de Dezembro de 2018, pelo Standard Bank de Angola, S.A.. A maturidade desta emissão é a 11 de Dezembro de 2021. Estas obrigações pagam juro semestralmente e postecipadamente em 11 de Junho e 11 de Dezembro.

31/12/2018	MILHARES AOA						
	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Valor de Balanço
Obrigações Seniores	AOA	Taxa fixa	17,00%	4 700 000	4 700 000	45 970	4 745 970
TOTAL				4 700 000	4 700 000	45 970	4 745 970

NOTA 20 – PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

Provisões (Passivo)	MILHARES AOA							31.12.2018
	31.12.2017	Impacto IFRS 9 (Nota 2.2)	Dotações	Reversões	Utilizações	Variação cambial	Transferências	
Outras provisões para riscos e encargos	834 493	-	1 329 213	(397 816)	(26 767)	138 594	170 148	2 047 865
Provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 25)	54 891	(11 474)	110 895	(93 318)	-	-	-	60 994
TOTAL	889 384	(11 474)	1 440 108	(491 134)	(26 767)	138 594	170 148	2 108 859

Provisões (Passivo)	MILHARES AOA						31.12.2017
	31.12.2016	Dotações	Reversões	Utilizações	Variação cambial	Transferências	
Outras provisões para riscos e encargos	311 496	500 465	(144 511)	(109 776)	24	276 795	834 493
Provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 25)	90 692	28 629	(64 430)	-	-	-	54 891
TOTAL	402 188	529 094	(208 941)	(109 776)	24	276 795	889 384

O saldo da rubrica de provisões visa a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Banco, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

Em 31 de Dezembro de 2018, as Outras provisões para riscos e encargos incluem AOA 805 438 milhares (2017: AOA 541 798 milhares) de provisões para responsabilidades eventuais com reformas, de acordo com a Lei nº 2/2000 e com os artigos 218º e 262º da Lei Geral do Trabalho (Nota 2.12). Em 2015 foi publicada a Lei nº 7/2015 (Lei Geral do Trabalho) que veio revogar a Lei nº 2/2000 e que deixou de prever a necessidade de constituição de provisões para responsabilidades eventuais com reformas. O Banco encontra-se a analisar de que forma irá reverter este montante em benefícios aos colaboradores.

Em 31 de Dezembro de 2018, esta rubrica inclui adicionalmente provisões relacionadas com falhas operacionais no processamento de instruções de Clientes (Nota 16) no montante de AOA 465 601 milhares (sem ocorrências em 2017), provisão para contingências fiscais no montante de AOA 110 473 milhares (2017: AOA 92 675 milhares) e AOA 172 428 milhares (2017: AOA 79 544 milhares) relativo a contingências judiciais. Inclui ainda provisão para férias não gozadas no montante de AOA 347 247 milhares (2017: AOA 170 148 milhares). Esta provisão para férias não gozadas foi reclassificada durante o ano de 2018, em termos da demonstração de resultados, da rubrica de Custos com Pessoal (Nota 32) para esta rubrica de Provisões, tendo o saldo de 2017 sido registado na coluna de Transferências, e em termos de balanço da rubrica de Outros passivos (Nota 22) para esta rubrica de Provisões.

As Provisões para garantias e compromissos assumidos registam as provisões para valores extrapatrimoniais, nomeadamente, garantias bancárias, limites de descobertos bancários e cartas de crédito. O impacto da adopção da IFRS 9 em termos das Provisões para garantias e compromissos assumidos foi de AOA 11 474 milhares (Nota 2.2).

NOTA 21 – PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Contraparte	Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de emissão (em USD)	MILHARES AOA		Taxa de Juro	Maturidade
					Valor de balanço			
					31.12.2018	31.12.2017		
Standard Bank South Africa, SA	Empréstimo subordinado	USD	23/04/2013	30 000 000	9 451 532	5 050 620	Libor +3.6% (4.6% desde 21/05/2018)	22/05/2023 (possibilidade de reembolso antecipado a partir do 5º ano)

O movimento ocorrido durante o exercício de 2018 na rubrica de Passivos subordinados, no valor de AOA 4 400 912 milhares, está relacionado com a variação do juro corrido em balanço, pelo aumento da Libor e do spread face a 2017, e variação cambial.

NOTA 22 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é analisada como segue:

	MILHARES AOA	
	31.12.2018	31.12.2017
Cartas de crédito (Nota 10)	9 961 037	350 008
Obrigações com pessoal (Nota 2.12)	2 972 525	2 099 169
Dividendos a pagar	2 897 935	-
Custos administrativos e de comercialização a pagar	2 659 496	1 562 594
Saldos com entidades relacionadas	2 317 711	1 889 087
Fornecedores	330 473	47 719
Encargos fiscais a pagar - retidos de terceiros	319 890	165 764
Outras comissões a diferir	76 683	52 346
Contribuição para a Segurança Social	50 987	38 909
Outros	36 718	35 988
Custos por compra e venda de moedas estrangeiras	17 587	23 345
TOTAL	21 641 042	6 264 929

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Cartas de crédito inclui, por contrapartida da rubrica Crédito a Clientes (Nota 10), os contratos de cartas de crédito cuja documentação para proceder aos pagamentos contratualmente definidos foi recebida na totalidade, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica Obrigações com pessoal inclui os custos a pagar com férias e subsídio de férias dos colaboradores. Inclui adicionalmente o acréscimo de custos do prémio anual de produtividade do Banco. Em 31 de Dezembro de 2017, esta rubrica incluía ainda a provisão para férias não gozadas que foi reclassificada durante o ano de 2018 da rubrica de Outros passivos para a rubrica de Provisões (Nota 20).

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica Dividendos a pagar inclui os dividendos acumulados aprovados para distribuição pelo Banco aos seus accionistas (Nota 23).

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os saldos com entidades relacionadas incluem essencialmente a comissão de *franchising* a pagar e custos incorridos com pessoal do Grupo Standard Bank cedido ao SBA.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica Custos administrativos e de comercialização a pagar diz respeito a acréscimo de custos com fornecimentos de terceiros, não facturados.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica de Fornecedores inclui os valores a pagar a fornecedores, cujo custo foi reconhecido nos exercícios respectivos.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Compra e venda de moedas estrangeiras por liquidar regista operações de compra e venda de moeda a aguardar liquidação financeira, tendo as mesmas sido liquidadas nos primeiros dias de 2019 e 2018, respectivamente.

NOTA 23 – RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

	MILHARES AOA		
	Reservas de Reavaliação		
	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	(2 951 014)	140 160	(2 810 854)
Alterações de justo valor	2 335 785	-	2 335 785
Impostos diferidos reconhecidos no período em reservas (Nota 15)	-	(140 160)	(140 160)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	(615 229)	-	(615 229)
Alterações de justo valor	(212 125)	-	(212 125)
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	46 652	-	46 652
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	(780 702)	-	(780 702)

Outras reservas e resultados transitados

	MILHARES AOA			
	Reserva Legal	Resultados Transitados	Outras reservas	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	748 012	3 285 717	2 635	4 036 364
Constituição de reservas	787 776	7 089 984	-	7 877 760
Outros movimentos	-	2 898	(1 877)	1 021
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1 535 788	10 378 599	758	11 915 145
Constituição de reservas	1 702 836	15 325 518	-	17 028 354
Distribuição de dividendos	-	(5 682 225)	-	(5 682 225)
Ajustamento transição IFRS 9 (Nota 2.2)	-	524 867	-	524 867
Outros movimentos	-	-	451	451
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	3 238 624	20 546 759	1 209	23 786 592

Demonstrações Financeiras e Pareceres

Em 31 de Dezembro de 2018, a Reserva legal no montante de AOA 3 238 624 milhares (2017: AOA 1 535 788 milhares) só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o Capital.

A legislação angolana aplicável exige que a Reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do seu capital social.

Em 2018 foi decidido distribuir aos Accionistas dividendos no montante de AOA 5 682 225 milhares, sendo AOA 4 257 089 milhares correspondente a 25% do resultado líquido obtido no ano anterior (AOA 17 028 354 milhares) e AOA 1 425 136 milhares correspondentes a 10% do resultado líquido do período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 2018 (AOA 14 251 374 milhares).

O impacto de transição da adopção da IFRS 9, no valor de AOA 524 867 milhares, foi registado em Resultados Transitados (Nota 2.2).

Em 31 de Dezembro de 2018, o valor das opções sobre acções é de AOA 1 209 milhares (2017: AOA 758 milhares).

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Outros movimentos inclui movimentos relacionados com o valor das opções sobre acções.

NOTA 24 – CAPITAL SOCIAL

Acções ordinárias

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o capital social do Banco, no valor de AOA 9 530 007 milhares, encontrava-se representado por 1 000 000 acções ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, nomeadamente:

	MILHARES AOA			
	Nº acções	Valor nominal em milhares de Kwanzas	% Capital Social	
			31.12.2018	31.12.2017
Standard Bank Group Limited	509 996	4 860 265	51%	51%
AAA Activos, Lda.	490 000	4 669 703	49%	49%
Outros accionistas	4	39	0,00040%	0,00040%
TOTAL	1 000 000	9 530 007	100%	100%

NOTA 25 – RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Esta rubrica é apresentada como segue:

	MILHARES AOA	
	31.12.2018	31.12.2017
Responsabilidades de terceiros		
Garantias recebidas	69 388 484	29 527 340
Responsabilidades perante terceiros		
Garantias prestadas	7 079 868	1 387 044
Cartas de crédito	20 011 279	1 150 913
Limites de crédito não utilizados	18 741 596	9 109 150
	45 832 743	11 647 107
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	311 383 793	231 742 292
Operações cambiais		
Compras de moedas estrangeiras a liquidar	4 879 518	1 064 161
Vendas de moedas estrangeiras a liquidar	(4 790 489)	(1 073 486)
	89 029	(9 325)
Valor actual dos créditos		
Créditos mantidos no activo	54 761 378	36 547 581
Créditos abatidos (Nota 10)	3 119 134	2 351 905
	57 880 512	38 899 486

As garantias prestadas são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

As cartas de crédito são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus Clientes, de pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas. As cartas de crédito são registadas no balanço a partir do momento em que toda a documentação é recebida pelo Banco.

Os limites de crédito não utilizados são, na sua totalidade, irrevogáveis e, de forma geral, são contratados por prazos fixos de um ano. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os Clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do Cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Responsabilidades perante terceiros estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas (Nota 2.3). A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Banco na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Demonstrações Financeiras e Pareceres

Em 2018 e 2017, as provisões para prestação de garantias e compromissos assumidos ascendiam a AOA 60 994 milhares, de acordo com a IFRS 9, e AOA 54 891 milhares, de acordo com a IAS 29, respectivamente (Nota 20).

NOTA 26 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	MILHARES AOA					
	2018			2017		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e rendimentos similares						
Juros de crédito a Clientes	6 400 905	-	6 400 905	5 200 543	-	5 200 543
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	730 751	730 751	-	332 162	332 162
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	1 372 641	-	1 372 641	838 487	-	838 487
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14 907 584	-	14 907 584	17 010 902	-	17 010 902
Juros de investimentos ao custo amortizado	17 521 628	-	17 521 628	9 074 640	-	9 074 640
Outros juros e proveitos similares	162 669	-	162 669	-	-	-
	40 365 427	730 751	41 096 178	32 124 572	332 162	32 456 734
Juros e encargos similares						
Juros de responsabilidades representadas por títulos	44 106	-	44 106	-	-	-
Juros de recursos de Clientes	3 951 076	-	3 951 076	3 359 086	-	3 359 086
Juros de passivos subordinados	569 918	-	569 918	277 346	-	277 346
Juros de captação de instituições de crédito	124 305	-	124 305	4 947	-	4 947
	4 689 405	-	4 689 405	3 641 379	-	3 641 379
MARGEM FINANCEIRA	35 676 022	730 751	36 406 773	28 483 193	332 162	28 815 355

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica de juros de crédito a Clientes inclui o montante de AOA 24 541 milhares (2017: AOA 48 148 milhares) relativos a proveitos de crédito com sinais de imparidade (análise individual e colectiva).

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica de juros de crédito a Clientes inclui o montante de AOA 191 388 milhares (2017: AOA 196 113 milhares) relativo a comissões contabilizadas de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

NOTA 27 – RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	MILHARES AOA	
	31.12.2018	31.12.2017
Rendimentos de serviços e comissões		
Por transferências	2 339 980	1 186 515
Por créditos documentários	1 283 193	537 858
Por operações de crédito	1 248 627	844 358
Por levantamentos	1 139 975	571 941
Por compensação electrónica	544 386	346 872
Por manutenção de conta	459 895	597 221
Por mediação	238 502	145 127
Por outros serviços bancários prestados	211 290	426 275
Por consultoria financeira	195 385	64 304
Por transporte de valores	125 342	276 031
Por garantias prestadas	93 931	71 442
Por emissão de cheques	9 610	8 865
Outras	186	204
	7 890 302	5 077 013
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	729 748	467 275
Por transporte de valores	444 439	338 813
Por limites não utilizados	20 192	41 717
Outras	-	35 250
	1 194 379	883 055
TOTAL	6 695 923	4 193 958

NOTA 28 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	MILHARES AOA					
	2018			2017		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Resultados de activos ao justo valor através de resultados						
De emissores públicos	2 344 071	(49 325)	2 294 746	1 134 520	(34 660)	1 099 860
De depósitos de Clientes em AOA indexados ao USD	4 963	(14 742)	(9 779)	-	-	-
TOTAL	2 349 034	(64 067)	2 284 967	1 134 520	(34 660)	1 099 860

NOTA 29 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

O valor desta rubrica é composto por:

	MILHARES AOA					
	2018			2017		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral						
De emissores públicos	27 590	-	27 590	5 110	-	5 110
TOTAL	27 590	-	27 590	5 110	-	5 110

NOTA 30 – RESULTADOS CAMBIAIS

O valor desta rubrica é composto por:

	MILHARES AOA	
	2018	2017
Resultados de operações de compra e venda de moeda	6 510 467	1 978 156
Resultados da reavaliação de activos e passivos	5 250 236	740 078
TOTAL	11 760 703	2 718 234

NOTA 31 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	MILHARES AOA	
	2018	2017
Outros proveitos/ (custos) de exploração		
Outros custos de exploração	(253 054)	(88 221)
Impostos directos e indirectos	(229 411)	(2 750 505)
Penalidades aplicadas por entidades reguladoras	(44 610)	-
Quotizações e donativos	(43 357)	(8 723)
Perdas operacionais	(17 538)	(143 106)
Outras perdas em outros activos tangíveis	(5 655)	(87 393)
Outros proveitos de exploração	65 592	53 953
TOTAL	(528 033)	(3 023 995)

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica Outros custos de exploração inclui AOA 174 182 milhares de acréscimo de custos relacionados com a depreciação do *internet banking* para empresas (Netplus).

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de Impostos directos e indirectos inclui o valor total de impostos sobre aplicação de capitais (IAC) suportado pelo Banco no montante de AOA 2 616 742 milhares. Em 2018, o IAC suportado pelo Banco no montante de AOA 2 889 769 milhares foi reclassificado para a rubrica de Impostos Correntes (Nota 15).

NOTA 32 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	MILHARES AOA	
	2018	2017
Custos directos		
Salários e subsídios	8 350 330	6 757 482
Bónus de <i>performance</i>	2 610 962	1 717 922
Encargos sociais obrigatórios	424 755	325 568
Outros	94 616	72 033
TOTAL	11 480 663	8 873 005
Custos indirectos	895 784	694 719
TOTAL	12 376 447	9 567 724

Demonstrações Financeiras e Pareceres

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Salários e subsídios inclui diversos subsídios atribuídos aos Colaboradores, nomeadamente, subsídio de alojamento, subsídio de transporte, subsídio de férias e mês de férias, no montante de AOA 1 414 915 milhares e AOA 1 207 993 milhares, respectivamente. O valor de 2017 inclui AOA 22 180 milhares referentes a provisão de férias não gozadas. O custo de 2018 no valor de AOA 177 099 milhares foi realocado da rubrica de custos com pessoal para a rubrica de provisões (Nota 20).

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o número de trabalhadores do Banco corresponde a 599 e 571, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 os Colaboradores dividiam-se nas seguintes categorias profissionais:

	2018	2017
Administradores executivos	1	1
Director	28	24
Coordenador	176	165
Técnico	377	364
Administrativo	17	17
TOTAL	599	571

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as remunerações e outros benefícios associados aos Órgãos Sociais do Banco detalham-se como segue:

	MILHARES AOA					
	Conselho de Administração			Conselho Fiscal	Comissão Executiva	Total
	Administradores executivos	Membros não executivos	Total			
31 de Dezembro de 2018						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	140 142	29 818	169 960	9 379	471 000	650 339
Remunerações variáveis	100 944	7 572	108 516	2 869	117 115	228 500
SUB TOTAL	241 086	37 390	278 476	12 248	588 115	878 839
Benefícios e outros encargos sociais	171 587	-	171 587	-	82 441	254 028
TOTAL	412 673	37 390	450 063	12 248	670 556	1 132 867
31 de Dezembro de 2017						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	68 578	10 217	78 795	7 800	366 235	452 830
Remunerações variáveis	63 953	4 633	68 586	3 865	45 160	117 611
SUB TOTAL	132 531	14 850	147 381	11 665	411 395	570 441
Benefícios e outros encargos sociais	46 558	-	46 558	-	10 888	57 446
TOTAL	179 089	14 850	193 939	11 665	422 283	627 887

NOTA 33 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

O valor desta rubrica é composto por:

	MILHARES AOA	
	2018	2017
Comissão de franchising e outros custos com o Grupo	2 395 683	1 465 357
Auditorias, Consultorias e Outros Serviços	1 660 387	804 219
Alugueres	829 422	843 818
Segurança, Conservação e Reparação	781 839	724 130
Transporte, Deslocações e Alojamentos	596 588	312 975
Comunicações	377 395	448 695
Publicações, Publicidade e Propaganda	367 221	252 246
Outros Fornecimentos de Terceiros	199 749	113 201
Seguros	135 820	102 776
Materiais diversos	131 132	105 095
Água e Energia	80 837	102 585
TOTAL	7 556 073	5 275 097

No exercício de 2018, os honorários dos auditores externos foram de AOA 103 171 milhares (2017: 56 133 milhares). A variação face ao ano anterior deve-se essencialmente à desvalorização cambial e à auditoria adicional de Junho.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional (rendas de agências e habitação de Colaboradores) não canceláveis são como segue:

	MILHARES AOA	
	2018	2017
Até um ano	253 502	245 945
TOTAL	253 502	245 945

NOTA 34 – RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	MILHARES AOA	
	2018	2017
Resultado líquido	32 322 509	17 028 354
Número médio de acções ordinárias em circulação	1 000 000	1 000 000
RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO	32,323	17,028

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos.

NOTA 35 – TRANSACÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

BALANÇO	MILHARES AOA					
	2018			2017		
	Accionista	Subsidiárias e participadas de Accionistas	Órgãos sociais	Accionista	Subsidiárias e participadas de Accionistas	Órgãos sociais
Activo						
Disponibilidades em outras instituições de crédito						
Standard Bank South Africa	-	64 302 472	-	-	37 020 961	-
Standard Bank Maurícias	-	33 924	-	-	4 394	-
Stanbic Ibtc Bank Plc	-	3 202	-	-	1 722	-
Standard Bank Namíbia	-	-	-	-	181	-
Aplicações em Bancos centrais e em outras instituições de crédito						
Standard Bank South Africa	-	30 954 207	-	-	-	-
Crédito a Clientes						
Crédito a habitação	-	-	35 167	-	-	-
Cartões de crédito	-	-	104	-	-	467
Outros activos						
Standard Bank South Africa	-	3 681	-	-	35 780	-
TOTAL	-	95 297 486	35 271	-	37 063 038	467
Passivo						
Recursos de Clientes e outros empréstimos						
AAA Activos, Lda	329 252	-	-	140 822	-	-
AAA Seguros, SA	-	239	-	-	388	-
Outros	480 745	-	58 943	772 920	-	48
Passivos subordinados						
Standard Bank South Africa	-	9 451 532	-	-	5 050 620	-
Outros passivos						
Standard Bank South Africa	-	11 357 471	-	-	1 926 928	-
Standard Bank Isle of Man	-	-	-	-	100 458	-
Standard Bank Namíbia	-	2 967	-	-	-	-
Standard Bank London	-	34 916	-	-	34 814	-
TOTAL	809 997	20 844 158	58 943	913 742	7 113 208	48

RESULTADOS	MILHARES AOA					
	2018			2017		
	Accionista	Subsidiárias e participadas de Accionistas	Órgãos sociais	Accionista	Subsidiárias e participadas de Accionistas	Órgãos sociais
Juros e rendimentos similares						
Standard Bank Isle of Man	-	-	-	-	13 833	-
Standard Bank South Africa	-	1 373 067	-	-	591 081	-
Juros e encargos similares						
Standard Bank South Africa	-	(569 918)	-	-	(277 346)	-
Rendimentos e encargos de serviços e comissões						
Standard Bank South Africa	-	178 001	-	-	16 946	-
Standard Bank Isle of Man	-	(20 138)	-	-	(41 518)	-
Resultados cambiais						
Standard Bank South Africa	-	1 077	-	-	1 495	-
Custos com o pessoal						
Standard Bank South Africa	-	(140 774)	-	-	(42 145)	-
Fornecimentos e serviços de terceiros						
Standard Bank South Africa	-	(2 395 683)	-	-	(1 465 357)	-
AAA Activos, Lda	-	-	-	(103 575)	-	-
TOTAL	-	(1 574 368)	-	(103 575)	(1 203 011)	-

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Banco pode ser analisado na Nota 32 Custos com pessoal.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

NOTA 36 – JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas consideram as operações mais recentemente concedidas pelo Banco.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

Demonstrações Financeiras e Pareceres

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco é apresentado como segue:

	MILHARES AOA					Justo valor
	Custo amortizado	Valorizados ao justo valor			Total valor do balanço	
		Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 3)		
31 de Dezembro de 2018						
Caixa e disponibilidades Bancos centrais	71 255 540	-	-	-	71 255 540	71 255 540
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79 706 837	-	-	-	79 706 837	79 706 837
Aplicações em Bancos centrais e em outras instituições de crédito	30 954 207	-	-	-	30 954 207	30 954 207
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	7 150 176	-	7 150 176	7 150 176
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	93 446 527	-	93 446 527	93 446 527
Investimentos ao custo amortizado	90 876 156	-	-	-	90 876 156	91 386 963
Crédito a Clientes	53 697 185	-	-	-	53 697 185	53 558 710
ACTIVOS FINANCEIROS	326 489 925	-	100 596 703	-	427 086 628	427 458 960
Recursos de Bancos centrais e outras instituições de crédito	898 947	-	-	-	898 947	898 947
Recursos de Clientes e outros empréstimos	336 812 454	-	-	-	336 812 454	336 822 396
Responsabilidades representadas por títulos	4 745 970	-	-	-	4 745 970	4 745 970
Passivos subordinados	9 451 532	-	-	-	9 451 532	10 084 595
PASSIVOS FINANCEIROS	351 908 903	-	-	-	351 908 903	352 551 908

MILHARES AOA						
Valorizados ao justo valor						
	Custo amortizado	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 3)	Total valor do balanço	Justo valor
31 de Dezembro de 2017						
Caixa e disponibilidades Bancos centrais	68 955 622	-	-	-	68 955 622	68 955 622
Disponibilidades em outras instituições de crédito	40 310 094	-	-	-	40 310 094	40 310 094
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	8 576 461	-	8 576 461	8 576 461
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	79 422 026	-	79 422 026	79 422 026
Investimentos ao custo amortizado	78 802 143	-	-	-	78 802 143	78 965 991
Crédito a Clientes	35 070 318	-	-	-	35 070 318	34 527 689
ACTIVOS FINANCEIROS	223 138 177	-	87 998 487	-	311 136 664	310 757 883
Recursos de Bancos centrais e outras instituições de crédito	733 524	-	-	-	733 524	733 524
Recursos de Clientes e outros empréstimos	265 657 775	-	-	-	265 657 775	266 975 307
Passivos subordinados	5 050 620	-	-	-	5 050 620	5 235 657
PASSIVOS FINANCEIROS	271 441 919	-	-	-	271 441 919	272 944 488

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;

Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, spreads...) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida; e,

Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Banco considera um mercado activo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Demonstrações Financeiras e Pareceres

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado activo;
- Se existe um mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado activo, com a excepção da condição de volumes de negociação; e,
- O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em Bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (*Bid-price*), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro de mercado para o AOA são apuradas com base nas taxas de juro dos bilhetes do tesouro para as várias maturidades.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standard considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

Investimentos ao custo amortizado

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Crédito a Clientes

O justo valor do crédito a Clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Recursos de Bancos centrais e de outras instituições de crédito

O justo valor destes passivos é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Recursos de Clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Passivos subordinados e responsabilidades representadas por títulos

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Relativamente às taxas de câmbio, o Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

NOTA 37 – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR SEGMENTO

Nos termos do requerido pelo IFRS 8, as divulgações por segmentos são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos Órgãos de Gestão do Banco:

- Particulares e Pequenas e Médias Empresas
- Grandes Empresas e Banca de Investimento

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o balanço por segmento é apresentado como segue:

BALANÇO 31/12/2018	MILHARES AOA		
	Particulares e Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Activo			
Crédito a Clientes			
Empréstimos	4 874 371	3 301 276	8 175 647
Descobertos	7 146 368	26 947 412	34 093 780
Leasing	476 097	177	476 274
Cartas de crédito	2 732 759	7 226 330	9 959 089
Cartões de crédito	294 292	-	294 292
Habitação	698 103	-	698 103
Total de activos afectos	16 221 990	37 475 195	53 697 185
Activos não afectos			389 549 385
TOTAL DE ACTIVO			443 246 570
Passivo			
Recursos de Clientes e outros empréstimos	58 309 798	278 502 656	336 812 454
Responsabilidades representadas por títulos	-	4 745 970	4 745 970
Total de passivos afectos	58 309 798	283 248 626	341 558 424
Passivos não afectos			36 829 740
TOTAL DO PASSIVO			378 388 164

Demonstrações Financeiras e Pareceres

BALANÇO 31/12/2017	MILHARES AOA		
	Particulares e Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Activo			
Crédito a Clientes			
Empréstimos	3 951 556	11 458 948	15 410 504
Descobertos	1 465 546	5 559 597	7 025 143
<i>Leasing</i>	526 408	29 709	556 117
Cartas de crédito	350 008	-	350 008
Cartões de crédito	541 497	-	541 497
Habitação	663 204	-	663 204
Obrigações do tesouro	-	10 523 845	10 523 845
Total de activos afectos	7 498 219	27 572 099	35 070 318
Activos não afectos			282 754 074
TOTAL DE ACTIVO			317 824 392
Passivo			
Recursos de Clientes e outros empréstimos	48 831 032	216 826 743	265 657 775
Total de passivos afectos	48 831 032	216 826 743	265 657 775
Passivos não afectos			14 308 340
TOTAL DO PASSIVO			279 966 115

Em 2018 e 2017, a demonstração de resultados por segmento é apresentada como segue:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 31/12/2018	MILHARES AOA		
	Particulares e Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Juros e rendimentos similares	2 768 557	38 327 621	41 096 178
Juros e encargos similares	(303 643)	(4 385 762)	(4 689 405)
MARGEM FINANCEIRA	2 464 914	33 941 859	36 406 773
Rendimentos de serviços e comissões	4 606 809	3 283 493	7 890 302
Encargos com serviços e comissões	(346 664)	(847 715)	(1 194 379)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	-	2 284 967	2 284 967
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	27 590	27 590
Resultados cambiais	(15 587)	11 776 290	11 760 703
Outros resultados de exploração	4 770 155	(5 298 188)	(528 033)
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA	11 479 627	45 168 296	56 647 923
Custos com pessoal	(7 606 753)	(4 769 694)	(12 376 447)
Fornecimentos e serviços de terceiros	(2 534 368)	(5 021 705)	(7 556 073)
Depreciações e amortizações do exercício	(475 290)	(202 724)	(678 014)
Provisões líquidas de anulações	(473 276)	(475 698)	(948 974)
Imparidade para crédito a Clientes líquida de reversões e recuperações	13 022	129 174	142 196
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	-	(18 333)	(18 333)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	402 962	34 809 316	35 212 278
Impostos sobre os resultados	-	(2 889 769)	(2 889 769)
RESULTADO LÍQUIDO	402 962	31 919 547	32 322 509

Demonstrações Financeiras e Pareceres

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 31/12/2017	MILHARES AOA		
	Particulares e Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Juros e rendimentos similares	2 201 409	30 255 325	32 456 734
Juros e encargos similares	(128 950)	(3 512 429)	(3 641 379)
MARGEM FINANCEIRA	2 072 459	26 742 896	28 815 355
Rendimentos de serviços e comissões	4 418 734	658 279	5 077 013
Encargos com serviços e comissões	-	(883 055)	(883 055)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	-	1 099 860	1 099 860
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	5 110	5 110
Resultados cambiais	-	2 718 234	2 718 234
Outros resultados de exploração	1 316 556	(4 340 551)	(3 023 995)
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA	7 807 749	26 000 773	33 808 522
Custos com pessoal	(5 588 419)	(3 979 305)	(9 567 724)
Fornecimentos e serviços de terceiros	(2 039 772)	(3 235 325)	(5 275 097)
Depreciações e amortizações do exercício	(416 111)	(124 728)	(540 839)
Provisões líquidas de anulações	(168 034)	(240 947)	(408 981)
Imparidade para crédito a Clientes líquida de reversões e recuperações	(815 614)	75 655	(739 959)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(1 220 201)	18 496 123	17 275 922
Impostos sobre os resultados	(203 434)	(44 134)	(247 568)
RESULTADO LÍQUIDO	(1 423 635)	18 451 989	17 028 354

NOTA 38 – GESTÃO DE RISCOS DA ACTIVIDADE

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada em relação aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Banco visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercado, liquidez e operacional - a que se encontra sujeita a actividade do Banco.

Principais Categorias de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza de recuperação do investimento e do seu retorno, por incapacidade de um devedor (e do seu garante, se existir), provocando deste modo uma perda financeira para o credor. O risco de crédito encontra-se patente em títulos de dívida ou outros saldos a receber.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades. Assim, o Risco de Mercado engloba o risco de taxa de juro, cambial e outros riscos de preço.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Banco cumprir com as suas obrigações associadas a passivos financeiros a cada data de vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de acesso ao financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores habitualmente praticados em mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Standard Bank de Angola encara a gestão dos riscos como elemento central da visão e estratégia da Instituição. Assim, o modelo de gestão do risco é independente das áreas geradoras do risco e apresenta mecanismos de decisão e controlo directamente dependentes do Conselho de Administração.

A gestão dos riscos é da competência do Conselho de Administração e dos seus comités. O Conselho de Administração é o órgão responsável pela estratégia do risco na instituição apoiando-se em Comités que têm como principais funções o aconselhamento do Órgão de Administração no que respeita à estratégia de Gestão do Risco e à supervisão da actuação da função de gestão do risco conforme prevista pelo BNA.

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva a gestão corrente dos riscos. Ao nível da Comissão Executiva o pelouro da gestão do risco é da competência do Presidente da Comissão Executiva.

A função de gestão do risco é exercida de forma autónoma e independente pela Direcção de Risco destinada a identificar, avaliar, monitorizar, controlar e prestar informações de todos os riscos relevantes da actividade desenvolvida pela Instituição.

Para o Standard Bank de Angola a gestão do Risco é também uma forma de otimizar o uso do capital e a selecção das melhores oportunidades de negócio, ponderando a relação entre o risco e o retorno para melhor responder às necessidades dos Clientes e maximizar a criação de valor para os nossos accionistas.

Assim, e seguindo as melhores práticas internacionais o modelo de gestão do Risco obedece ao princípio das “Três Linhas de Defesa”, tendo subjacente a atribuição de responsabilidades aos diversos intervenientes na gestão do Risco, e define de forma clara a delegação de poderes e os canais de comunicação que estão formalizados nas políticas do Banco.

A responsabilidade pela gestão do Risco dentro de cada linha de actuação encontra-se no nível funcional e dos comités do Conselho de Administração. Estas linhas de defesa garantem a segregação de funções e independência do modelo. As três linhas de actuação são descritas de seguida:

1. Gestão das Unidades de Negócio e de Suporte

O principal responsável pela Gestão do Risco do Banco. A apreciação, avaliação e mensuração de riscos é um processo contínuo que está integrado nas actividades quotidianas do negócio. Este processo inclui a implementação de estrutura de Gestão do Risco, identificação de problemas e tomada de medidas correctivas sempre que necessário.

2. Gestão do Risco

As funções de Gestão do Risco do Banco são primariamente responsáveis pela definição da estrutura de Gestão do Risco e políticas, proporcionando a supervisão e informação independente para a gestão executiva através do Comité de Gestão de Risco de Crédito e do Comité de Gestão de Activos e Passivos.

As funções de Gestão do Risco das unidades de negócios visam implementar o modelo de Gestão do Risco, aprovar os limites de aceitação de risco dentro de mandatos específicos e fornecer uma visão geral da eficácia da Gestão do Risco pela primeira linha de defesa.

3. Auditoria Interna

Fornecer uma avaliação independente da adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno do Banco, do quadro global de Gestão do Risco, através da aprovação de um Plano de Auditoria anual e consequente emissão de relatórios para o Conselho de Administração e seus Comités.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. O processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de Clientes Particulares e de *rating* para o segmento de Empresas.

Demonstrações Financeiras e Pareceres

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Banco ao risco de crédito:

31/12/2018	MILHARES AOA		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	7 150 176	-	7 150 176
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	93 446 527	-	93 446 527
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	91 135 131	(258 975)	90 876 156
Crédito a Clientes (Nota 10)	54 761 378	(1 064 193)	53 697 185
TOTAL	246 493 212	(1 323 168)	245 170 044
Extrapatrimoniais			
Garantias prestadas (Nota 25)	7 079 868	(11 754)	7 068 114
Cartas de crédito (Nota 25)	20 011 279	(9 325)	20 001 954
Limites não utilizados (Nota 25)	18 741 596	(39 915)	18 701 681
TOTAL	45 832 743	(60 994)	45 771 749
TOTAL	292 325 955	(1 384 162)	290 941 793

31/12/2017	MILHARES AOA		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	8 576 461	-	8 576 461
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	79 422 026	-	79 422 026
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	78 802 143	-	78 802 143
Crédito a Clientes (Nota 10)	36 547 581	(1 477 263)	35 070 318
TOTAL	203 348 211	(1 477 263)	201 870 948
Extrapatrimoniais			
Garantias prestadas (Nota 25)	1 387 044	(13 870)	1 373 174
Cartas de crédito (Nota 25)	1 150 913	(15 009)	1 135 904
Limites não utilizados (Nota 25)	9 109 150	(26 012)	9 083 138
TOTAL	11 647 107	(54 891)	11 592 216
TOTAL	214 995 318	(1 532 154)	213 463 164

Relativamente ao nível da qualidade do risco de crédito dos activos financeiros, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

			MILHARES AOA		
			2018		
	Origem do rating	Nível de rating	Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais	Rating interno	A	194 529 434	(280 487)	194 248 947
		B	51 228 104	(597 541)	50 630 563
		C	11 037	(776)	10 261
		D	457 592	(209 657)	247 935
		E	36 675	(35 181)	1 494
		F	96 378	(65 911)	30 467
		G	133 990	(133 615)	375
TOTAL			246 493 210	(1 323 168)	245 170 042

			MILHARES AOA		
			2017		
	Origem do rating	Nível de rating	Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais	Rating interno	A	180 785 660	-	180 785 660
		B	21 005 570	(505 967)	20 499 603
		C	149 423	(35 829)	113 594
		D	614 575	(248 727)	365 848
		E	167 740	(123 040)	44 700
		F	73 702	(53 265)	20 437
		G	551 541	(510 435)	41 106
TOTAL			203 348 211	(1 477 263)	201 870 948

Os níveis de risco internos de A a G apresentados na tabela acima estão de acordo com a classificação do Instrutivo n.º 09/2015 do BNA sobre a metodologia para a constituição de provisões. Este Instrutivo ainda é aplicável para efeitos dos rácios prudenciais.

Demonstrações Financeiras e Pareceres

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontra-se apresentada como segue:

MILHARES AOA							
31.12.2018							
	Exposição		Responsabilidade des perante terceiros	Exposição total	Peso relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade/ Exposição total
Empresas							
Administração central	194 503 213	-	-	194 503 213	67%	280 089	0%
Comércio por grosso e a retalho	27 213 486	67 630	18 628 562	45 909 678	16%	175 639	0%
Indústria extractiva	157 424	-	426 451	583 875	0%	640	0%
Outras actividades de serviços colectivos , sociais e pessoais	610 233	-	3 595 262	4 205 495	1%	14 523	0%
Construção	1 035 521	-	8 546 348	9 581 869	3%	28 486	0%
Indústrias transformadoras	13 411 409	157 381	8 333 468	21 902 258	7%	80 641	0%
Indústrias alimentares e de bebidas	2 672 434	-	839 781	3 512 215	1%	28 398	-1%
Transportes , armazenagem e comunicações	1 118 850	61 360	3 286 073	4 466 283	2%	76 553	-2%
Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos	-	-	825 000	825 000	0%	5 621	-1%
Particulares							
Consumo	4 292 815	200 717	1 325 093	5 818 625	2%	453 202	-8%
Habituação	723 835	207 471	-	931 306	0%	233 203	-25%
Outros fins	16 922	1 434	26 705	45 061	0%	4 699	-10%
TOTAL	245 797 219	695 993	45 832 743	292 325 955	100%	1 384 162	0%

Demonstrações Financeiras e Pareceres

MILHARES AOA							
31.12.2017							
	Exposição		Responsabilidade des perante terceiros	Exposição total	Peso relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade/ Exposição total
Empresas							
Administração central	180 785 660	-	-	180 785 660	84%	-	0%
Actividades financeiras	-	-	954 850	954 850	0%	(9 549)	1%
Comércio por grosso e a retalho	4 273 632	427 339	2 439 298	7 140 269	3%	(256 715)	4%
Indústria extractiva	6 872 719	-	90 446	6 963 165	3%	(64 069)	1%
Outras actividades de serviços colectivos , sociais e pessoais	966 270	-	1 790 934	2 757 204	1%	(18 067)	1%
Construção	1 266 469	-	334 495	1 600 964	1%	(18 599)	1%
Indústrias transformadoras	713 842	-	1 914 737	2 628 579	1%	(10 540)	0%
Indústrias alimentares e de bebidas	501 808	-	1 655 016	2 156 824	1%	(13 440)	1%
Transportes , armazenagem e comunicações	1 993 089	-	1 635 283	3 628 372	2%	(21 453)	1%
Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos	4 485	-	824 991	829 476	0%	(1 654)	0%
Particulares							
Consumo	3 715 826	736 331	3 350	4 455 507	2%	(943 076)	21%
Habitação	669 079	149 895	-	818 974	0%	(155 771)	19%
Outros fins	244 846	26 921	3 707	275 474	0%	(19 221)	7%
TOTAL	202 007 725	1 340 486	11 647 107	214 995 318	100%	(1 532 154)	1%

A concentração geográfica do risco de crédito em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é de 100% em Angola, com excepção das aplicações de liquidez de 2018 que são com o Grupo Standard Bank (África do Sul).

Risco de Mercado

No que respeita à informação e análise de risco de mercado é assegurado o reporte regular sobre as carteiras de activos financeiros. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco. Estão igualmente definidos diferentes limites de exposição por Emitente, por tipo/classe de activo e nível de qualidade de crédito (*rating*). São ainda definidos limites de *Stop Loss* e *Loss Trigger* para as posições na categoria de justo valor através de resultados e na categoria de justo valor através de outro rendimento integral.

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio à data de 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é apresentada como segue:

MILHARES AOA						
2018						
Moeda	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
Dólares dos Estados Unidos da América	(1 050 032)	(525 016)	(262 508)	262 508	525 016	1 050 032
Euros	174 271	87 136	43 568	(43 568)	(87 136)	(174 271)
Outras moedas	119 803	59 902	29 951	(29 951)	(59 902)	(119 803)
TOTAL	(755 958)	(377 978)	(188 989)	188 989	377 978	755 958

Demonstrações Financeiras e Pareceres

MILHARES AOA						
2017						
Moeda	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
Dólares dos Estados Unidos da América	(906 230)	(453 115)	(226 557)	226 557	453 115	906 230
Euros	(279 854)	(139 927)	(69 963)	69 963	139 927	279 854
Outras moedas	(7 941)	(3 971)	(1 985)	1 985	3 971	7 941
TOTAL	(1 194 025)	(597 013)	(298 505)	298 505	597 013	1 194 025

O resultado do *stress test* apresentado corresponde ao impacto esperado (antes de impostos) nos capitais próprios.

Risco de Taxa de Juro

O Banco reporta o risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola de acordo com o Aviso N° 08/2017 publicado em 16 de Maio de 2017. O referido aviso define uma periodicidade semestral para os Bancos reportarem o risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola.

O Banco Nacional de Angola estabelece, através do Aviso N° 08/2017, um choque instantâneo de 2% nas taxas de juro que resulta num movimento paralelo da curva de rendimentos na mesma magnitude estimando-se o impacto sobre o valor actual dos fluxos de caixa e sobre a margem de juros.

Com base nas características financeiras de cada contrato é feita a projecção dos fluxos de caixa esperados de acordo com as datas de refixação de taxa de juro ou maturidade contratual, observando eventuais pressupostos comportamentais considerados para a refixação de taxa de juro para os activos e passivos que, apesar de estarem sujeitos ao risco de taxa de juro, não tenham maturidade contratual definida e para os contratos de crédito de taxa fixa que disponham de uma cláusula que permite o Banco alterar a taxa de juro sempre que as condições do mercado justificarem.

De acordo com o mesmo aviso, os Bancos deverão avaliar o nível de exposição ao risco de taxa de juro numa base contínua e, no prazo de um dia útil, informar ao Banco Nacional de Angola sempre que de acordo com o choque realizado, exista uma redução potencial do seu valor económico igual ou superior a 20% dos seus fundos próprios regulamentares.

Uma análise separada é necessária sempre que os elementos expostos ao risco de taxa de juro denominados numa moeda estrangeira representem mais do que 5% da carteira bancária, de acordo com o Aviso. Nestes casos, os Bancos devem apresentar uma análise e prestação de informação específica para esta moeda.

O risco de taxa de juro na carteira bancária do Standard Bank de Angola referente a 31 de Dezembro de 2018 foi reportado ao Banco Nacional de Angola como segue:

Moeda Nacional

AOA							
Exposições por intervalo de maturidade ou Refixação da taxa – Impacto na situação líquida Moeda Nacional							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extrapatrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			(+)	(-)			
À vista – 1 mês	-	12 860 111 854			(12 860 111 854)	0,08%	(10 288 089)
1 – 3 meses	53 692 219 785	14 188 566 937			39 503 652 848	0,32%	126 411 689
3 – 6 meses	47 500 418 457	2 706 306 782			44 794 111 675	0,72%	322 517 604
6 – 12 meses	49 268 856 070	1 286 110 705			47 982 745 365	1,43%	686 153 259
1 – 2 anos	41 128 989 998	7 433 880			41 121 556 118	2,77%	1 139 067 104
2 – 3 anos	16 257 359 160	-			16 257 359 160	4,49%	729 955 426
3 – 4 anos	-	-			-	6,14%	-
4 – 5 anos	-	-			-	7,71%	-
5 – 7 anos	-	-			-	10,15%	-
7 – 10 anos	-	-			-	13,26%	-
10 – 15 anos	-	-			-	18,84%	-
15 – 20 anos	-	-			-	22,43%	-
> 20 anos	-	-			-	26,03%	-
TOTAL	207 847 843 470	31 048 530 158			176 799 313 312		2 993 816 993

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros 2 993 816 993

Fundos Próprios Regulamentares 51 808 339 481

Impacto no Valor Económico/Fundos Próprios Regulamentares 5,78%

Demonstrações Financeiras e Pareceres

AOA

Exposições por intervalo de maturidade ou Refixação da taxa – Impacto na margem de juros
Moeda Nacional

Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extrapatrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
			(+)	(-)			
À vista	-	-			-	2,00%	-
À vista – 1 mês	-	12 860 111 854			(12 860 111 854)	1,92%	(246 914 148)
1 – 2 meses	42 148 182 881	2 898 076 937			39 250 105 944	1,75%	686 876 854
2 – 3 meses	11 544 036 904	11 290 489 999			253 546 905	1,58%	4 006 041
3 – 4 meses	21 606 047 621	735 322 784			20 870 724 837	1,42%	296 364 293
4 – 5 meses	3 341 197 524	202 622 206			3 138 575 318	1,25%	39 232 191
5 – 6 meses	22 553 173 312	1 768 361 793			20 784 811 519	1,08%	224 475 964
6 – 7 meses	7 677 277 891	41 290 521			7 635 987 370	0,92%	70 251 084
7 – 8 meses	6 168 210 804	74 464 847			6 093 745 957	0,75%	45 703 095
8 – 9 meses	17 260 410 371	50 404 029			17 210 006 342	0,58%	99 818 037
9 – 10 meses	18 162 957 006	52 208 193			18 110 748 813	0,42%	76 065 145
10 – 11 meses	-	25 179 646			(25 179 646)	0,25%	(62 949)
11 – 12 meses	-	1 042 563 469			(1 042 563 469)	0,08%	(834 051)
TOTAL	150 461 494 314	31 041 096 278					

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano 1 294 981 556

Margem de juros 34 368 945 166

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano em percentagem da MJ 3,77%

Moeda Estrangeira

AOA

Exposições por intervalo de maturidade ou Refixação da taxa – Impacto na situação líquida
Moeda Estrangeira (USB)

Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extrapatrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			(+)	(-)			
À vista – 1 mês	30 953 301 011	25 015 431 748			5 937 869 263	0,08%	4 750 295
1 – 3 meses	2 783 801 053	24 616 406 572			(21 832 605 519)	0,32%	(69 864 338)
3 – 6 meses		522 296 316			(522 296 316)	0,72%	(3 760 533)
6 – 12 meses	-	582 674 791			(582 674 791)	1,43%	(8 332 250)
1 – 2 anos	-	-			-	2,77%	-
2 – 3 anos	-	-			-	4,49%	-
3 – 4 anos	-	-			-	6,14%	-
4 – 5 anos	19 392 007 184	9 432 848 246			9 959 158 938	7,71%	767 851 154
5 – 7 anos	-	-			-	10,15%	-
7 – 10 anos	-	-			-	13,26%	-
10 – 15 anos	-	-			-	18,84%	-
15 – 20 anos	-	-			-	22,43%	-
> 20 anos	-	-			-	26,03%	-
TOTAL	53 129 109 248	60 169 657 673			(7 040 548 425)		690 644 328

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros 690 644 328

Fundos Próprios Regulamentares 34 368 945 166

Impacto no Valor Económico/Fundos Próprios Regulamentares 2,01%

Demonstrações Financeiras e Pareceres

AOA

Exposições por intervalo de maturidade ou Refixação da taxa – Impacto na situação líquida
Moeda Nacional

Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extrapatrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			(+)	(-)			
À vista – 1 mês	-	-			-	2,00%	-
1 – 3 meses	30 953 301 011	25 015 431 748			5 937 869 263	1,92%	114 007 090
3 – 6 meses	-	24 183 996 643			(24 183 996 643)	1,75%	(423 219 941)
6 – 12 meses	2 783 801 053	432 409 929			2 351 391 124	1,58%	37 151 980
1 – 2 anos	-	-			-	1,42%	-
2 – 3 anos	-	-			-	1,25%	-
3 – 4 anos	-	522 296 316			(522 296 316)	1,08%	(5 640 800)
4 – 5 anos	-	40 397 718			(40 397 718)	0,92%	(371 659)
5 – 7 anos	-	536 807 511			(536 807 511)	0,75%	(4 026 056)
7 – 10 anos	-	-			-	0,58%	-
10 – 15 anos	-	-			-	0,42%	-
15 – 20 anos	-	5 469 562			(5 469 562)	0,25%	(13 674)
> 20 anos	-	-			-	0,08%	-
TOTAL	33 737 102 064	50 736 809 427					

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano (282 113 060)

Margem de juros 1 814 173 412

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano em percentagem da MJ -15,55%

Por sua vez, o risco de taxa de juro na carteira bancária referente a 31 de Dezembro de 2017 ao Banco Nacional de Angola foi reportado da seguinte forma:

Moeda Nacional

AOA

Exposições por intervalo de maturidade ou Refixação da taxa – Impacto na margem de juros Moeda Estrangeira (USD)

Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extrapatrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
			(+)	(-)			
À vista	-	(17 780 176 678)			(17 780 176 678)	0,08%	(14 224 141)
À vista – 1 mês	43 424 704 476	(16 939 805 961)			26 484 898 515	0,32%	84 751 675
1 – 2 meses	28 291 804 678	(16 672 843 131)			11 618 961 547	0,72%	83 656 523
2 – 3 meses	76 475 850 817	(7 506 146 471)			68 969 704 346	1,43%	986 266 772
3 – 4 meses	14 403 107 877	(1 009 367 950)			13 393 739 927	2,77%	371 006 596
4 – 5 meses	11 083 564 228	(421 132)			11 083 143 096	4,49%	497 633 125
5 – 6 meses	-	-			-	6,14%	-
6 – 7 meses	-	-			-	7,71%	-
7 – 8 meses	-	-			-	10,15%	-
8 – 9 meses	-	-			-	13,26%	-
9 – 10 meses	-	-			-	18,84%	-
10 – 11 meses	-	-			-	22,43%	-
11 – 12 meses	-	-			-	26,03%	-
TOTAL	173 679 032 076	(59 908 761 323)			113 770 270 753		2 009 090 550

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros 2 009 090 550

Fundos Próprios Regulamentares 23 464 456 829

Impacto no Valor Económico/Fundos Próprios Regulamentares 9%

Demonstrações Financeiras e Pareceres

AOA

Exposições por intervalo de maturidade ou Refixação da taxa – Impacto na margem de juros
Moeda Nacional

Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extrapatrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
			(+)	(-)			
À vista	-	-			-	2,00%	-
À vista – 1 mês	-	(17 780 176 678)			(17 780 176 678)	1,92%	(341 379 392)
1 – 2 meses	35 311 531 187	(13 029 717 072)			22 281 814 115	1,75%	389 931 747
2 – 3 meses	8 113 173 289	(3 910 088 889)			4 203 084 400	1,58%	66 408 734
3 – 4 meses	18 995 097 660	(692 949 705)			18 302 147 955	1,42%	259 890 501
4 – 5 meses	5 623 048 945	(1 555 917 355)			4 067 131 590	1,25%	50 839 145
5 – 6 meses	3 673 658 073	(14 423 976 072)			(10 750 317 999)	1,08%	(116 103 434)
6 – 7 meses	18 485 687 576	(69 262 562)			18 416 425 014	0,92%	169 431 110
7 – 8 meses	10 058 332 912	(83 891 359)			9 974 441 553	0,75%	74 808 312
8 – 9 meses	21 426 315 986	(2 051 726 746)			19 374 589 240	0,58%	112 372 618
9 – 10 meses	12 807 100 210	(194 850 519)			12 612 249 691	0,42%	52 971 449
10 – 11 meses	11 895 947 935	(56 796 019)			11 839 151 916	0,25%	29 597 880
11 – 12 meses	1 802 466 198	(5 049 617 266)			(3 247 151 068)	0,08%	(2 597 721)
TOTAL	148 192 359 971	(58 898 970 242)					

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano 746 170 949

Margem de juros 27 480 215 915

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano em percentagem da MJ 3%

Moeda Estrangeira

AOA

Exposições por intervalo de maturidade ou Refixação da taxa – Impacto na situação líquida
Moeda Estrangeira (USD)

Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extrapatrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			(+)	(-)			
À vista – 1 mês	6 946 466 114	(14 114 041 793)			(7 167 575 679)	0,08%	(5 734 061)
1 – 3 meses	3 642 130 709	(502 337 019)			3 139 793 690	0,32%	10 047 340
3 – 6 meses	-	(5 102 142 803)			(5 102 142 803)	0,72%	(36 735 428)
6 – 12 meses	-	(4 980 237)			(4 980 237)	1,43%	(71 217)
1 – 2 anos	-	-			-	2,77%	-
2 – 3 anos	-	-			-	4,49%	-
3 – 4 anos	-	-			-	6,14%	-
4 – 5 anos	-	-			-	7,71%	-
5 – 7 anos	10 523 844 924	-			10 523 844 924	10,15%	1 068 170 260
7 – 10 anos	-	-			-	13,26%	-
10 – 15 anos	-	-			-	18,84%	-
15 – 20 anos	-	-			-	22,43%	-
> 20 anos	-	-			-	26,03%	-
TOTAL	21 112 441 747	(19 723 501 852)			1 388 939 895		1 035 676 894

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros 1 035 676 894

Fundos Próprios Regulamentares 23 464 456 829

Impacto no Valor Económico/Fundos Próprios Regulamentares 4%

Demonstrações Financeiras e Pareceres

AOA

Exposições por intervalo de maturidade ou Refixação da taxa – Impacto na margem de juros
Moeda Estrangeira (USD)

Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extrapatrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
			(+)	(-)			
À vista	-	-	-	-	-	2,00%	-
À vista – 1 mês	6 946 466 114	(14 114 041 793)	-	-	(7 167 575 679)	1,92%	(137 617 453)
1 – 2 meses	151 151 673	(498 509 670)	-	-	(347 357 997)	1,75%	(6 078 765)
2 – 3 meses	3 490 979 036	(3 827 349)	-	-	3 487 151 687	1,58%	55 096 997
3 – 4 meses	-	(5 067 337 648)	-	-	(5 067 337 648)	1,42%	(71 956 195)
4 – 5 meses	-	(34 805 156)	-	-	(34 805 156)	1,25%	(435 064)
5 – 6 meses	-	-	-	-	-	1,08%	-
6 – 7 meses	-	-	-	-	-	0,92%	-
7 – 8 meses	-	-	-	-	-	0,75%	-
8 – 9 meses	-	-	-	-	-	0,58%	-
9 – 10 meses	-	(4 980 237)	-	-	(4 980 237)	0,42%	(20 917)
10 – 11 meses	-	-	-	-	-	0,25%	-
11 – 12 meses	-	-	-	-	-	0,08%	-
TOTAL	10 588 596 823	(19 723 501 853)					

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano (161 011 397)

Margem de juros 1 344 925 753

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano em percentagem da MJ -12%

Segundo as tabelas acima, é possível constatar que nos dois períodos, nomeadamente 2017 e 2018, o impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro nos fundos próprios regulamentares do Banco esteve dentro do limite de 20% tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira, neste caso o dólar americano (que continua a ser a única moeda estrangeira cujos elementos expostos ao risco de taxa de juro representam mais de 5% da carteira bancária tal como verificado no exercício passado).

Para além do requisito de reporte de risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola, o Banco deve também reportar, ao ALCO local e do Grupo, métricas internas de risco de taxa de juro na carteira bancária e para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, o Banco deve reportar o risco de taxa de juro de acordo com os requisitos do regulador sul-africano (SARB) que tem Basileia III como base.

De acordo com os requisitos do regulador sul-africano, os fluxos de caixa esperados dos activos e passivos são agrupados na respectiva banda temporal tendo em conta a data de refixação (para os instrumentos de taxa variável) ou maturidade contratual (para os instrumentos de taxa fixa) e isto permite determinar os gaps de taxa de juro para cada uma das bandas temporais. Esta análise é efectuada de forma consolidada tendo em conta o balanço total do Banco sendo que não há necessidade de se efectuar uma análise separada por moeda.

Os quadros seguintes reflectem os gaps de taxa de juro reportados ao Grupo Standard Bank para efeitos de consolidação junto ao regulador sul-africano (SARB), com referência aos períodos de 31 de Dezembro de 2018 e 2017:

MILHARES AOA									
Datas de refixação/Datas de maturidade									
2018	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 a 12 meses	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos	165 286 137	7 248 102	42 046 175	30 731 604	50 366 074	19 531 458	22 341 343	105 954 534	443 505 427
Passivos e Fundos Próprios	40 162 033	31 989 043	12 639 693	1 846 146	415	-	-	356 868 097	443 505 427
Exposição Líquida	125 124 104	(24 740 941)	29 406 482	28 885 458	50 365 659	19 531 458	22 341 343	(250 913 563)	-

MILHARES AOA									
Datas de refixação/Datas de maturidade									
2017	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 a 12 meses	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos	68 197 222	23 858 223	25 683 272	70 921 474	24 925 979	-	10 535 131	93 703 091	317 824 392
Passivos e Fundos Próprios	219 338 443	17 261 320	21 758 365	8 445 441	1 151	-	-	51 019 672	317 824 392
Exposição Líquida	(151 141 221)	6 596 903	3 924 907	62 476 033	24 924 828	-	10 535 131	42 683 419	-

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

MILHARES AOA						
	2018			2017		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Aplicações						
Crédito a Clientes	44 383 752	6 400 905	14,42%	42 650 788	5 200 543	12,19%
Disponibilidades	130 028 777	742 262	-	148 353 124	-	-
Carteira de Títulos	179 136 745	33 322 632	18,60%	135 064 815	26 417 704	19,56%
Aplicações interbancárias	15 477 104	630 379	4,07%	10 379 051	838 487	8,08%
TOTAL APLICAÇÕES	369 026 378	41 096 178		336 447 778	32 456 734	
Recursos						
Depósitos de Clientes	301 235 115	3 951 075	1,31%	301 693 618	3 359 086	1,11%
Outros recursos	9 624 061	738 330	7,67%	2 956 616	282 293	9,55%
TOTAL RECURSOS	310 859 176	4 689 405		304 650 234	3 641 379	
TOTAL		36 406 773			28 815 355	

Demonstrações Financeiras e Pareceres

A repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, por moeda, é analisado como segue:

	MILHARES AOA									
	2018					2017				
	AOA	USD	EUR	Outros	Total	AOA	USD	EUR	Outros	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos centrais	52 299 115	18 490 518	409 714	56 193	71 255 540	59 012 868	9 746 216	155 972	40 566	68 955 622
Disponibilidades em outras instituições de crédito	318 554	71 314 271	6 515 053	1 388 419	79 536 297	47 147	35 902 862	3 619 514	740 571	40 310 094
Aplicações em Bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	30 954 207	-	-	30 954 207	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 498 340	4 651 836	-	-	7 150 176	897 767	7 678 694	-	-	8 576 461
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	93 446 527	-	-	-	93 446 527	79 422 026	-	-	-	79 422 026
Investimentos ao custo amortizado	71 356 506	19 519 650	-	-	90 876 156	78 802 143	-	-	-	78 802 143
Crédito a Clientes	40 952 345	8 101 965	4 513 848	129 027	53 697 185	13 607 868	21 112 442	350 008	-	35 070 318
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	1 332 934	-	-	-	1 332 934
Outros activos tangíveis	6 169 033	-	-	-	6 169 033	2 261 823	-	-	-	2 261 823
Activos intangíveis	1 113 837	-	-	-	1 113 837	712 576	-	-	-	712 576
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	49 910	-	-	-	49 910
Activos por impostos correntes	272 675	-	-	-	272 675	186 704	-	-	-	186 704
Activos por impostos diferidos	1 965 448	-	-	-	1 965 448	-	-	-	-	-
Outros activos	4 273 657	1 679 933	659 340	26 019	6 638 949	1 435 353	675 767	11 170	21 491	2 143 781
TOTAL DE ACTIVO	274 666 037	154 712 380	12 097 955	1 599 658	443 076 030	237 769 119	75 115 981	4 136 664	802 628	317 824 392
Passivo										
Recursos de Bancos centrais e de outras instituições de crédito	(720 892)	(7 515)	-	-	(728 407)	(731 620)	(207)	(1 659)	(38)	(733 524)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	(194 893 018)	(133 604 474)	(8 051 472)	(263 490)	(336 812 454)	(198 296 802)	(64 987 602)	(2 330 088)	(43 283)	(265 657 775)
Responsabilidades representadas por títulos	(4 745 970)	-	-	-	(4 745 970)	-	-	-	-	-
Provisões	(2 108 859)	-	-	-	(2 108 859)	(889 384)	-	-	-	(889 384)
Passivos por impostos correntes	(2 729 360)	-	-	-	(2 729 360)	(1 369 883)	-	-	-	(1 369 883)
Passivos subordinados	-	(9 451 532)	-	-	(9 451 532)	-	(5 050 620)	-	-	(5 050 620)
Outros passivos	(8 389 320)	(6 398 697)	(4 917 840)	(1 935 185)	(21 641 042)	(4 593 277)	(546 403)	(405 649)	(719 600)	(6 264 929)
TOTAL DO PASSIVO	(213 587 419)	(149 462 218)	(12 969 312)	(2 198 675)	(378 217 624)	(205 880 966)	(70 584 832)	(2 737 396)	(762 921)	(279 966 115)
ACTIVO/ (PASSIVO LÍQUIDO)	61 078 618	5 250 162	(871 357)	(599 017)	64 858 406	31 888 153	4 531 149	1 399 268	39 707	37 858 277

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e a rubrica Recursos de Clientes e outros empréstimos apresentam na coluna USD, respectivamente, os títulos em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos e os depósitos em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos.

Risco de Liquidez

O Banco reporta o risco de liquidez ao Banco Nacional de Angola de acordo com o Instrutivo N° 19/2017 publicado em 30 de Agosto de 2017. Segundo o referido instrutivo, as instituições financeiras devem remeter ao Banco Nacional de Angola informação individual sobre a distribuição das suas posições do balanço e extrapatrimoniais por bandas temporais através de mapas de liquidez devidamente preenchidos e com os cálculos do rácio de liquidez e de observação.

Deste modo, as instituições financeiras devem remeter, em base individual, os seguintes mapas de liquidez:

- Mapa considerando apenas os fluxos de caixa em todas as moedas;
- Mapa considerando apenas os fluxos de caixa em moeda nacional; e
- Mapa considerando os fluxos de caixa em moedas estrangeiras significativas para as instituições, de forma individual. Uma moeda estrangeira deve ser considerada significativa quando o activo denominado na mesma corresponde a mais do que 25% do total do activo da instituição.

De acordo com o referido instrutivo, as instituições financeiras devem manter até 36 meses após a entrada em vigor do instrutivo um rácio de liquidez (razão entre os total dos activos líquidos e as saídas líquidas de caixa) em moeda nacional e para todas as moedas igual ou superior a 100% enquanto o rácio de liquidez em moeda estrangeira não deve ser inferior a 150%.

Os mapas de liquidez em moeda nacional e estrangeira devem ser submetidos ao Banco Nacional de Angola com uma periodicidade quinzenal enquanto o mapa de liquidez que considera os fluxos de caixa em todas as moedas deve ser submetido mensalmente a aquela instituição.

O Standard Bank de Angola reportou o rácio de liquidez referente a 31 de Dezembro de 2018 ao Banco Nacional de Angola como segue:

Moeda Nacional

	MILHARES AOA	
	2018 (Dez)	
Rácio de liquidez (LCR)	Total 1	Total ponderado 2
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 1	79 955 402	79 955 402
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 2	2 584 662	1 292 331
TOTAL DOS ACTIVOS LÍQUIDOS DE ALTA QUALIDADE - A	82 540 064	81 247 733
Depósitos à ordem	141 590 110	52 251 262
Depósitos a prazo	7 113 299	2 845 319
Outros depósitos	23 413 527	23 413 527
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com banco central	-	-
Outras Saídas Esperadas	-	-
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA - B	172 116 936	78 510 108
Créditos	247 633	123 817
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com o banco central	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Outras Entradas de Caixa	-	-
TOTAL DAS ENTRADAS DE CAIXA - C	247 633	123 817
Total Saídas Líquidas de Caixa (item B menos min[item C, 75% do item B]) - D	171 869 303	78 386 291
Rácio de Liquidez (item A dividido pelo item D, expresso em percentagem)		104%

Demonstrações Financeiras e Pareceres

Moeda Estrangeira (USD)

	MILHARES AOA	
	2018 (Dez)	
Rácio de liquidez (LCR)	Total 1	Total ponderado 2
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 1	18 490 518	18 490 518
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 2	71 314 271	71 314 271
TOTAL DOS ACTIVOS LÍQUIDOS DE ALTA QUALIDADE - A	89 804 789	89 804 789
Depósitos à ordem	78 520 481	30 170 417
Depósitos a prazo	31 248 982	12 450 770
Outros depósitos	244 553	244 553
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com banco central	-	-
Outras Saídas Esperadas	-	-
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA - B	110 014 016	42 865 740
Créditos	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com o banco central	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Outras Entradas de Caixa	-	-
TOTAL DAS ENTRADAS DE CAIXA - C	-	-
Total Saídas Líquidas de Caixa (item B menos min[item C, 75% do item B]) - D	110 014 016	42 865 740
Rácio de Liquidez (item A dividido pelo item D, expresso em percentagem)		210%

Todas as moedas

	MILHARES AOA	
	2018 (Dez)	
Rácio de liquidez (LCR)	Total 1	Total ponderado 2
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 1	98 923 914	98 923 914
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 2	81 802 406	80 510 075
TOTAL DOS ACTIVOS LÍQUIDOS DE ALTA QUALIDADE - A	180 726 320	179 433 989
Depósitos à ordem	228 202 440	84 913 656
Depósitos a prazo	38 694 628	15 329 324
Outros depósitos	23 674 853	23 674 853
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com banco central	-	-
Outras Saídas Esperadas	-	-
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA - B	290 571 921	123 917 833
Créditos	247 633	123 816
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com o banco central	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Outras Entradas de Caixa	-	-
TOTAL DAS ENTRADAS DE CAIXA - C	247 633	123 816
Total Saídas Líquidas de Caixa (item B menos min[item C, 75% do item B]) - D	290 324 288	123 794 017
Rácio de Liquidez (item A dividido pelo item D, expresso em percentagem)		145%

Demonstrações Financeiras e Pareceres

Por sua vez, o rácio de liquidez do Standard Bank de Angola referente a 31 de Dezembro de 2017 foi reportado ao Banco Nacional de Angola como segue:

Moeda Nacional

	MILHARES AOA	
	2017 (Dez)	
Rácio de liquidez (LCR)	Total 1	Total ponderado 2
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 1	83 279 579	83 279 579
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 2	142 533 919	71 266 959
TOTAL DOS ACTIVOS LÍQUIDOS DE ALTA QUALIDADE - A	225 813 498	154 546 538
Depósitos à ordem	144 269 470	53 164 695
Depósitos a prazo	9 107 560	3 307 866
Outros depósitos	2 676 325	2 676 325
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com banco central	-	-
Outras Saídas Esperadas	-	-
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA - B	156 053 355	59 148 886
Créditos	708 722	354 361
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com o banco central	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Outras Entradas de Caixa	-	-
TOTAL DAS ENTRADAS DE CAIXA - C	708 722	354 361
Total Saídas Líquidas de Caixa (item B menos min[item C, 75% do item B]) - D	155 344 633	58 794 525
Rácio de Liquidez (item A dividido pelo item D, expresso em percentagem)		263%

Moeda Estrangeira

MILHARES AOA

2017 (Dez)		
Rácio de liquidez (LCR)	Total 1	Total ponderado 2
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 1	9 746 216	9 746 216
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 2	35 902 862	35 902 862
TOTAL DOS ACTIVOS LÍQUIDOS DE ALTA QUALIDADE - A	45 649 078	45 649 078
Depósitos à ordem	50 218 951	19 373 155
Depósitos a prazo	13 977 388	5 590 836
Outros depósitos	233 360	233 360
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com banco central	-	-
Outras Saídas Esperadas	-	-
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA - B	64 429 699	25 197 351
Créditos	11	5
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com o banco central	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Outras Entradas de Caixa	-	-
TOTAL DAS ENTRADAS DE CAIXA - C	11	5
Total Saídas Líquidas de Caixa (item B menos min[item C, 75% do item B]) - D	64 429 688	25 197 346
Rácio de Liquidez (item A dividido pelo item D, expresso em percentagem)		181%

Demonstrações Financeiras e Pareceres

Todas as moedas

	MILHARES AOA	
	2017 (Dez)	
Rácio de liquidez (LCR)	Total 1	Total ponderado 2
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 1	93 222 333	93 222 333
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 2	182 796 861	111 529 902
TOTAL DOS ACTIVOS LÍQUIDOS DE ALTA QUALIDADE - A	276 019 194	204 752 235
Depósitos à ordem	196 751 426	72 999 960
Depósitos a prazo	23 084 948	8 898 702
Outros depósitos	2 909 685	2 909 685
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com banco central	-	-
Outras Saídas Esperadas	-	-
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA - B	222 746 059	84 808 347
Créditos	708 732	354 366
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com o banco central	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Outras Entradas de Caixa	-	-
TOTAL DAS ENTRADAS DE CAIXA - C	708 732	354 366
Total Saídas Líquidas de Caixa (item B menos min[item C, 75% do item B]) - D	222 037 327	84 453 981
Rácio de Liquidez (item A dividido pelo item D, expresso em percentagem)		242%

De acordo com as tabelas acima consegue verificar-se que passados 28 meses depois da entrada em vigor do Instrutivo, o Banco tem cumprido com o limite mínimo (75%) do referido rácio, tendo os submetidos todos ao Banco Nacional de Angola por via Sistema de Supervisão das Instituições Financeira (SSIF) tal como estabelecido no novo pacote regulamentar (NPR) apresentado às instituições financeiras em Maio de 2017, em todos os rácios de liquidez, quer seja em moeda nacional, moeda estrangeira (dólar americano) e todas as moedas.

Para além de reportar o risco de liquidez ao Banco Nacional de Angola, o Standard Bank de Angola, deve também fazer uma avaliação do risco de liquidez através de métricas internas definidas pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO) que também estabelece limites de tolerância e alertas de apetência ao risco para cada uma dessas métricas. Este controlo é reforçado com a execução mensal de análises de sensibilidade, com o objectivo de caracterizar o perfil de risco do Banco e assegurar que as suas obrigações num cenário de crise de liquidez são cumpridas.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado diariamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de controlo e para acompanhamento e apoio à tomada de decisão pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO).

Sem prejuízo das medidas de risco de liquidez reportadas ao Banco Nacional de Angola e das medidas internas reportadas ao Comité de Activos e Passivos (ALCO) local e ao do Grupo, o Banco deve também, para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, reportar as medidas de risco de liquidez de acordo com os requisitos do regulador sul-africano (SARB), que tem como base Basileia III.

O relatório de risco de liquidez com base nos requisitos do regulador sul-africano inclui duas secções referentes ao risco de liquidez, nomeadamente a secção que reflecte os gaps estruturais de liquidez do Banco de acordo com as abordagens contratual e comportamental; e a secção onde é apresentado o rácio de liquidez (LCR) consolidado do Banco.

A avaliação da situação de liquidez com base nos *gaps* estruturais de liquidez é efectuada, em particular, com base nos fluxos de caixa futuros estimados para vários horizontes temporais, tendo em conta o balanço do Banco, determinando-se assim o *gap* de liquidez acumulado para vários horizontes temporais.

O *gap* contratual de liquidez difere do *gap* comportamental (BAU) de liquidez fundamentalmente na forma como os perfis de maturidade dos activos e passivos sem maturidade contratual são definidos, sendo que os perfis de maturidade dos activos e passivos com maturidade contratual não diferem em ambas abordagens e é sempre de acordo com a maturidade contratual.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o *gap* contratual de liquidez do Banco de acordo com as regras do regulador sul-africano (SARB) apresentava a seguinte estrutura:

MILHARES AOA							
Prazos residuais contractuais							
2018	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não contractual	Total
Activos	172 582 463	31 122 342	724 493	12 462 292	218 209 813	8 404 024	443 505 427
Passivos e Fundos Próprios	264 291 125	38 421 847	22 956 000	9 394 382	39 555 514	68 886 559	443 505 427
Gap de liquidez	(91 708 662)	(7 299 505)	(22 231 507)	3 067 910	178 654 299	(60 482 535)	-
Gap acumulado de liquidez	(91 708 662)	(99 008 167)	(121 239 674)	(118 171 764)	60 482 535	-	-

MILHARES AOA							
Prazos residuais contractuais							
2017	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não contractual	Total
Activos	64 687 573	100 390	19 505 055	8 072 517	222 506 864	2 951 993	317 824 392
Passivos e Fundos Próprios	214 801 276	8 381 555	13 494 357	3 900 802	38 029 754	39 216 648	317 824 392
Gap de liquidez	(150 113 703)	(8 281 165)	6 010 698	4 171 715	184 477 110	(36 264 655)	-
Gap acumulado de liquidez	(150 113 703)	(158 394 868)	(152 384 170)	(148 212 455)	36 264 655	-	-

Por sua vez, os *gaps* comportamentais de liquidez de acordo com as regras do regulador sul-africano (SARB) a 31 de Dezembro de 2018 e 2017 apresentavam a seguinte estrutura:

MILHARES AOA							
Prazos residuais contractuais							
2018	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não contractual	Total
Activos	262 567 665	59 098 124	15 420 350	12 462 292	81 341 579	12 615 417	443 505 427
Passivos e Fundos Próprios	10 521 957	82 539 700	46 929 569	26 330 155	208 297 487	68 886 559	443 505 427
Gap de liquidez	252 045 708	(23 441 576)	(31 509 219)	(13 867 863)	(126 955 908)	(56 271 142)	-
Gap acumulado de liquidez	252 045 708	228 604 132	197 094 913	183 227 050	56 271 142	-	-

Demonstrações Financeiras e Pareceres

MILHARES AOA

2017	Prazos residuais contractuais						Total
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não contractual	
Activos	188 050 349	16 462 006	12 717 007	6 913 699	90 729 336	2 951 995	317 824 392
Passivos e Fundos Próprios	21 431 031	38 006 231	28 877 243	15 484 102	174 809 135	39 216 650	317 824 392
Gap de liquidez	166 619 318	(21 544 225)	(16 160 236)	(8 570 403)	(84 079 799)	(36 264 655)	-
Gap acumulado de liquidez	166 619 318	145 075 093	128 914 857	120 344 454	36 264 655	-	-

Após análise das tabelas acima pode-se constatar que os gaps comportamentais são mais favoráveis que os gaps contratuais sendo que isto deve-se à forma que os perfis de maturidade dos activos e passivos são definidos em ambas as abordagens. A abordagem contratual classifica todos os depósitos não contratuais, tal como as contas a ordem e poupança, na faixa temporal à vista e a abordagem comportamental tem em consideração a estabilidade destes depósitos não contratuais para definir o seu perfil de maturidade através de uma análise de volatilidade dos mesmos, com base num modelo estatístico.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Durante o ano de 2016, e considerando as melhores práticas internacionais, o BNA estabeleceu novas categorias de risco consideradas no cômputo do rácio de solvabilidade regulamentar e redefiniu as características de instrumentos financeiros considerados no apuramento dos fundos próprios regulamentares. Foram publicados novos Avisos e Instrutivos sobre esta matéria que revogaram as anteriores normas regulamentares.

A entrada em vigor destes Avisos e Instrutivos foi em 15 de Junho de 2016, que corresponde à data da publicação. Os Bancos tiveram 18 meses para adaptação, tendo reportado mensalmente durante o ano 2017 os resultados da aplicação desta nova legislação ao BNA, sendo que a adopção efectiva foi a 31 de Dezembro de 2017.

O requisito mínimo do Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR) manteve-se nos 10%.

Os Fundos Próprios regulamentares compreendem:

1. Fundos Próprios de Base – compreendem (i) o Capital Social realizado; (ii) reserva para registo do valor da actualização monetária do capital social realizado; (iii) resultados transitados de exercícios anteriores; (iv) reservas legais, estatutárias e outras reservas provenientes de resultados não distribuídos, ou constituídas para o aumento de capital, (v) resultado líquido do exercício auditado, (vi) resultados latentes negativos relativos à reavaliação dos títulos disponíveis para venda e às operações de cobertura de fluxos de caixa e de investimentos no exterior e (vii) activos/passivos por impostos diferidos na medida em que estejam associados a perdas/ganhos que contem como elemento negativo/positivo dos fundos próprios de base.
2. Fundos Próprios Complementares – compreendem (i) acções preferenciais remíveis; (ii) fundos e provisões genéricas; (iii) reservas provenientes da realização dos imóveis de uso próprio; (iv) dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida; e (v) outros valores autorizados pelo Banco Nacional de Angola.
3. Deduções – Compreendem: (i) acções da própria instituição objecto de recompra; (ii) acções preferenciais remíveis e com dividendos fixos e cumulativos; (iii) empréstimos concedidos com natureza de capital; (iv) empréstimos concedidos com natureza de capital; (v) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais; (vi) goodwill (trespasse); (vii) outros activos incorpóreos líquidos das amortizações; (viii) outros valores, por determinação do Banco Nacional de Angola.

O Aviso do BNA nº 09/2016 estabelece que para efeitos de cálculo do Rácio de Solvabilidade Regulamentar, o excesso verificado no limite de exposição ao risco por Cliente deve ser deduzido dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR).

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital do Banco para 31 de Dezembro de 2018 e 2017 apresenta-se como segue, tendo em conta a alteração da legislação referida:

		MILHARES AOA	
		2018	2017
Risco de crédito e risco de crédito de contraparte	A	10 242 308	3 760 419
Risco mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação	B	984 287	573 060
Risco operacional	C	4 752 925	2 714 441
TOTAL	D = A + B + C	15 979 520	7 047 920
Fundos Próprios			
Base	E	48 539 151	20 117 347
Complementares	F	8 148 406	5 050 620
	G = E + F	56 687 557	25 167 967
Excesso aos Limites prudenciais aos grandes riscos	H	(4 879 218)	(1 703 510)
FUNDOS PRÓPRIOS REGULAMENTARES	I = G + H	51 808 339	23 464 457
Rácio de Solvabilidade	J = L + M	32,4%	33,3%
Nível I	L = (E + H) / (D/10%)	27,3%	26,1%
Nível II	M = F / (D/10%)	5,1%	7,2%

NOTA 39 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

1. Novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efectivas a 1 de Janeiro de 2018

As normas abaixo apresentadas tornaram-se efectivas a 1 de Janeiro de 2018. Nenhuma das normas teve um impacto materialmente relevante nas contas do Banco tendo as mesmas sido incorporadas nas contas do Banco com referência a 31 de Dezembro de 2018:

- IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com Clientes'

Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços a Clientes, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar activos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflecte a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas".

- Alterações à IFRS 15, 'Rédito de contratos com Clientes'

Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição.

- IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros'

A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. O impacto da adopção desta norma nas demonstrações financeiras do Banco encontra-se detalhado na Nota 2.2.

Demonstrações Financeiras e Pareceres

- IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)'

Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja actividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e aplica-se às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora.

- IFRS 2 (alteração), 'Classificação e mensuração de transacções de pagamentos baseados em acções'

Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transacções de pagamentos baseados em acções liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em acções, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma excepção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em acções seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.

- IAS 40 (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento'

Esta alteração clarifica que os activos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência.

- Melhorias às normas 2014 – 2016

Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28.

- IFRIC 22 (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada'

Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transacção" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transacção" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transacções em moeda estrangeira.

2. Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, que a União Europeia já endossou:

- IFRS 16 (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019)

Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação reflectindo futuros pagamentos da locação e um activo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, excepto certas locações de curto prazo e de activos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um activo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada.

- IFRS 9 (alteração), 'Elementos de pré-pagamento com compensação negativa' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019).

Esta alteração introduz a possibilidade de classificar activos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados. Não são expectáveis impactos materialmente relevantes como resultado da futura adopção desta norma.

- IFRIC 23 (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019)

Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transacção específica, a entidade deverá efectuar a sua melhor estimativa e registar os activos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – 'Provisões, passivos contingentes e activos contingentes', com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. Não são expectáveis impactos materialmente relevantes como resultado da futura adopção desta norma.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- IAS 19 (alteração), 'Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019)

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos actualizados para determinar o custo do serviço actual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do “*asset ceiling*”. O impacto no “*asset ceiling*” é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício.

- IAS 28 (alteração), ‘Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019)

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimentos conjunto, quando existam indicadores de imparidade.

- IFRS 3 (alteração), ‘Definição de negócio’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2020)

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de actividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um *input* e um processo substancial que conjuntamente gerem *outputs*. Os *outputs* passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a Clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os accionistas. Passam a ser permitidos ‘testes de concentração’ para determinar se uma transacção se refere à aquisição de um activo ou de um negócio.

- IAS 1 e IAS 8 (alteração), ‘Definição de material’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2020)

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material. Inclui clarificações quanto à referência a informações pouco claras, correspondendo a situações em que o seu efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, no contexto global das demonstrações financeiras; e ainda clarificações quanto ao termo ‘principais utilizadores das demonstrações financeiras’, sendo estes definidos como ‘actuais e futuros investidores, financiadores e credores’ que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

- Melhorias às normas 2015 – 2017 (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019)

Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.

- Estrutura conceptual, ‘Alterações na referência a outras IFRS’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2020)

Estas alterações ainda estão sujeitas a aprovação pela União Europeia. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de activo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, excepto se impraticáveis.

- IFRS 17 (nova), ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia

Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“*building block approach*”) ou simplificado (“*premium allocation approach*”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

NOTA 40 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2018 que justifiquem ajustamentos ou divulgação adicional nas Notas às demonstrações financeiras.

PARECER DO AUDITOR EXTERNO



Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração do
Standard Bank de Angola, S.A.

Introdução

1 Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Standard Bank de Angola, S.A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 que evidencia um total de 443 246 570 milhares de Kwanzas e um capital próprio de 64 858 406 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido positivo de 32 322 509 milhares de Kwanzas, a demonstração de resultados, a demonstração do outro rendimento integral, a demonstração de alterações nos fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4 Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5 Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

*PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada,
Edifício Presidente – Largo 17 de Setembro, nº3, 1º andar – Sala 137, Luanda, República de Angola
Direct: +244 227 286 109/11 | +244 222 311 295 | Office Mobile +244 928 307 886 | Fax: +244 222 311 213
www.pwc.com/ao*

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada. Todos os direitos são reservados. Neste documento, "PwC" refere-se à PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada, a qual é uma firma membro da PricewaterhouseCoopers International Limited, sendo cada uma das firmas que a compõem uma entidade legal independente

PARECER DO AUDITOR EXTERNO



Bases para a Opinião com Reservas

6 Conforme descrito na Nota 40 do anexo às demonstrações financeiras, a Associação Angolana de Bancos (“ABANC”) e o Banco Nacional de Angola (“BNA”) expressaram uma interpretação de que não se encontram cumpridos a totalidade dos requisitos previstos na IAS 29 – Relato financeiro em economias hiperinflacionárias (“IAS 29”) para que a economia Angolana seja considerada hiperinflacionária no exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e, conseqüentemente, a Administração do Banco decidiu continuar a não aplicar as disposições constantes naquela Norma às suas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2018, em linha com o que havia sido a sua posição com referência a 31 de Dezembro de 2017. Em 31 de Dezembro de 2018 a taxa de inflação acumulada nos últimos três anos ultrapassa os 100%, independentemente do índice utilizado, o que é uma condição quantitativa objectiva que nos leva a considerar, para além da existência de outras condições previstas na IAS 29, que a moeda funcional das demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2018 corresponde à moeda de uma economia hiperinflacionária. Nestas circunstâncias, o Banco, apesar de ter divulgado na Nota 40 do anexo às demonstrações financeiras a sua estimativa dos efeitos decorrentes daquela premissa e atendendo às disposições previstas na IAS 29, não apresentou as suas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018 incorporando esses efeitos. Desta forma, os activos não-monetários apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018 encontram-se subavaliados em 1 960 975 milhares de Kwanzas, o resultado líquido do exercício encontra-se sobreavaliado em 5 874 675 milhares de Kwanzas e o capital social, reservas e resultados transitados encontram-se subavaliados em 7 835 650 milhares de Kwanzas.

Opinião com reservas

7 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos assuntos descritos na secção “Bases para a Opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Standard Bank de Angola, S.A. em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativo ao exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor.

28 de Março de 2019

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada
Registada na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola com o n.º E20170010

Representada por:

Ricardo Santos

Ricardo Santos, Perito Contabilista N.º 20120086

PARECER DO COMITÉ FISCAL

Standard Bank de Angola, SA.

Angola – Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Relativo ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e sobre as Demonstrações Financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados, respectivos anexos e notas), apresentadas pelo Conselho de Administração do Standard Bank de Angola e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

No cumprimento das suas funções, O Conselho Fiscal reuniu periodicamente com o Conselho de Administração e com a Comissão Executiva, tendo acompanhado genericamente a actividade do Banco bem como obtido a informação e as explicações que, regularmente, foi solicitando sobre as actividades em curso.

O Conselho Fiscal reuniu com frequência com vários Directores do Banco, responsáveis, quer por áreas de negócio, quer de suporte e de controlo interno, tendo obtido dos mesmos a informação que periodicamente solicitou.

Em particular, o Conselho Fiscal pôde analisar as Demonstrações Financeiras relativas a 2018, sendo seu entendimento que as contas apresentadas satisfazem o que por lei e pelos estatutos do Banco é exigido.

No final de 2018 a Associação Angolana de Bancos (ABANC) e o Banco Nacional de Angola (BNA) voltaram a expressar, pelo 2º. ano consecutivo, que a economia Angolana não deverá ser considerada como hiperinflacionária. A Administração do SBA decidiu pela não aplicação das disposições constantes na IAS 29, às suas Demonstrações Financeiras.

PARECER

Considerando o exposto, o Conselho Fiscal do Standard Bank é da opinião que:

1. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração da Mutações nos Fundos Próprios, Demonstração de Fluxos de Caixa e respectivos Anexos e Notas) relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, sejam aprovados;

1




PARECER DO COMITÉ FISCAL

2. A proposta de aplicação de resultados apresentada de 32.322.509 Milhares de AOA é a seguinte:

Reserva Legal: 3. 232. 251 Milhares de AOA

Distribuição de Dividendos – 3.232.251 Milhares de AOA dos quais foi efectuada uma distribuição intercalar de dividendos no exercício de 2018 no valor de 1.425. 137 Milhares de AOA

Resultados Transitados: 25.858.007 Milhares de AOA

O Conselho Fiscal exprime o seu reconhecimento e agradecimento ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco pela colaboração que foi dispensada.

Luanda, 28 de Março de 2018

Sérgio Eduardo Sequeira Serrão
Presidente do Conselho Fiscal

Miguel da Silva Alves
Vogal do Conselho Fiscal

The logo graphic consists of several overlapping diagonal bars in shades of yellow, grey, and blue, set against a background of a steep, rocky mountain slope with some vegetation. The bars are positioned in the lower right quadrant of the image.

Standard Bank Seguindo em Frente